

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

TIAGO JOSÉ BERG

TERRITÓRIO, CULTURA E REGIONALISMO: ASPECTOS
GEOGRÁFICOS EM SÍMBOLOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Rio Claro-SP
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

TIAGO JOSÉ BERG

TERRITÓRIO, CULTURA E REGIONALISMO: ASPECTOS
GEOGRÁFICOS EM SÍMBOLOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Dissertação de Mestrado elaborada
junto ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia, na área de Organização
do Espaço, para a obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Rio Claro-SP

2009

910h
B493t Berg, Tiago José
Território, cultura e regionalismo: aspectos Geográficos
em símbolos estaduais brasileiros / Tiago José Berg. - Rio
Claro : [s.n.], 2009
254 f. : il., figs., quadros, fots.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Oliveira

1. Geografia humana. 2. Hinos. 3. Bandeiras. 4. Brasões.
5. Símbolos estaduais. 6. Geografia cultural. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Comissão examinadora:

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Prof.Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Profa. Dra. Zeny Rosendahl

Tiago José Berg
(Aluno)

Rio Claro, 12 de novembro de 2009.

Resultado: APROVADO

AGRADECIMENTOS

Certamente uma lista de agradecimentos é algo que se refere a uma parcela de toda uma etapa e dedicação que envolve a construção de um trabalho científico, por isso, quando mencionarmos tais nomes, o fazemos de modo semelhante ao contarmos algumas cenas significativas do imenso filme de nossas vidas.

Por esse motivo, inicialmente agradeço a meus pais por todo o apoio recebido nesses anos de universidade, pois sempre torceram por mim em todas as etapas que passei, mesmo que delas muitas vezes participassem de forma indireta. Não separando neste momento a racionalidade científica da religião cristã, também agradeço a Deus por todas as empreitadas que enfrentei e do qual Ele me permitiu chegar até agora.

Estendo os meus agradecimentos especiais à minha orientadora, a professora doutora Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira, que além da exímia orientação e leitura de meu trabalho, sempre me incentivou nas várias iniciativas acadêmicas e sociais, cuja convivência desde a graduação me ensinou muitas coisas de grande valor. Ao professor doutor Fadel David Antônio Filho, agradeço pelas sugestões históricas e cartográficas apresentadas em minha qualificação. Reitero meus agradecimentos ao professor doutor Paulo Roberto Teixeira de Godoy, que muito me ensinou nas etapas deste trabalho científico, corroborando com minhas ações metodológicas. Também merece destaque os meus agradecimentos à professora doutora Zeny Rosendahl, cuja leitura do meu trabalho, ainda no embrião daquelas idéias no final da graduação, já mostrava o quanto o caminho trilhado até agora iria configurar-se nesta dissertação de mestrado. Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo fomento desta pesquisa desde as etapas iniciais.

Aos amigos do programa de pós-graduação em geografia, em especial aos companheiros de graduação que seguiram este mesmo caminho, deixo minha gratidão e reconhecimento, pois o companheirismo, os incentivos, os risos, as conversas e os mais simples gestos nos mostram os valores da amizade assim como são as estrelas, cada uma tem o seu brilho, algumas fortes, outras fracas, mas o certo é que a cada noite, quando saímos, todas elas estão lá a nos acompanhar.

Muitos são os amigos que também fazemos na universidade e assim como novas estrelas que encontramos a cada noite, deles também deixo meus agradecimentos.

No âmbito acadêmico, além dos docentes e dos amigos, também existem os funcionários que fazem tudo isso funcionar, deles agradeço da mesma forma, por encontrar aqui tudo em ordem para o meu ambiente de trabalho, em especial ao pessoal da Biblioteca, dos Departamentos e da Administração da Unesp de Rio Claro pela amizade, por tudo que precisei e pelo bom atendimento diário.

Finalmente agradeço a você, leitor ou leitora, que neste momento toma meu trabalho em mãos e lê minhas idéias aqui expostas, podendo aceitá-las ou mesmo discordar delas, mas no momento que o faz, dá nova vida, cria e recria o motivo que faz tudo isso caminhar, a certeza de que a contribuição aqui apresentada permitirá ampliar ainda mais o universo do pensamento científico.

Há bons símbolos, como a cruz.
Há outros, como a suástica.
Seus significados são tomados de uma realidade.
Símbolos são uma dualidade.
Eles tomam significados das causas... boas ou más.
A bandeira é o símbolo de um país.
A cruz é o símbolo de uma religião.
A cruz suástica era o símbolo de boa sorte,
Até que seu significado foi mudado.
A vitalidade de um símbolo vem da eficácia da sua
disseminação pelo Estado, pela Comunidade, pela
Igreja, pela Empresa. Ele necessita de programação,
para que seus atributos sejam preservados.¹

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada?
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros!²

¹ Paul Rand (1914-1996), designer gráfico norte-americano, discorrendo sobre o valor cognitivo dos símbolos e seu significado.

² Trecho do hino do Estado do Ceará, poesia de Thomaz Pompeu Ferreira Lopes (1879-1913).

RESUMO

Bandeiras e estandartes, escudos e brasões, hinos e canções não são simples composições artísticas e musicais idealizadas ao sabor dos caprichos e fantasias de poderosos reis, mandatários, governantes, países e regiões ao longo dos tempos. Ao contrário, esses símbolos refletem uma realidade histórica e, ao mesmo tempo, portam-se como uma crônica viva de um povo e de uma nação, sendo que nela também está embutido o espaço geográfico, suas influências e suas relações. Foi somente com a Constituição Republicana de 1891, que as províncias foram transformadas em Estados Federados e poderiam adotar de forma oficial, hinos, bandeiras e brasões, desde que não omitissem nesta hierarquia os símbolos nacionais; entretanto, o uso destes símbolos no Brasil já se fazia presente desde os primeiros séculos de colonização portuguesa. Ao se analisarem os símbolos estaduais brasileiros, encontram-se em suas estruturas semânticas e sintáticas fortes relações que envolvem representação da natureza, paisagem, lugar, economia, território e região. As conclusões deste trabalho apontam para o fato de que os hinos, as bandeiras e os brasões dos Estados brasileiros demonstram amplas possibilidades de pesquisa dentro da ciência geográfica, pois estes documentos simbólicos portam-se como “testemunhos” no espaço-tempo, cujo caráter gráfico e narrativo revelou em suas múltiplas conexões com o geográfico uma nova perspectiva e possibilidade no que se refere à análise e desvendamento das formas culturais de representação espacial.

Palavras-chave: Símbolos estaduais. Hinos. Bandeiras. Brasões. Geografia cultural.

ABSTRACT

Flags and banners, shields and coats of arms, anthems and songs are not simply artistic and musical compositions which were created due to the vanity or fantasies of powerful kings, dukes, rulers, governors, countries and regions throughout time. Instead, those symbols reflect a historical reality and not only they stand as an alive chronicle of a people and a nation, but also they represent the geographical space, its influences and its relationships. It was only after the Republican Constitution of 1891 that the provinces were transformed into Federated States and they could officially adopt anthems, flags and coats of arms, as long as they didn't omit, in this hierarchy, the national symbols. However, these symbols had been already used in Brazil since the first centuries of Portuguese colonization. This analysis of the Brazilian States symbols, as well as their semantic and syntactic structures, aimed to demonstrate the strong connections involving the representation of the nature, landscape, places, economy, territory and regions. The conclusion of this dissertation shows that anthems, flags and the coats of arms of Brazilian States demonstrate wide research possibilities in the geographical science because these symbolic documents stand as “testimonies” in space and time, whose graphic and narrative character has revealed in its multiple connections with the geographical; a new perspective and possibility regarding the analysis and unveiling of the cultural forms of spatial representation.

Key words: State symbols. Anthems. Flags. Coats of arms. Cultural geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Hastes com figuras totêmicas usadas nos desfiles do Egito antigo.....	23
Figura 2: Da esquerda para a direita os vexilóides: assírio, romano, asteca, mongol e japonês.....	23
Figura 3: Vexilo romano representado no templo do imperador Adriano (145 d.C.).	23
Figura 4: “Bandeiras heráldicas” usadas pelas tropas medievais para guiar o avanço dos batalhões, delimitarem os territórios de influência real e as cidades conquistadas.....	25
Figura 5: Ilustração dos principais tipos de bandeiras existentes.....	25
Figura 6: Genealogia da bandeira britânica – a soma dos reinos e territórios.....	28
Figura 7: Os estandartes coloniais e as bandeiras da Comunidade Britânica.....	28
Figura 8: Bandeiras que serviram de inspiração libertária.....	31
Figura 9: Bandeiras nacionais da Alemanha – estandarte civil (1848-1866), bandeira imperial (1867-1918) e a bandeira modificada por Adolf Hitler para servir de estandarte civil (1933-1945).....	31
Figura 10: Bandeiras da União Soviética (1924-1991), Revolta Pan-Árabe (1917) e Etiópia (1930).....	31
Figura 11: Bandeiras heráldicas cujas figuras e desenhos que influenciaram os brasões de armas dos Estados nacionais europeus.....	37
Figura 12: Bandeiras históricas usadas em Portugal e no Brasil.....	47
Figura 12 (continuação) – Bandeiras históricas usadas no Brasil.....	48
Figura 13: Atual bandeira do Brasil (1992) e sua representação celeste.....	52
Figura 14: As bandeiras das revoluções no Brasil.....	55
Figura 15: Brasões de armas outorgados durante o Brasil colonial.....	59
Figura 16: Armas concedidas pelos holandeses às capitanias nordestinas no Brasil (1638).....	63
Figura 17: Mapas de Gaspar Barlaeus (1647) mostrando as divisas das capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte e de Pernambuco e Itamaracá.....	64
Figura 18: Os brasões de armas do Brasil.....	65
Figura 19: Esquema simplificado da constituição de um símbolo patriótico oficial...	83
Figura 20: Esquema do caráter histórico-geográfico na dimensão social dos símbolos.....	136

Figura 21: Brasões de armas – biogeografia e economia agrícola.....	144
Figura 22: Bandeiras e Brasões do Estado do Paraná.....	150
Figura 22: Bandeiras e Brasões do Estado do Paraná (continuação).....	151
Figura 23: Brasões e bandeiras estaduais: expressões cartográficas e paisagísticas.....	164
Figura 23: Brasões e bandeiras estaduais: expressões cartográficas e paisagísticas (continuação).....	165
Figura 24: Brasões estaduais: paisagem e lugar.....	177
Figura 25: Brasões e bandeiras do Ceará.....	178
Figura 26: Brasões de caráter nacional (Rio Grande do Sul, Acre) e nacional (Bolívia, Equador).....	187
Figura 27: Painel do padre Hidelbrando, mostrando o brasão rio-grandense.....	192
Figura 28: Bandeiras de caráter nacional: Rio Grande do Sul, Acre, São Paulo e Maranhão.....	192
Figura 29: As diferentes partes de um brasão de armas, como exemplo, a Austrália. As divisões do escudo de acordo com o corpo do cavaleiro.....	237
Figura 30: Esmaltes e metais na heráldica e suas representações monocromáticas.....	237
Figura 31: Tipos de escudo usados em diferentes países.....	238
Figura 32: As diferentes partições e peças honrosas do escudo.....	238
Figura 32: As diferentes partições e peças honrosas do escudo (continuação).....	239
Figura 33: As partes de uma bandeira.....	240

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: a conquista de Iwo Jima pelas tropas norte-americanas.....	30
Fotografia 2: a bandeira hasteada pelas tropas soviéticas no Reichstag em Berlim.....	30
Fotografia 3: em 12 de março de 1990 é colocado o novo brasão de armas no parlamento da Lituânia, substituindo as antigas armas soviéticas após a declaração de independência.....	43
Fotografia 4: um policial recolhe a agora antiga bandeira do Iraque em 29 de janeiro de 2008.....	43

Fotografia 5: Morro de Santo Antônio de Leverger visto a partir da região central de Cuiabá-MT.....	179
---	-----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Vista da Ponta do Mucuripe e da região metropolitana de Fortaleza (CE).....	179
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Brasil – capitânicas hereditárias (1534).....	121
Mapa 2: Brasil – território colonial em 1709.....	121
Mapa 3: Brasil após os tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777).....	122
Mapa 4: Brasil Império (1823).....	122
Mapa 5: Brasil República (1889).....	123
Mapa 6: Brasil – Territórios Federais (1943).....	123
Mapa 7: Brasil – atual divisão política (1990).....	124
Mapa 8: Brasil – Movimentos autonomistas.....	124
Mapa 9: Sugestão para a redivisão territorial da Amazônia Legal, segundo o trabalho do deputado Siqueira Campos aprovado pela Comissão da Amazônia (1972).....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS.....	17
1.1 Bandeiras.....	20
1.2 Brasões de armas.....	32
1.3 Hinos nacionais.....	38
2 HINOS, BANDEIRAS E BRASÕES NO BRASIL.....	44
2.1 Os símbolos estaduais brasileiros.....	67
3 DO SIMBÓLICO AO GEOGRÁFICO.....	73
4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL.....	84
4.1 A ocupação do litoral.....	88
4.1.2 A expansão portuguesa e as invasões holandesas.....	91
4.2 A conquista portuguesa da Amazônia.....	93
4.3 Os tratados territoriais na formação do Brasil colonial.....	95
4.4 O quadro territorial no contexto da independência.....	98
4.5 O Império e a consolidação do Estado nacional.....	100
4.5.1 As revoltas provinciais durante o Período Regencial.....	100
4.5.2 Da Guerra do Paraguai ao alvorecer do republicanismo.....	104
4.6 A República e o sistema federativo.....	105
4.6.1 As últimas questões fronteiriças.....	106
4.6.2 Da “República Velha” ao “Estado Novo”.....	108
4.7 As novas Constituições de 1934 e 1937 e a ascensão do “Estado Novo”.....	110
4.7.1 As políticas territoriais na década de 1950.....	112
4.8 O Governo Militar.....	114
4.9 A Constituição de 1988 e a luta pela autonomia no Brasil.....	118
5 NAÇÃO E NACIONALISMO NO BRASIL – REFLEXÕES.....	126

6 UMA ANÁLISE DOS SÍMBOLOS ESTADUAIS BRASILEIROS.....	135
6.1 Biogeografia e economia agrícola.....	137
6.2 Expressões cartográficas e paisagísticas.....	152
6.3 Paisagem e lugar.....	166
6.4 Símbolos de “caráter nacional”	180
6.5 Narrando o território.....	193
 CONCLUSÕES.....	 225
 REFERÊNCIAS.....	 228
 GLOSSÁRIO HERÁLDICO-VEXILOLÓGICO.....	 237
 ANEXO A – DEMAIS BRASÕES E BANDEIRAS ESTADUAIS.....	 250
 ANEXO B – ARTIGO NO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO”.....	 254

INTRODUÇÃO

Bandeiras e estandartes, escudos e brasões, hinos e canções não são simples composições artísticas e musicais idealizadas ao sabor dos caprichos e fantasias de poderosos reis, mandatários, governantes, países e regiões ao longo dos tempos. Ao contrário, esses símbolos refletem uma realidade histórica e, ao mesmo tempo, portam-se como uma crônica viva de um povo e de uma nação, sendo que nela também está embutido o espaço geográfico, suas influências e suas relações.

Nas palavras de Karen Cerulo (1989) os símbolos nacionais correspondem ao “cartão de visita” de um país; na definição das bandeiras cunhada por Marcelo Duarte (2001) seriam estas a “carteira de identidade” da nação. José Murilo de Carvalho (1990) diz que não é outra coisa que se pede de um símbolo nacional: a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional. Os símbolos constituem assim, uma marca identitária das conquistas e raízes de um povo, sua história e suas tradições, configurando-se como uma forma cultural de sua representação.

Foi somente com a Constituição Republicana de 1891, que as províncias foram transformadas em Estados Federados e poderiam adotar de forma oficial, hinos, bandeiras e brasões, desde que não omitissem nesta hierarquia os símbolos nacionais; entretanto, o uso destes símbolos no Brasil já se fazia presente desde os primeiros séculos de colonização portuguesa, advindos de uma longa tradição que foi se desenvolvendo desde a Idade Antiga. Sob esse pretexto, busca-se investigar de que maneira o espaço geográfico está simbolizado nas entidades da federação brasileira, atuando nesse viés – para utilizar um jargão da geografia física – como um verdadeiro “morro testemunho” em que se pode deduzir através da escavação de suas diferentes “camadas” os variados elementos e seu contexto geográfico no processo de formação territorial do Brasil.

Assim, o primeiro capítulo busca realizar uma revisão histórica sobre a origem e evolução dos símbolos nacionais, desde as suas formas de representação primitiva até o seu uso moderno, adquirindo tal *status* em finais do século XVIII, época marcada pela formação dos primeiros Estados nacionais sob o alvorecer das idéias de identidade e soberania. Como elementos acessórios, os símbolos fazem

com que o sujeito se identifique com as características de seu país e suas diversas escalas, internalizando e expandindo seus valores e significados como algo inerente à sua “condição nacional”, ou seja, tornando-as parte de um “sujeito coletivo” – o “nós”, o “povo” – que irá demarcar sua fronteira de identidade com os “outros”, assimilando também o conteúdo geográfico para embasar essa referência.

Sob a sombra da evolução dos símbolos nacionais, o segundo capítulo conduz a uma breve revisão sobre a história dos símbolos no Brasil, desde seu uso durante o período colonial, ressaltando os períodos de invasão holandesa e francesa no século XVII. Avalia como a herança das bandeiras revolucionárias resistiu a ponto de estas se tornarem símbolos estaduais, do qual mergulha na fase pós-republicana de evolução dos símbolos estaduais, mostrando como as diferentes etapas de florescência de federalismo face aos períodos centralismo estatal, atuaram no processo de criação dos símbolos estaduais no Brasil.

O terceiro capítulo avança na especulação do pensamento simbólico humano desde as suas origens primitivas, o que propiciou criar para si uma construção artificial do mundo através da categoria espaço-tempo. Como um elemento de comunicação, o pensamento simbólico passou a ser transmitido sobre a forma da linguagem, avançando para o conceito semiótico que deu origem à cultura. A partir da difusão deste artefato cultural, o sistema simbólico humano avançou de forma a representar os elementos da realidade física em diferentes dimensões espaço-temporais. Os símbolos passaram dessa forma a representar também o contexto de uma determinada sociedade e as suas formas de ver e conceber o mundo, como também o espaço geográfico em determinada escala e grau, algo que pode ser “lido” e interpretado de forma a inferir sobre suas origens e a parcela da realidade que representam.

O capítulo seguinte aborda a formação territorial do Brasil, desde as origens do processo de colonização, passando pelas etapas de construção do território nacional como um “jogo de forças” luso-espanhol nos três séculos seguintes ao descobrimento, sua consolidação estatal no Império, a mudança de regime político em fins do século XIX e suas etapas de desenvolvimento durante todo o século XX. Ao final, realiza-se uma breve revisão dos movimentos autonomistas do Brasil que permearam a discussão durante a implantação da Constituição Federal de 1988. Compreendendo-se suas diferentes etapas, pode-se investigar como os símbolos

estaduais re-apresentam as “camadas” sedimentadas dos cinco séculos de formação do território brasileiro.

A questão da nação e do nacionalismo no Brasil é analisada nas reflexões propostas no quinto capítulo, onde se busca demonstrar como a construção do imaginário de nação, face às realidades impostas pelo descontentamento social e o sentimento regional, bem como pelas dificuldades de comunicação e a ausência de uma estruturada rede territorial durante o século XIX, foram sendo substituídas através do discurso da sagração da natureza, do povo gentio e ordeiro e da própria ação modernizadora do Estado, que projetaram o imaginário de progresso e unidade que iria conduzir a nação e suas entidades federativas à feliz destinação.

Finalmente, as etapas anteriormente analisadas constituir-se-ão da trama na qual se busca realizar uma análise dos símbolos estaduais brasileiros, através da seleção dos hinos, bandeiras e brasões de armas que apresentam em seu foco de representação maior caráter geográfico. Estes símbolos foram agrupados de acordo com a temática expressa em sua estrutura representativa, face aos diferentes temas abordados pela geografia, no que confere à biogeografia e economia agrícola, às expressões cartográficas e paisagísticas, às noções de paisagem e lugar, bem como as resistências e aspirações regionais nos símbolos de “caráter nacional” e também na perspectiva da “narrativa do território” no caso dos hinos. Analisadas suas estruturas semânticas e sintáticas correlacionadas com estas representações, procurou-se inferir como estes símbolos atuam no processo de re-apresentação espacial, bem como da construção do imaginário territorial.

1 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Delineando um capítulo recente na história da humanidade e do próprio simbolismo coletivo, os símbolos nacionais³ apareceram com esse *status* no final do século XVIII, quando, junto com a formação dos primeiros Estados nacionais modernos, passaram figurar como elementos acessórios em um período de expansão do nacionalismo e das idéias de identidade e soberania. Presentes nas cerimônias políticas, diplomáticas, nos protestos e eventos esportivos e tocados em emissoras de rádio e televisão, cinemas, teatros, festivais e paradas militares, entre outras formas de mídia, os símbolos nacionais constituem-se em elementos distintivos de reconhecimento mútuo entre os membros de um determinado grupo.

Símbolos nacionais (e, por extensão os provinciais, regionais ou estaduais, assim como os municipais), portam-se como claras declarações de identidade. Em essência, eles servem como totens modernos (no sentido Durkheimiano) – são signos que trazem uma relação especial para as nações que representam, distinguindo-as umas das outras e reafirmando suas fronteiras de identidade⁴ (CERULO, 1989; 1993).

Os símbolos e rituais são fatores decisivos na criação da identidade nacional. A nação, como uma forma de comunidade, implica tanto a semelhança entre seus membros, quanto a diferença em relação aos estranhos (GUIBERNAU, 1997). Além disso, eles remetem esses significados como um traço distintivo de um grupo ou comunidade em forma de unidade política, criando uma identidade associativa no pensamento coletivo em que “se pode experimentar a consonância, a realização física da comunidade imaginada” (ANDERSON, 2005)⁵ através do processo ritual.

³ Em geral, os símbolos nacionais possuem uma amplitude de formas e representações: bandeiras, hinos, canções, marchas, brasões, timbres, selos, cores, a flora e fauna, monumentos, santuários, moeda, língua, escrita/alfabeto, heróis, personificações da nação, etc. Por uma adequação metodológica trataremos aqui apenas dos três principais: **a bandeira, o brasão de armas e o hino**.

⁴ As fronteiras têm caráter simbólico e envolvem diferentes significados de um povo para o outro. Conforme diz Guibernau (1997, p. 91, apud COHEN, 1985) “todavia, se considerarmos a fronteira a face pública da comunidade, ela parece simbolicamente simples, mas, como objeto de discurso interno, é simbolicamente complexa. A fronteira, [...] simboliza a comunidade para os seus membros de dois modos diferentes: é o senso que eles têm de sua percepção pelas pessoas do outro lado – a face pública e a maneira ‘típica’ – e é sua noção de comunidade como que refratada através de todas as complexidades de suas vidas e experiências – a face privada e a maneira idiossincrática”.

⁵ [...] “é uma comunidade política imaginada como intrinsecamente limitada e soberana” (ANDERSON, 2005, p. 25), ou seja, o político se manifestando através das necessidades das

É assim, conforme acrescenta Leach (1978, p. 53) que “as ‘dimensões’ verbais, musicais, coreográficas e visual-estéticas parecem, todas elas, formar componentes da mensagem total. Quando fazemos parte desse ritual, captamos todas essas mensagens ao mesmo tempo e as condensamos numa única experiência, assim nós ‘dizemos coisas a nós mesmos’”.

Dentro dessa perspectiva, como parte de um rol de tradições que parecem ou alegam ser mais antigas do que na realidade o são, Hobsbawm e Ranger (1997) concebem os símbolos nacionais na perspectiva de uma “tradição inventada”,⁶ pois tanto os movimentos nacionalistas, quanto os Estados “tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária (sic), onde e como eles se originassem e concentrá-los sobre si mesmos” (HOBBSAWM, 1990, p. 111).

Conforme demonstra Estévez (2004, p. 349) “ao se cantar o hino nacional [hastear a bandeira e/ou ostentar o brasão de armas] se recriam e reproduzem as lealdades a um sujeito coletivo [...] o sujeito coletivo, não se dissolve magicamente na nação, como que experimenta a nação em si mesmo”. Quando experimenta a nação, o sujeito coletivo (o nós) entra em comunhão com essa identidade cultural transplantada para o âmbito nacional, pois, nas palavras de Stuart Hall (2005, p. 59) “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional”.

É preciso lembrar que esta é uma característica intrínseca dos símbolos, pois eles projetam uma mensagem que é propositalmente e meticulosamente construída quando foram adotados ou escolhidos para se tornarem símbolos oficiais de uma nação; assim, eles não são projetados apenas para a população nacional, mas para um mundo além das fronteiras nacionais (CERULO, 1993). Nesse contexto, Estévez (2004, p. 363) complementa que:

fronteiras, de uma língua própria, da apropriação simbólica e dos demais elementos culturais e imaginários que circunscrevem e legitimam a nação.

⁶ Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 9).

A pátria, como sujeito discursivamente construído, está configurada, toma sua forma, nos textos sonoros e plásticos que reproduzem ritualmente o amor feito a ela. A pátria está mais próxima, é mais acessível, através de seus símbolos (o hino, a bandeira, o escudo) que através de seus pretextos (a nação e suas justificações).

Com isso, “cada sujeito é intercambiável com os outros e nessa virtualidade de intercâmbio se produz não só a associação com todos os patriotas entre si, como também a de cada um deles com a pátria cantada [e simbolizada]” (ESTÉVEZ, 2004, p. 373). Nesse sentido, a pátria adquire forma, possui um caráter. Jurar defendê-la torna-se um compromisso moral dos patriotas, pois a pátria (mesmo que seja o produto de uma mera invenção ou tradição) foi dos antepassados e continuará a ser dos filhos; ela é metaforicamente nesse discurso a “pátria-mãe”, aquela que nos alimenta com seu solo, que nos protege com sua natureza sacralizada⁷ e é o lugar (por seus atributos territoriais, lingüísticos, religiosos e culturais ditos em comum) onde está assentado o “nosso” projeto futuro de vida.

Os símbolos portam-se dessa maneira como uma “carteira de identidade” da nação, condensando elementos característicos (ou eleitos como tal) em sua formação histórico-social; eles também “mascaram a diferença e põem em relevo a comunidade, criando assim um sentido de grupo” (GUIBERNAU, 1997). As pessoas constroem a comunidade de uma forma simbólica e transformam-na como um referencial de sua identidade.

Deve-se levar em consideração que todo símbolo tem um significante (que é o elemento sensível, por exemplo, a imagem ou o som) e um significado, que é o seu conteúdo ideológico. Para que haja um símbolo é necessário então existir uma conexão entre o significante e o significado. Ao analisá-lo, deve-se considerar, entre outros elementos, a cultura, pois os símbolos são construções culturais e, dentre elas neste caso, devem-se considerar as dimensões espaciais e as formas de localização e representação geográfica.

Com o objetivo de aproximar a sua relação com a geografia, o presente capítulo buscará fazer uma retrospectiva dos símbolos nacionais, abordando o surgimento e evolução das bandeiras, brasões e hinos respectivamente, o que propiciará um melhor entendimento referente à criação dos símbolos como objetos de representação social, histórica e espacial. Deve-se lembrar que dentro da

⁷ Não sendo apenas um atributo do Hino Nacional Brasileiro, assim canta o hino nacional do Chile, por exemplo: “[...] Majestosa és a branca montanha, / Que te deu por baluarte o Senhor. / E esse mar que tranqüilo te banha, / Te promete um futuro esplendor [...]”.

evolução dos símbolos nacionais desdobram-se as categorias subnacionais, com os símbolos regionais, provinciais e, neste caso, estaduais. Por uma questão de metodologia, não se pretende realizar aqui um inventário apurado de todas as regras e convenções heráldico-vexilológicas,⁸ além da profunda análise de sua evolução, o que tornaria a leitura demasiadamente cansativa, e, por muitas vezes, imprecisa e pontual quanto ao foco do tema abordado.

1.1 Bandeiras

Antes de descrever a origem das bandeiras e sua evolução, é conveniente verificar de onde o termo surgiu, para melhor entender o seu significado na história dos grupos humanos. A etimologia da palavra *bandeira* tem sua origem na palavra gótica *bandvja*,⁹ que em princípio significava “sinal”, e mais tarde o ato de demarcar determinado grupo de pessoas que seguiam esse sinal. Por extensão, a palavra latina *bandaria* originou mais tarde a palavra “bandeira” na língua portuguesa. Nesse sentido, a bandeira desde as suas primeiras origens, cumpria a função de um elemento de demarcação territorial de uma determinada sociedade, clã ou tribo.

O estudo das bandeiras é chamado de *vexilologia*, termo cunhado em 1957 pelo estadunidense Whitney Smith,¹⁰ cuja origem deriva da palavra *vexillum*, que era o nome dos estandartes usados pelo exército romano. Deve-se ressaltar que desde o século XII, as regras que envolvem a representação das bandeiras no que se refere às suas cores, divisões e formas estavam sistematicamente ligadas à *heráldica* – estudo que trata especificamente dos brasões.

A bandeira, como um abrigo alegórico e mítico, é em sua essência um símbolo de um determinado grupo étnico-cultural, ou preferencialmente, na sua forma moderna, um símbolo pátrio. Ela sintetiza os ideais nacionais, pois age como um instrumento militar e político, psicológico e social, cultural e espiritual. Na

⁸ Para tal objetivo, ao final desta dissertação, apresentar-se-á um glossário heráldico-vexilológico, de forma a introduzir para os leigos em armaria os termos heráldicos usados durante o texto.

⁹ Segundo Seyssel (2006, p. 24), esta palavra deriva da raiz sânscrita *bandh*, que possui os seguintes significados: ligar, fixar, reunir, capturar, construir, quase todos próximos à idéia de bando – um grupo de pessoas reunidas.

¹⁰ O Dr. Smith (1940-) fundou em 1962, o Centro de Pesquisa das Bandeiras (Flag Researcher Center) em Winchester, Massachusetts, EUA. Ele também representou um papel importante na fundação da Associação Vexilológica Norte-Americana (AVNA) em 1967. Dentre seus livros que se destacam sobre tema bandeiras constam: *Flag Lore of All Nations*, *Flags Through the Ages and Across the World* e *The Flag Book of the United States*. Smith também é o autor da bandeira nacional da Guiana.

atualidade, ela avança para outras finalidades e usos, utilizada em diversas ocasiões, cujos motivos variam desde os mais formais, como cerimônias cívicas, políticas e religiosas, o uso por empresas e corporações, até as festas populares,¹¹ eventos esportivos e manifestações diversas. Por ser um símbolo que denota identidade, a bandeira traz consigo uma gama enorme de expressões e manifestações, cuja finalidade é de se fazer notar, comunicar algo a alguém, tal como reivindicar e protestar, saudar ou vilipendiar (SEYSSEL, 2006).

Desde o alvorecer da humanidade houve a necessidade de identificação e diferenciação dos diferentes grupos humanos entre si, seja pela demarcação de um determinado território (termo este emprestado da biologia pela geografia), para o reconhecimento mútuo de seus membros, como para estes se diferenciarem dos “inimigos”. Esse lento e longo processo de evolução do pensamento humano de forma simbólica¹² resultou no uso de desenhos pictóricos e símbolos primitivos. À medida que se desenvolviam as primeiras civilizações, esses símbolos passaram a se tornar mais complexos.

Os egípcios usavam por volta de 5.000 a.C.¹³ em suas cerimônias públicas insígnias simples, que consistiam de hastes em que eram amarradas ervas ou mesmo partes do corpo de determinado animal, às vezes ornadas com fitas. Estas “figuras totêmicas” estavam diretamente ligadas às forças da natureza e seus elementos, imbuídas de certo grau de “animismo”, passando depois para uma inspiração religiosa, com a insígnia-deus convertendo-se posteriormente na insígnia-rei, o herdeiro na Terra dos poderes divinos. Conforme relembra Descola (1996), o totemismo é uma lógica classificatória que utiliza as descontinuidades empiricamente observáveis entre as espécies naturais, a fim de organizar conceitualmente uma ordem segmentar, delimitando unidades sociais. O animismo por sua vez é a crença de que os seres naturais são dotados de um princípio espiritual próprio e que os homens podem estabelecer com estas entidades relações de um tipo particular e geralmente individual.

Esta protobandeira é conhecida como *vexilóide* (do inglês: *vexilloid*) – insígnias militares e cerimoniais (ZNAMIEROWSKI, 2004). Sua haste era feita de

¹¹ No caso brasileiro, podemos citar o uso nas escolas de samba com o carnaval, as folias de reis e as festas juninas como exemplos característicos do uso popular de diferentes estilos de bandeiras.

¹² O terceiro capítulo, intitulado “Do Simbólico ao Geográfico” abordará de forma mais esmiuçada o processo de evolução do pensamento humano de forma simbólica.

¹³ [...] Um dos exemplos mais antigos que se tem conhecimento aparece num pote egípcio com mais de 5.000 anos e servia, provavelmente, para identificar as regiões do reino (DUARTE, 2001, p. 8).

madeira ou metal, encimados com penas, chifres, caudas ou peles de animais. Além dos egípcios, assírios, persas, mongóis, chineses, japoneses e astecas criaram seus próprios vexilóides:¹⁴

As bandeiras são uma característica universal da civilização humana. Com a exceção das sociedades mais primitivas e dos povos nômades, demonstra-se que toda a cultura inventou para si mesma bandeiras de um tipo ou de outro – com uma semelhança notável de formas observáveis ao longo do mundo. As funções das bandeiras são quase idênticas em todas as sociedades e são similares as bandeiras usadas que podem ser observadas em diversas regiões e épocas (SMITH, 1975, apud ZNAMIEROWSKI, 2004, p. 100).

Além disso, as bandeiras tinham uma função mítica importante, pois além de serem um símbolo presente nos templos religiosos, protegiam seus portadores durante as batalhas. Os persas usavam em suas protobandeiras o desenho de uma águia no topo, uma figura totêmica que mais tarde foi assimilada pelos romanos:

Os primeiros objetos parecidos com bandeiras foram os vexilos, emblemas sólidos com a forma de pássaros ou símbolos abstratos que eram levados a encimar varas. Como apontavam para cima, na direção das nuvens, estes vexilos pareciam estar investidos de poderes místicos que se acreditava protegerem os seus portadores e proporcionar-lhes a vitória. Embora as legiões romanas usassem vexilos com a forma de águias, foram também as primeiras a utilizar as bandeiras de pano (COSTANTINO, 2005, p. 7).

O estandarte militar das legiões romanas (chamado *signum*) consistia em uma lança ornada de símbolos sobre discos de metal, ornadas de coroas de louro, cujo topo continha a figura de um determinado animal conforme a unidade da tropa, sendo mais comum a águia (*áquila*). A forma moderna da bandeira surgiu quando além das figuras no topo, uma barra horizontal foi adicionada à haste pelas tropas romanas, conhecida por *vexillum*. O “vexilo” consistia de um pano quadrado geralmente de cor carmesim que carregava o nome da unidade, um emblema ou um retrato do imperador. Era comum também o uso da sigla SPQR – *Senatus Populus Que Romae* (o Senado e o Povo de Roma), usado por tropas auxiliares e pequenos destacamentos.

¹⁴ Os vexilóides dos astecas possuíam em seu topo penas da ave quetzal; os mongóis por sua vez usavam caudas e crinas de cavalos em suas insígnias (ZNAMIEROWSKI, 2004). Os assírios usavam em suas batalhas dois tipos de estandarte: um com uma figura de um arqueiro montado num touro e outro com as imagens de dois touros [...] a bandeira de Gêngis Khan [...] tinha quase três metros de altura e era carregada por um carro puxado por quatro cavalos. Ela se destacava por ser bastante colorida e pelo desenho de um falcão no centro (DUARTE, 2001, p. 8).

Figura 1: Hastes com figuras totêmicas usadas nos desfiles do Egito antigo.



Figura 2: Da esquerda para a direita os vexilóides: assírio, romano, asteca, mongol e japonês.



Figura 3: Vexilo romano representado no templo do imperador Adriano (145 d.C.).



Fontes: Znamierowski (2004); Znamierowski e Slater (2007).

Outra bandeira similar foi instituída em 312 d.C. pelo imperador Constantino na vitória sobre Maxêncio; conhecida por lábaro (*labarum*), sua insígnia foi a representação da cruz cristã.¹⁵ As bandeiras com o sinal da cruz apareceriam e se difundiriam durante a primeira cruzada (1096-1099).

No século VI o exército bizantino substituiu o vexilo romano com uma bandeira retangular e no século VIII esse modelo de bandeira se difundiu pelo vale dos Cárpatos e pela Europa Central. No século seguinte, apareceu um novo tipo de bandeira, o gonfalão, caracterizado por uma extremidade retangular próxima à haste, tendo o outro lado “farpado” – um final triangular com três pontas. A forma do gonfalão foi por alguns séculos reservada para os governantes e eclesiásticos, mas depois do século XI ela prevaleceu nos exércitos e do século VII ao XIV seu uso franco se deu nas cidades (ZNAMIEROWSKI, 2004). No princípio do século XIII, as dependências germânicas na região do Báltico e as cidades hanseáticas adotaram gonfalões com desenhos e cores simples,¹⁶ depois substituídos por flâmulas retangulares, cujo desenho mais comum e difundido era a cruz cristã.¹⁷

A invenção da heráldica ajudou a distinguir as bandeiras designadas para ducados, principados e domínios civis, como também auxiliou num rápido crescimento no número de bandeiras pessoais. Da mesma forma que o brasão de armas, cada pessoa qualificada (nobre) possuía uma “bandeira armorial” (ou “bandeira heráldica”), que se converteu no principal tipo de bandeira da época.

As bandeiras heráldicas passaram a ser usadas também por eclesiásticos e militares, mas diferentes da armaria pessoal, elas assinalavam as ordens que eles seguiam e seus respectivos domínios. De igual impacto foi o constante crescimento no número de cidades que adotavam armas. Nas palavras de Znamierowski (2004, p. 15) “as bandeiras armoriais civis se tornaram a real bandeira nacional dos burgos, como símbolos de seus direitos e privilégios”.

¹⁵ [...] o lábaro continha uma coroa, uma cruz e o monograma de Cristo. Foi durante o reinado de Constantino que a cruz se tornou o símbolo sagrado dos cristãos. Antes, quando eram perseguidos durante o tempo de Nero, o símbolo era o peixe (SEYSSEL, 2006, p. 50).

¹⁶ Conforme complementa SZAMÓSI (1986, p. 88-89) por essa época “a homogeneidade e racionalidade do espaço geométrico grego deram lugar a outros espaços simbólicos, organizados por símbolos e valores religiosos e divididos em lugares e regiões sagrados e profanos. Mapas eram desenhados muitas vezes, mas, mesmo quando o terreno a ser representado era bem conhecido, eles não representavam as relações espaciais com exatidão. Símbolos e relações alegóricas eram muito mais importantes do que representações realísticas de distâncias e direções”.

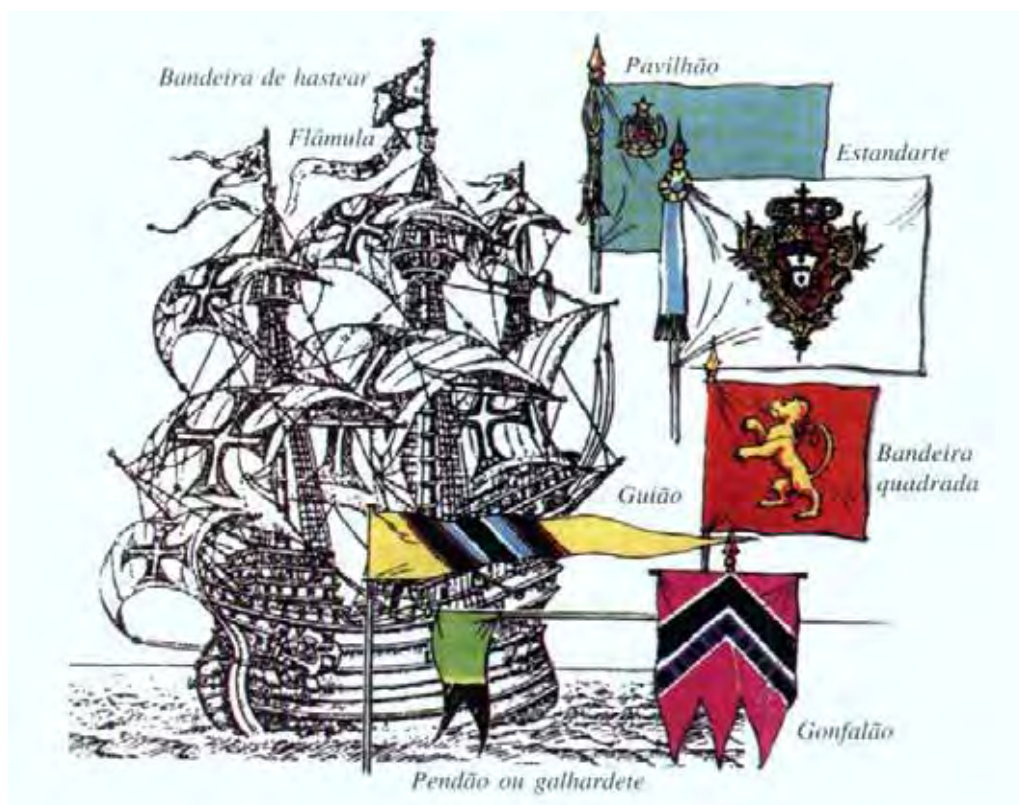
¹⁷ Outros povos, como os árabes, usavam por essa época bandeiras triangulares. Como a cruz se tornou um símbolo comum nas nações cristãs, o crescente emergiu como símbolo das nações muçulmanas após os turco-otomanos o adotarem em sua bandeira por volta do ano de 1250.

Figura 4: “Bandeiras heráldicas” usadas pelas tropas medievais para guiar o avanço dos batalhões, delimitarem os territórios de influência real e as cidades conquistadas.



Fonte: Barker (2005).

Figura 5: Ilustração dos principais tipos de bandeiras existentes.



Fonte: Luz (1999).

Durante a Idade Média foram comuns os símbolos cristãos, as cruzes e figuras dos santos, com seus respectivos atributos, eram pintadas nestes estandartes.¹⁸ Durante o século XVI o uso franco de bandeiras amoriais começou a diminuir consideravelmente, porém só se consolidaria após as revoluções do final do século XVIII.

Neste imaginário, em que os Estados eram definidos por centros, tendo um monarca reunido grande número de súditos, com a formação das primeiras protonações,¹⁹ as bandeiras também agregavam em seu pano e simbolismo a união de reinos e dinastias. Um exemplo ainda presente desse processo se deu em 1603, quando surgiu a primeira versão da “Bandeira da União” (*Union Flag*) no Reino Unido, quando as coroas escocesa e inglesa se uniram na subida ao trono inglês do rei Jaime V da Escócia, como rei Jaime I da Inglaterra.

Embora ambos os países mantivessem suas próprias bandeiras (e continuam a fazê-lo), Jaime decidiu que era necessária uma nova bandeira para confirmar a união, ordenando em 1606 que a cruz vermelha de São Jorge da Inglaterra (que incluía o País de Gales) fosse combinada com a cruz branca de Santo André (em aspa sobre o fundo azul) da Escócia.²⁰ Quando a Irlanda (cujas bandeira era uma cruz vermelha em aspa de São Patrício sobre um campo branco) foi anexada ao recém-criado Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda em 1801, foi decidido permutar as cores as aspas de modo a não parecer que a cruz de Santo André era apenas uma fímbria da cruz de São Patrício, tornando-as assim iguais, de forma que os países da união estivessem representados nesta bandeira.

Uma versão desta bandeira foram os estandartes britânicos (*British Ensign*) que apareceram no século XVII, quando os britânicos passaram a usar a Bandeira da União no cantão superior direito da bandeira, tendo o estandarte em campo vermelho (*red ensign*) para uso civil, em campo azul (*blue ensign*) para o governo ou Estado e em campo branco (*white ensign*) para embarcações marítimas. No século XIX, o estandarte azul passou a ser usado pelos governos coloniais, que colocavam

¹⁸ Figuras, como a imagem da Virgem Maria, foram relativamente comuns até o século XVIII nas bandeiras das cidades e ordens militares. A bandeira do cantão de Glarus, na Suíça, usa até hoje a imagem de São Fridolím, padroeiro local.

¹⁹ Este termo foi cunhado por Hobsbawm (1990) para definir os Estados nacionais cujas fronteiras tomaram sua forma final aproximada ainda no século XV, como nos casos do Reino Unido, França, Portugal e Espanha.

²⁰ Desde 1277, a cruz do padroeiro, São Jorge, era usada pelos reis ingleses, sendo também esta considerada a bandeira nacional; a cruz em diagonal (ou aspa) de Santo André da Escócia, data de um pouco antes de 1385 (BARKER, 2005).

no centro do batente inferior os símbolos e armas características de cada possessão colonial.²¹

A primeira bandeira “moderna” nasceu durante a revolta holandesa contra o reino da Espanha (1567-1579); era conhecida como *Prinsenvlag*, composta de três faixas horizontais de igual tamanho, sem os aparatos heráldicos, nas cores vermelha, branca e azul. A importância da bandeira holandesa iria se refletir no número de nações que passariam a copiar seu modelo gráfico.²² Mais tarde, suas cores também influenciariam a bandeira criada após a independência dos Estados Unidos (1776) e a bandeira da França revolucionária, conhecida por *Tricolore*.²³

O desenho dessas novas bandeiras criadas refletia a idéia que, com abolição das monarquias, o sistema heráldico de identificação também fora rejeitado. As cores e desenhos contidos nas bandeiras passaram a carregar uma mensagem ideológica e política em seu conteúdo (ZNAMIEROWSKI, 2004); um exemplo dessa transição é o uso de símbolos simples, como as estrelas, cuja representação ideológica assumiu as formas mais variadas.

Até o século XIX, o uso de bandeiras em terra era limitado, em contraste com o uso massivo das bandeiras nos mastros navegações marítimas, e, apenas alguns países possuíam de fato uma bandeira nacional. Mas as mudanças ocorridas no começo daquele século, pela ascensão dos movimentos nacionalistas na Europa (principalmente no pós-1848), a independência das nações latino-americanas e as mudanças culturais que deram nascimento à idéia de soberania e do Estado nacional, é que os estandartes civis se tornaram definitivamente “bandeira nacional”.

²¹ No caso das possessões britânicas, desde 1865 foram criadas bandeiras com a “Bandeira da União” em campo azul ou vermelho – como ocorre atualmente com as bandeiras Austrália e Nova Zelândia – em que se inseria um brasão de armas ou elementos associados à uma determinada colônia ou protetorado. As colônias da África, Ásia, Oceania ou Caribe tinham da mesma forma em suas bandeiras brasões de armas ou emblemas adicionados no “batente inferior”, que é a parte mais distante da haste, que “esvoaça” ao vento.

²² Conforme retrata a lenda (COSTANTINO, 2005; BARKER, 2005; KINDERSLEY, 2005), em 1697 o czar da Rússia “Pedro, o Grande”, em visita aos Países Baixos, decidiu adotar uma variação da bandeira tricolor holandesa na sua frota marítima, que mais tarde se converteu no símbolo civil de seu país; a influência da Rússia se faria também nas nações eslavas, que adotaram a mesma estrutura gráfica desta bandeira. As nações latino-americanas utilizaram o mesmo desenho durante os movimentos de libertação nacional no início do século XIX, cujas bandeiras de San Martin (Argentina) e Francisco de Miranda (Venezuela) foram as precursoras como modelo gráfico.

²³ A *tricolore* francesa apareceu durante a Revolução de 1789. O general francês Marquis de Lafayette utilizou as cores vermelha e azul do brasão da cidade de Paris colocando entre elas a cor branca da família real Bourbon. Inicialmente ela simbolizava a reconciliação do Rei com a cidade, mas rapidamente tornou-se o símbolo da revolução. Em 15 de fevereiro de 1794, a convenção nacional adotou a presente bandeira (FIREFLY, 2003, p. 77).

Figura 6: Genealogia da bandeira britânica – a soma dos reinos e territórios.

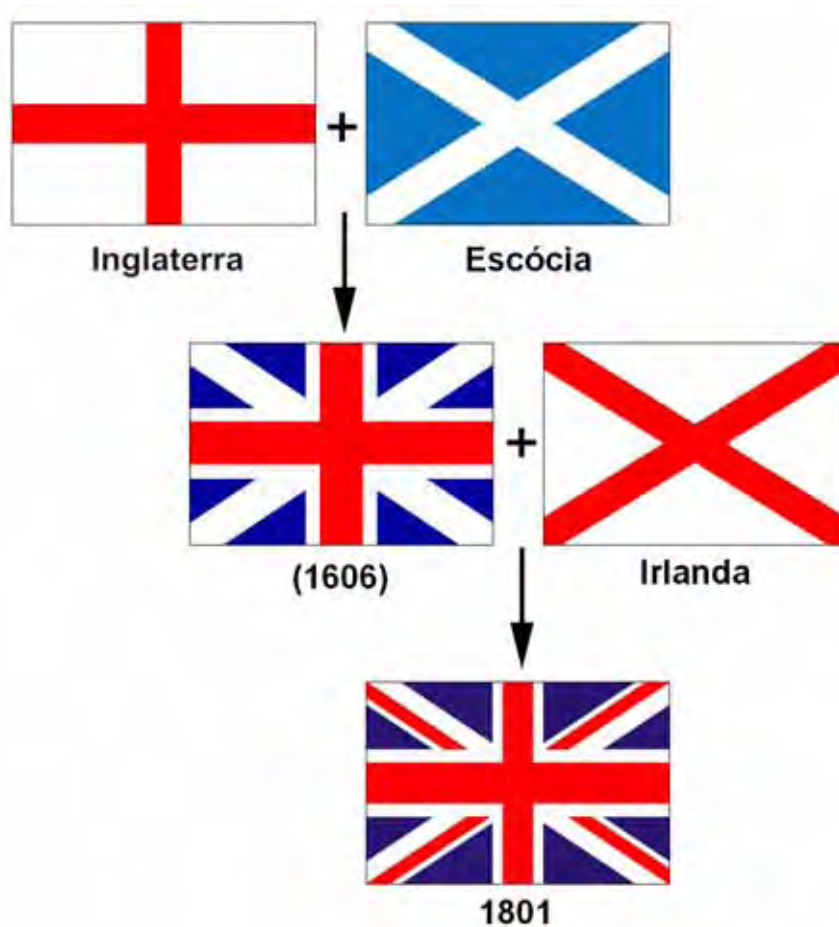
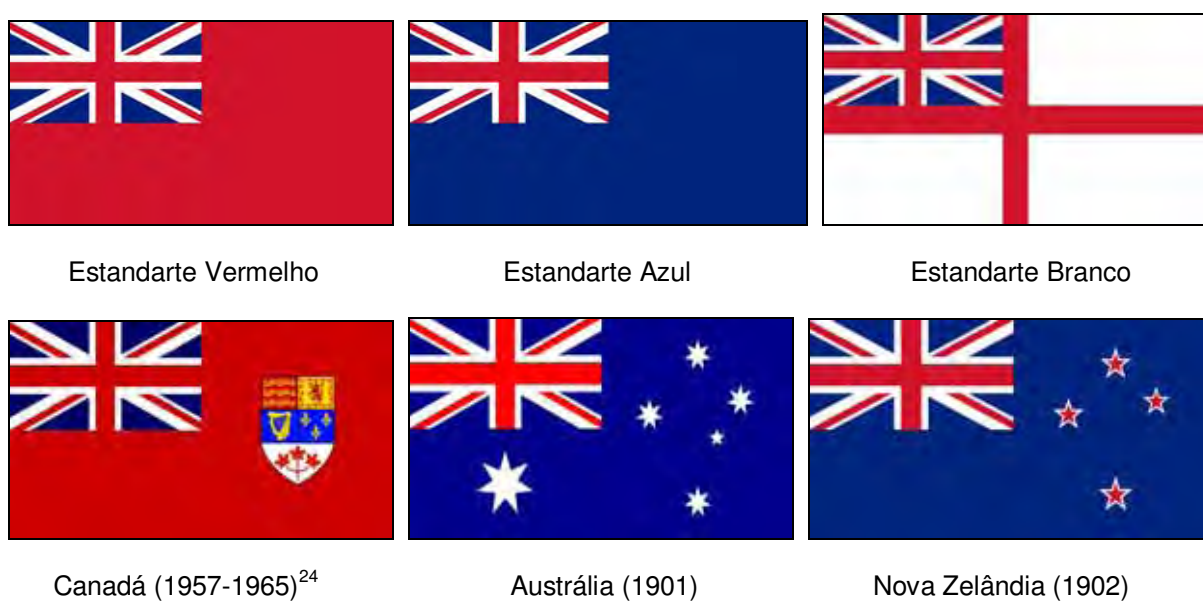


Figura 7: Os estandartes coloniais e as bandeiras da Comunidade Britânica.



²⁴ A primeira versão desta bandeira apareceu em 1868; as armas foram modificadas em 1921 e 1957.

Da mesma forma que o brasão de armas se tornou o signo identificado com o governante e o Estado, também a bandeira nacional veio a ser tornar um símbolo no qual o povo podia se identificar, já que o conceito de bandeira nacional como um símbolo do povo aconteceu muitas vezes antes de o Estado se tornar prevalecente, e em muitos casos a bandeira foi introduzida pelos líderes dos movimentos de independência, estudantes ou revolucionários e só depois adotada por um governo (ZNAMIEROWSKI, 2004).

Já em finais do século XIX, grande parte dos Estados havia adquirido para si uma bandeira com suas próprias “cores nacionais”. Tal fato não ocorreu somente com as nações independentes da Europa e das Américas, mas também nos territórios coloniais dos Estados metropolitanos, onde se forjou, de um tipo ou outro, a bandeira colonial com atributos próprios entre os séculos XIX-XX, como nos casos das possessões e protetorados britânicos. Guerras, independências e revoluções, além de outros fatos históricos comandaram esta dança de significados que influem na adoção de novas bandeiras e novas cores nacionais (LUZ, 1999).²⁵

Durante a Segunda Guerra Mundial, o valor ideológico e moral da bandeira²⁶ no campo de batalha aparece na foto de Joe Rosenthal, publicada pela Associated Press, em 23 de fevereiro de 1945, quando seis *marines* norte-americanos fincaram a bandeira de seu país em Iwo Jima, uma ilha do arquipélago de Ogasawara, a meio caminho entre Saipan, nas Ilhas Marianas e Tóquio; tal conquista significou uma forte ameaça territorial ao imperialismo japonês. Da mesma forma, a foto tomada do Reichstag pelos soviéticos, no dia 5 de março de 1945, tornou-se um dos marcos da

²⁵ Um exemplo marcante dessa mudança de significado e da manipulação dos símbolos nacionais e das tradições apareceu com a bandeira da recém-unificada Alemanha, em 1871. O preto e o vermelho advinham das armas da Prússia; o branco e o vermelho da Liga Hanseática. Essas cores perduraram até 1918 quando, após a derrota da Alemanha e o advento da República Weimar, foram substituídas pelo preto-vermelho-dourado, cores das bandeiras das revoluções de 1848. Com a ascensão do nazismo em 1933, Adolf Hitler restaurou as antigas cores imperiais, transformando-as em um símbolo de revanche contra a humilhação da derrota na Primeira Grande Guerra. As cores se converteram na bandeira do Partido Alemão Nacional-Socialista dos Trabalhadores (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*), cuja bandeira continha um campo vermelho, sobreposto por um círculo branco, onde se inscrevia uma cruz suástica negra (cruz germana ou gemada), hasteada ao lado da bandeira nacional. A restauração das cores imperiais correspondia à edificação de um novo império (o Terceiro *Reich*) no qual ambicionava Hitler. Com esta promessa, de tal forma siderou o povo alemão que, em 1935 (sic), apenas passados dois anos da restauração das cores imperiais, ousou substituir o novo pavilhão pela bandeira do partido, a qual deu atributos à bandeira nacional que perduraram até o fim da Segunda Guerra Mundial (LUZ, 1999, p. 31). Após essa data o padrão preto-vermelho-dourado foi restaurado como bandeira nacional da Alemanha.

²⁶ Conforme relembra Guibernau (1997, p. 91) “o soldado que morre por sua bandeira assim age por identificar a bandeira com seu país. Mediante essa associação, ele perde de vista o fato de que a bandeira é apenas um sinal. Como um símbolo, a bandeira é valiosa: representa o país”.

disputa ideológica que se seguiu à derrota do regime nazista. Tal medida colocou em jogo a partir de então uma disputa geopolítica entre as duas novas potências, ao demarcarem simbolicamente suas posições no mundo bipolar da “guerra fria”.



Fotografia 1: a conquista de Iwo Jima pelas tropas norte-americanas.



Fotografia 2: a bandeira hasteada pelas tropas soviéticas no Reichstag em Berlim.

A bandeira do Partido Comunista, composta de um pavilhão vermelho com um emblema de ouro representando uma foice e um martelo (símbolo dos camponeses e proletários respectivamente) transformou-se na bandeira da União Soviética (1924).²⁷ A “bandeira vermelha” comunista foi copiada por outros países que seguiram o mesmo modelo estilístico e ideológico.²⁸

Outras bandeiras de influência ideológica no século XX se configuraram na bandeira da revolta árabe de Hejaz (1917) e a bandeira do movimento egípcio de libertação (1953), cujas cores (verde, vermelho, preto e branco) influenciaram os estandartes das nações no Oriente Médio e norte da África. A bandeira da Etiópia (1930), que teve forte influência com suas cores (vermelha, amarela, verde) no movimento do Pan-africanismo, assim como o movimento negro norte-americano, liderado por Marcus Garvey, que havia criado um estandarte (1920) com as cores vermelha, negra e verde para manifestar o sentimento de irmandade africana.

²⁷ A bandeira soviética sofreria alterações em 1935; sua versão final foi utilizada entre 1955-1991.

²⁸ Como exemplos, podem-se citar as bandeiras da Mongólia (1924-1940), República Popular da China (1949), Vietnã (1955), Camboja (1976-1989), Afeganistão (1978-1980). A influência da ideologia marxista na África se fez também nas bandeiras de Angola (1975), Moçambique (1981), Congo (1969-1991), e Benin (1975-1991), usando ferramentas e estrelas na sua composição.

Figura 8: Bandeiras que serviram de inspiração libertária.



Países Baixos (*Prinsenvlag*)

Rússia (*Andreevsky*)

França (*Tricolore*)



A atual bandeira dos Estados Unidos (*The Star-spangled-banner*), a tricolor idealizada por Francisco de Miranda (1806) para a emancipada América Espanhola e a bandeira da Federação da América Central (1823-1838), inspirada no padrão de cores da bandeira da Argentina.

Figura 9: Bandeiras nacionais da Alemanha – estandarte civil (1848-1866), bandeira imperial (1867-1918) e a bandeira modificada por Adolf Hitler para servir de estandarte civil (1933-1945).



Figura 10: Bandeiras da União Soviética (1924-1991), Revolta Pan-Árabe (1917) e Etiópia (1930).



Com o fim da Segunda Guerra iniciou-se o processo de massificação das independências nacionais, resultantes do desmoronamento do modelo colonial estabelecido em fins do século XIX, ocorrendo primeiramente na Ásia e se estendendo à África, Oceania e ilhas do Caribe. As décadas subseqüentes seriam marcadas pelo acréscimo do número de Estados independentes, refletindo-se em uma extensa gama de novos símbolos nacionais, cujas bandeiras passaram a figurar no cotidiano da sociedade global.

Outro ponto marcante na florescência de novas bandeiras desdobrou-se no final do século XX com as mudanças advindas da queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética em 1991, que culminaram não só com a ascensão de novos símbolos (re)introduzidos na ampliação do quadro dos Estados soberanos, mas também nas mudanças das bandeiras dos países sob influência do marxismo, tanto os Estados satélites europeus, bem como as nações do chamado Terceiro Mundo.²⁹

1.2 Brasões de Armas

Da mesma forma que as origens míticas da bandeira, a história dos brasões segue os modelos de representação totêmica das sociedades antigas. Segundo Pereyra (1947), foram os assírios os primeiros a usar divisas em seus escudos. As armas dos reis da Assíria eram uma pomba de prata. Os cartagineses tinham por emblema uma cabeça de cavalo; os romanos uma loba, um corvo e depois uma águia. Os godos, por sua vez, usavam um urso e os francos um leão. Os chineses tinham em seus estandartes militares a figura de um dragão. A esses antigos escudos de combate dava-se o nome de “broquéis”.

Como o brasão apóia-se em simbolismos, verifica-se nele a influência religiosa, militar, supersticiosa ou heróica desde os primórdios da humanidade, conforme explica Waldemar Baroni Santos (1978, p. 11):

²⁹ No caso dos Estados satélites podemos citar a bandeira da Romênia, cujo brasão de armas ao estilo dos símbolos comunistas fora retirado. Nações como a República do Congo e o Benin na África e o Camboja na Ásia reformularam suas bandeiras, após esse período. A Albânia retirou de sua bandeira a estrela dourada em 1991, que representava o partido comunista, assim como também o fez a Iugoslávia retirando de sua bandeira a estrela vermelha em 1992, após o esfacelamento de seu território.

A superstição e o devotamento religioso nasceram com o próprio homem. O totemismo, que consiste no culto aos animais, às plantas e a objetos que lembrem figuras religiosas, já era comum ao homem primitivo [...]. Na história dos brasões, suas mais curiosas formas têm seu radical na mitologia grega, romana e etrusca, ou tão somente nos usos e costumes das maiores nações do mundo antigo [...] convém lembrar as lendas que contam a ação dos deuses que, por castigo ou prêmio, transformavam os seres humanos, de sua predileção, em animais e plantas, pois estes mesmos animais e plantas vão dar origem a muitos brasões.

Guilherme de Almeida (In: RIBEIRO, 1933, p. 361) assim trata da origem heróica dos brasões:

A origem dos brasões de armas remonta às primeiras brumas da Idade Média, quando foi das Cruzadas. Então, no território fracionado da Europa, em cada gleba, um castelo cravava no céu a dentura de forte das ameias. Nela morava um senhor absoluto e, à vontade dele, os povoados se amontoavam. Quando ia à Palestina, esse pequeno monarca levava consigo um cortejo pomposo de vassalos. Para se distinguirem, os soldados desses minúsculos exércitos pintavam de uma certa cor os seus broquéis. Ao voltar da Terra Santa, o cavaleiro a quem Marte sorria colocava sobre o escudo os troféus que alcançara, e assim os oferecia aos olhos do seu soberano e ao coração de sua dama. Depois, religiosamente guardava, em recordação de seu passado de bravura, aqueles símbolos marciais.

A etimologia da palavra brasão provém do verbo alemão arcaico *blasen*, que significa, “tocar trombetas” (SANTOS. W. B., 1978; LUZ, 1999). Fato este que os decretos dos soberanos eram lidos em praça pública pelos arautos, que chamavam a atenção dos ouvintes com trombetas, enfeitadas de bandeirolas blasonadas.

Ao estudo dos brasões³⁰ dá-se o nome de “heráldica”, que é considerada ciência (sic) e arte dos brasões (PEREYRA, 1947; SANTOS. W. B., 1978), cujo verdadeiro sentido etimológico é o saber dos *heraldos*,³¹ oficiais que dirigiam os torneios desportivos e fiscalizavam a qualidade dos cavaleiros; exerciam um cargo parecido com os mestres de cerimônias, pois estavam encarregados de publicar oficialmente os torneios e de anunciar de viva voz os nomes dos combatentes. A missão desses personagens foi estendendo-se, posteriormente, por mandato dos reis, a determinar os escudos de armas que correspondiam a cada família e das que teriam direito a usá-las.

³⁰ A palavra “brasão” significa o conjunto de ornamentos interiores e exteriores que constituem as insígnias privativas de um Estado, uma corporação, de uma autoridade civil ou eclesiástica ou de família nobre. Também se expressa com esse termo o corpo de regras da ciência (sic) que explica os escudos, figuras e ornamentos heráldicos e regras de sua disposição (PEREYRA, 1947, p. 39-40).

³¹ Por isso é verossímil que o nome desses oficiais proceda da raiz *har*, do antigo alemão *haren*, gritar, chamar (PEREYRA, 1947, p. 38). Luz (1999, p. 72) afirma também que era o velho grito francês *haro*, que os normandos atiravam aos ventos, como um desafio, antes das batalhas.

Pereyra (1947) complementa esta explicação ao afirmar que a heráldica estuda as *armas* ou *armarias*, vozes que não designam de nenhum modo instrumentos para ofender ou defender-se dos inimigos, mas que, procedendo da palavra latina *arma*, em sua acepção de *insígnia*, se referem aos emblemas honoríficos privativos de famílias nobres ou de corporações e entidades pertencentes às hierarquias da Igreja ou do Estado. Era também um sinal de distinção entre o soberano e seus vassalos.

De fato, as primeiras regras da heráldica surgiram durante a segunda cruzada (1147-1149) e se popularizaram logo após os cavaleiros retornarem de Jerusalém para suas respectivas pátrias (ZNAMIEROWSKI, 2004). Quando estavam no Oriente, entre o furor da luta e as estratégias militares da época, os combatentes notaram que a tradicional estilização de animais mitológicos e naturais, o uso de figuras simples ou os elementos de alto contraste podiam ser excelentes signos de identificação e diferenciação de suas distintas ordens e origens. O campo ideal para se inserir essas “peças” era o escudo, embora como visto anteriormente, as figuras em escudos já eram pintadas muito antes da época das cruzadas. Quando o elmo foi inventado para proteger a cabeça e face dos guerreiros, e, por consequência, a ocultação de sua identidade no furor da batalha, surgiu então uma necessidade implícita de se criar signos para a identificação dos oponentes.

Para facilitar essa identificação, o número de “tinturas heráldicas” usadas nos escudos fora limitada a seis: quatro cores (vermelho, azul, verde e preto) e dois metais (ouro e prata),³² proibindo-se colocar metal sobre metal ou cor sobre cor. Um dos artifícios pré-heráldicos mais incorporados ao escudo, assim como nas bandeiras, foi a cruz cristã, precisando-se recorrer aos mais diferentes arranjos e divisões para distinguir os que a usavam. Outros emblemas heráldicos populares eram o leão, a águia, o grifo, o cavalo, a flor-de-lis, a rosa e as armas de guerra.

A cavalaria pesada também revolucionou a maneira de guerrear e as armas e armaduras tinham um custo muito elevado, do qual poucos podiam pagar; assim também os cavaleiros tornaram-se uma classe privilegiada (RIBEIRO, J. G., 2003). Como já mencionado, quando retornavam da Terra Santa, muitos cavaleiros que

³² Na terminologia heráldica, as cores adquiriram nomes próprios derivados do francês antigo: ao vermelho dá-se o nome de *goles*; ao azul *blau*; ao verde *sinopla*; ao preto *sable*; ouro e prata são designados respectivamente *or* e *argent*.

comandavam essas tropas também passaram a usar esses escudos e as bandeiras que carregavam como símbolos de proteção.

Os escudos e armaduras passaram a ganhar desenhos também para identificar seus cavaleiros à distância e distingui-los dos demais e, à medida que suas famas e conquistas aumentavam, estes símbolos eram concedidos pelos reis àqueles que com bravura haviam defendido seu reino. Aos poucos, com o desenvolvimento da sociedade feudal, os brasões tornaram-se hereditários. Foi assim que entre os séculos XI e XIII a heráldica vai desenvolver pela forma como a conhecemos hoje, criando suas próprias regras e estabelecendo-se nos reinos e regiões, já com uma classe de especialistas (os arautos), que se tornaram imprescindíveis para os governantes.

Um brasão de armas geralmente é composto de dois elementos distintos: o escudo, que é a parte principal, e que contém os símbolos e divisões, onde são inseridas as figuras ou “peças heráldicas”, que podem ser homens, animais, coisas e monstros estilizados. Por sua vez, a chamada “ornamentação exterior” é composta por todos os elementos que cercam o escudo.³³

A heráldica divide-se em três ramos principais: a chamada *heráldica de família*, que trata dos brasões dos reis, duques e nobres; a *heráldica eclesiástica*, que trata dos brasões dos papas, bispos, arcebispos, cardeais e a *heráldica de domínio*, que é a de maior interesse para a análise geográfica, pois aborda os brasões das aldeias, vilas, municípios, regiões, províncias e países e seus atributos característicos, como rios e mares, montanhas e montes, produção agrícola e industrial, monumentos históricos, plantas e animais típicos, na representação destes elementos no brasão.

Da mesma forma que as bandeiras, os brasões passaram do uso franco dos reis, eclesiásticos e nobres para as cidades e comunas, mais tarde representado também as regiões, províncias e países. “De fato, entre 1195 e 1295 muitos governantes europeus adotaram brasões de armas e bandeiras armoriais carregando uma ou mais figuras heráldicas” (ZNAMIEROWSKI, 2004, p. 72).

³³ Dos ornamentos externos distinguem-se os suportes e tenentes, o manto, a divisa e o mote; a coroa, o capacete, o paquife e o timbre. Os tenentes e suportes são animais, seres humanos, bestas ou coisas que sustentam externamente o escudo, com atributos do animismo. São representados, de preferência, ao natural, na própria cor, em sua posição mais nobre, um à direita, outro à esquerda do próprio escudo.

O atual brasão de armas da Alemanha deriva da águia negra em campo dourado do estandarte do Sacro Império Romano. Os três leões dourados em campo vermelho e o leão vermelho eram os respectivos símbolos dos reis da Inglaterra e Escócia; os três leões azuis da Dinamarca, o leão branco da Boêmia, negro de Flandres, púrpura de Leão (Espanha), segurando um machado da Noruega, a águia branca da Polônia e as bandeiras armoriais de Portugal e Espanha, além do campo de flores-de-lis sobre um fundo azul dos reis da França são exemplos dos brasões personificados que passaram a ser utilizados como símbolos nacionais mais tarde. Conforme ocorrera com as bandeiras no final do século XVIII, os brasões derivados das casas reais como símbolos nacionais foram substituídos no processo de identificação da soberania popular, associados com a idéia de República.³⁴

Mais tarde, o próprio escudo da nação passou a se constituir em um forte elemento de propaganda, à medida que ia penetrando no cotidiano dos órgãos estatais; logo passou a ser também estampado no papel timbrado, na moeda e nos documentos pessoais dos habitantes de cada país.

Nota-se da mesma maneira que as bandeiras, que os brasões de armas foram cunhados e apropriados³⁵ conforme se desdobrava a formação dos Estados nacionais durante os séculos XIX e XX, mais particularmente na segunda metade do século passado, quando a grande maioria dos territórios coloniais tornou-se *de facto* uma nação independente. Deve-se ressaltar que não apenas os Estados independentes possuem para si determinados símbolos nacionais, mas seus territórios e dependências (assim como os Estados em busca de independência) também criam, mesmo de forma não-oficial, suas próprias insígnias “nacionais”.

³⁴ O brasão dos reis da França fora substituído por um emblema simples todo em ouro, que contém o barrete frígio e um *fascis* (molho de varas com um machado) com a sigla R.F. (República Francesa) sobreposta. Caso semelhante aconteceu com a Itália no primeiro quartel do século XX, quando o brasão de armas da real “Casa de Savóia” fora substituído pelos ramos de louro e carvalho e a figura de uma estrela tendo a roda dentada (símbolo industrial) ao fundo, símbolos da República Italiana.

³⁵ Como exemplo dessa apropriação das regiões históricas, podemos citar o brasão de armas da República Tcheca, que foi instituído em 1919 e utiliza as armas das regiões históricas da Boêmia (leão em prata sobre campo de gules), da Morávia (águia axadrezada em prata e gules sobre campo blau) e Silésia (águia em sable sobre campo de ouro).

Figura 11: Bandeiras heráldicas cujas figuras e desenhos que influenciaram os brasões de armas dos Estados nacionais europeus (com exceção das armas do Reino da França).



1.3 Hinos Nacionais

Hinos nacionais são símbolos patrióticos oficiais – canções que despertam o sentimento de identidade nacional; signos reconhecidos por um Estado como a sua “canção nacional”. Enquanto as bandeiras e os brasões de armas portam-se como os ícones visuais de um determinado país, os hinos nacionais apresentam-se como os ícones musicais da nacionalidade.

A etimologia da palavra hino deriva do grego *hymnos*, que significava o canto de louvor em adoração a uma divindade, pois nos templos antigos o hino figurava como um verdadeiro “canto religioso”.³⁶ Do final da Idade Antiga, desdobrando-se pela Idade Média, a história dos hinos esteve intimamente ligada ao âmbito da Igreja e ao crescimento da música na cultura ocidental, desde a primitiva melopéia cristã, conhecida como cantochão, até a efusão abundante do Renascimento (MENUHIN; DAVIS, 1990). Com o choque de culturas após as Cruzadas, a música torna-se uma mescla de muitas vozes, onde são codificados os princípios da harmonia, o começo da orquestração e o desenvolvimento do sistema de pautas e notas.

Os hinos nacionais ganhariam uma nova vertente com as canções patrióticas e partidárias. Em 1568, para homenagear o início da revolta holandesa contra o jugo espanhol, que resultou na chamada “Guerra dos Oitenta Anos”, o poeta e diplomata Philips van Marnix (1540-1598) escreveu o poema *Wilhelmus van Nassouwe* (Guilherme de Nassau); uma canção em homenagem a Guilherme I – Príncipe de Orange, herói nacional holandês. Com o passar do tempo, *Wilhelmus* passou a ser cantado em eventos públicos, primeiramente como uma canção partidária, configurando-se mais tarde como um hino de liberdade do povo holandês.³⁷

Embora os atributos de canção partidária tenham diferenciado o hino holandês em relação às canções religiosas (no sentido sagrado de sua época), o

³⁶ Devemos ressaltar que a língua inglesa revela uma clara descrição da palavra “hino” neste sentido; enquanto *hymn* está associada ao canto religioso, portanto, um canto sagrado, de reverência religiosa, a palavra *anthem* significa o próprio hino no seu sentido profano, fora do templo religioso, exaltando a guerra, os heróis e os assuntos ligados inclusive à nação, ou seja, o hino nacional (*national anthem*).

³⁷ A canção, composta de 15 estrofes com 8 versos cada uma, assemelhava-se às composições poéticas do século XVI. Quando foram fundados os Países Baixos, em 1815, sentiu-se a necessidade de proclamar em caráter oficial um hino nacional. Através de um concurso, o poema eleito foi o de Hendrik Tollens, intitulado *Wiens Neerlands Bloed* (Aquele de Sangue Holandês). Porém, *Wilhelmus* continuou como a canção mais popular entre os holandeses durante todo o século XIX e, aos poucos, foi substituindo *Wiens Neerlands Bloed* na preferência de hino nacional. Finalmente, em 10 de maio de 1932, *Wilhelmus van Nassauwe* foi declarado hino nacional do Reino dos Países Baixos.

primeiro hino moderno (no sentido cerimonial) a ser adotado foi o britânico, em 1745. Entretanto, sua letra fazia homenagem a um monarca, em vez de uma nação, conforme é relatada a sua origem:

O hino nacional britânico – *God Save the Queen* – originou-se de uma canção patriótica apresentada ao público pela primeira vez em 1745, em Londres. [...] Tanto a letra quanto a música da canção são anônimas e podem datar do século XVII. A obra foi publicada em 1744, em uma coletânea de canções chamada *Theasurus Musicus*. [...] O Dr. Thomas Arne, autor de *Rule Britannia* e líder da orquestra do Teatro Real em Drury Lane, fez um arranjo para *God Save the King*³⁸ ser apresentada no teatro após a peça (*The Alchemist*, de Bem Johnson) pelos solistas e pelo coral. A apresentação foi um tremendo sucesso e repetiu-se por todas as noites desde então. [...] Outros teatros também adotaram a apresentação, que espalhou-se logo em seguida para fora de Londres. Logo foi estabelecido o costume de saudar o Rei com a música quando o Soberano entrava em um local de diversão pública.³⁹

Adquiriu-se assim a “tradição” de cantar o hino (nacional) ao estilo britânico, que logo foi transplantado para outros países, que adotaram hinos seguindo este mesmo molde:

No século XVIII, os visitantes europeus à Grã-Bretanha parecem ter ficado impressionados com a popularidade de *God Save the King*, bem como devem ter notado a vantagem social e política de se ter um símbolo musical tão patriótico. Em 1763, a música foi publicada na Holanda, mas sua origem britânica foi admitida. Em 1790, um jornal dinamarquês publicou um poema escrito para o aniversário de Christian VII, para ser cantado pela melodia do *God Save the King* britânico. Em 1793, um jornal alemão produziu uma estrofe que foi adotada por vários estados alemães, e a música tornou-se tão conhecida que todos acreditavam ser de origem alemã. A Rússia adotou a melodia algum tempo depois, surgiram versos em russo para ela e a canção permaneceu em uso para ocasiões oficiais até 1833, quando foi escrito um novo hino nacional. Na Suíça, a melodia britânica tem sido usada há muito tempo, com letras em alemão e em francês. Em certa época, a Suécia utilizou-se da melodia como uma canção nacional [...] era cantado nas Colônias Americanas antes da independência [...].⁴⁰

Uma outra importante vertente na história dos hinos nacionais modernos inaugura-se em 1792, quando o general Claude-Josep Rouget de Lisle (1760-1836) compôs para as tropas francesas o *Chant de guerre pour l'armée du Rhin* (Canto de Guerra para o exército do Reno), marcha que se tornou popular entre os exércitos

³⁸ Na época, o monarca era o rei Jorge II (1683-1760).

³⁹ Conforme o extraído do texto “**O hino nacional britânico**” In: Serviço Britânico de Informação. Brasília: Embaixada do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, p. 4-6 (2000).

⁴⁰ Idem.

do país por sua representação musical dos ideais da Revolução Francesa.⁴¹ Como uma canção de cunho revolucionário, passou a ser conhecida em Paris como *La Marseillaise* (A Marselhesa), gentílico associado ao fato de ser cantada por soldados vindos da cidade de Marselha, sendo declarada hino nacional em julho de 1795.

Seguindo os estilos britânico e francês, o ritual de cantar hinos difundiu-se pela Europa durante a primeira metade do século XIX. Esse período também se caracterizou pela transformação cultural, através do aparecimento do nacionalismo na música clássica, onde “o orgulho e a honra nacionais receberam sua expressão musical mais amplamente reconhecida sob uma forma vastamente aceita na metade do século XIX – o hino nacional” (MENUHIN; DAVIS, 1990, p. 180).

Nas Américas, as nações recém-independentes nas primeiras décadas do século XIX também seguiram o exemplo dos países europeus, mas adotaram hinos nacionais com um estilo *sui generis*, pois além de valorizarem a figura dos heróis locais, utilizaram metáforas da mitologia greco-romana, recebendo influências da ópera (com larga contribuição de compositores de origem italiana), introduções musicais geralmente longas e versos rebuscados em suas letras.⁴² Os primeiros hinos neste estilo foram o da Venezuela (1810), Argentina (1813), Peru (1821), Brasil (1831), Bolívia (1842), Uruguai (1845), Paraguai (1846) e México (1854). Este tipo de composição caracterizou os hinos da América Latina adotados no século XIX e, mesmo as composições alteradas no século XX, não chegaram a escapar desse padrão estilístico. No hemisfério norte, os Estados Unidos não tinham um hino oficial e a canção *Hail Columbia* era usada por ser a canção patriótica mais popular; por sua vez, *The Star-Spangled Banner* (O Pendão Listrado-Estrelado), escrito em 1814 por Francis Scott Key (1779-1843), seria adotado pelo congresso como hino oficial em 1931, ao passo que *O Canada!* (Oh, Canadá!) se tornaria oficial em 1980, cem anos antes de ter sido cantada pela primeira vez em solo canadense.⁴³

⁴¹ Conforme comenta José Murilo de Carvalho (1990, p. 122-124) “Aparecia aí com clareza a ambigüidade do hino francês. A *Marselhesa*, até o final do século passado, era tanto o hino francês como o hino dos revolucionários de todos os países [...] Se na França tentava-se fazer [no século XIX] da *Marselhesa* o hino da pátria e não da revolução, em outros países ela ainda representava um grito de guerra e de revolta”.

⁴² Nesses países, cujo modelo de nação se distinguiu à moda do nacionalismo eurocêntrico, a palavra hino ainda não estava amplamente difundida em seu conceito moderno. O título do hino argentino era “A Marcha da Pátria” e só mudada para “Hino Nacional Argentino” em 1847; no Peru chamava-se “Marcha Nacional”; no Chile “Canção Nacional” e na Venezuela conservava-se por título o primeiro verso: “Glória ao Bravo Povo!”.

⁴³ Para informações específicas sobre a história dos hinos nacionais, consultar: BERG, T. J. **Hinos de todos os países do mundo**. São Paulo: Panda Books, 2008.

Na Europa do século XIX, as nações que conquistaram sua independência procuraram adotar hinos próprios voltados para este caráter, enquanto a diversidade histórica, paisagística e mesmo o ardor revolucionário eram também os temas principais para essas canções patrióticas.⁴⁴ Já o alcance popular e revolucionário dos hinos partidários fora traduzido pela influência da “Internacional Comunista”.⁴⁵

A composição de hinos nacionais e sua franca utilização como instrumento da propaganda nacionalista ganhou maior expressividade a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tanto pelo envolvimento das nações beligerantes, quanto pela transformação do mapa da Europa nesse período.⁴⁶

Com o caminhar para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as influências do discurso político foram meticulosamente construídas e projetadas pelos símbolos nacionais das nações beligerantes, sobretudo com os novos instrumentos da mídia – o rádio e o cinema. Fato este que a *Die Fahne Hoch* (A bandeira ao alto) ou “Canção de Horst Wessel” foi usada como hino semi-oficial na Alemanha nazista (1933-1945), enquanto na Itália fascista usou-se a canção partidária *Giovinezza* (Juventude) entre 1922-1943 conjuntamente com seu hino oficial, a *Marcia Reale* (1861-1946).

Passado o conflito beligerante, as potências colonizadoras compreenderam que estavam vivendo outro tempo e começaram a encaminhar soluções que lhes fossem mais acessíveis e vantajosas, seja no aspecto econômico, seja pelas pressões dos movimentos nacionalistas, abandonando o velho modelo colonial

⁴⁴ Algumas nações passaram a adotar seus próprios hinos baseados em canções revolucionárias, como por exemplo, o hino da Bélgica, criado em 1830. Outros hinos foram apropriados de baladas populares como no caso da Suécia e Dinamarca (1844), Finlândia (1848), Noruega (1850), Estônia (1896) e mais tarde a Tchecoslováquia (1919) – todos eles com apelo indissociável à paisagem. Havia canções de padrão religioso, como nos hinos da Hungria (1844) e Liechtenstein (1850), este último influenciado pela melodia do hino britânico. Na Letônia, o seu hino nacional (composto em 1873) foi o primeiro a introduzir o nome moderno do país (*Latvia*) num sentido muito mais voltado às regiões habitadas pelos letões. A Grécia (1864) procurou retratar a “liberdade nacional” como tema. Os movimentos de orientação nacional, por sua vez, adotaram suas canções patrióticas, como o caso do hino sionista do povo judeu, cujo poema escrito e cantado após 1897 se converteria no hino nacional do Estado de Israel depois de 1948.

⁴⁵ Esta composição que teve sua letra escrita em 1870 por Eugène Pottier (1816-1887). Dezoito anos depois Pierre Degeyter (1848-1932) transformaria o poema em música, usada inclusive entre 1922-1944 como o primeiro hino nacional da então recém-criada União Soviética.

⁴⁶ No caso do que sobrara da Áustria derrotada, esta “invenção política” ocorreu como o hino usado entre 1920-1929. Conforme o depoimento de Eric J. Hobsbawm: “Este autor lembra de ter se submetido a tal peça de invenção política em uma escola primária austríaca na metade dos anos 20, na forma de um novo hino que tentava, desesperadamente, convencer as crianças que um punhado de províncias que sobraram ou que foram arrancadas da secessão do império Habsburgo formava um todo coerente que merecia amor e devoção patriótica; [...] A “Áustria alemã”, começava esse curioso e passageiro hino, “terra magnífica (*herrliches*) nós te amamos”, e continuava, como previsto, como um guia de viagem ou uma lição de geografia, seguindo os rios alpinos das geleiras ao vale do Danúbio e a Viena, concluindo com a afirmação de que essa nova Áustria residual era “minha terra natal” (*mein Heimatland*)” (HOBSBAWM, 1990, p. 112-113).

estabelecido em finais do século XIX. Embora com algumas libertações pontuais desde o começo do século XX, a massificação das independências nacionais ocorreu primeiramente na Ásia e se estendeu à África. As décadas de 1950-1960 marcaram um grande florescimento no número de hinos (e dos demais símbolos) nacionais criados para as nações recém-independentes, cujo tema principal seria, claro, a epopéia da “libertação nacional” e o desejo de um futuro glorioso. Na década de 1970, o que restava do antigo império português na África se esvaeceu, assim como as pequenas colônias britânicas e francesas na Oceania e Caribe.

Como visto, as mudanças político-ideológicas a partir do fim do muro de Berlim (1989) e o esfacelamento da União Soviética (1991) propiciaram a independência de um quadro considerável de novas nações, que além das quinze repúblicas soviéticas, se estenderam pelas nações da ex-Iugoslávia e o fim do modelo comunista em alguns dos Estados satélites na Europa, Ásia e África, e conseqüentemente, a adoção de novos símbolos patrióticos durante toda a década de noventa.

A primeira década do século XXI tem demonstrado uma mudança pontual em relação aos símbolos nacionais, em virtude de mudanças político-partidárias, como nos casos dos hinos de Moçambique (2002) com o fim da exaltação do partidarismo único de orientação comunista e recentemente do Nepal (2007), que exaltava a monarquia. A influência da intervenção militar dos Estados Unidos no Oriente Médio a partir do final de 2001, refletiu-se em novos hinos adotados no Afeganistão (2002 e 2006) e no Iraque (2004).

As mudanças territoriais no mapa mundial, como a independência (recuperada) de Timor Leste (2002) e a separação pacífica da Sérvia e Montenegro (2006), são alguns dos exemplos do processo dinâmico que move a criação e transformação dos Estados nacionais e a necessidade de atualização de seus símbolos.⁴⁷ O último caso de adoção dos símbolos nacionais surgiu com a declaração de independência de Kosovo (2008), que, embora reconhecida parcialmente, já produziu uma bandeira e brasão (exibindo um mapa do país), além de um hino (sem letra), que foram escolhidos de forma a expressar a neutralidade

⁴⁷ Nestes últimos anos, a Armênia discutiu a criação de um novo hino nacional, assim como na África, o governo de Botsuana estudava trocar esse símbolo (2007). O Parlamento do Iraque aprovou no final de janeiro de 2008 uma nova bandeira para o país, conservando-se apenas as cores pan-árabes e preservando-se a frase escrita entre as estrelas: *Allahu Akbar* (Deus é grande) e o parlamento da Bósnia-Herzegovina aprovou uma (nova) letra para seu hino nacional em fevereiro de 2009.

perante as tensões étnicas daquele Estado-nação.⁴⁸ Nas palavras de Luz (1999) os símbolos nacionais são, da mesma maneira, válidos na medida em que retratam a realidade da Nação que representam; algo que sempre muda pela vivência da história.



Fotografia 3: em 12 de março de 1990 é colocado o novo brasão de armas no parlamento da Lituânia, substituindo as antigas armas soviéticas após a declaração de independência.



Fotografia 4: um policial recolhe a agora antiga bandeira do Iraque em 29 de janeiro de 2008.

⁴⁸ Caso semelhante já havia acontecido em 1960, quando a nação mediterrânea do Chipre adotou por bandeira um campo branco, onde se inseriu o mapa do país em amarelo-cobre, ladeado por dois ramos de oliveira, para expressar o discurso de paz e de unidade perante uma população composta de cipriotas de origem grega e turca. Dessa forma, o mapa preenche o ideal de homogeneidade em uma realidade social heterogênea.

2 HINOS, BANDEIRAS E BRASÕES NO BRASIL

Após construir uma análise geral sobre a origem e evolução dos símbolos nacionais ao longo do mundo, torna-se necessário realizar uma revisão da história do uso destes símbolos no Brasil, estabelecendo uma conexão com o processo de evolução dos símbolos portugueses, cujas tradições influenciaram significativamente a história dos hinos, bandeiras e brasões brasileiros.

A história do uso das bandeiras em Portugal está intimamente ligada com a evolução dos povos celtiberos da Península Ibérica, em especial os lusitanos, que habitavam o noroeste, na região da Serra da Estrela até a influência e conquista romana em 61 a.C. Conforme nos fala a tradição (RIBERO, C., 1933; LUZ, 1999; RIBEIRO, J. G., 2003), durante os séculos I e II a.C., o emblema dos lusitanos era um dragão verde, que figurava sobre uma bandeira de fundo branco.

Passados os séculos, com a queda dos romanos (século V), a conquista dos árabes no século VIII e a influência das Cruzadas no século XII, deu-se a formação do Condado Portucalense (1097) por D. Henrique, cuja bandeira compunha-se de um campo retangular branco com uma cruz azul sobreposta, tornando-se mais tarde as cores tradicionais da bandeira reino de Portugal em 1139. Após a batalha dos campos de Ourique, com a derrota dos árabes na região do Baixo Alentejo, D. Afonso Henriques modificou a bandeira de seu pai, colocando em vez da cruz, cinco escudetes em forma de cruz, sendo suas cores mantidas, o azul para as figuras e o branco para o campo.

Mais tarde, com a tomada de Algarve, ao extremo sul, a bandeira do Reino de Portugal (1250) adquiriu uma bordadura de goles com sete castelos em ouro, que simbolizavam o sangue derramado na conquista; os castelos eram as fortalezas tomadas dos mouros.⁴⁹ Com a ascensão ao trono de D. João I (1384-1430), que era mestre dos Cavaleiros de Avis – ordem monástico-militar que obtivera grande influência na política portuguesa – tratou de juntar as insígnias dos seus predecessores com a cruz de Avis, cujos braços terminavam em formato de pontas da flor-de-lis, sendo assim esta designada de “florenciada”. Desta cruz ficaram

⁴⁹ Simbolizava da mesma forma o matrimônio de D. Afonso III (1245-1279) com a filha de Fernando II, rei de Castela, cujas armas eram, como hoje, formadas por castelos de ouro sobre um fundo vermelho. O número de castelos, bem como o número de besantes, como se observa anteriormente, é muito variável nas estampas, selos e moedas dos primeiros tempos da monarquia portuguesa.

aparecendo, na superposição do escudo, apenas as extremidades em forma de flores-de-lis, que figuravam sobre a bordadura vermelha de doze castelos dourados e tendo nos escudetes os cinco besantes.

Além desta, figurava a Ordem de Cristo, criada por D. Dinis em 1312, cujo cavaleiro de maior destaque foi o infante D. Henrique, um dos filhos de D. João I, nascido em 1394. Os cavaleiros desta ordem tinham por indumentária um manto branco com uma cruz vazada de branco sobre outra vermelha, aberta nas pontas, que era estampada ao peito; esta insígnia passou a figurar nas bandeiras e estampada nas velas das naus e caravelas portuguesas que cruzaram os mares em direção às novas conquistas. Foi a primeira bandeira usada no Brasil, como também figurou entre os bandeirantes paulistas durante época das bandeiras e monções no século XVII.

Durante o reinado de D. João III (1521-1557) desapareceu a bandeira portuguesa da Cruz da Ordem de Cristo, substituída pelas quinas e castelos, tendo uma coroa real por timbre, tudo sobre um campo branco. Com a União Ibérica, durante o domínio espanhol (1580-1640), foram acrescentados à bandeira original de D. João III grandes ramos verdes atrás do escudo. Tendo Portugal recuperado a sua independência da Espanha em 1640, D. João IV (1604-1656) adotou um pavilhão branco orlado de azul (cor de Nossa Senhora da Conceição – padroeira do reino), com as armas reais ao centro, sendo retirado os ramos verdes. Em 1669, no reinado de D. Pedro II, foi adotada uma nova bandeira que exibia as armas reais sobre um campo verde.⁵⁰

⁵⁰ No século XVII usaram-se ainda no Brasil as seguintes bandeiras portuguesas: a bandeira real, branca, com o escudo real circundado por uma corrente, na qual está dependurada uma cruz da Ordem de Cristo; o escudo passa a ter o formato francês, mas é mantida a orla em vermelho com os castelos e os escudetes. Havia também o pavilhão ordinário, disposto em bandas diagonais azuis (seis), vermelhas (cinco) e brancas (cinco), tendo sobreposta uma cruz em negro, e no cantão superior, esquartelado por uma cruz em branco, usado durante o período de regência de Pedro II como bandeira nacional. O pavilhão mercante ou “bandeira do comércio do Estado do Brasil”, foi usado durante o reinado de D. Pedro II para os navios mercantes das frotas destinadas ao comércio do Brasil “que tivessem menos de vinte peças de artilharia” (RIBEIRO J. G. C., 2003, p. 60) e usava listras verdes e brancas horizontais. O número de listras variava bastante, sendo mais comum o de onze (seis verdes e cinco brancas) e sete (com quatro verdes e três brancas). Também havia durante o século XVII a bandeira “para converter a América”, conhecida por “bandeira para a Índia e América” ou “bandeira do comércio das Missões”; era mais larga que as outras, formada por um campo branco onde se inseria ao centro uma esfera armilar de ouro, à esquerda do observador havia o escudo real português (em formato francês) e à direita a figura de um padre jesuíta empunhando uma cruz e portando uma bíblia.

No curso do século XVI, fracassadas as tentativas de conquista e colonização efetiva dos portugueses em algumas capitanias do imenso território brasileiro, dentre elas o Maranhão, os franceses, com pretensões de também constituir seu próprio império nas Américas, vieram a se instalar no litoral da região, onde fundaram, em 8 de setembro de 1612, o forte de São Luís, berço da chamada “França Equinocial”.

Em 1º de novembro seguinte, realizaram solenemente em Upaon-Açu, como os tupinambás chamavam a “Ilha Grande” – antiga denominação da ilha de São Luís – a cerimônia de posse daquela terra, em nome do rei Luís XIII, fixando ao lado da cruz cristã que instalaram o estandarte e as armas reais da França. Esses relatos foram feitos pelo frei Claude d’Abbeville, o primeiro cronista da expedição à região, dizendo “que os índios fincaram com suas próprias mãos, cheios de alegria e devoção, junto da cruz, na ilha do Maranhão”. Somente com a reconquista, em 1615, é que se ostentariam a bandeira das quinas portuguesas naquele mesmo forte. Descreve-a, assim, Abbeville (apud MEIRELLES, 1972, p. 70):

[...] está pintado um belo navio com todas as suas velas ao vento, suas cordagens e mais apetrechos necessários; na proa, ele tem a figura do cristianíssimo Rei Luís XIII, em tamanho natural, sentado e revestido de sua régia indumentária e apresentando com a mão direita um ramo de oliveira à Rainha Regente, sua mãe, a qual também se acha pintada em tamanho natural, porém na popa do navio, e revestida igualmente de seu manto real e segurando com a mão direita o leme onde se lê a divisa – *Tanti dux faemina facti* [É uma mulher que comanda tudo isso]; esse estandarte era enriquecido e semeado de grandes lírios de ouro que o embelezavam maravilhosamente.

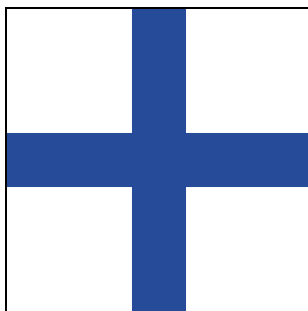
Durante a conquista holandesa, as capitanias do nordeste brasileiro arvoraram durante 24 anos a bandeira das Províncias Unidas, composta de três faixas horizontais, sendo a superior vermelha, branca ao meio e azul a inferior, tendo ao centro o monograma da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie*) – empresa criada em 1621 e que havia recebido do governo holandês o monopólio sobre o comércio nas colônias européias da América – tendo por timbre a coroa dos Estados Gerais da Holanda.

Ainda no período da reconquista contra os invasores batavos, após a batalha do Morro de Tabocas, em Pernambuco, a 27 de outubro de 1645, D. João IV tratou de conferir a seu filho primogênito, D. Teodósio (falecido em 1683), o título honorífico de “Príncipe do Brasil”. Por este ato, o Brasil foi elevado à categoria de principado, sendo-lhe dado por emblema heráldico uma esfera armilar de ouro.

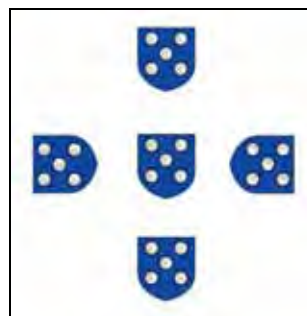
Figura 12: Bandeiras históricas usadas em Portugal e no Brasil.



Bandeira lusitana (Séc. I a.C.)



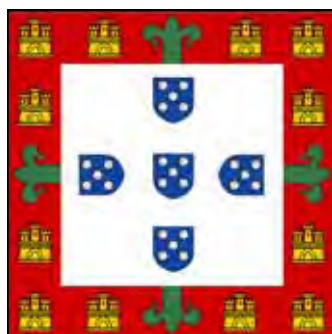
Condado Portucalense (1097)



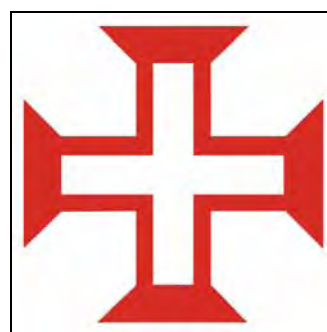
Reino de Portugal (1139)



Portugal e Algarves (1250)



Bandeira de D. João I (1384)



Ordem de Cristo (1332-1651)



Bandeira de D. João III (1521-1616)



Domínio Espanhol (1616-1640)



Franceses no Maranhão (1612-1615)

← Brasil holandês (1621-1645)

Figura 12: Bandeiras históricas usadas no Brasil (continuação).



Bandeira da Restauração (1640)



Bandeira de D. Pedro II (1669)



Principado do Brasil (1645-1816)



Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816)



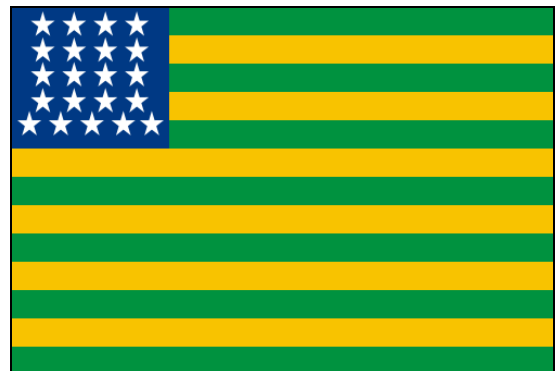
Projeto de Jean-Baptiste Debret (1820)



Reino do Brasil (Setembro/Dezembro de 1822)



Império do Brasil (1822-1889)



Bandeira Republicana (15-19/11/1889)

Esta mesma esfera já figurava na bandeira pessoal do rei D. Manuel I (1495) e iria depois compor o brasão dado por Estácio de Sá à cidade do Rio de Janeiro (1565); ela também está presente nos escudos de várias cidades portuguesas e nos atuais símbolos nacionais de Portugal. Foi esta a primeira bandeira feita exclusivamente para o Brasil, perdurando até o 1816.

Em 13 de maio de 1816, D. João VI elevou o Brasil à condição de reino, dando-lhe por armas a esfera armilar em ouro sobre um campo azul; depois reuniu num segundo escudo as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves colocado num pavilhão branco.

Procurando promover a cultura durante sua estada no Brasil, então sede do reino, tratou de criar bibliotecas, museus e escolas, como no caso da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816. Ele sugeriu que os professores viessem da Missão Artística Francesa, então liderada por Joaquim Lebreton, que chegara ao Rio de Janeiro naquele mesmo ano. Dentre os artistas de renome, o que mais se destacou em registrar a vida cotidiana do final do Brasil Colônia e começo do Império foi um pintor e gravador, Jean-Baptiste Debret, que seria de grande importância para o desenho de nossa bandeira.

Debret criara em 1820, por ordem de D. João VI, um projeto de bandeira para o Brasil emancipado, inserindo sobre um campo verde um losango em ouro, cujo centro continha como armas uma esfera armilar de ouro sobreposta a uma Cruz da Ordem de Cristo. Como paquife (ou suportes), um molho de cana e outro de fumo, simbolizando as riquezas nacionais, circundado por 18 estrelas azuis, representando as províncias existentes na época e uma estrela maior, abaixo da coroa real, representando a corte; o desenho estava arrematado por um pretérito dragão lusitano. É a partir deste primeiro projeto de Debret que se estabeleceram, como definitivas, as cores nacionais e a configuração da bandeira nacional a partir de então, nos seus detalhes essenciais: o retângulo verde de primavera e nele inserto o losango de ouro (RIBEIRO, C., 1933; LUZ, 1999; RIBEIRO, J. G., 2003).

Depois de proclamada a independência nacional, em 18 de setembro de 1822, sob as ordens de D. Pedro I, foi criada a bandeira e brasão de armas do Brasil independente, adotando o modelo proposto anteriormente por Debret. Sobre um escudo ao estilo inglês em campo verde havia uma orla azul com dezenove estrelas, tendo ao centro a esfera armilar sobreposta à Cruz de Cristo. Os ornamentos externos compunham-se de um ramo e café e outro de fumo e por timbre havia uma

coroa real de forro vermelho. Na bandeira, o brasão de armas estava posto no centro do losango em amarelo-ouro, inscrito sobre um campo retangular de verde-primavera. Em 1º de dezembro daquele mesmo ano o timbre do escudo seria mudado por uma coroa imperial, alteração também presente na bandeira e que permaneceu inalterada durante todo o período do Império.⁵¹

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca – que praticamente se caracterizou por um golpe de questão militar – procurou o regime provisório, de forma a romper com as tradições do Império, adotar novos símbolos. Relata o general Couto de Magalhães (apud RIBEIRO, C., 1933), que Deodoro queria manter a bandeira imperial, apenas eliminando do escudo a coroa. Entretanto, naquele mesmo 15 de novembro foi hasteada na Câmara Municipal e na redação do jornal “A Cidade do Rio”, uma bandeira de treze listras nas cores verde e amarela, alternadas, tendo um cantão em negro com vinte estrelas brancas. Essa era a bandeira criada pelo Clube Republicano Lopes Trovão, sendo uma mera cópia da bandeira norte-americana, alterando-se mais tarde seu cantão para a cor azul, permanecendo esta como símbolo nacional até a data da instituição da nova bandeira dias depois.

O republicano Raimundo Teixeira Mendes apresentou o projeto da nova bandeira que idealizara, desenhado pelo pintor Décio Vilares. O losango amarelo foi reduzido e uma esfera azul com vinte e uma estrelas, representando o globo celestial, substituiu o brasão do império. O projeto foi adotado na data de 19 de novembro por Deodoro da Fonseca, através do decreto n.º 4, que também oficializou o brasão de armas e o selo nacional. As principais figuras republicanas faziam parte do Apostolado Positivista do Brasil, cujas influências se fizeram com a colocação do lema “Ordem e Progresso”, extraída de uma frase do positivista Augusto Comte (“O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”).

A inovação quanto à representação da unidade territorial na bandeira e no brasão de armas imperial foi em colocar as estrelas em igual número ao das províncias existentes. Tal tradição seguiu-se durante a implantação dos símbolos republicanos, e, mais tarde, com as sucessivas alterações no quadro federativo, a

⁵¹ Na época do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves houve a incorporação da Cisplatina (atual República Oriental do Uruguai) em 1821, perdurando até o reconhecimento de sua independência por parte do Brasil em 1828. Durante o Império ocorreram a criação das províncias do Amazonas, através da lei n.º 582, de 5 de setembro de 1850 e da província do Paraná, pela lei n.º 704, de 29 de agosto de 1853. Embora com a perda da Cisplatina e a criação de mais duas províncias, não houve nenhuma atualização da bandeira nem do brasão de armas imperial nesse período.

bandeira e o brasão republicanos acompanharam (nos períodos favoráveis ao federalismo) as transformações no número de Estados. Na época da criação da bandeira nacional (1889) os Estados e o Distrito Federal somavam 21 unidades, com suas respectivas estrelas.

Em 1904, após a insurreição acreana na Bolívia, o Acre foi incorporado ao Brasil na condição de território. Não se cogitou dar a este novo território uma representação estelar na bandeira nacional, bem como quando da criação durante o regime de Getúlio Vargas, em 1943, dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia) e o insular Território de Fernando de Noronha, assim como os antigos Territórios do Iguaçu e Ponta Porá, que voltaram à condição original em 1946. A bandeira permaneceu inalterada nesse sentido, porque seguíamos a mesma tradição constitucional norte-americana, segundo a qual os territórios só eram representados na bandeira nacional quando elevados à categoria de Estados da União. Assim, por fidelidade àquela doutrina, por 61 anos a bandeira nacional, assim como o brasão, permaneceram inalterados (LUZ, 1999).

Em 1960, com a mudança do Distrito Federal do Rio de Janeiro para Brasília e a criação do Estado da Guanabara na antiga capital, o número de entidades federadas passou a 22; tal alteração na bandeira ocorreu em 16 de abril de 1960, com o respectivo número de estrelas. Em 1962, o Acre foi elevado à condição de Estado, aumentando para 23 o número de entidades federadas, mas a alteração na bandeira nacional só ocorreria em 28 de maio de 1968. Com a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro em 1975, os Estados e o Distrito Federal voltaram a soma de 22 unidades, mas com o número de 23 estrelas na bandeira. A alteração não foi realizada, pois a lei n.º 5.700 de 1971, promulgada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici determinou que os símbolos nacionais eram inalteráveis. Em 1979, com a criação de Mato Grosso do Sul, o número de Unidades Federadas voltaria a ser de 23, o mesmo que as estrelas na bandeira nacional. A alteração não foi realizada, pois, aproveitou-se a antiga estrela que representava o Estado da Guanabara, que continuava na bandeira, para representar o Mato Grosso do Sul. Assim, quando da criação do Estado de Rondônia, em 1982, o número de Unidades Federadas passou a um total de 24, mas a alteração não foi feita.

Figura 13: Atual bandeira do Brasil (1992) e sua representação celeste.



Proporções: 14:20

Uso: civil/militar



Atual correspondência das estrelas com os Estados da Federação. Fonte: Ribeiro, J. G. C. (2003).

Após a Constituição Federal de 1988, criados os Estados do Amapá, Roraima e Tocantins, as unidades passaram a 27; entretanto o número de estrelas na bandeira permaneceu em 23. A última alteração na bandeira do Brasil ocorreu com a lei n.º 8.421, de 12 de maio de 1992; nela, os símbolos nacionais poderiam ser alterados, ajustando-se à cada mudança no número de Estados. Feitas as alterações, fez-se o total de 27 estrelas na atual bandeira nacional.

Durante o período colonial, passando pelo Império e depois se desdobrando na primeira República, o Brasil viveu momentos ardor revolucionário nos mais diversos pontos de seu território. Embora essas revoluções tenham sido muitas vezes de caráter regional e surgidas principalmente pelo agravamento da situação social (ANDRADE, 1999b), seja pela opressão do colonizador português, pela pressão das elites ou pelos ideais de separatismo e, também, do avivamento de uma “consciência nacional” em certas regiões face ao descontentamento com o governo central, o Brasil permaneceu unido.

Ainda na fase colonial, em 1789, os inconfidentes mineiros escolheram para símbolo nacional da sua malograda república uma bandeira branca com um triângulo equilátero verde no centro, paralelamente ao lado do qual se lia a divisa latina: *Libertas quæ sera tamen* (Liberdade ainda que tardia), proposto por Alvarenga Peixoto, um dos conspiradores, inspirado em um versículo do poeta romano Virgílio. O triângulo foi proposto pelo próprio Tiradentes, significando a Santíssima Trindade. Descoberta a conspiração antes se explodir a insurreição libertadora, essa bandeira não chegou sequer a ser usada, pois embora escolhida, não foram designadas as suas cores, ficando subentendido que esta deveria ser toda em campo branco, como a bandeira portuguesa da época e o triângulo em verde, embora haja debates se ela fosse dessa cor realmente.⁵²

Em 1798 era a vez da Conjuração Baiana, também conhecida por “Revolta dos Alfaiates” – por causa de ser esta a profissão de alguns de seus membros – que eclodiu na então naquela capitania, influenciada pelas idéias iluministas e republicanas. Com um caráter popular, seus membros pregavam o fim da escravidão, a instalação de um governo igualitário e a criação de uma República na Bahia. Seus inconfidentes adotaram por bandeira um pavilhão partido em pala, nas cores azul, branca e azul, tendo no centro uma grande estrela vermelha, rodeada,

⁵² Quando a bandeira foi adotada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 1963, optou-se pela cor vermelha, mais comumente associada às revoluções.

entre as pontas, de cinco estrelas menores, também em vermelho. Essas cores eram muito populares na época, por estarem associadas a outras bandeiras libertárias e revolucionárias.

Também sob as influências das idéias liberais, estiveram os revolucionários da República Pernambucana, que eclodiu em 6 de março de 1817. Durante sua breve existência, os revolucionários usaram um pavilhão de duas faixas horizontais: a de baixo era formada de um campo branco com uma cruz latina encarnada e a de cima era em azul, com um sol de ouro aureolado em semicírculo por um arco-íris simplificado nas cores vermelha, amarela e verde e, sobre este, a princípio uma estrela, representando Pernambuco e mais tarde três, quando aderiram a Paraíba e o Rio Grande do Norte no mês de abril.⁵³

Sete anos depois, face aos descontentamentos com o governo imperial, era proclamada no Recife, a breve Confederação do Equador, na qual os revolucionários, sob forte inspiração independencista e republicana, trataram de adotar uma bandeira em azul celeste com as armas da nova república que criaram. Essas armas eram compostas de um escudo em formato quadrado, de cor amarelo gema, ladeado por um ramo de algodão à sinistra e um de cana-de-açúcar, à destra – as riquezas do Nordeste. Dentro do escudo, desenhava-se um círculo branco, no qual se viam gravadas as palavras de ordem em negro: “Religião – Independência – União – Liberdade”, separadas por quatro feixes de varas de cor escarlata. Este círculo era dividido por uma faixa branca, que o separava em duas partes iguais. A superfície era de azul ferrete, tendo no centro uma cruz floreteada, de tom escarlata, com duas estrelas brancas por baixo das extremidades do braço, assim como outras duas ladeando o terço inferior do madeiro; por debaixo, ao pé da cruz, haviam mais nove estrelas em semi-círculo.⁵⁴ Na parte superior, erguia-se uma haste vermelha, a qual terminava por uma mão, no centro da qual se desenhava o “olho da providência”, circundado por seis estrelas brancas. A mão apontava para uma flâmula branca, sobre a qual se via a palavra: “Confederação”.

⁵³ Antes de o movimento ser reprimido, uma cópia desta primeira bandeira foi enviada aos Estados Unidos, através do revolucionário Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá.

⁵⁴ Não é por acaso, que ao observarmos a esfera celeste da bandeira brasileira com as estrelas dispostas, vemos o desenho da faixa branca, que representa a linha do Equador. Possivelmente, estes revolucionários também imaginaram situar as províncias de forma semelhante, à medida que estas aderissem ao movimento.

Figura 14: As bandeiras das revoluções no Brasil.



Inconfidência Mineira (1789)



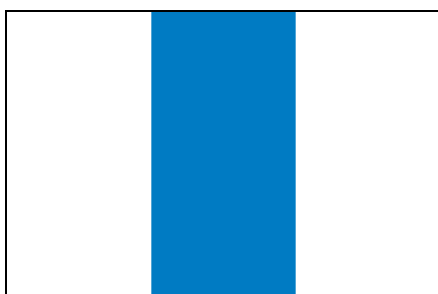
Conjuração Baiana (1798)



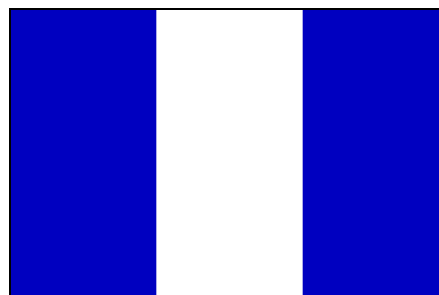
Revolução Pernambucana (1817)



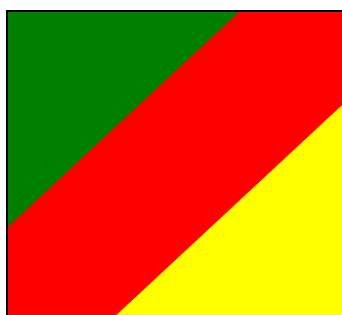
Confederação do Equador (1824)



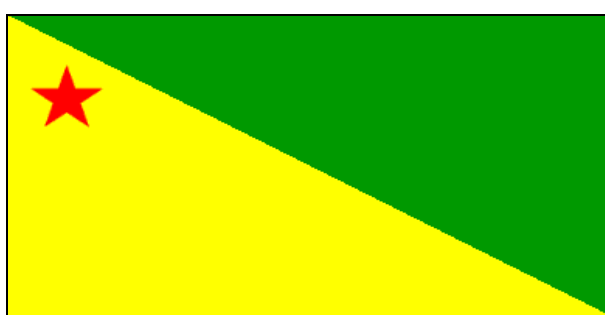
Revolução Federalista Baiana (1833)



Bandeira da Sabinada (1837-1838)



República Rio-Grandense (1836-1845)



Revolução Acreana (1899/1902-1903)

Passada a Conjuração Baiana de 1798, outros dois movimentos ainda agitariam a província. Era o ano corrente de 1833 em Salvador, o movimento rebelde liderado por Bernardo Miguel “Guanais” Mineiro havia sido capturado pelo Visconde de Pirajá e trancafiado no Forte do Mar. Depois de sublevar a guarda do forte, ameaçaram a capital. Fizeram então uma proclamação ao povo para que derrubasse o governo provincial em 26 de abril e hastearam a bandeira que haviam criado para a federação, que era tripartida, formada de um campo branco com uma faixa azul central disposta em pala. Como reação das autoridades, foi armado um cerco ao forte, e, sem recursos, os rebelados se renderam três dias depois, tendo o movimento recebido o nome de seu líder.

Em 1837 era a vez da “Sabinada”, movimento contestava a concentração do poder local exercido pelas autoridades nomeadas pelo governo regencial e propunha a formação de uma República na Bahia até a maioria do imperador D. Pedro II. Durante os quatro meses que os revoltosos tomaram Salvador, unindo-se à eles as tropas locais, foi criada uma bandeira, assim como as outras duas anteriores usadas na Bahia, tripartida e disposta em pala. Era parecida com a bandeira da conjuração baiana de 1798, mas sem as estrelas vermelhas dispostas ao centro.

A província do Rio Grande, no Sul do Brasil, vivia situação semelhante. A difusão dos ideais republicanos ante ao descontentamento do centralismo imposto pelo Império, culminariam com a chamada “Revolução Farroupilha”, iniciada em 1835 e que durou dez anos. A primeira bandeira, criada pelos farroupilhas era quadrada, tripartida e com a faixa disposta em barra, e não possuía o brasão de armas ao centro. É atribuída a Bernardo Pires, enquanto para outros historiadores, ela foi idealizada por José Mariano de Mattos, tendo apenas o desenho ficado a cargo de Pires (SAVARIS, 2008).⁵⁵ Os motivos sobre a escolha das cores daquele estandarte são desconhecidos, embora se possa afirmar que elas provavelmente derivariam da bandeira brasileira (verde e amarelo) e a faixa vermelha que lhe atravessava na diagonal significava a “Revolução” que ocorreu entre a chamada “República Rio-Grandense” ante o Império do Brasil na época.⁵⁶

⁵⁵ Após o advento da República no Brasil (1889) esta bandeira voltou oficialmente a tremular como o símbolo estadual do Rio Grande do Sul. A atual versão da bandeira gaúcha, que se apresenta com o brasão de armas ao centro, foi adotada em 1966.

⁵⁶ Outras duas revoluções no Sul do Brasil produziram bandeiras em situação efêmera. A primeira foi a tricolor horizontal (verde, branca e amarela) da malograda República Juliana (ou Catarinense), fundada em julho 1839 com apoio das tropas dos revolucionários farroupilhas e que durou apenas

A vaga interpretação deixada pelo Tratado de Ayacucho (1867) entre Brasil e Bolívia criou a indefinição das fronteiras na região do atual Acre, e, com a vinda de imigrantes nordestinos para a região, a situação social se agravava naquele território. Em meio às insurreições dos brasileiros, surgiu a bandeira da revolução acreana, criada por Luís Galvez em 15 de julho de 1899, durante o governo provisório do Estado Independente do Acre. Ela compunha-se de um campo trinchado em verde-amarelo, cores derivadas da bandeira brasileira. Durante o comando de Plácido de Castro (1902-1903), foi acrescentada uma estrela vermelha ao modelo original, colocada logo abaixo da linha descendente que surgia da tralha da bandeira, usada durante a luta da terceira República Acreana, até a incorporação ao Brasil em 1904.

Diferentemente das bandeiras, com seu uso mais geral, os brasões foram concedidos à apenas alguns núcleos urbanos, ressaltando a importância que estes tinham no Brasil colonial, conforme relata Luz (1999, p. 81) ao dizer que “na América Espanhola, desde os primeiros tempos da Conquista, era norma da Metrópole conceder aos núcleos de população que então se formavam os seus competentes brasões de armas”. No quesito da armaria, prevaleceram mais os desenhos alegóricos, que apresentam um tom voltado à representação histórico-geográfica mais acentuada, do que propriamente as expressões simbólicas, pois:

A arte do brasão havia atingido seu apogeu nos séculos XII e XIV [...], mas, quando se iniciou a colonização do Brasil, ela já entrara na fase alegórica e realista que assinalou a decadência da velha armaria. Nos próprios escudos coloniais – que mais se assemelhavam pelo aspecto e pela composição aos brasões medievais – encontram-se mais elementos alegóricos do que simbólicos. Nos brasões instituídos pelos holandeses para as capitanias sob seu domínio, esta tendência do alegórico era mais acentuada (LUZ, 1999, p. 80).

Por um período de dois séculos, apenas seis brasões foram concedidos a cidades coloniais brasileiras (RIBEIRO, C., 1933; LUZ, 1999). O primeiro D. João III outorgara a Bahia, juntamente com o novo nome de “Cidade do Salvador” em 1549, um escudo blasonado oval em campo sinopla com uma pomba branca e um ramo de oliveira no bico; logo depois uma versão deste escudo ganhou duas torres com suas ameias expostas, uma âncora e dois golfinhos ao estilo da heráldica, adornados por ramos de oliveiras.

alguns meses. A outra foi a bandeira da Guerra do Contestado (1912-1916), apresentando em sua última fase uma bandeira com uma cruz em verde, da chamada “Monarquia Celestial”.

O segundo brasão foi concedido em 1565 à cidade de “São Sebastião do Rio de Janeiro”, cuja figura principal era uma esfera armilar de ouro em campo de goles, atravessada por três flechas de mesmo metal, uma em pala e duas em aspa, que segundo o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (apud RIBEIRO, C., 1933) eram “alusivas às que haviam servido de suplício ao santo invocado”. Este brasão permaneceu inalterado até o século XIX, quando foi modificado sucessivamente por seis vezes até a versão final de seu desenho em 1965.

Com o avançar das frentes colonizadores para a região Norte, em 1616, o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, no ato de fundação da cidade de Belém do Pará, lhe concedeu um escudo complexo,⁵⁷ dividido em quatro partes ou quartos, com apenas algumas modificações do escudo original à versão presente usada pela capital paraense. Dois anos após ter elevado o Brasil à categoria de Principado, D. João IV concedeu em 1647 armas a cidade de São Luís do Maranhão, cujo brasão, apresentando um braço movente, portando uma espada que sustentava uma balança, aludia ao peso do escudo de armas de Portugal, que pesara mais do que as armas francesas e holandesas na balança da justiça.

Os dois últimos brasões na época do Brasil Colônia foram concedidos pelos portugueses já no decurso do século XVIII. O primeiro deles está descrito no ato de fundação da Vila Bela de Mato Grosso (1715) e assim brasonado: (...) que em reverência da mesma Trindade Santíssima simbolicamente teria (a vila então fundada) em meio de um escudo branco com dois círculos, um encarnado e outro azul, uma ave com corpo e cabeça do meio de águia, ao lado esquerdo de pomba e ao lado direito de pelicano, ferindo o peito; e que estas mesmas armas poria a Câmara no seu Estandarte por detrás das Armas Reais, enquanto sua Majestade não mandasse em contrário (RIBEIRO, C., 1933; LUZ, 1999).

⁵⁷ Era um escudo complexo, bipartido, formado por um braço no cantão superior que sustentava uma cesta de flores e o segundo braço uma cesta com frutas. Por baixo dos braços havia a legenda *VER EAT AE TERNUM e TUTIUS LATENT*, alusivos ao rio Amazonas onde “tudo é verde e maravilhoso” e ao rio Tocantins pela “posição escondida” às vistas dos exploradores. Abaixo, havia um castelo de prata, onde, sobre a porta principal, se prendia um escudete de ouro em que figuravam os cinco escudos com as quinas portuguesas. Sobre o campo de prata, o sol poente lembra a hora que Francisco Caldeira escolhera o lugar para dar fundamento à sua conquista; abaixo havia a frase em latim *RECTIOR CUM RETROGADUS*, para dizer que “aguardou a aurora do dia seguinte”. No escudo havia ainda uma pastagem, onde uma mula e um boi estão olhando espantados para o céu e acima destes a frase: *NEQUAQUAM MINIMA EST*, significando o nome da cidade de Belém da Judéia, que Caldeira escolhera para homenagear sua conquista “não seria a menor de todas”. O atual brasão de Belém apresenta pequenas mudanças em relação ao escudo original.

No caso da Vila do Bom Jesus do Cuiabá, o brasão estava assim descrito no seu ato de sua fundação, datado de 1727: “um escudo com o campo verde, e nele um morro ou monte todo salpicado com folhetos e granitos de ouro; e por timbre em cima do escudo, uma fênix” – ave mitológica nascida do fogo e que ressurge de suas próprias cinzas, representando a imortalidade. Dentre as armas concedidas às antigas vilas brasileiras, estas ainda permanecem como as usadas pelo município de Cuiabá sem sofrer alteração.

Figura 15: Brasões de armas outorgados durante o Brasil colonial.



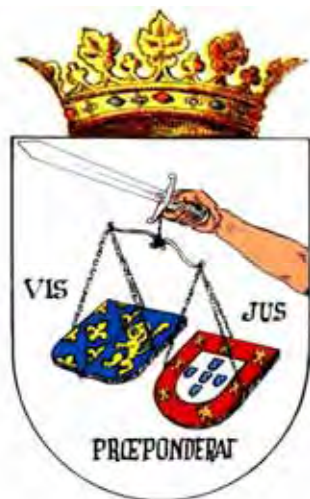
Salvador (1549)



Rio de Janeiro (1565)



Belém do Pará (1616)



São Luís do Maranhão (1647)



Vila Bela de Mato Grosso (1715)



Cuiabá (1727)

Fonte: Ribeiro, C. (1933). Ilustrações: José Wasth Rodrigues.

Durante a invasão holandesa no Brasil, os batavos com objetivo de fixar-se por um longo período nas capitanias conquistadas procuraram deixar claras as suas intenções colonizadoras. Como era costume entre as Províncias Unidas que formavam os Países Baixos terem armas próprias, assim também os fez o príncipe Maurício de Nassau, concedendo às capitanias nordestinas sujeitas à sua jurisdição brasões de armas próprios, conforme carta endereçada do Supremo Conselho do Brasil à Assembléia Holandesa, datada de 6 de outubro de 1638. Nela, Nassau se dispôs a organizar alguns brasões que, de certo modo, tivessem analogia com a situação de cada capitania e expressassem algumas de suas características.

Assim, ele concedeu primeiramente a cada uma das quatro capitanias – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Itamaracá – suas armas, reunindo-as depois em um só escudo, em formato oval e esquartelado, para constituírem o brasão do Supremo Governo do Brasil, tendo por timbre a coroa dos Estados Gerais da Holanda, com um escudete que servia de emblema da Companhia das Índias Ocidentais, formado por uma nau navegando com as velas enfunadas; esse escudo era ainda circundado por uma grinalda de flores e frutos de laranja.

Por sua vez, as próprias capitanias receberam suas armas, conforme os registros da época.⁵⁸ A de Pernambuco ganhou em seu escudo uma donzela que admira a sua própria beleza em um espelho, simbolizando a formosura da terra e a situação e o nome de sua capital, Olinda;⁵⁹ tinha à mão direita uma haste de cana-de-açúcar, representando a grande e próspera produção açucareira. O brasão da Paraíba era formado por seis pães-de-açúcar, porque possivelmente ali se produzia um açúcar de excelente qualidade em seus engenhos. A Capitania de Itamaracá, uma das quinze originais em que se dividiu o território brasileiro, tendo como limite norte a Baía da Traição, na Paraíba, até Igarassu, no norte de Pernambuco, ostentava em seu brasão cachos de uvas, em alusão a não haver em parte alguma do Brasil lugar que, como na ilha de Itamaracá, os desse em parreirais tão belos e formosos. A Capitania do Rio Grande do Norte, tinha por brasão um rio de prata

⁵⁸ Deve-se atentar que as cores destes brasões foram baseadas nos desenhos encontrados por José Wasth Rodrigues a partir da obra de Gaspar Barlaeus, chamada *Res Brasiliae*, editada em Amsterdã em 1647, na qual apresenta gravuras coloridas em aquarela e algumas de suas descrições. Citado em Ribeiro, C. (1933). O referido exemplar encontra[va]-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁵⁹ A origem do nome Olinda, conforme a lenda, é atribuída ao colonizador Duarte Coelho, que ao parar seu barco em uma pequena ilha perto do Recife atual, divisou ao Norte um monte, todo coberto por uma grande faixa verdejante a um quilômetro aproximado do lugar em que se encontrava, e, não podendo conter seu entusiasmo, diante da beleza da colina, exclamou “Ó linda posição para [se edificar] uma vilal!”.

filetado de azul, na qual figurava uma avestruz (sic) [ema], ave que na época se encontrava em grande abundância naquelas paragens. Todos esses quatro brasões tinham por timbre uma coroa ao estilo holandês e eram adornados por folhagens e frutos, embora os registros existentes não apresentassem suas especificações.

Nenhum dos documentos da época descreve as armas das demais comarcas existentes (RIBEIRO, C., 1933). Sabe-se que o brasão de Igarassu (ou Igaraçu), então um povoado ao norte de Olinda, na divisa entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, era formado por três aratus (ou caranguejos) dispostos em roquete. Já o de Serinhaém, ao sul do Recife, recebeu em seu escudo um cavalo passante, provavelmente, aludindo aos excelentes animais de sela criados naquela comarca. Ao sul da então capitania de Pernambuco, o povoado de Alagoas tinha por brasão três tainhas dispostas em faixa, provavelmente pelo pescado nas lagoas que ali se via em abundância; no escudo de Porto Calvo figuravam três montes, que representavam as serras, como sua principal característica orográfica.

Além dos oito brasões referidos, entre as obras e mapas holandeses, aparece mais um, atribuído a Sergipe: formado por um sol de ouro no chefe do escudo, contendo na base três coroas (de príncipe) de mesmo metal, abertas e em roquete. Um das suspeitas que podemos levantar à primeira vista é que o sol aludisse ao poder régio, como o “astro rei”, já a região tinha o nome de Sergipe D’El Rey. Eles também eram adornados por ramos, alguns com flores e frutos, embora não foi encontrada nenhuma descrição a qual flora pertenciam, com exceção do escudo alagoano, com um apanhado de peixes.

Presentes em documentos oficiais e figurando nas obras de arte, como no caso das pinturas pitorescas do mundo tropical, esses brasões estavam presentes na cartografia holandesa aplicada ao Brasil na primeira metade do século XVII, onde eram usados, inclusive, como símbolos cartográficos para assinalar as prefeituras e divisas das capitanias nordestinas, conforme relatam as cartas náuticas existentes na obra de Gaspar Barlaeus (1647).

Passados um século e meio após a sua descoberta, o Brasil ainda não tinha para si um símbolo exclusivo. Conforme fala Milton Luz (1999), fora em 1645, que D. João IV – o Restaurador – decidiu conceder a seus domínios na América as primeiras armas do Estado do Brasil, conforme consta no código Tesouro da Nobreza, de autoria de Francisco Coelho Mendes, Rei de Armas da Índia, datado de 1675. Ele era descrito como um “escudo português simples em campo de prata;

inserta, uma árvore de sinopla, carregada de uma pequena cruz em goles”.⁶⁰ O primeiro brasão do Brasil teria duração efêmera.

Naquele mesmo ano de 1645 com a criação do Principado do Brasil, além da bandeira, a colônia recebeu as seguintes armas: “uma esfera armilar de ouro, carregada de uma esfera menor em blau, atravessada por uma faixa em prata e em curva, na direção da eclíptica, e encimada por uma pequena cruz em goles”.⁶¹

Com a vinda de D. João para o Brasil, dada a nova conformação geopolítica, o principado era agora elevado à categoria Reino Unido. As antigas armas em uso no Brasil foram então mantidas, com uma leve simplificação, com a retirada do pé, da cruz e do globo, só que agora se aplicava à elas um fundo azul e, sobreposta à esta, figurava o escudo real de Portugal e Algarves, agora em formato francês, como aparece em todas as moedas e estampas da época.

Proclamada a independência e Pedro de Bragança aclamado o primeiro rei da nova pátria, agora designada “Reino do Brasil”, este fez com que as suas armas reais ostentassem a esfera armilar derivada do Principado do Brasil e do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, agora sobreposta à cruz de goles da Ordem de Cristo, inscrita em um círculo azul semeada de 19 estrelas de prata, representando as províncias, sobre um escudo inglês em verde. Ladeavam este escudo um ramo de café, à destra, e um ramo de tabaco, à sinistra, ambos descritos como “símbolos de nossa riqueza comercial”.

A coroa posta em cima do escudo teria pouca duração, pois o decreto promulgado por D. Pedro I em 1º de dezembro de 1822, ordenou a substituição da cora real (adotada em 18 de setembro daquele ano corrente), pela imperial; mudança esta que também foi aplicada à bandeira na época. Trocada a coroa real diamantina pela coroa imperial e redesenhado o paquife tropical – café e tabaco, que se apresentavam agora com ramos mais vistosos e um laço maior nas cores nacionais – ficou assim institucionalizado o novo brasão de armas do Império do Brasil.

⁶⁰ O professor Hélio Viana, que descobriu esse brasão na Torre do Tombo de Lisboa em 1949, fala que “trata-se de um brasão de armas parlantes [falantes]; a árvore, sem dúvida o pau-brasil, e a cruz, alusiva aos sucessivos nomes dados à Nova Terra” (LUZ, 1999, p. 88).

⁶¹ A esfera armilar foi adotada em 1647, vinha compondo desde o século XVII as bandeiras do Brasil, o cunho das primeiras moedas exclusivas para a colônia em fins daquele século e era o elemento principal dos selos oficiais (RIBEIRO, C., 1933).

Figura 16: Armas concedidas pelos holandeses às capitanias nordestinas no Brasil (1638).



Pernambuco



Paraíba



Itamaracá



Rio Grande do Norte



Igarassu



Serinhaém



Vila de Alagoas



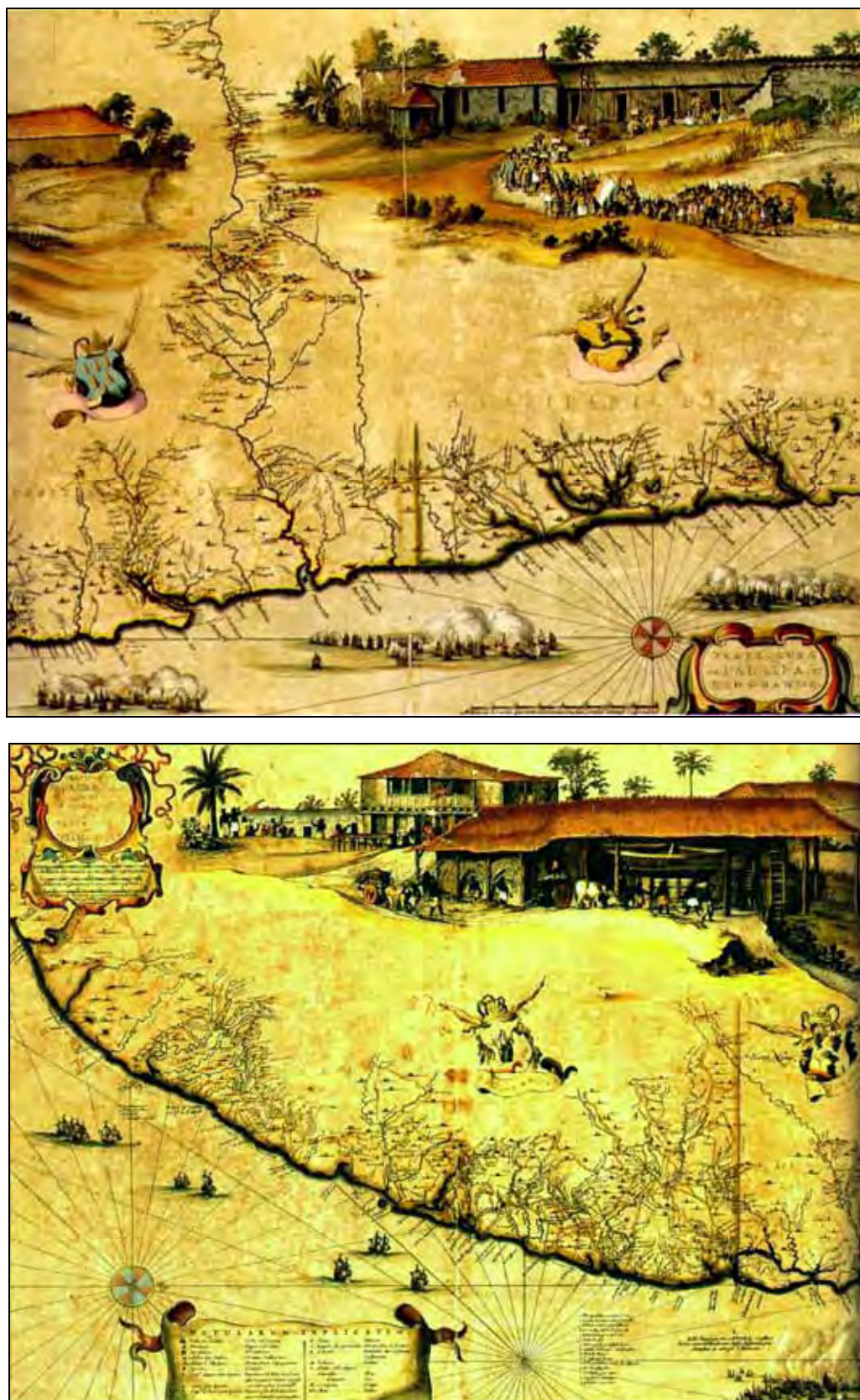
Porto Calvo



Sergipe

Fonte: Ribeiro, C. (1933). Ilustrações de José Wasth Rodrigues.

Figura 17: Mapas de Gaspar Barlaeus (1647) mostrando as divisas das capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte (acima) e de Pernambuco e Itamaracá (abaixo).



Fonte: Herkenhoff (1999).

Figura 18: Os brasões de armas do Brasil.



Estado do Brasil (1645)



Principado do Brasil (1645-1816)



Reino do Brasil (1816)



Reino Unido de Portugal
Brasil e Algarves (1816-1822)



Brasil Reino (set./dez. de 1822)



Império do Brasil (1822-1889)



Estados Unidos do Brasil (1889-1964)



República Federativa do Brasil (1964;1992)

Com a implantação da República (1889), tratou o novo regime de instituir novos símbolos nacionais e com o brasão de armas não foi diferente, aliás, esse foi o único dos três símbolos que mais sofreu modificações em relação ao antigo regime. O anexo legal do decreto n.º 4 de 19 de novembro de 1889 apenas trazia o desenho das armas nacionais, sem especificar as suas formas e dimensões, bem como não havia um padrão para a correta execução deste símbolo em cores.⁶²

O desenho do brasão de armas ficou inalterado até 1964, passando a ser regulamentado pela lei n.º 5.443, de 28 de maio de 1968. Após as revisões legais, as atuais armas apresentaram como mudança principal o número de estrelas, procurando-se ajustar ao real número de entidades federativas, seguindo assim a mesma quantidade da bandeira nacional, representando os Estados mais o Distrito Federal. Por fim, passou a se escrever no listel azul: “República Federativa do Brasil” – nome oficial do país a partir da Constituição de 1946, já que no primeiro modelo figurava o nome oficial de “Estados Unidos do Brasil”. Com a mudança no número de entidades da federação nos anos subseqüentes, após a Constituição Federal de 1988, houve a necessidade de uma nova atualização, a última até o momento, o que veio a ocorrer pela lei n.º 8.421, de 11 de maio de 1992.

A história dos hinos no Brasil durante a expansão colonialista portuguesa esteve ligada à Igreja e à catequese jesuíta nas cerimônias religiosas, pois a música ao estilo europeu da época era usada como um instrumento de conversão dos povos indígenas (LUZ, 1999). Entretanto, sabe-se que o primeiro hino patriótico cantado em terras brasileiras foi entoado em Pernambuco pelos invasores holandeses; tratava-se da canção *Wilhelmus van Nassouwe* (Guilherme de Nassau), executado pelas bandas militares dos regimentos das forças de ocupação.

Entre o fim do domínio holandês (1645) e a chegada ao Brasil da Corte Portuguesa (1808), transcorreu-se um século e meio de cânticos sagrados e ladainhas, sobretudo nas igrejas e mosteiros (LUZ, 1999). Foi rara a preocupação de se criar um hino colonial para o distante Brasil e, mesmo em Portugal, quando o rei

⁶² Brasonado mais tarde por Tristão de Alencar Araripe, com texto adotado por Alfredo de Carvalho, ele passou a compor a seguinte descrição: “Numa esfera de azul, cinco estrelas de prata, com a forma da constelação do Cruzeiro [do Sul]; por fora da esfera um círculo azul, orlado de ouro em ambos os bordos, com vinte estrelas de prata; por fora deste círculo as cinco pontas duma estrela, partidas em pala, de verde e amarelo, orladas de vermelho e ouro, assentes sobre uma coroa emblemática de folhas de café e de fumo representadas com as suas próprias cores, entrelaçadas com uma espada desbainhada, posta em pala, de ponta para cima; tudo cercado dos raios duma auréola de ouro. Em uma fita azul, por baixo, o dizer – Estados Unidos do Brasil – 15 de Novembro de 1889 – em letras de ouro”.

morria, tornava-se necessário refazer a letra do hino, específico para cada novo monarca. Na maioria das revoluções e conjurações ocorridas no Brasil – antes e após a Independência nacional – foram poucas as que cunharam um hino, como no caso do Rio Grande do Sul em 1838. Durante a Revolução Pernambucana de 1817, houve entre os compositores de Olinda a criação de um hino, mas sabe-se muito pouco de sua letra original, que se perdeu no curso da história.

O mais antigo hino estadual ainda vigente é o da Bahia, chamado “Hino ao Dois de Julho”, cantado pela primeira vez naquela mesma data magna em 1828 para comemorar a luta pela independência; a primeira canção que faz referência a uma província é o do vizinho Sergipe, datado de 1836, para comemorar sua emancipação política. Mas foi após o advento da Constituição Republicana de 1891 que o uso deste símbolo tornou-se oficial (ou pelo menos houve a partir daí a necessidade de criá-lo).

A própria história do Hino Nacional Brasileiro é muito rica e talvez seja esse símbolo, pela plasticidade provocada pela letra e música, o que mais reflete os momentos de nossa história (LUZ, 1999). Também neste caso, o hino ficaria com ausência de uma letra definitiva por quase um século; tal situação se desdobraria durante o Brasil Imperial e após a implantação da República, tendo a música apenas recebido letra em 1909, (após a campanha de Coelho Neto frente à Câmara dos Deputados no ano de 1906). A letra definitiva só seria devidamente regulamentada na véspera do centenário da independência nacional, em 1922.⁶³

2.1 Os Símbolos Estaduais Brasileiros

Com o advento da República no Brasil (1889) e após a implantação da Constituição de 1891 (fortemente inspirada no modelo da constituição federalista

⁶³ O Brasil, após declarar sua independência, por nove anos viveu sem um hino e, por quase um século o hino nacional foi executado sem ter uma letra oficial. A história do hino começa justamente com uma melodia composta pelo maestro Francisco Manuel da Silva (1795-1865) ainda na euforia de 1822. Ele guardara a música até a data de 13 de abril de 1831, ocasião em que foi apresentada ao público durante a cerimônia de partida de Dom Pedro I para assumir o trono de Portugal. Durante o período imperial a música passou a ser usada e surgiram diferentes letras ao longo dos anos para acompanhá-la, mas nenhuma delas tornou-se oficial. Após a Proclamação da República em 1889, o governo provisório organizou um concurso para a escolha um novo hino oficial; porém, seguiu-se que na data de 20 de janeiro de 1890 o decreto n.º 171 do presidente Manuel Deodoro da Fonseca manteve como hino nacional a música de Francisco Manuel da Silva. O hino só receberia uma letra definitiva no ano de 1909, escrita pelo poeta Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927). Finalmente, em 6 de setembro de 1922, na véspera do centenário da independência, o presidente Epitácio Pessoa oficializou o texto do “Hino Nacional Brasileiro”.

norte-americana) foi que as províncias foram transformadas automaticamente em Estados federados e “poderiam ter bandeira, hino e armas próprias sem omitir os símbolos nacionais” (ANDRADE, 1999b; ANDRADE; ANDRADE, 2003, p. 48). Com essa Constituição, começa a história “oficial” da implantação e uso de símbolos pelos Estados da federação brasileira. Nos Estados Unidos, a maior liberdade dos Estados daquela Federação já havia criado, inclusive, uma “cultura simbólica”⁶⁴ no que competia à adoção dos símbolos estaduais.

Mas, mesmo antes de elaborada a Constituição de 1891, o ideal republicano possibilitou a implantação dos primeiros símbolos estaduais. O hino do Estado do Rio de Janeiro, composto por João Elias da Cunha e por ele oferecido ao governador Francisco Portela, foi oficializado em 29 de dezembro de 1889, com letra de Antônio José Soares de Sousa Júnior. A bandeira de Mato Grosso já havia sido criada em 31 de janeiro de 1890, por iniciativa do então governador republicano, o general Antonio Maria Coelho, apenas 73 dias depois de oficializada a bandeira do Brasil. Já em 1891, o Rio Grande do Sul procurou recuperar as cores da bandeira criada durante a Revolução Farroupilha (1836) e o mesmo aconteceu com Pernambuco ao completar o centenário da Revolução Republicana de 1817. Vale notar que nos primeiros anos do novo regime, as bandeiras de alguns clubes republicanos influenciaram na criação dos símbolos estaduais adotados nessa época, como nos casos da Bahia (1889) e do Pará (1898), cujos pavilhões acabaram se tornando símbolo estadual.

Podem-se distinguir três grandes etapas de criação dos símbolos estaduais no Brasil (tabela 1), que coincidiram com amplos períodos favoráveis ao federalismo. O primeiro deles vai do início de 1890, passando pelas primeiras décadas do século XX – quando ocorreu a instituição oficial da maioria dos símbolos estaduais brasileiros – até o ano de 1937, pois a ascensão de Getúlio Vargas ao poder

⁶⁴ Uso esse termo para argumentar que desde a formação dos Estados Unidos, cuja constituição inspirou a nossa naquele momento, os Estados americanos já tinham criado seus símbolos próprios, alguns deles, inclusive, desde a fundação da própria colônia já ostentavam seus emblemas, como no caso de Maryland, cuja “bandeira armorial” relembra o brasão de seu fundador. Após a independência, os Estados da União passaram adotar seus próprios brasões em forma de selo, chamados de *State Seal*, como nos casos de New Hampshire (1776) e Connecticut (1784). Um século depois, por exemplo, a maioria dos Estados da União já tinha criado para si selos e bandeiras próprias de forma oficial. Hoje, há uma infinidade de símbolos estaduais oficializados entre os Estados norte-americanos, que vão além da bandeira, brasão e canção estadual (hino), como também as cores, animal, planta, mineral, fóssil, solo, dança, prato típico, esporte e em alguns casos até o pássaro, cão, árvore, flor, borboleta, anfíbio, rocha, teatro, banda e locomotiva estadual.

instaura o “Estado Novo”, período este marcando por um maior “centralismo” com o objetivo assegurar a gestão do poder na unidade nacional.

Esta Constituição extinguiu a federação (apesar de mantê-la formalmente em seu artigo 3º) e os Estados perderam toda a autonomia, na qual os antigos governadores foram destituídos e substituídos por interventores federais com o intuito de enfraquecer as lideranças políticas estaduais. Vargas acreditava que a unidade só seria alcançada se o governo fosse uno e forte, assim também imaginava que esse “ideal de unidade” só se faria única e exclusivamente através da bandeira, do brasão e do hino nacional, no receio de que outros símbolos que não fossem os da nação brasileira desviassem o foco das idéias políticas vigentes e alimentassem os sentimentos federalistas, ressuscitando os direitos adquiridos pelos Estados nos primeiros anos da fase republicana.

A nova carta constitucional promulgada em 10 de novembro de 1937, determinava em seu artigo 2º que: “*A Bandeira, o Hino, o Escudo e as Armas Nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A Lei regulará o uso dos Símbolos Nacionais*” [itálico e grifo nosso]. E, da mesma forma, o decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, no seu 53º artigo complementar tal posição ao afirmar que: “*A Bandeira, o Hino, o Escudo e as Armas Nacionais são de uso obrigatório em todos os Estados e Municípios; proibidos quaisquer outros símbolos de caráter local*” [itálico e grifo nosso]. Conforme relembra Duarte (1999, p. 243; 2001, p. 27), houve inclusive no Rio de Janeiro uma cerimônia de queima dos pavilhões dos Estados brasileiros:

No dia 27 de novembro de 1937 houve até uma cerimônia oficial para a queima das bandeiras estaduais na praça do Russell, no Rio de Janeiro. Jovens, em fila como uma procissão, subiram ao palanque e entregavam o pavilhão de um estado para ser queimado.

Foi somente após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o desgaste do Estado Novo e as pressões por maior democracia, que culminaram com a deposição de Vargas (1945), que a redação da Constituição de 18 de setembro de 1946 restabeleceu os símbolos estaduais e municipais em seu artigo 195: “*São símbolos nacionais a Bandeira, o Hino, o Selo e as Armas vigorantes na data da promulgação desta constituição. Parágrafo único: Os Estados e Municípios podem ter símbolos próprios*” [itálico e grifo nosso].

A partir desta Constituição, os Estados passaram a restabelecer (ou criar) grande parte dos símbolos hoje existentes, mas não o tiveram que fazer por obrigatoriedade, fato este que algumas entidades, como no caso de Minas Gerais não possuem ainda um hino oficial. É também neste período que as últimas bandeiras das entidades estaduais então vigentes são criadas, como nos casos do Espírito Santo (1947), Rio Grande do Norte (1957), Minas Gerais (1963) e Rio de Janeiro (1965). Outros Estados, como Santa Catarina (1954) e Alagoas (1963) reformulariam por completo seus pavilhões, ambos adotados no final do século XIX, enquanto em outros casos, como no Paraná (1947) e Ceará (1967) houve apenas modificações “técnicas” nos estilos adotados.

Com a transferência da nova capital do Rio de Janeiro para o Distrito Federal e a inauguração de Brasília (1960), a capital federal adotou símbolos próprios nesta década. Esse período se encerra com a adoção do hino do Estado de São Paulo, feita em 1974. Amazonas (1980) e Mato Grosso (1983) oficializariam seus hinos já no terceiro período de grande criação dos símbolos estaduais no Brasil.

O período do chamado “Regime Militar” não impediu que o ideal de federação continuasse a vigorar, assim também se mantiveram os símbolos estaduais e, não houve sérias restrições nesse sentido no caráter federativo. A nível nacional, deve-se ressaltar a lei n.º 5.700, promulgada em 1º de setembro de 1971, que regulamentava os símbolos nacionais e que determinou a sua “inalterabilidade”, passando, por exemplo, as estrelas na bandeira e o brasão de armas a perderem o sentido que tinham de representar os Estados (direito este restabelecido em 1992).

O terceiro período se inicia justamente com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, que adotara seus símbolos de 1º de janeiro de 1979. Dois anos depois era a vez de Rondônia conseguir autonomia estadual, aproveitado para adotar sua bandeira, hino e brasão de armas. Embora Território Federal, o Amapá já realizara concurso para adotar seus símbolos em 1984.

Os novos ventos rumo ao restabelecimento do ideal democrático conduziram o Brasil à sua atual Constituição Federal, elaborada em 1988. Os embates da nova constituinte naquele período não se estenderam apenas na consolidação das questões cidadãs, mas também na criação de novos Estados. Assim, Amapá e Roraima – separados respectivamente do Pará e Amazonas em 1943 durante o regime de Getúlio Vargas – foram elevados à condição de Estado e as lutas em torno da separação do norte de Goiás resultaram na criação do Tocantins.

Quadro 1: Data de adoção oficial da bandeira, brasão e hino dos Estados da Federação.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BANDEIRA*	BRASÃO**	HINO***
Acre	[1899/1902] 1921	[1902/1922] 1989	1903
Alagoas	1894/1963	1894/1963	1894
Amapá	1984	1984	1984
Amazonas	1897	1897	1980
Bahia	1889	1891/1947	1828
Ceará	[1922/1967] 2007	[1897/1967] 2007	1903
Distrito Federal	1969	1960	1961
Espírito Santo	1947	1947	1947
Goiás	1919	1919	[1919] 2001
Maranhão	1899	1905	1911
Mato Grosso	1890	1918	[1919] 1983
Mato Grosso do Sul	1979	1979	1979
Minas Gerais	[1789] 1963	1891	[1942]
Pará	1898	1903	1915
Paraíba	1930	1907	[1905] 1979
Paraná	[1892/1923] 1947	[1902/1905/1910] 1947	1947
Pernambuco	[1817] 1917	1895	1908
Piauí	[1922] 2005	1922	1923
Rio de Janeiro	[1965] 1975	[1892] 1965	1889
Rio Grande do Norte	1957	1909	1957
Rio Grande do Sul	[1836/1891] 1966	[1836] 1966	1966
Rondônia	1981	1981	1981
Roraima	1996	1996	1996
Santa Catarina	[1895] 1953	1895	1895
São Paulo	1932	1932	1974
Sergipe	1920	1882	1836
Tocantins	1989	1989	1998
Legenda	Primeiro Período (1891-1937)	Segundo Período (1946-1978)	Terceiro Período (1979-)

* As datas entre colchetes e barras referem-se à introdução da bandeira, sua primeira versão e demais alterações; a segunda data marca a última adoção “oficial” por lei pela unidade da federação. Nos casos de Pernambuco e Rio Grande do Sul, a primeira data refere-se à instituição da bandeira por separatismo ou revolta provincial. No caso acreano, a primeira data ressalta a bandeira criada para o auto-proclamado “Estado Independente do Acre”. No caso de Sergipe (ausente na tabela) a bandeira é datada do final do século XIX.

** Neste caso, a data entre colchetes refere-se à criação e alteração do brasão de armas de cada Estado. O brasão de armas do Rio Grande do Sul surgiu pela primeira vez para ser o brasão da República Rio-Grandense em 1836, apresentando quatro versões distintas.

*** Goiás trocou seu novo hino em 2001, substituindo o antigo, de 1919. O hino de Mato Grosso tem suas bases numa canção tradicional de composta em Cuiabá em 1919. Bahia e Sergipe adotaram seus hinos de canções provinciais do século XIX. A primeira execução do hino da Paraíba se deu em 1905, enquanto no caso do Estado do Pará, seu hino é conhecido em versão anterior a 1915. Minas Gerais não possui hino oficial, a canção popular “Oh! Minas Gerais” é usada desde 1942.

Os anos noventa do século XX foram marcados pela adoção destes símbolos estaduais. Roraima teve sua bandeira, brasão e hino oficializados em 1996. No Tocantins, a bandeira e brasão já haviam sido criadas em 1989, mas o hino ganhara tom oficial em 1998. No vizinho Goiás, cresciam os questionamentos, inclusive legais, em torno do hino estadual neste mesmo ano (que não mais correspondia à situação que vivia a terra goiana quando este foi criado em 1919).

Assim, a primeira década do século XXI assistiu a atualização dos símbolos estaduais vigentes, alguns deles descaracterizados pela falta de normas técnicas ou mesmo pelo próprio esquecimento e pelos erros de interpretação na lei, o que ainda não deixa de ocorrer. Além de Goiás, que trocou definitivamente seu hino em setembro de 2001, as alterações na bandeira do Piauí (2005) e o remodelamento da bandeira e brasão do Estado do Ceará (2007) são alguns exemplos desse novo século.

3 DO SIMBÓLICO AO GEOGRÁFICO

Após um breve inventário sobre a origem dos símbolos nacionais como uma etapa recente dentro da história da humanidade e seu desmembramento no Brasil, o terceiro capítulo pauta-se nas reflexões sobre o símbolo *per se* e suas relações com o geográfico. Nesta conceituação, enquanto o primeiro e segundo capítulos procuraram tratar da evolução das bandeiras, brasões e hinos enquanto “coisas”, em *representações objetais*, os atos de percepção e apreciação serão agora discutidos como *representações mentais* (BORDIEU, 2007),⁶⁵ de forma a entender a construção e a desconstrução da comunicação através da linguagem simbólica, que tem em vista determinar como estas representações mentais adquiriram as propriedades do tempo e do espaço, em particular sob o enfoque geográfico.

O homem, após um longo processo evolutivo, no seu ato de cognição passa a interagir com o mundo e representá-lo através de imagens e símbolos que resultam de uma abstração, advinda da percepção do ambiente em que vive(u) e do seu contato com o mundo exterior, pois, como na reflexão de Ernst Cassirer (2001, p. 73) “o espaço e o tempo são a estrutura em que toda a realidade está contida.” Um ponto importante nesse novo meio de perceber e compreender o mundo foi a evolução da linguagem, pois além de interromper um processo exclusivo de evolução biológica, permitiu que o mundo do espaço e tempo do homem se tornasse ilimitado, ou seja, um mundo que não apenas é perceptível, mas uma extensão puramente simbólica, dando-lhe uma nova dimensão, visto que:

Há uma grande variedade de tempos e espaços simbólicos na cultura humana. Nem todos são caracterizados por palavras ou números. Pinturas, estátuas, edifícios, **mapas**, lugares santos, eternos campos de caça e outros mundos além são todos exemplos de espaços simbólicos. Ritmos, melodias, histórias, peças de teatro, rimas poéticas, dias santos e eternidade, todos significam tempos simbólicos [...] quando os seres humanos se referem a ‘espaço e tempo’, em geral estão se referindo a espaço e tempo simbólicos em uma de suas muitas formas (SZAMÓSI, 1986, p. 11, grifo nosso).

⁶⁵ Mas, mais profundamente a procura de critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BORDIEU, 2007, p. 112).

Esse processo artificial de comunicação e geração do conhecimento é mediado pela linguagem e todos os elementos que a constituem, pois ela, segundo Szamósi (1986, p. 47) “permite que o cérebro humano não apenas perceba os objetos e acontecimentos no espaço e no tempo, mas também os represente como conceitos, pense a respeito deles e comunique esses pensamentos”. Assim, não apenas percebemos objetos no espaço e no tempo, mas também criamos símbolos para “objetos”, para “espaço” e para “tempo” (SZAMÓSI, 1986). Foi assim que a linguagem permitiu ao ser humano a capacidade de se criar modelos do mundo e para ele dar sentidos.⁶⁶ Entretanto, essas adaptações do cérebro humano para conceber as diversas formas de linguagem são resultado tanto de uma longa evolução das habilidades de desenvolver modelos abstratos do ambiente externo, como também dos processos de interação social que modificaram lentamente a natureza do raciocínio humano, conforme descreveu Cassirer (2001, p. 47-50):

[...] No entanto, no mundo humano encontramos uma característica nova que parece ser a marca distintiva da vida humana. O círculo funcional do homem não é só quantitativamente maior; passou também por uma mudança qualitativa. O homem descobriu por assim dizer, um novo método para adaptar-se ao seu ambiente. Entre o sistema receptor e o efetuator, que são encontrados em todas as espécies animais, observamos no homem um terceiro elo que podemos descrever como o *sistema simbólico*. Essa nova aquisição transforma o conjunto da vida humana. Comparado aos outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla; vive, pode-se dizer, em uma nova dimensão da realidade. Existe uma diferença inconfundível entre as reações orgânicas e as respostas humanas. [...] Todavia, não existe remédio para essa inversão da ordem natural. O homem não pode fugir à sua própria realização. Não pode senão adotar as condições de sua própria vida. Não estando num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são parte desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la, por assim dizer, frente a frente. A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem. Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo. Envolveu-se de tal modo em formas lingüísticas, imagens artísticas, símbolos míticos ou ritos religiosos que não consegue ver ou conhecer coisa alguma a não ser pela interposição desse meio artificial [...]. A partir desse ponto de vista a que acabamos de chegar, podemos definir e ampliar a definição clássica do homem [...] A razão é um termo muito inadequado com o qual compreender as formas da vida cultural do homem em toda a sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são formas simbólicas. Logo, em vez de definir o homem como *animal rationale*, deveríamos defini-lo como *animal symbolicum*.

⁶⁶ [...] o cérebro dos mamíferos organiza os inputs sensoriais, a percepção do mundo, numa estrutura de espaço e tempo para ser capaz de deles extrair sentido. A estrutura do espaço e tempo simplifica o mundo, dá-lhe uma ordem coerente e, assim, o torna capaz de ser vivido (SZAMÓSI, 1986, p. 43).

Embora o *animal symbolicum* denominado por Cassirer tenha criado um mundo artificial, o processo de representação simbólica não se dá apenas de forma isolada, como uma consciência individual, mas é resultado de uma interação cultural advinda das formas de comunicação social. Ao trabalhar a filosofia marxista da linguagem, Bakhtin (VOLOCHÍNOV, 2006, p. 31-32) afirma que:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia* [...] Todo corpo físico pode ser percebido como símbolo [...] e toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte de uma realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade [...] Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico [...].

Para Bakhtin cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade, um fenômeno do mundo exterior em que o próprio signo e todos os seus efeitos aparecem na experiência exterior.⁶⁷ A comunicação humana é alcançada através de ações expressivas que operam como sinais, signos e símbolos. Deve-se distinguir o que é chamado de sinal (que é algo que significa alguma coisa: um cheiro, um som, um movimento de algum animal, etc.) e um símbolo real. Tanto os sinais quanto os símbolos pertencem (de acordo com o uso geralmente aceito), a uma classe mais geral: os signos. Signo é qualquer coisa que contenha informação (SZAMÓSI, 1986, p. 53), de forma que não ocorrem isolados; um signo é sempre membro de um conjunto de sinais contrastados que funciona dentro de um contexto cultural específico (LEACH, 1978), e que só transmite informação se combinado com outros signos e símbolos do mesmo contexto.

Deve-se ter em mente da mesma forma que os símbolos – no sentido próprio do termo – não podem ser reduzidos a meros sinais. Sinais e símbolos pertencem a dois universos diferentes de discurso: um sinal faz parte de um mundo físico do ser; um símbolo é parte do mundo humano do significado. “Os sinais, mesmo quando

⁶⁷ Em decorrência disso, poder-se-ia dizer que a realidade é constituída de símbolos na mesma medida que é elaborada por matéria e energia, tempo e espaço. É por isso que se pode afirmar que a invenção da palavra escrita e as possibilidades sociais e culturais dessa invenção, é o maior feito humano de todos os tempos, pois permitiu incluir, decisivamente, a operação simbólica na construção da história (CHAVEIRO, 2005, p. 48).

entendidos e usados como tais, tem mesmo assim uma espécie de ser físico ou substancial; os símbolos têm apenas um valor funcional” (CASSIRER, 2001, p. 58) – os sinais são “operadores” enquanto os símbolos são “designadores”.

A representação é um tipo de linguagem, portanto uma “construção símica”, um produto social oriundo de comunicação. É esse conjunto de práticas e valores sociais que refletem uma visão do mundo externo e constituem-se em criações de esquemas mentais estabelecidos a partir de uma dada realidade espacial, portanto, não incorporam apenas a vertente lingüística no processo de comunicação, mas também a cultura, os valores, os significados e a própria ideologia contida em suas representações.

Como uma direção inteiramente nova da vida cultural, [...] o espaço geométrico abstrai toda a variedade e heterogeneidade que nos é imposta pela natureza díspar de nossos sentidos [...]. A representação do espaço e das relações espaciais significa muito mais. Para representar uma coisa não basta sermos capazes de manipulá-la da maneira correta para usos práticos. Devemos ter uma concepção geral do objeto e considerá-lo em diversos ângulos para podermos encontrar suas relações com outros objetos. Devemos situá-lo e determinar sua posição em um sistema geral (CASSIRER, 2001, p. 79-80).

No pensamento de Bordieu (2007) todo esse arcabouço ideológico usado como instrumento de conhecimento e de construção do mundo dos objetos configura-se em um “sistema simbólico”, pois os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* a cerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Clifford Geertz (1989) acrescenta que o simbólico tem uma existência tão concreta quanto o material, e que a cultura é um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.

O conceito de cultura é essencialmente semiótico [...]. Acredito, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas em sua superfície (GEERTZ, 1989, p. 15).

O termo “cultura”, para Geertz, é também um “sistema simbólico”, uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento. É feita de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente construídos, transmitidos, aprendidos por meio de signos e símbolos. Conforme atenta Leach (1978, p. 59) “um signo ou símbolo somente adquire sentido quando é diferenciado de algum outro símbolo ou signo contrário”, pois eles não têm sentido se vistos isoladamente, mas devem fazer parte como membros de um conjunto. Esse sistema contribui para regular e padronizar atitudes e emoções no alargamento do universo do discurso humano, pois:

[...] esse é um objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p. 24).⁶⁸

James Duncan (2004) citando Raymond Williams (1982, p. 13) acrescenta que a cultura é “o sistema de criação de signos através do qual, necessariamente (ainda que entre outros meios), uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada”. A prática cultural e a produção cultural não são “simplesmente derivadas de uma ordem social construída de outra maneira, mas são, elas próprias, os elementos principais de sua constituição” (WILLIAMS, 1982, p. 12-13 apud DUNCAN, 2004, p. 101-102), pois a cultura está embutida em outros sistemas como um componente construtivo.

Os símbolos, então, como produtos semióticos interpretáveis da cultura humana, imprimem valores a fatos, às coisas ou às pessoas. Também transformam fatos, coisas e pessoas; comunicam, relacionam, criam diferenças e possibilitam reconhecimentos. Um símbolo condensa e expande sentidos, sentidos estes que podem estar ligados a um determinado espaço geográfico, cujas características únicas, ou seja, o seu contexto, o torna signo e lugar (no sentido afetivo da geografia humanista) de diferenciação de outros espaços, quando, por exemplo, na heráldica,

⁶⁸ [...] São essas estruturas empilhadas, essas camadas sucessivas de significação que constituem o material da antropologia. A “descrição densa” (*thick description*), termo emprestado do filósofo Gilbert Ryle, constitui-se em uma hermenêutica cuja tarefa seria conseguir exibir a estratificação complexa dessas culturas/textos (MONADA; SÖDERSTRÖM, 2004).

um determinado acidente geográfico ou os elementos de uma paisagem são representados no escudo de um brasão.⁶⁹

Quanto ao processo cognitivo de criação dos símbolos, Kozel (2002, p. 221) ressalta que “as representações espaciais advém de um vivido que se internaliza nos indivíduos, em seu mundo, influenciando seu modo de agir, sua linguagem, tanto no aspecto racional como no imaginário, seguidas por discursos⁷⁰ que incorporam ao longo da vida”. O conhecimento geográfico está interligado desse modo a um contexto de representações sociais, numa *concepção realista*, que embasa o conhecimento como reflexo objetivo da realidade, numa *concepção idealista*, que dá suporte teórico ao imaginário e numa *concepção sócio-cultural*, que perpassa os dois conceitos, proporcionando uma análise da teia de relações estabelecidas entre a sociedade e o espaço geográfico (KOZEL, 2002).

Para Duncan (2004, p. 100) o mundo é revestido de sistemas de representação e “para compreender a natureza relacional do mundo precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por debaixo do texto visível”. Conforme recorda Cosgrove (2004), para compreendermos as expressões impressas por uma cultura, necessitamos de um conhecimento da linguagem empregada, ou seja, os símbolos e seu significado nessa cultura. Como um sistema de criação de signos ele enfoca que a paisagem “é um dos elementos centrais num sistema cultural, pois, como um conjunto ordenado de objetos, um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado” (DUNCAN, 2004, p. 106). Edmund Leach (1978, p. 44) reforça essa idéia, pois, “quando usamos símbolos (tanto verbais como não-verbais) para distinguir uma classe de coisas ou ações de uma outra, estamos criando fronteiras artificiais num campo que é ‘naturalmente’ contínuo”.

⁶⁹ Assim escreveu Lauro Ribeiro Escobar (1972, p. 388) do bom gosto ao se confeccionar um brasão municipal: a elaboração de um brasão, em verdade, está adstrita às leis da heráldica, além de obrigatoriamente prestar reverência ao bom gosto e representar algo típico do município no qual é símbolo. A tarefa, portanto, somente deve ser atribuída a pessoas com sólidos conhecimentos da heráldica, além de extensa cultura geral, notadamente no que se refere à história, à **geografia**, à botânica, etc. [...] deve o brasão municipal representar, como já foi salientado, **alguma coisa ligada à comuna, seja um fato histórico, sua flora, fauna, acidentes geográficos significativos, ou fontes de riqueza da região.** (grifos nossos)

⁷⁰ Nas palavras de Duncan (2004, p. 104) o discurso é “a estrutura de inteligibilidade na qual todas as práticas são comunicadas, negociadas ou desafiadas”. São recursos facilitadores e coações ou limites do qual determinados modos de pensamento parecem naturais, pois como um produto de luta (desigual) das relações de poder, que também estão inscritas nos discursos.

A idéia de paisagem nesse viés pode ser lida como um “texto”, atuando como um instrumento de transmissão, reproduzindo determinada ordem social, através do que Duncan nomeia de “retórica da paisagem”, que seriam as alegorias, os signos, os símbolos, ícones e tropos existentes nas paisagens, ou seja, a forma como se dá a sua “narrativa”. A paisagem concreta, fixando e estabilizando uma significação, realmente se constitui na geografia como tradução natural da noção de texto, e, portanto, é nela que o geógrafo continua a ler a geograficidade da cultura (MONADA; SÖDERSTRÖM, 2004, p. 143); seria essa então “o deciframento de uma ordem do espaço concreto”.⁷¹ Da mesma maneira, bandeiras, hinos e brasões, enquanto símbolos concretos, apresentam de forma intrínseca uma mensagem abstrata de uma distinta realidade exterior, cujos elementos gráficos podem ser decodificados, permitindo-lhe dar uma “nova leitura”.

Conforme relembra Geertz (1989, p. 321) a cultura é um “conjunto de textos, eles próprios conjuntos, que a antropologia esforça-se para ler acima dos ombros daqueles a quem eles pertencem de direito”. Essa leitura de textos se realiza à luz do conhecimento de um contexto que permite uma descrição inteligível dos processos sociais, essa descrição como “construção do pesquisador” (MONADA; SÖDERSTRÖM, 2004).

Para Cerulo (1993), como uma estratégia de comunicação, a mensagem projetada pelo símbolo pode ser analisada em duas vias. Em primeiro lugar, através do conteúdo simbólico, que são as cores ou emblemas usados em uma bandeira ou brasão, como, por exemplo, uma faixa em vermelho representado o sangue derramado; pode-se decifrar a mensagem de cada componente do símbolo, isolando seus elementos e focando-se no significado de cada um deles, que seria a *análise semântica*. Secundariamente, estuda-se o desenho ou configuração de um símbolo, como por exemplo, de que forma as cores e emblemas ocupam posições determinadas em uma bandeira ou brasão, o número de faixas e suas secções, ou ainda, o estilo literário e a linguagem na letra de um hino, a relação entre melodia e coro, etc. Quando se examina o significado carregado por estas estruturas (seu desenho ou configuração e a relação entre estas partes) emprega-se uma *análise sintática* dos símbolos. A estrutura sintática ordena ou organiza os vários elementos

⁷¹ [...] os símbolos guardam escondidamente o mundo que é nossa realidade. Decifrá-los nos dão pistas para saber quem somos e para encaminhar um modo de saber o que nos identifica (CHAVEIRO, 2005, p. 49-50).

de um símbolo; quando se muda a estrutura sintática, a mensagem do símbolo também é mudada.⁷² Assim é que o valor cognitivo do símbolo é reconhecido e enunciado segundo diferentes níveis de percepção ou de conhecimento. Ele “aumenta na medida em que é adequadamente usado e preservado. E, acima de tudo, à medida em que a mensagem em que encerra corresponda fielmente a uma realidade histórica [e geográfica], o que redundará na imperiosa necessidade de atualização do símbolo” (LUZ, 1999, p. 27).⁷³

A bandeira como objeto-símbolo, se compõe de dois elementos básicos: a forma e o conteúdo. Os elementos formais são o desenho, que inclui a forma, as proporções e as cores que lhes são peculiares e que a distinguem das demais bandeiras [...] Os elementos de conteúdo, ditos subjetivos, são o significado que lhe é atribuído (e que se cristaliza com o uso e a tradição) e a mensagem que ela contém e transmite (LUZ, 1999, p. 27).

As representações geográficas figuram como uma “narrativa” desse conjunto de simbolismos, parte de um contexto ideológico socialmente construído, de distinção histórica e cultural, que é personificada nos símbolos através dos elementos gráficos, elementos esses que projetam de uma mensagem (imagem ou canção) que tem por objetivo criar uma identidade coletiva, por vezes também constituindo um imaginário de território. Quando analisamos esses símbolos, a sua “forma”, podemos desconstruí-los para desvendar seu “conteúdo”, ou seja, os elementos implícitos no processo de apropriação de determinado espaço geográfico que podem ser lidos e interpretados.

Assim, conforme o demonstrado na figura 19, se por um lado a dimensão do espaço físico no que permeia o universo do homem e sua vertente gêmea e cronológica do tempo (pois este não é só um fenômeno físico, mas também uma demarcação humana) influenciam na apreensão de uma distinta realidade, como uma criação artificial do mundo humano conforme expressou Cassirer (2001), a noção de “tempo” remete também à alguns aspectos do fluxo contínuo dos acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, dos quais nós mesmos

⁷² Firth (1973, p. 46 apud CERULO, 1993) trabalha um ponto similar ao considerar a estrutura sintática das bandeiras nacionais. Ele denota que “não é simplesmente o conteúdo das bandeiras que é importante, mas a sua forma e a combinação de seus elementos”.

⁷³ [...] a função faz a forma e torna representativa a atualização dos símbolos. Esta atualização é condição *sine qua non* para manter o valor cognitivo dos símbolos, isto é, o seu significado (LUZ, 1999, p. 37). Para os habitantes de um determinado país maior será a força expressiva, político-cultural, psíquico-filosófica do estandarte, quanto mais ampla e representativa for a pauta de elementos culturais nativos contidos no pavilhão pátrio; quanto maior a identificação, mais empatia é obtida e, com isso, maior harmonia das consciências sociais e cidadãs (SEYSEL, 2006, p. 27).

fazemos parte e “[...] utilizando uma certa seqüência de acontecimentos, instauramos limites dentro de uma outra seqüência e, com isso, determinamos começos e fins relativos” (ELIAS, 1998, p. 13) para os acontecimentos contínuos.

O processo de cognição, traduzido pela comunicação, essa resultante da interação social no qual os objetos da realidade são transpassados além das fronteiras da mente humana por uma linguagem simbólica, não apenas na dimensão textual, mas também na vertente alegórica, constituem-se nos elementos da cultura e sua íntima relação com a natureza. Por isso tornam-se um ponto (ou por extensão, uma mancha) desta tríade dimensão: um contexto histórico-espacial mediado pela cultura. Enquanto um discurso na sua vertente geográfica, eles variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente variam por época em que foram gerados (MORAES, 2005).

Como comunicação, esse contexto re(criado) de forma fiel, parcial ou distorcida de uma realidade lembrado por Bakhtin (VOLOCHÍNOV, 2006), pela comunhão imaginária, pelo discurso ou mito passa a ser apreendida e reproduzida pelas três instâncias (no que chamo de “atores” da criação de um símbolo) em ordem inversa de importância: em primeiro lugar está o sujeito, que é aquele que cria, percebe, aceita ou rejeita determinado símbolo; em segundo aparece a sociedade (massa), que também o cria, percebe, aceita ou rejeita, mas é ela através da comunicação e da cultura que reproduz ou modifica esse símbolo, e, embora determinado sujeito negue ou aceite determinada prática simbólica ou mesmo deixe de existir biologicamente, os outros membros da sociedade podem dar continuidade à ela.

Finalmente, em terceiro, está o Estado-nação, como a instância maior de poder, pois é aquele que dá o aval se determinado símbolo pode servir como objeto de sua representação. Ele tem o poder de ação para modificar, rejeitar, aprovar e regulamentar o uso de determinado símbolo patriótico em seu sentido “oficial”. Embora o Estado⁷⁴ esteja em interação e seja constituído por pessoas, somente alguns de seus membros (uma elite política, classe social ou religiosa – a *intelligentsia* no sentido de uma burguesia ou classe média), é que detém o poder de determinar e manipular o uso dos símbolos e, embora determinada parcela da sociedade aceite ou negue um símbolo específico, o Estado-nação é que decidirá

⁷⁴ Na definição de Max Weber, o Estado é uma comunidade humana que exige (com sucesso) o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território.

por final se acata ou rejeita a necessidade de usá-lo. Cerulo (1989, p. 77-79) atenta para o fato de que:

[...] desde o surgimento do Estado-nação, líderes políticos têm criado e usado símbolos nacionais (bandeiras, hinos, lemas, moedas, constituições, feriados) para direcionar a atenção pública, integrar [seus] cidadãos, e motivar a ação pública. [...] símbolos nacionais são comissionados, selecionados e projetados pelas elites políticas da nação, numa relação entre controle social e estrutura simbólica [...], elas “transformam” esses símbolos com referência às condições sociais que elas expressam e com os fins que elas desejam [...], pois buscam o controle sócio-político.

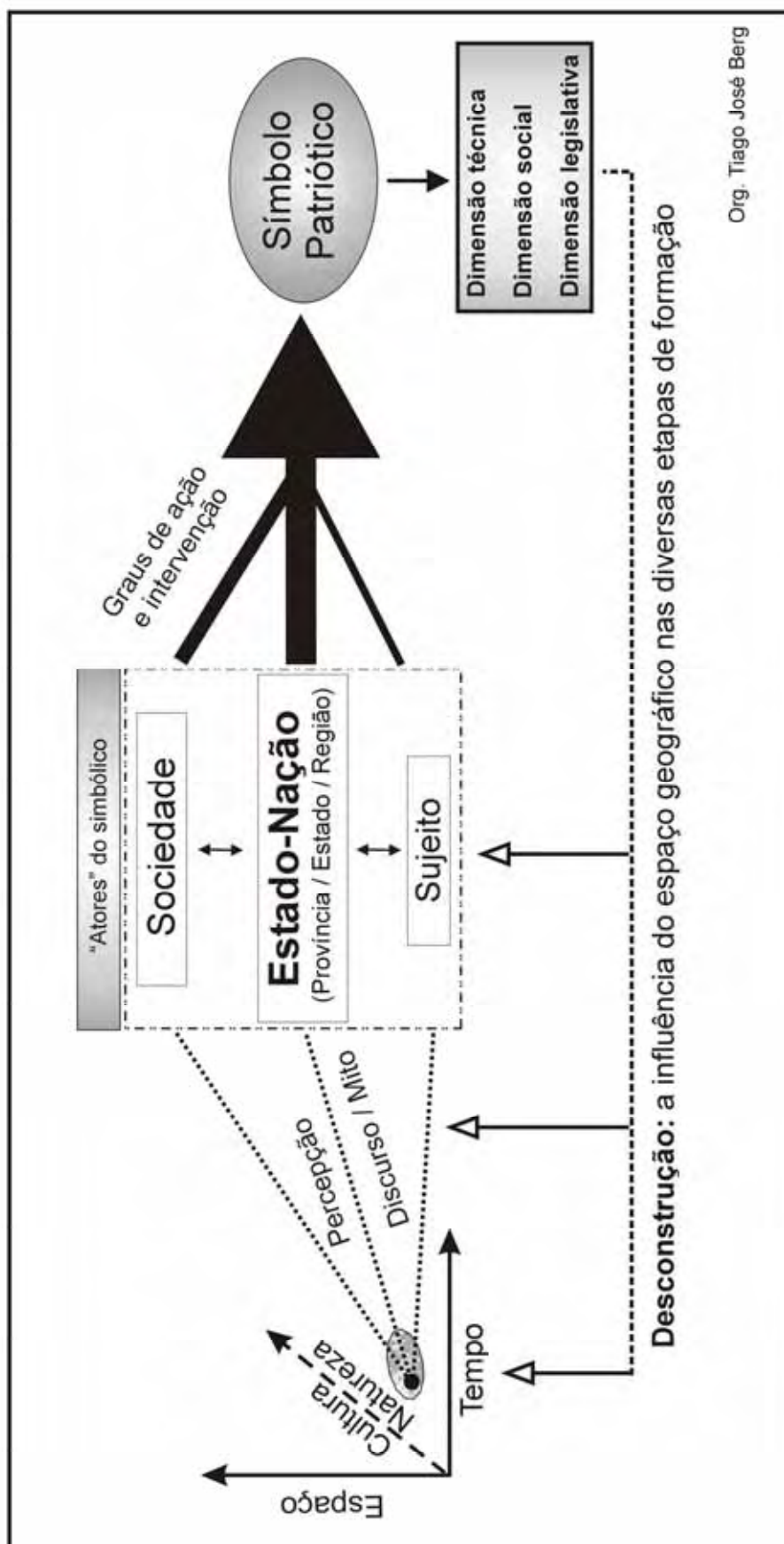
Os símbolos possuem uma *dimensão técnica*, que se refere às normas, leis da heráldica, da vexilologia, da poesia e da música. Também adquirem uma *dimensão social*, que trata das representações sociais, históricas, culturais e geográficas. Finalmente, possuem *dimensão legislativa*, que se refere à natureza das leis, decretos e atos oficiais que os adotaram oficialmente.

Quando se investigam estas etapas de construção do símbolo patriótico pelo caminho inverso, realiza-se uma “leitura” desse contexto (DUNCAN, 2004) sob a forma dos objetos gráficos e textuais (no caso dos hinos e poemas) que o constituem, trilhando metodologicamente o que se pode chamar de uma “desconstrução do símbolo” na perspectiva apresentada por Cerulo (1989; 1993) da análise sintática e semântica. Nas palavras de Geertz (1989, p. 40-41):

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram.

Assim, como uma “construção do pesquisador” que “dialoga” com o símbolo e “escuta” a sua mensagem à moda de uma “etnografia do símbolo”, pode-se inferir interpretativamente o contexto em que tais elementos foram criados e de que forma e grau eles projetam, enquanto uma forma de discurso e representação, os atributos territoriais de um determinado espaço geográfico no percurso do tempo.

Figura 19: Esquema simplificado da constituição de um símbolo patriótico oficial.



4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Para se realizar uma análise que envolva os aspectos geográficos presentes nos símbolos estaduais brasileiros é preciso compreender além de sua dimensão evolutiva e de sua relação com o espaço e tempo simbólicos como se caracterizou a formação territorial da nação brasileira.

Desde os primeiros esboços da ocupação colonial portuguesa pela faixa litorânea, o “jogo de forças” luso-espanhol foi moldando nos séculos seguintes nossas fronteiras além da linha de Tordesilhas. As etapas de constituição da pátria, desde as raízes coloniais, passando pela independência nacional, pela formação do Império e posteriormente pelo advento da República em finais do século XIX, envolveram a formação de nossas unidades federativas. Tal processo continuou sua caminhada no início do século XX, onde se resolveram os últimos questionamentos de fronteira no Brasil. Os ciclos econômicos, durante a colônia e após esse período, a expansão das fronteiras agrícolas, o desenvolvimento das redes de comunicação e os picos de industrialização, além do deslocamento da capital com a construção de Brasília, aliados à necessidade de expansão e ocupação estratégica do território, sobretudo durante os períodos de vigência do “Estado Novo” e do “Regime Militar”, somaram-se às novas divisões políticas com a Constituição Federal de 1988, como alguns dos fatores que contribuíram para a ampliação do quadro federativo nacional.

Para se compreender sua evolução, torna-se necessário sistematizar as etapas de sua formação e focar nos elementos que envolvam a sua constituição. Haesbaert (2001) na busca em definir o território para compreender o conceito de desterritorialização, aponta para três vertentes básicas dessa noção: a primeira delas no sentido jurídico-político, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder político pelo Estado. A segunda noção advém do ponto cultural(ista), onde o território é visto como uma dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, na qual este é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço.⁷⁵ A terceira abordagem, no viés econômico/economicista enfatiza a dimensão espacial

⁷⁵ Atenta Haesbaert (2001, p. 119) para o fato de que “[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder”.

das relações econômicas, classes sociais, relação capital-trabalho, etc.; há também uma interpretação naturalista, mais antiga e pouco vinculada, que utiliza a noção de território como base das relações sociedade-natureza.

A periodização das etapas de evolução do território brasileiro torna-se um recurso metodológico que busca retomar os pontos importantes de sua formação em correlação com o geográfico, para que ao destacá-los seja possível tornar mais coerente os próximos pontos de análise. Essas etapas, no quesito da economia, foram propostas por Caio Prado Júnior, na sua obra *História Econômica do Brasil* (1945), em que ele propõe elaborar oito momentos: a) preliminares (1500-1530); b) ocupação efetiva (1530-1640), definida pelo início das atividades agrícolas; c) expansão da colonização (1640-1770), marcada pela mineração e ocupação do Centro-Sul, a pecuária e o povoamento no Nordeste, a colonização do vale amazônico e a coleta das drogas do sertão; d) o apogeu da colônia (1770-1808), com o renascimento da agricultura e a incorporação do Rio Grande do Sul para a atividade pecuária; e) a era do liberalismo (1808-1850), determinada pelo desaparecimento do pacto colonial e o aparecimento do capitalismo industrial; f) o império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889), caracterizado pela evolução agrícola, um novo equilíbrio econômico, a decadência do trabalho servil e sua abolição, além da imigração e da colonização; g) o aparecimento da república burguesa (1889-1930), caracterizados por dois sub-períodos – a industrialização e o imperialismo – e, finalmente: h) a crise no sistema a partir de 1930 até meados do século XX.

Celso Furtado, por sua vez, ao trabalhar a *Formação Econômica do Brasil* (1958), o distingue em cinco grandes etapas: a) fundamentos econômicos da ocupação territorial, que vai até a implantação da empresa agrícola; b) a economia escravagista da agricultura tropical nos séculos XVI e XVII; c) a economia escravagista mineira no século XVIII; d) a economia de transição para o trabalho assalariado durante o século XIX, com o alvorecer da economia cafeeira, a imigração européia, a transumância amazônica e a eliminação do trabalho escravo; finalmente: e) a economia de transição para um sistema industrial até meados do século XX, com a crise do café e o deslocamento do centro dinâmico.

Andrade (1995) ressalta que uma periodização em ciclos econômicos – pau-brasil, açúcar, ouro e diamantes, algodão, etc. –, proposta por muitos historiadores não é realista, pois a exportação de um produto continuava no ciclo seguinte como

um produto menos expressivo, propondo interpretar a história brasileira usando conceitos ligados à formação econômico-social.

Pode-se acrescentar no caráter da própria história militar e diplomática do Brasil, as contribuições de Delgado de Carvalho, com sua *História Diplomática do Brasil* (1959), compreendendo a formação das fronteiras brasileiras desde os esboços da colonização até o pós-guerra no século XX; também os trabalhos de Hélio Viana, com sua *História das Fronteiras do Brasil* (1949) e *História Diplomática do Brasil* (1950) vão ao encontro e discussão para o entendimento da formação de nossos atuais limites e suas disputas territoriais.

No quesito social da formação do povo brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda, com sua obra: *Raízes do Brasil* (1936) e Darcy Ribeiro, com *O povo brasileiro* (1995), fornecem pontos de contribuição para a análise doravante. O primeiro autor divide as etapas de formação a começar pelo enfrentamento dos mundos, entre o colonizador e o colonizado, passando pelo trabalho e aventura, a herança rural e a formação do homem cordial, até o período autoritário na terceira década do século XX; por sua vez, Ribeiro trabalha na questão do novo mundo as matrizes étnicas, o enfrentamento dos mundos e o processo civilizatório, passando pela gestação étnica e pelo processo sociocultural para entender o que chama de “os Brasis na história”.

Assim, tem-se de antemão, em conjunto com o aparato bibliográfico das ciências humanas, uma proposta em que a formação territorial não deve ser vista apenas como pontos particulares no decorrer da história ou apenas pelo viés metodológico dos ciclos econômicos e de povoamento, mas procura-se interpretá-la como um processo dinâmico da construção social ao longo da história, que vai se apropriando e transformando a natureza em diferentes tempos e graus que atuam na sua constituição, como um modo de ler e se aproximar “geograficamente” das etapas da sua evolução.

A evolução do território brasileiro deve ser analisada a princípio no âmbito da formação das futuras potências colonizadoras na América, em especial a partir da consolidação das nações européias, como Inglaterra, França, Espanha e Portugal desde o século XIII e a expansão geográfica da Europa cristã (FAUSTO, 2004), pois estas vieram a criar um terreno fértil para a formação de um Estado protonacional (HOBBSBAWM, 1990) centralizado nesses países em torno da monarquia e dentro de um “conteúdo sócio-nacional” específico.

Portugal, nação Ibérica, havia se constituído em um reino unificado sem as convulsões e disputas regionais das grandes nações europeias na época, que associado a outros fatores, como a expansão comercial na Europa, a associação da burguesia com a Coroa, a localização geográfica e o desenvolvimento das técnicas de navegação, possibilitaram a expansão marítima em busca de especiarias, a começar pela exploração costeira da África.

A conquista da África seria iniciada pelos portugueses, que a conheciam melhor que qualquer outro povo europeu e que mantinham contatos diretos com os mouros do Marrocos (ANDRADE, 1999a). As conquistas portuguesas se deram no século XV, com a ocupação das ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde. O estabelecimento de feitorias se deu ao longo da costa africana, avançando em 1488 até o Cabo da Boa Esperança; dez anos depois, Vasco da Gama conseguiu contornar o continente africano e chegar à Índia, estabelecendo uma nova rota comercial para os europeus.

Os espanhóis também se lançaram ao mar, e sob o comando do capitão genovês Cristóvão Colombo, descobriram a América em 1492; esse fato coincidiu com a posse do Papa espanhol Alexandre Borgia, que lançou a bula pontifical de 3 de maio de 1493, na qual as terras descobertas 100 léguas à oeste dos Açores pertenceriam à Coroa espanhola. Portugal, discordando de tal bula papal conduziu uma negociação diplomática com a Espanha em relação à posse do “Novo Mundo”, resultando em 7 de junho de 1494 no “Tratado de Tordesilhas”, elevando este limite para além de 370 léguas; nos dizeres de Carvalho (1959, p. 3) “assim tornou-se o Brasil, ao surgir nas ciências geográficas, uma vitória diplomática de Portugal”.

Em 1500, com a chegada da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral na costa brasileira, formalizava-se o “descobrimento do Brasil” e a posse territorial portuguesa de acordo com o que fora lavrado em Tordesilhas. No viés da história diplomática, Hélio Viana (1949, p. 32) ressalta que o Brasil:

[...] Não foi obtido simplesmente em consequência da prioridade lusitana no descobrimento marítimo oficialmente válido. Resultou de um esforço trissecular, duro e contínuo, que devemos tanto à ação militar, administrativa e diplomática de Portugal, como à penetração realizada por particulares, entradistas e bandeirantes que desconheciam as barreiras além do Atlântico opostas à sua expansão.

4.1 A ocupação do litoral

Após a posse formal das terras que formariam o Brasil, conforme as delimitações da linha de Tordesilhas, a ocupação portuguesa na faixa litorânea se deu vagarosamente, devido ao maior entusiasmo com a rota comercial com as Índias (FAUSTO, 2004). Entretanto, o litoral não ficou abandonado pelos portugueses após o descobrimento, já que havia sido explorado posteriormente por espanhóis, holandeses, ingleses e franceses.⁷⁶

Entre 1500 e 1535 a Coroa portuguesa estabeleceu o sistema de feitorias nos mesmos moldes da costa africana, explorando as madeiras nobres da Mata Atlântica, principalmente o pau-brasil, pela qualidade de sua madeira na construção de móveis, navios e como corante. Sua obtenção era realizada mediante troca com os índios tupinambás,⁷⁷ e à medida que as árvores na região litorânea tornavam-se escassas, recorria-se aos índios para explorá-las em áreas cada vez mais distantes da região costeira.

Como ressaltam Andrade e Andrade (2003) a colonização da costa brasileira foi feita no período de desenvolvimento do capitalismo mercantil, onde se procurava extrair os elementos mais valiosos do território. Coube a Portugal encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas idêntica a que estava sendo empreendida na África e nas Índias Orientais. Furtado (2005, p. 14) reforça essa idéia, ao falar que “a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu”.

Mesmo com o domínio português, navios (principalmente franceses) aportavam nas costas brasileiras e mantinham contato com os indígenas locais, inclusive se aproveitando das feitorias portuguesas para explorar o pau-brasil, o que chamou a atenção da Coroa lusitana para a necessidade de ocupação da costa

⁷⁶ Como aponta Carvalho (1959, p. 3), “o litoral foi reconhecido várias vezes e mesmo explorado economicamente, como também foi diplomaticamente discutido, como provam as negociações da Junta de Badajós, em 1524 [...]”.

⁷⁷ Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população [de indígenas]: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na Bacia do Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria ser o Brasil [...] falamos em conjunto tupi-guarani dada a semelhança de cultura e de língua [...] segundo as classificações em estudos recentes dos antropólogos (FAUSTO, 2004, p. 37-38).

brasileira. Os franceses fundaram a França Antártica, próximo à atual cidade do Rio de Janeiro e a França Equinocial no sítio da atual cidade São Luís no Maranhão.

Foi essa a grande motivação pelo qual a Coroa portuguesa resolveu ocupar efetivamente o Brasil com um contingente populacional substancial, dando o primeiro passo com a missão de Martin Afonso de Souza para a fundação da vila de São Vicente em 1532, no litoral paulista; dois anos depois, eram concedidas as cessões de direitos régios a doze donatários, com a fundação das “Capitanias Hereditárias” (mapa 1). Essas capitanias foram partilhadas no sentido leste-oeste, começando no litoral e seguindo em direção à imaginária linha de Tordesilhas, mas raramente seus donatários chegaram ocupar sua hinterlândia, concentrando-se na faixa litorânea; a expansão para o interior do território só se daria por etapas.

Em 1549 fundava-se a cidade de Salvador, estabelecendo-se o “Governo geral do Brasil” sob o comando de Tomé de Souza, tendo também por consequência a divisão da colônia em dois grandes Estados em 1573: o do Brasil, compreendendo as capitanias do Nordeste e da costa Leste brasileira e o do Maranhão, que também agregava toda a grande área ocupada pelo Grão-Pará.⁷⁸ Na voz de Andrade (1999b, p. 51) “esta divisão resultou, sobretudo, das condições naturais, uma vez que havia grande dificuldade de navegação entre a costa setentrional e a oriental e meridional do Brasil, em razão da direção das correntes marítimas”.

Com a queda na extração do pau-brasil, começava outra fase de “sobreposição” na economia colonial, com a introdução da cana-de-açúcar (que já havia sido cultivada com sucesso nas ilhas de Cabo Verde), cuja produção viria abastecer a demanda gerada pelos mercados metropolitanos europeus. Logo, começaram a aparecer as primeiras manchas de canaviais ao longo das encostas atlânticas do Nordeste do Brasil, com o relativo sucesso da capitania de Pernambuco, devido à sua proximidade com o mercado consumidor europeu, a facilidade do escoamento do açúcar pelos portos locais e também por seu clima e solos favoráveis ao cultivo, pois:

⁷⁸ Todo o Norte do Brasil (compreendendo o Maranhão, Grão-Pará, Piauí e Ceará) foi agrupado sob o “Estado do Maranhão”, em 1621, com sede em São Luís. A partir de 1652, as capitanias do Maranhão e do Grão-Pará foram separadas, mas novamente unificadas dois anos depois, agora tendo Belém como capital; o Ceará passou a fazer parte de capitania de Pernambuco em 1656. A união perdurou até 1772, quando se deu a separação definitiva de ambas. O vizinho Piauí, que esteve integrado ao território maranhense, se tornou uma capitania independente em 1811.

As condições naturais eram favoráveis, de vez que prevalecia o clima quente úmido e semi-árido com chuvas abundantes – cerca de 2.000 mm anuais – distribuídas no outono/inverno, e uma estação seca, primavera/verão, apresentando uma distribuição hídrica favorável à cultura canavieira. Os solos eram oriundos da decomposição de rochas cristalinas, laterizadas e denominados, em geral, de “barro vermelho” nas encostas. Nas várzeas predominavam solos aluviais transportados pelo escoamento superficial concentrado, formando manchas denominadas localmente de massapé. (ANDRADE; ANDRADE, 2003, p. 27-28).

A capitania de São Vicente conseguiu menor sucesso com o cultivo da cana-de-açúcar,⁷⁹ cuja expansão fora impedida pela barreira natural da Serra do Mar – o que motivaria a produção de alimentos a procura de ouro serra acima. Essa tarefa seria facilitada pela presença e perseverança de João Ramalho, que subira a serra e mantinha contato com os índios guaianases, fundando a vila de Santo André da Borda do Campo (1553).

Em 1554, ele auxiliaria os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta a fundarem São Paulo de Piratininga (elevada à vila em 1561), cuja ocupação efetiva se daria na segunda metade do século XVI. A descoberta de ouro no pico do Jaraguá, em 1595, por Afonso Sardinha, além da necessidade de mão-de-obra escrava indígena, dariam impulso ao movimento de entradas e bandeiras, que ganharia fama e expressão no século XVII.

Assim, o primeiro século de colonização portuguesa demonstra as tentativas iniciais de ocupação territorial ao longo do litoral, tanto de forma efetiva como econômica e cultural, que prepararam o terreno para as ações pioneiras em direção ao interior do continente; um esboço das manchas de ocupação litorânea desse primeiro século pode ser esmiuçado conforme ressaltam Andrade e Andrade (2003, p. 24-25):

Assim, no último ano do século XVI, havia uma área mais expressiva, no nordeste brasileiro, região dominada por Olinda, que se expandia desde Natal até o São Francisco, outra, liderada por Salvador, que compreendia o Recôncavo e se estendia para o norte até Sergipe, onde se localizava a cidade de São Cristóvão, fundada em 1590, e uma terceira, no atual território paulista em torno de São Vicente e Santos, que se estendia para o interior até São Paulo de Piratininga. Uma quarta área era formada pelo Rio de Janeiro, onde os franceses haviam tentado formar uma colônia e de onde foram expulsos pelo governo Mem de Sá. Foi aí que Estácio de Sá, sobrinho do governador, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

⁷⁹ Também havia empreendimentos para produzir a cana-de-açúcar em outras capitanias, pois “plantou-se cana e construíram-se engenhos em todas as capitanias, de São Vicente à Pernambuco” (FAUSTO, 2004, p. 77).

4.1.1 A expansão portuguesa e as invasões holandesas

Decorrido o primeiro século de colonização portuguesa, foram estabelecidos pontos estratégicos ao longo da costa brasileira, desde o Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, onde também ocorreram as incorporações definitivas da Paraíba e do Sergipe d'El Rei (VIANA, 1949), até Cananéia, no sul de São Paulo.

Apesar da cultura canavieira se apresentar como a atividade dominante neste período da economia colonial, também aparecia a criação de gado, inicialmente próximo aos engenhos de açúcar, e que, na medida do tempo, foi sendo empurrada para o interior do país na direção das zonas do sertão semi-árido e junto com ela, conseqüentemente, surgiram imensos latifúndios. É assim que durante os séculos XVI e XVII a economia escravista de agricultura tropical se configurará no território como um verdadeiro espaço dominado pelas plantações de açúcar, que na voz de Furtado (2003) criaria um verdadeiro “complexo econômico nordestino”, tendo sua periferia próxima, formada pelas criações de gado e outra remota, pelas atividades prospectoras na província de São Paulo. Até 1701, quando a Coroa portuguesa proibiu a criação de gado numa faixa inferior a oitenta quilômetros do litoral, “os criadores penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e a partir da área do rio São Francisco, chegaram aos rios Tocantins e Araguaia” (FAUSTO, 2004, p. 84).

Entre 1580 e 1640, ocorreu a chamada “União Ibérica”, na qual o trono português passou a também ser ocupado por um monarca espanhol, o Rei Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal). A passagem do trono português à Coroa espanhola (Dinastia Filipina), que possuía conflito aberto com os Países Baixos, criara certa tensão entre holandeses e portugueses nos interesses da produção açucareira; soma-se a isso, a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, cujos investimentos se voltaram para as terras do “Novo Mundo”.

A primeira tentativa holandesa de ocupação do território colonial foi a tomada da cidade de Salvador (1624), mas os portugueses conseguiram expulsar os batavos um ano depois. Tiveram maior sucesso no ano de 1630, quando ocuparam a capitania de Pernambuco, tomando a cidade de Olinda. De acordo com Fausto (2004) a ocupação holandesa no Brasil pode ser dividida em três fases: no período de 1630-1637, pela guerra de resistência e o poder holandês do Ceará ao São Francisco, de 1637-1644 pelo governo de Maurício de Nassau e a relativa “paz” no

Brasil holandês e de 1645-1654 pela reconquista portuguesa, primeiro pelo interior e depois pela cidade do Recife.

A presença holandesa no Brasil propiciou a expansão portuguesa em outras áreas da colônia durante a tentativa de reconquistar o território perdido, como no Maranhão, então parte do Grão-Pará (para garantir a hegemonia portuguesa na foz do rio Amazonas) e em São Paulo – onde “a grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras” (FAUSTO, 2004, p. 94).

O bandeirantismo paulista ganhou força a partir do século XVII, impulsionado pelas descobertas de ouro e pela necessidade de capturar indígenas, já que entre 1625 e 1650, a ocupação holandesa provocou a escassez do encarecido escravo africano na capitania de São Vicente. Como atenta mais uma vez Fausto (2004, p. 97) “a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão colonial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole”.

As bandeiras seguiram os rios e caminhos conhecidos pelos indígenas, tomando diversas direções e adentrando os atuais Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, também procurando as regiões das aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis, sobretudo na margem esquerda do rio Uruguai; retornando depois de meses e até anos de viagem⁸⁰ e indo muito além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (mapa 2).

No final do século XVII, a descoberta de ouro no rio das Velhas (1695) e nos quarenta anos seguintes em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, daria a impulsão necessária ao avanço português e isso refletiria no posterior deslocamento do eixo e do próprio povoamento da colônia para o Centro-Sul do país. Em 1722, a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhangüera) descobria ouro no sertão goiano e no mesmo ano Miguel Sutil também o tinha achado nos aluviões próximos à Cuiabá.

Outro ponto de avanço na conquista colonial fora a Região Sul do país, com a colonização através das missões jesuíticas – apesar do domínio espanhol e algum povoamento castelhano – “o que não impediu que já em fins do século XVII, parte dos campos gerais e meridionais do território já apresentassem uma razoável ocupação a partir da criação e comércio de gado, empreendida pelos luso-

⁸⁰ A bandeira comandada por Raposo Tavares, por exemplo, entre 1648 e 1652 percorreu aproximadamente 12 mil quilômetros, adentrando os campos cerrados do Mato Grosso, no qual desceu os rios Madeira e Mamoré, chegando ao Amazonas e depois à cidade de Belém.

brasileiros” (COSTA, 2001, p. 30). Na zona costeira, fundava-se Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) em 1675. No ano de 1680 ocorria a fundação da “Colônia de Sacramento” – completando o grande “desejo geopolítico” da Coroa portuguesa em expandir seu território da foz do rio da Prata até o Amazonas.

A presença portuguesa na foz do Amazonas ocorrera desde o século XVI, mas teve efetiva ocupação no século XVII. Após a expulsão dos franceses do Maranhão e Pará, os portugueses penetraram no Amapá e em 1637 o rei Felipe III de Portugal criava a “Capitania do Cabo Norte”, com o objetivo de assegurar a ocupação e hegemonia lusa nas margens do rio Amazonas. Já no outro extremo do mapa, os portugueses e luso-brasileiros (sobretudo os bandeirantes paulistas) iam se assenhoreando ao longo do litoral Sul, embora houvesse um imenso vazio demográfico entre a costa de Laguna, em Santa Catarina, até os pampas do Uruguai.

4.2 A conquista portuguesa da Amazônia

No contexto da colonização luso-espanhola, a região amazônica sempre foi alvo de cobiça, interesse e curiosidade por parte dos estrangeiros (ANTONIO FILHO, 1995), já que desde o final do século XV e início do século XVI, ela veio a ser explorada por navegantes⁸¹ em missões de reconhecimento.

Os espanhóis foram os primeiros a percorrer a malha fluvial da Amazônia, com o objetivo de explorar os territórios a leste da cordilheira Andina, cuja possibilidade de encontrar novas riquezas incentivava os conquistadores a perscrutar as “terras ignotas”, assim denominadas pelos cartógrafos.⁸²

Apesar do reconhecimento por parte dos espanhóis, suas preocupações em ocupar efetivamente a região amazônica não surtiram efeito, um desses motivos devido às riquezas encontradas ao dominarem a civilização Inca, o que desviou o foco da colonização espanhola para aquele espaço. Tal interesse em ocupar a

⁸¹ Possivelmente em 1499, Per Alonso Niño tenha passado pela região amazônica; no mesmo ano, a expedição de Alonso de Ojeda, em companhia de Juan de La Cosa e do florentino Américo Vespúcio alcançou o Pará e o Amazonas. No mesmo ano ainda, Diego de Lepe e Vicente Yáñez Pinzón chegaram na desembocadura do Rio Amazonas (ANTONIO FILHO, 1995).

⁸² Essa foi a motivação de Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana partirem de Quito em 1540 com uma expedição para explorar a região amazônica. Em 1541 Pizarro desiste da expedição, mas Orellana continuou até atingir foz do Amazonas em 1542. A segunda investida na região ocorreu com Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre, que partiu de Lima em 1559 e alcançou a foz do Amazonas em 1560.

região amazônica por holandeses, ingleses e franceses também era evidente, conforme relata Antonio Filho (1995, p. 21-22):

Os holandeses, por sua vez, chegaram à Amazônia ainda entre 1599 e 1600, onde estabeleceram pequenas feitorias apoiadas por posições fortificadas. As feitorias de Orange e Nassau, por exemplo, foram estabelecidas no Xingu, isto é, no interior da bacia amazônica. A partir de 1616, os batavos, desta vez com apoio oficial, assentaram colonos (cerca de 40) na região do Tapajós, entre os rios Gorupatuba e Jenipapo, no Baixo Amazonas. [...] Os ingleses, igualmente ambiciosos, receberam apoio oficial para as suas investidas na Amazônia, a partir de 1613 [...] continuaram na região do Baixo Amazonas, ao que parece até os anos 30 do século XVII, praticando a lavoura do tabaco, do algodão, da cana e a busca de especiarias [...].

Apesar dos respectivos domínios ultramarinos estarem separados teoricamente (e não só na região amazônica), é certo que tanto espanhóis entravam sem grandes problemas em territórios portugueses, quanto os lusitanos entravam em terras espanholas e com isso, obtinham títulos de propriedade que seriam respeitados pela diplomacia posterior. Nesse jogo de forças luso-espanhol:

[...] as circunstâncias históricas e geográficas favoreceram os portugueses, no sentido de se expandirem e conquistarem o vasto território amazônico, subindo o grande vale que corresponde ao eixo hidrográfico e penetrando pelos afluentes ao norte, sul e oeste, marcando ali uma presença efetiva e permanente (ANTONIO FILHO, 1995, p. 23).

Tal favorecimento dos portugueses na colonização começa com as iniciativas de ocupação hegemônica das margens do rio Amazonas. Partindo do Maranhão, Francisco Caldeira de Castelo Branco fundou nas margens do rio Pará o “Forte do Presépio” (1616), posteriormente chamado de Santa Maria de Belém (depois só Belém), como o primeiro empreendimento na região, já que em 1621, pela divisão administrativa do espaço colonial, criavam-se as capitanias do Maranhão e Grão-Pará.

Com a “União Ibérica” (1580-1640), tornou-se interessante aos lusitanos a missão de vigiar o litoral ao longo da costa norte até as margens do rio Oiapoque, onde franceses, holandeses (e posteriormente ingleses) haviam se estabelecido desde a região das Guianas até as margens do rio Orenoco e representam uma ameaça concreta. E, de fato:

[...] ao outorgar a capitania da Costa do Cabo Norte, a Beto Maciel Parente (1567-1642), em 1637, a Coroa espanhola, que então exercia dominação sobre Portugal e, por extensão, sobre a colônia sul-americana, tinha em mente viabilizar a ocupação de uma área que, até essa data, poderia ser considerada uma espécie de terra de ninguém, do ponto de vista colonial (ALVES FILHO, 2000, p. 23).

A partir de então, “a ação dos portugueses e luso-brasileiros contra a presença estrangeira na Amazônia foi permanente e durou até 1648, quando as últimas fortificações holandesas foram destruídas na região de Macapá” (ANTONIO FILHO, 1995, p. 24). As expedições empreendidas pelos portugueses⁸³ procuraram assegurar seu domínio na bacia amazônica por meio da criação e doação de capitanias em 1627 e a concessão de sesmarias sem muito sucesso. Mas os esforços pela ocupação da Amazônia surtiram sucesso, ao passo que:

O ato pelo qual os espanhóis passaram aos portugueses a tarefa expansivista, e lhes proporcionaram a possibilidade imediatista para a jornada de empossamento mais ou menos suave do grande vale, tem a data de 4 de novembro de 1621. Vinte e um anos depois, Portugal restaurava-se na sua dignidade de nação independente. Foi então que os espanhóis tomaram consciência exata do erro que haviam cometido. Embora, não se decidiram, prontamente, a corrigir a situação que haviam criado, contrária a seus próprios interesses de soberania territorial (REIS, 1982, p. 34).

No início do século XVIII, as forças coloniais portuguesas dominaram o Solimões, o Alto Madeira e a bacia do Napo, territórios anteriormente controlados pelas missões espanholas; “abre-se espaço, assim, para o próprio trabalho missionário do império português por todo o vale amazônico” (ALVES FILHO, 2000, p. 31). Com o “Tratado de Madri” (1750), a Espanha reconheceria a imensa perda territorial e a consolidação portuguesa sobre a Amazônia havia se concretizado, o mesmo aconteceu sobre os atuais territórios do Centro-Oeste e Sul do Brasil.

4.3 Os tratados territoriais na formação do Brasil colonial

A constituição do “corpo da pátria” (MAGNOLI, 1997) começou a tomar forma com os tratados territoriais entre as Coroas de Portugal e Espanha, cuja volatilidade

⁸³ Somente após a célebre expedição de Pedro Teixeira (composta por cerca de dois mil homens, os quais percorreram a região amazônica de 1637 a 1639) é que Portugal passaria a se ocupar, efetivamente, com a área (ALVES FILHO, 2000). Teixeira havia chegado inclusive a Quito e surpreendido as autoridades espanholas com tal feito.

da linha de Tordesilhas não mais condizia o real espaço ocupando pelos colonizadores das duas metrópoles no século XVIII.

O Tratado de “Utrecht” (1713) delimitou a soberania portuguesa sobre as terras brasileiras compreendidas entre as duas margens do rio Amazonas, estendendo-se ao rio Oiapoque e na qual a França renunciaria às terras do Cabo Norte. Em 1715 termina o conflito luso-espanhol pela posse da Colônia de Sacramento, que se torna efetivamente área portuguesa. A fundação da Colônia de Sacramento (1680) causara grande irritação por parte dos espanhóis e alcançara os dois objetivos principais da colonização lusa da área: estabelecer o *uti possidetis* (posse por direito ou uso), respeitando efetivamente os territórios ocupados e delimitar a posse dos Estados tomando como base os cursos d’água e os relevos conhecidos.

O fim da divisa meridional da linha de Tordesilhas consagra a partir de então o *uti possidetis*, na qual as linhas de fronteira passariam a ser demarcadas pela ocupação humana, baseando-se nos acidentes geográficos relevantes, como rios, lagoas ou divisores de águas. Vingava assim o princípio de ocupação efetiva nas margens do Prata e do Amazonas. O interesse nacional dos povos tendia, aos poucos, a substituir o interesse dinástico entre países da Europa e, na América, emanava o conceito do *uti possidetis* (CARVALHO, 1959, p. 10).

Para resolver tal impasse nas tensões geopolíticas da área, assina-se em o “Tratado de Madri” (1750), na qual Portugal (por uma série de negociações) devolve a Colônia de Sacramento aos espanhóis, recebendo em troca o reconhecimento dos territórios do Sul, pela linha de (Monte) Castilhos Grande da margem esquerda do rio Uruguai a área de nascentes do norte do rio Ibicuí, o território das Sete Missões, as margens orientais dos rios Paraná e Paraguai seguindo margem direita do rio Guaporé e Madeira, que entra ao sul do rio Amazonas (ou *Marañón*), onde “desaparecia definitivamente o fantasma do Meridiano e consolidavam-se juridicamente as conquistas dos bandeirantes no interior do nosso continente” (CARVALHO, 1959, p. 12). Complementam Andrade e Andrade (2003, p. 27) que “só no século XVIII é que se consolidaria a administração portuguesa na Amazônia, graças à ação enérgica do marquês de Pombal e à vitória diplomática alcançada por Portugal, com o Tratado de Madri (1750)”.

O referido tratado ainda consagrou as divisas não reconhecidas de fato, como os limites naturais do rio Guaporé (o que acarretaria problemas de interpretação da

fronteira com a Bolívia no século XIX), onde a ocupação portuguesa em sua margem direita fora impulsionada pela descoberta de ouro na foz do rio Galera (1713) e nas margens dos rios Coxipó com o Cuiabá, onde em 1719 fundava-se o arraial de mesmo nome (elevada à vila oito anos depois).

Com relação à ocupação portuguesa na área, Magnoli (1997) argumenta que a capitania do Mato Grosso, enquanto entidade geopolítica, emanou da luta pelo estabelecimento da fronteira do Guaporé, onde sua trajetória de construção como segmento fronteiriço foi marcada pelos esforços de intercomunicação do Planalto Central com o Pará. Por volta de 1740 já se achava estabelecida essa ligação com a bacia do Amazonas, onde Cuiabá exerceria ponto estratégico, com o propósito de estruturar o poder Real de modo a fiscalizar os impostos e manobras espanholas na América (ALVES FILHO, 2000).

Os espanhóis ainda tentaram cassar e anular a soberania da Coroa portuguesa sobre os territórios conquistados em 1750 com o “Tratado de El Pardo” (1761), mostrando assim a hesitação dos dois governos, já que este acordo ordenava a restauração dos territórios afetados ao *status quo*, até que outro tratado fosse estabelecido.

Por conta destas “indefinições”, desde 1762 foram travadas diversas disputas no campo diplomático, acarretando inclusive batalhas, na Colônia do Sacramento, Rio Grande, ilha de Santa Catarina (entre 1767-1777 sob domínio espanhol) e Mato Grosso até ser assinado o “Tratado de Santo Ildefonso” em 1777, que manteve a linha limítrofe do Tratado de Madri e garantiu a Portugal a posse da área da ilha de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul até a zona fronteiriça da Lagoa Mirim e à Espanha a Colônia de Sacramento e dos “Sete Povos das Missões”, passando dessa forma a ocupar das duas margens do rio da Prata.

Dessa vez o protesto partiu por parte da Coroa portuguesa, que se sentiu prejudicada com a aquisição espanhola da zona das missões, cujas penetrações interiores trariam dificuldades à manutenção das fortificações lusas no sul, onde o fornecimento de carne e animais de tração às prospecções auríferas de Minas Gerais ganhava destaque. Com isso, é assinado em 1801 o “Tratado de Badajóz” reconhecendo definitivamente a posse castelhana na Colônia de Sacramento; a retomada dos Sete Povos das Missões e as fortificações no Arroio Chuí, firmaram o poder lusitano na atual fronteira do Rio Grande do Sul (mapa 3).

No que se refere ao quesito econômico, na alvorada do século XIX, a colônia brasileira apresentava dificuldades oriundas da estagnação do sistema de mineração (1709-1789), que criou uma economia “atrasada”, anulando qualquer atividade manufatureira, tanto da colônia quanto da metrópole, pelo fato de não se criar nas regiões mineiras novas formas permanentes de atividade econômica, a não ser pelas culturas de subsistência. Esse marasmo, tanto do ponto de vista econômico quanto de integração espacial, na nova etapa da economia colonial foi assim traduzido por Furtado (2005, p. 96):

Observada em conjunto, a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois pólos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina.

A elasticidade do sistema pecuário integrava o centro açucareiro nordestino com as periferias distantes de São Paulo e do Rio Grande do Sul; no norte estavam os outros dois sistemas autônomos, o Maranhão e o Pará, este último vivendo quase que exclusivamente do extrativismo. Estava delineada assim, a geografia econômica do Brasil no início do século XIX.

4.4 O quadro territorial no contexto da independência

No limiar do século XIX, as transformações políticas pelo qual passava a Europa levaram à invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte (1807), fazendo com que a família real portuguesa tomasse rumo ao Brasil. A corte de D. João VI aportou em Salvador no ano de 1808 – onde decretou a abertura dos portos às nações amigas – seguindo para a cidade do Rio de Janeiro.

A vinda da família real mudaria o contexto até então presente no território colonial, à medida que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, sua fixação no Rio de Janeiro e as medidas modernizadoras daí decorrentes, acompanhadas por uma maior centralização do poder político, culminaram com a elevação da colônia à categoria de “Reino Unido” a Portugal e Algarves em 1815.

Durante esse período, a cobiça lusitana pelo acesso ao rio da Prata não cessaria, pois os portugueses haviam ocupado a área da Cisplatina (ou Banda

Oriental) anexando-a em 1821. Tal ação duraria até o período de 1825-1827, quando foi proclamada a independência da Banda Oriental, futuro Uruguai (mapa 4). Na costa norte as incursões francesas no Amapá geraram certo clima de “instabilidade” na região; tropas foram enviadas para o Pará em 1809 e tomaram o *Fort Diamant*, sitiaram a cidade de Caiena, dando início à ocupação portuguesa na Guiana por oito anos até a restituição francesa nas margens do Oiapoque.

Em abril de 1822, D. João VI volta a Portugal após as pressões da Assembléia Constitucional, mas seu filho D. Pedro recusa-se a regressar com ele, proclamando a independência nacional em 7 de setembro do mesmo ano e declarando-se imperador da nova nação com a colaboração dos “brasileiros” na vanguarda do movimento de independência nacional. O Brasil independente não modificou as estruturas sociais e econômicas, mantendo os traços vigentes no período colonial e fazendo-se a partir de arranjos diplomáticos entre a Corte portuguesa e o príncipe regente.

Apesar da constituição do Estado nacional após a independência, Costa (2001) aponta que este fora precedido de transformações profundas, pelo declínio do sistema colonial, no plano externo pelo avanço da “Revolução Industrial” inglesa e o liberalismo político e econômico; no plano interno pela consolidação de uma elite econômica e política de grandes proprietários, que aspirava o fim do domínio português e o monopólio sobre as riquezas, o comércio e a disseminação dos ideais liberais entre as camadas médias urbanas,⁸⁴ cuja maior representação havia se dado até então pelo movimento da “Inconfidência Mineira” (1789). Continua Costa (2001, p. 32) a acrescentar o fato de que “a mineração representou, pela primeira vez, uma efetiva interiorização do povoamento de base predominantemente urbana e complementarmente agrária”.

O descontentamento das populações regionais passou a se dirigir para os novos donos do poder e a emancipação política do Brasil pagaria um preço alto durante o Império pelo fato de que “ao tornar-se independente, o país teria que ‘costurar’ a sua própria unidade, resolver suas contradições internas, que eram sociais, econômicas, políticas, mas também geopolíticas” (COSTA, 2001, p. 33).

⁸⁴ Soma-se a isso, que tais movimentos se deram em consequência do deslocamento do pólo dinâmico da economia do Nordeste para o Centro-Sul (pela decadência relativa da cana-de-açúcar e o advento da mineração em Minas Gerais) e pelo deslocamento da sede do poder central de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

4.5 O Império e a consolidação do Estado nacional

Com a independência do Brasil sob a égide de um governo imperial, a constituição de 25 de março de 1824 estabelecia a nação livre como um todo, sem federações ou oposições à independência:

Consolida-se com a Carta de 1824 como um estado unitário, apesar da extensão territorial do Brasil, em que as províncias seriam governadas por presidentes designados pelo poder central, presidentes muitas vezes oriundos de outras províncias, sem um mandato e sem ligações políticas ou sociais locais. Eram meros delegados do governo imperial. (ANDRADE; ANDRADE, 2003, p. 44).

Quando da abdicação de D. Pedro I, instaura-se o período de “Regência”, que entre 1831-1841 permitiu certa autonomia das províncias que constituíam o Império (ANDRADE, 1999b; COSTA, 2001); entretanto, as velhas estruturas da constituição de 1824 permaneciam, pois os presidentes das províncias continuavam a ser nomeados sem um mandato específico, o que gerou conflitos, revoltas e o avivamento dos sentimentos regionalistas entre as elites locais e o poder imperial.

Essas duas décadas, terminadas com a ascensão de D. Pedro II ao trono imperial (1841), foram marcadas pela consolidação da independência e pela montagem do aparelho do Estado. Como relembra Costa (2001), com a independência houve uma descolonização formal, já que a estrutura econômica e social permanecia a mesma, principalmente pela manutenção do sistema escravista, do latifúndio e da grande concentração das riquezas.

4.5.1 As revoltas provinciais durante o Período Regencial

A partir de 1831 inicia-se um período de maior convulsão social e política do Brasil, pois o isolamento e a desigualdade regional resultaram no aparecimento das revoltas provinciais por quase todo o território nacional, com maior destaque para os casos da Cabanagem no Pará (1835-1840), Praieira em Pernambuco (1848), Sabinada na Bahia (1837-1838), Balaiada no Maranhão (1838-1841) e Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).⁸⁵

⁸⁵ Costa (2001), citando a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1987) registra exatamente vinte revoltas entre os movimentos provinciais durante esse período conturbado. Além destes,

Para se compreender os problemas graves ocorridos no período regencial, torna-se necessário conhecer os movimentos revolucionários (ou reacionários) que despontaram no Brasil no século XIX e o esforço do governo central para manter a unidade nacional. Andrade (1999b) classifica esses movimentos em dois grandes grupos: o primeiro de movimentos nitidamente populares sem orientação política, como a Balaiada e a Cabanagem; o segundo é exatamente dos partidos e grupos oligárquicos descontentes com o governo imperial, como a Sabinada e a Revolução Farroupilha. Antes destes, agitaram o solo brasileiro ainda no período colonial a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).⁸⁶

As províncias do Pará, Maranhão e Rio Negro constituíam uma capitania à parte na formação colonial da administração lusitana, pois desde a sua criação eram controladas diretamente pela metrópole. O controle dos órgãos principais e do comércio ficara na mão dos portugueses e havia um descontentamento geral dos brasileiros pobres (em geral, índios, negros e mestiços). Nas palavras de Andrade (1999b, p. 72) “a Amazônia era uma área típica do domínio de uma economia colonial extrativista, cuja população do interior, ligada à produção e ao trabalho, não sentiu, com a Independência, qualquer modificação no sistema de relações existentes”. Durante a “cabanagem”, os revoltosos tomaram a capital Belém em 7 de janeiro de 1835, dominando a cidade por oito meses, sob a liderança do popular cabano Clemente Malcher à frente. Após diversos embates, em abril de 1838, as tropas legalistas atacaram os revoltosos, pondo fim ao conflito com a nomeação de um novo governador da província.

Da mesma forma que o Pará, o Maranhão era administrado diretamente por governantes de origem portuguesa e as causas da revolta não diferiram muito da ocorrida na província paraense. A luta armada iniciou-se em 13 de dezembro de 1838, com um grupo chefiado por Raimundo Gomes Vieira (produtor de balaio no Vale do Itapecuru), além de fazendeiros descontentes e grupos quilombolas. Apesar da reação do presidente da província, as tropas legalistas tiveram insucesso no interior e a revolta alcançou tal dimensão que toda a parte ocidental do Maranhão se

merecem destaque o movimento republicano ocorrido no Recife em 1817, ainda no Brasil colonial e a “Confederação do Equador” (1824) que atingiu o Nordeste do Brasil.

⁸⁶ Conforme o visto no capítulo referente aos símbolos no Brasil, outro fato importante a ser relatado é que nas revoltas ocorridas durante o período regencial, principalmente aquelas com maior consciência política, houve a manifestação e criação de símbolos próprios, que mais tarde seriam revividos com a criação dos brasões e bandeiras de alguns Estados, com destaque para o Rio Grande do Sul e Pernambuco.

encontrava sob domínio dos balaies em 1839. O governo central nomeou então para presidente da província Luís Alves de Lima (futuro Duque de Caxias), com plenos poderes para reprimir o movimento. Com uma tropa de oito mil homens a repressão começou ao passo que em 1840 o movimento foi aos poucos liquidado.⁸⁷

Como a mais “politizada” de todas as revoltas do período (COSTA, 2001), o movimento ocorrido em Pernambuco entre 1842-1843 desenvolveu-se enquanto luta política explícita entre classes sociais distintas. A província tinha a força dos senhores de engenho (em função de séculos de produção açucareira) e uma pujante e portuguesa burguesia comercial nas cidades, cujo extremo oposto era ocupado por uma massa de escravos e trabalhadores livres. Da luta política se fez a ameaça armada ao passo que os praieiros⁸⁸ tinham dominado amplamente a província, ameaçando expropriar as elites e os engenhos de açúcar. Em 1848 o governo central nomeia um novo presidente da província com a incumbência de normalizar a situação, tal ação generalizou-se na luta armada propriamente dita, com o levante dos “praieiros” em marcha à capital. Os revoltosos são derrotados pelas forças de reação em 3 de fevereiro de 1849 e as guerrilhas do interior sucumbiram pouco depois.

A situação social e política da Bahia não diferia muito da do restante do país, ao passo que no período de julho de 1823 (data da Independência da Bahia) à 1838 (fim da Sabinada) ocorreram pelo menos dez insurreições (COSTA, 2001). Após a chamada revolta dos escravos Malês (1837), eclode em 7 de novembro desse mesmo ano o movimento separatista da “Sabinada”, liderado por Francisco Sabino e João Carneiro, além de estratos médios e intelectuais de Salvador. A reação começa na região do Recôncavo, onde grandes senhores de engenho, sob defesa da guarda nacional e sob os auspícios do governo imperial bloquearem as rotas de abastecimento da capital baiana. A cidade é tomada de assalto em 14 de março de 1838 e os líderes do movimento fogem, tendo os “legalistas” reassumido o poder na província em abril do mesmo ano.

Diferentemente das capitânias ao norte, o Sul não foi um empreendimento colonial típico da administração portuguesa, “tendo sido o seu povoamento

⁸⁷ A grande diferença da “balaçada” não estava no ideal libertário-separatista, mas nas ações dos revoltosos espalhados pelo interior, pois não estavam centrados apenas na capital.

⁸⁸ Por sua organização política, o movimento surge em um partido (o “Praieiro”, já que seu jornal, o Diário Novo, funcionava na rua da Praia), cuja oposição política faziam ao partido da “Ordem” e seu respectivo jornal (o Diário de Pernambuco).

‘espontâneo’ (por parte dos criadores de gado paulistas, vicentinos e lagunenses) o elemento fundamental da garantia do domínio de Portugal sob a região desde o início” (COSTA, 2001, p. 39). Além da chamada ocupação “espontânea”, a imigração estimulada a partir do século XVIII, especialmente o de açorianos, resultou na ocupação do litoral catarinense. No interior, entre os campos naturais instalou-se o latifúndio pecuarista, com suas “estâncias” e a fabricação do “charque”, voltada para o mercado interno. Costa (2001, p. 39-40) assinala que:

O quadro social sulista também diferia do restante do país. Ali, a presença do escravo era mínima, predominando o trabalho familiar livre, e os remunerados na pecuária. Um outro aspecto a destacar-se é a forte presença militar na região, desde o início do período colonial, dada a sua posição estratégica (a disputa pela Bacia do Prata). Os militares, no caso, não se limitavam ao seu papel de defesa, mas imiscuíam-se de modo generalizado na vida econômica, social e política da Província. Muitas das estâncias pertenciam a militares, que em suas incursões ao interior, desalojaram muitos antigos ocupantes daquelas terras. Finalmente, completa-se o quadro com a presença de grande número de bandos de preadores de gado (os gaúchos), além de contrabandistas e saqueadores, dirigidos por chefes, muitos deles transformados em “caudilhos” locais.

O descontentamento das lideranças provinciais no período colonial e após a independência com a administração central era grande, e “essa insatisfação com o que consideravam uma espoliação do poder central sobre a província, expressava-se, politicamente, em anseios de autonomia, a partir dos princípios liberais e republicanos e, antes de tudo, *federativos*” (COSTA, 2001, p. 40).

Foi assim que ao passo de 1835 os revoltosos expulsaram o presidente da província e, sob a liderança de Bento Gonçalves, tomaram a cidade de Porto Alegre e proclamaram a “República Rio-Grandense”.⁸⁹ Após a antecipação da maioria de D. Pedro II, o governo central tenta um acordo efetivo com os revoltosos, mas os embates continuam. Em 1842 o governo envia para a província Duque de Caxias, que ao cortar as comunicações do Rio Grande do Sul, sobretudo com o Uruguai, vai sucumbindo o movimento, ao passo que em 1845, este acaba por se render às forças imperiais, com a anistia dos revoltosos.

⁸⁹ Se esta constituiu de fato uma “república independente” durante todo o período é uma questão de controvérsia, pois ela mantinha relações com outras províncias e mesmo os países da bacia do Prata (ANDRADE, 1999b; COSTA, 2001). Chegou a ocupar o litoral catarinense em Laguna, inclusive fundando a efêmera “República Juliana”, mas após sucessivas conquistas e derrotas, o poder central retomou o território em 1839. Muitos dos gaúchos envolvidos na luta tinham estâncias e mantinham relações com Uruguai e a Argentina, embora fossem poucas as chances de uma união dos revoltosos com os caudilhos destas outras regiões.

Assim, após o ano de 1845, cessaram os movimentos armados em favor do separatismo e do sentimento regional, mas durante todo o período imperial, os partidários buscaram ampliar a autonomia das províncias, continuando a se bater pelo federalismo e, a partir de 1870, pelo ideal da República (ANDRADE, 1999b).

4.5.2 Da Guerra do Paraguai ao alvorecer do republicanismo

No cenário geopolítico da América do Sul, a “Guerra do Paraguai” (1864-1870) deflagrou o envolvimento do Brasil no conflito internacional, após a invasão do desguarnecido Mato Grosso pelas tropas de Solano López em 1864 e a ameaça de ocupação das províncias do Sul, já que no ano seguinte López invadiria a província de Corrientes, declarando guerra à Argentina, no qual ansiava por uma saída marítima para seu território. Em maio do mesmo ano formou-se a “Tríplice Aliança” (Argentina, Brasil e Uruguai) para rechaçar a obstinação paraguaia, fato que ocorreu ao longo dos anos até a tomada de Assunção em 1869 e a derrota do exército paraguaio em março de 1870, onde, nesse contexto “o Paraguai saiu arrasado do conflito, perdendo partes de seu território para o Brasil e a Argentina e seu próprio futuro” (FAUSTO, 2004, p. 216).

Com relação às fronteiras, o período imperial foi marcado pela manutenção e demarcação dos limites coloniais, pois “o Brasil independente herdou o conflito e a jurisdição que o século XVIII não havia resolvido” (CARVALHO, 1959, p. 200). Durante o Império, permaneceu o direito territorial brasileiro baseado nos tratados coloniais de limite, isto é, nas fronteiras naturais com a tese do *uti possidetis*. Em 1867, o Brasil assinava com a Bolívia, o “Tratado de Ayacucho”, fixando a fronteira entre os dois países na confluência dos rios Beni-Mamoré – uma linha de demarcação pouco definida que geraria, por consequência, os futuros conflitos pelo território do atual Acre.⁹⁰

No que se refere aos assuntos políticos, a crise no segundo reinado agravou-se após a guerra e o sistema monárquico começava a sofrer as pressões dos ideais republicanos, das tensões geradas com o exército e a Igreja, além do problema da escravidão, formalmente abolida em 1888, que criaram certo “desgaste” no governo

⁹⁰ Ainda, conforme Magnoli (1997), a horogênese das fronteiras brasileiras durante o império seria constituída pela demarcação das fronteiras com o Peru e Venezuela.

imperial. Esses fatos culminaram com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, nascida sob a égide dos militares.

4.6 A República e o sistema federativo

Passada a Proclamação da República (1889), a nova constituição, adotada em 1891, estabelecia que cada província se tornaria, automaticamente, um Estado federado (mapa 5), “sem levar em conta o nível de desenvolvimento econômico e cultural de cada uma delas” (ANDRADE; ANDRADE, 2003, p. 48).

A autonomia foi ampliada de tal forma que os Estados podiam eleger seus representantes em forma de presidentes provinciais ou governadores; passaram a ter legislação própria no que se refere às leis adjetivas, onde a justiça passou a ser estadual, mantida a unidade dos direitos substantivos. Os Estados, a partir de então, sob o aval desse modelo constitucional poderiam ter símbolos próprios (bandeira, hino, brasão de armas) sem omitir os símbolos nacionais.

Essa mentalidade federativa teve forte influência da constituição norte-americana, conforme ressaltam Andrade e Andrade (2003, p. 49):

A influência americana e da constituição dos Estados Unidos foi tão grande que no artigo 1º da Constituição de 1891 ficou estabelecido que o país se denominaria Estados Unidos do Brasil [...] a constituição fora elaborada em termos e idéias modernas, mas não se adaptava bem à realidade brasileira.

Isso se devia ao fato da diferença econômica e social no qual viviam as províncias (Estados) no Brasil, na grande centralidade que envolvia o período do Império e de certo despreparo das elites locais para exercer o poder autônomo ante o novo regime. Outro fato relevante para essa diferença inter-regional é que o Brasil era um país predominantemente agrário e constituído da ascensão de uma elite de proprietários rurais. Enquanto as províncias do Sudeste viviam o período áureo do café – que começou a ser plantado em larga escala em meados do século XIX – a região Norte do Brasil começava a viver a opulência da extração do látex para a fabricação da borracha.⁹¹ Santos e Silveira (2005, p. 33-34) resumem esse período de sucessão do meio natural para o meio técnico no espaço geográfico brasileiro:

⁹¹ Explica Furtado (2005) que a imigração estrangeira, que se direcionou para a região cafeeira do Sul-Sudeste do Brasil, deixou disponível o excedente da população nordestina para a expansão da produção da borracha. Ainda, segundo Antonio Filho (1995, p. 44) “a expansão do processo

Todavia, em enormes pedaços do território, como a Amazônia, impunha-se o meio natural, com significativos estorvos à exploração e posse. A produção e o comércio da borracha, baseados na possibilidade de investimento público, permitiram o crescimento de Belém e Manaus. Ao café devem São Paulo e Santos sua fortuna. O cacau criou uma verdadeira rede de cidades, assim como o porto de Ilhéus [...] Formavam-se verdadeiros circuitos interiores, cada qual dominando uma dada extensão do território com os meios limitados que dispunham. A inexistência de transportes rápidos era responsável por um isolamento quebrado apenas pelos transportes marítimos. Como essas aglomerações viviam sobretudo do comércio, a hierarquia entre elas dependia das relações com o estrangeiro. Mas ainda não havia uma integração [a nível nacional].

Além das diferenças regionais na formação interna da federação brasileira no que tange às diferenças sociais e econômicas, a situação das fronteiras nacionais era outro problema a ser resolvido, particularmente na Região Norte, onde a “questão fronteiriça” gerou certa tensão entre o Estado brasileiro e seus vizinhos no início do século XX.

4.6.1 As últimas questões fronteiriças

Com o alvorecer do século XX, os últimos problemas de fronteira no Brasil – herdados desde a colonização – começam a se resolver, com a disputa do Amapá, a conquista do Acre e a seção de territórios na fronteira com a Guiana Inglesa, em Roraima, à época parte norte do Estado do Amazonas.

O Amapá fora alvo da cobiça francesa desde o final século XVI e o Brasil independente herdara o conflito pela posse e jurisdição da área com um problema residual vigente: qual era o verdadeiro rio Oiapoque segundo o Tratado de Utrecht? Essa missão cartográfica caberia justamente ao incessante trabalho diplomático que seria realizado por José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco (1845-1912). Outra situação havia acirrado a disputa entre franceses e brasileiros:

Em verdade, o que o Amapá era mesmo era uma praça de guerra. [...] E como autêntica praça de guerra (uma espécie de guardião das fronteiras) permaneceria até a descoberta da mina de ouro de Calçoene, no último quartel do século XIX. Ora, representando já em 1876 0,4% da produção mundial de ouro, Calçoene não fica muito distante da fronteira da Guiana Francesa... Esse fato tem uma dupla conseqüência. De uma parte, possibilita o início do povoamento oficial do Amapá; de outra, reacende a fogueira das vaidades francesas [...] (ALVES FILHO, 2000, p. 25).

monoextrator do látex da seringueira, depois de atingir o auge nas Ilhas e no Baixo-Amazonas, deslocou-se para a Amazônia Ocidental, alcançando o Acre, transformando-se no novo ‘Eldorado’ da borracha após 1900”.

Em 1895, navios procedentes de Caiena atacam o povoado de Macapá e, para evitar uma crise diplomática maior, Brasil e França decidem resolver definitivamente a questão através de arbitramento em 1897, sendo nomeado o Barão do Rio Branco para defender os interesses brasileiros. Em 1900, o presidente da Suíça, país encarregado de julgar a questão, dá ganho de causa ao Brasil e o Amapá permanece brasileiro, sendo integrado ao Pará com o nome de Araguari.

Resolvida a questão amapaense, os problemas vigentes a demarcação da fronteira ocidental também afluíam com a questão do Acre, cujos problemas vinham desde o Tratado de Madri,⁹² sucedido pelo Tratado de Ayacucho (1867) já em pleno Império. Esse problema de demarcação e interpretação das fronteiras ocidentais brasileiras acarretaria conseqüências futuras, pois ainda permaneciam os resquícios de 1750, do qual prevalecera a tese do *uti possidetis*. Somava-se a isso, o problema geo-social da ocupação do território (boliviano) do Acre por imigrantes brasileiros no final do século XIX, em busca de trabalho e terras nos seringais da região; conseqüência dos períodos de grande seca no Nordeste entre 1877-1879 e 1888-1889.⁹³

Em 14 de julho de 1899, o espanhol Luiz Galvez proclama o Estado Independente do Acre, apoiado por seringueiros e proprietários de terras; de certa forma, um protesto contra a criação por parte da Bolívia em 1898 de uma sede de arrecadação de impostos de Puerto Alonso. O governo boliviano reage de forma equívoca com relação ao controle e administração do território, com a cessão da área do atual Acre a um grupo norte-americano – o *Bolivian Syndicate of New York* – encarregado de sua colonização, recolhimento de impostos e exploração da borracha, em troca de auxílio militar e econômico ao país.

A reação do Estado brasileiro começa por contestar abertamente a presença estrangeira na região, inclusive propondo uma ruptura nas relações comerciais com

⁹² Segundo esse tratado, os limites ocidentais do Brasil eram, conforme transcreve Carvalho (1959, p. 218-219): [...] da Lagoa de Xaraies alcançava a boca do Rio Jauru, para daí prosseguir até o Rio Guaporé, no ponto que recebe o Rio Saroré; seguindo o Guaporé até o Mamoré, e daí descendo os dois rios unidos até a passagem situada em igual distância do dito Rio Amazonas, ou Marañón, e da boca do dito Mamoré; desde aquela passagem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar a margem oriental do Javari, que será seguido até o Rio Amazonas [...] O problema era aplicar a sanção jurídica à realidade geográfica, isto é, ao território compreendido entre os rios Madeira e Javari.

⁹³ Para Cassiano Ricardo [s.d.] apud Carvalho (1959) a ocupação do Acre compreende três fases – a primeira é a dos conquistadores portugueses e paulistas que para aí convergiram durante a marcha para o oeste; a segunda é a dos exploradores da região, dos regatões e das expedições de reconhecimento do Alto Purus e Alto Juruá; a terceira é a dos povoadores cearenses, em grandes e numerosas levadas que se apossam do território.

a Bolívia. Em 1902, o gaúcho José Plácido de Castro (1873-1908) arregimenta alguns seringueiros e lidera um plano de resistência. No ano seguinte, com apoio logístico do Estado brasileiro, tomam Puerto Alonso e declaram novamente o Estado Independente do Acre, obrigando as forças bolivianas a se renderem.

Antes que a crise se agravasse, o governo brasileiro negocia uma indenização com o *Bolivian Syndicate* no valor de 110 mil libras esterlinas para a anulação do contrato com a Bolívia: proposta aceita. A segunda parte do plano diplomático brasileiro foi a de estabelecer relações com o governo boliviano através do “Tratado de Petrópolis”, firmado em novembro de 1903. Por esse tratado, o Brasil adquire a região do Acre pela quantia de 2 milhões de libras, comprometendo-se ainda a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré (para escoar os produtos bolivianos pelo Atlântico), além de ceder terras do Mato Grosso e Amazonas à Bolívia, na linha de fronteira, fixando os limites das lagoas de Mato Grosso até os rios Mamoré e Guaporé.

A disputa territorial com a Guiana Inglesa, conhecida como “Questão do Pirara”, representa a derrota da diplomacia brasileira. Tanto o Brasil como a Grã-Bretanha pleiteavam as faixas territoriais à leste do atual Estado de Roraima e a questão foi arbitrada pelo rei italiano Vítor Emanuel II. O regente italiano acaba dando ganho de causa aos ingleses, que anexaram prontamente faixas de terra (no leste do atual Estado de Roraima) à Guiana em 1904 e a demarcação definitiva da linha de fronteira, apesar do trabalho do Barão do Rio Branco.

4.6.2 Da “República Velha” ao “Estado Novo”

Ultrapassada a fase governamental dos presidentes militares (1889-1894), os fazendeiros ascenderam ao controle do executivo nacional e o edifício republicano tendia ao domínio dos grandes proprietários rurais, particularmente no Nordeste; essa elite agrária sagrou-se pelo “coronelismo”, embora, conforme adverte Boris Fausto (2004), a República não era meramente um “clubes exclusivo” dos grandes fazendeiros. As limitações constitucionais faziam do poder central um poder enfraquecido, já que os Estados dominavam o poder legislativo da União (exceto o poder judiciário) por meio do Senado e da Câmara dos Deputados.

Nas palavras de Andrade e Andrade (2003, p. 53), “enfraquecido pela federação só restava ao poder central um caminho nacional para recobrar seu antigo prestígio: aumentar os meios de circulação no país. Ou isso ou a fragmentação federativa do poder, como recurso único para manter a integridade nacional”.⁹⁴ Nesse sentido, a República procurou promover no território, aliada ao capital dos grandes proprietários e a concessão aos grandes grupos estrangeiros o aumento da articulação ferroviária, incentivando as linhas de navegação e melhoramento dos portos, no desenvolvimento de centros de povoamento e por meio da colonização intensiva e sistemática a fim de procurar integrar as desigualdades do sistema federativo.

Entretanto, a hegemonia política e econômica de alguns Estados favorecia o tráfego das influências, destacando-se no cenário político nacional os Estados de São Paulo e Minas Gerais, que instauraram durante toda “República Velha” (1889-1930) a chamada política do “café com leite”, e apesar das instabilidades políticas, conseguiram levar seus candidatos alternadamente à presidência da República nesse período. O descompromisso de São Paulo nessa política rotativa, como consequência, resultaria no golpe que levaria à ascensão de Vargas ao poder e, em contrapartida, São Paulo buscava reverter o quadro com a Revolução Constitucionalista de 1932 (FAUSTO, 2004).

No contexto geral do início do século XX, as novas perspectivas mundiais, com a crise econômica gerada pela queda da bolsa de Nova York, em 1929, com a Revolução Russa de 1917 e o avanço do comunismo, o fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918) e a ascensão de Mussolini e dos fascistas na Itália (1922), acenavam para a necessidade de novas reformulações políticas e novos processos de conquista e de manutenção do poder, o que também veio a refletir no quadro político nacional.

No plano econômico, a crise mundial de 1929 teve efeitos desastrosos na economia do país, sobretudo em São Paulo, onde a cafeicultura havia sido afetada; no outro extremo, a produção do látex para a fabricação da borracha nos Estados da

⁹⁴ O sentimento separatista durante a Primeira República foi atenuado pela liberdade que gozavam os Estados, mas evidenciou-se um grande desnível econômico entre eles e, devido ao sistema tributário, os estados produtores de café se tornaram mais fortes; daí o crescimento vertiginoso de São Paulo, que consolidou sua posição de Estado mais rico da federação, unindo a sua importância econômica a uma influência política (ANDRADE, 1999b, p. 111).

Amazônia também começava a passar por um período de estagnação.⁹⁵ Destacavam-se, ainda no começo do século, o aumento do crescimento industrial e urbano, sobretudo na cidade de São Paulo e no Distrito Federal (Rio de Janeiro).⁹⁶

4.7 As novas Constituições de 1934 e 1937 e a ascensão do “Estado Novo”

Se a década de 1920 fora marcada pela agitação política, social e econômica no Brasil, a década seguinte marcaria a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas ao poder e a modernização do aparelho Estatal.⁹⁷

Apesar da curta duração da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, ela conseguiu pressionar o governo Vargas a eleger uma nova Assembléia Constituinte em 1933, pois, no plano político aguçava-se a luta entre os defensores de uma estrutura federativa para o país e os defensores de uma tendência centralista (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

Como resultado, foi promulgada a nova Constituição em 16 de julho de 1934, com forte influência da constituição alemã da República Weimar. Caracterizou-se por ser liberal e modernizante, instituindo o voto universal e secreto, a separação entre os poderes e a introdução da legislação trabalhista. Também manteve a federação, os direitos estaduais e a eleição indireta do presidente da República, favorecendo Getúlio Vargas; seu período de vigência foi curto, pois todos, inclusive o presidente, conspiravam contra ela (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

Desse modo, Vargas dá um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, decretando o fechamento do Congresso e promulgando a “sua” Constituição (com o

⁹⁵ Devido, entre outros fatores, à concorrência das plantações comerciais inglesas, muito mais baratas e rentáveis no Sudeste Asiático. Deve-se salientar que o Brasil já havia passado por uma fase turbulenta, com as crises econômicas do começo do século e o aumento da dívida externa. No plano populacional a imigração teve papel destacado, tendo o país recebido cerca de 3,8 milhões de imigrantes entre 1887-1930 e as atividades agrícolas empregavam a maioria da população na década de 1920, respondendo por 69,7% da mão-de-obra ocupada, embora em São Paulo o aumento da produção cafeeira também representou uma maior diversificação agrícola por causa da ascensão da imigração (FAUSTO, 2004).

⁹⁶ Como conseqüência, o país assistiria entre 1917-1920 uma forte onda de greves operárias, sobretudo na capital paulista, enquanto a capital fluminense seria o palco principal das revoltas militares de 1922 e 1927, com destaque para o “tenentismo” e a chamada “Coluna Prestes”. No campo artístico-cultural o “choque” ficaria por conta da Semana de Arte Moderna de 1922.

⁹⁷ Boris Fausto (2004, p. 327) enumera as seguintes caracterizações dessa “centralização do poder”: 1º - a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2º - a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3º - o papel central atribuído às forças armadas – em especial o exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna.

intuito de permanecer no poder), abolindo o sistema partidário e dando início ao chamado “Estado Novo” – um regime marcadamente autoritário e centralizador, onde a política e a vida nacionais passam a gravitar em torno do governo central, na forma do Executivo, personificado na figura do ditador (COSTA, 2001) – o que se prolongaria até 1945.

A nova Constituição extinguiu a federação (apesar de mantê-la formalmente em seu artigo 3º) e os Estados perderam toda a autonomia, passando a ser administrados por interventores nomeados pelo poder central e foram proibidos de terem os símbolos herdados da tradição republicana.

Instaurava-se assim um regime político de modo a garantir a proeminência do Estado forte, acima das regiões, das classes, dos partidos e a continuidade acelerada da modernização capitalista, tomando para si a tarefa de desenvolver o país, na qual formulava suas políticas públicas, e:

Eliminado o poder Legislativo e submetido o Judiciário, o Executivo passou a ‘armar’ a estrutura concentracionista. O presidente nomeava os interventores em cada estado, segundo, evidentemente, critérios de lealdade pessoal e política e também de conveniências em termos de arranjos da política regional e local que beneficiasse o governo central (COSTA, 2001, p. 46).

Outra preocupação durante o Estado Novo foi em relação à geopolítica da ocupação do território, com frentes de colonização em Mato Grosso e Goiás, destacando-se a “Marcha para o Oeste”, que foi criada pelo governo de Vargas como medida para a ocupação do Centro-Oeste, para preencher os vazios demográficos da região; também procurou uma redivisão territorial das áreas estratégicas de fronteira no Brasil que eram verdadeiros “vazios populacionais”. Destacou-se também, na procura de entender o território brasileiro,⁹⁸ a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1934.

Em 1943 foram criados cinco territórios federais: Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu⁹⁹ – desmembrados respectivamente dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina (mapa 6). Como complementam Andrade e Andrade (2003, p. 60):

⁹⁸ A primeira divisão do Brasil em grandes regiões se faria em 1941, com o trabalho de Fábio Macedo Soares Guimarães, quando o país foi dividido em cinco unidades, formadas pela Amazônia ou Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste (ANDRADE, 1999b).

⁹⁹ Os territórios federais de Ponta Porã e Iguaçu voltaram à condição original após 1946. Havia também o Território Federal de Fernando de Noronha, incorporado à Pernambuco em 1988.

A criação de novos territórios em áreas até então subpovoadas e distantes dos pontos centrais do país tinha como finalidade dar maior segurança às fronteiras, promover o povoamento e também fazer um ensaio sobre a possibilidade de se estabelecer uma redivisão territorial do Brasil.¹⁰⁰

Essa medida não visava apenas o fortalecimento da centralidade do Estado brasileiro, também tinha em mente proteger as fronteiras da ameaça de um possível conflito na América do Sul em virtude da Segunda Guerra Mundial. No período Estado-novista (1937-1945) o governo procurou renovar e reestruturar o país, eliminando a autonomia e o sentimento dos Estados, tentando levar a administração a uma centralização quase tão acentuada quanto a do período imperial.

Com o término do conflito em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficaram mais fortes. Apesar de algumas medidas tomadas, como a definição de uma data para as eleições, a anistia, a liberdade de organização partidária, e o compromisso de fazer eleger uma nova Assembléia Constituinte, Vargas é deposto em 29 de outubro de 1945.

4.7.1 As políticas territoriais na década de 1950

Com a promulgação da Constituição de 1946 pela Assembléia Legislativa, os direitos dos Estados foram restabelecidos, porém, mantiveram-se as normas promulgadas no período ditatorial de Vargas, apesar da dependência dos Estados com o poder central e a acentuação dos desníveis econômicos entre as unidades federativas. Vale notar que foi por essa constituição, ainda, que o país passa-se a chamar oficialmente “República Federativa do Brasil”.

Ela ainda previa que medidas mais efetivas fossem aplicadas na questão regional a fim de diminuir a desigualdade (econômica) e promover a integração com o Centro-Sul do país, principalmente nas regiões Nordeste (e mais especificamente no Vale do São Francisco) e na Amazônia. Conforme relembram Santos e Silveira (2005, p. 27-28), “no pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção das estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento das

¹⁰⁰ Tema esse que foi objeto de estudos por geopolíticos, como Evandro Backhauser (1952) e Teixeira de Freitas (1941). Este último chegou a publicar um longo artigo na Revista Brasileira de Geografia, dividindo o país em 30 estados, com forma quadrangular e que apresentavam, em geral, uma superfície superior a 150.000 km² e inferior a 250.000 km². A proposta era tão alienada e distante da realidade que, apesar de publicada em uma revista de grande prestígio, não conseguiu despertar maior atenção e não suscitou discussões nem nos meios intelectuais nem nos políticos. (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

ferrovias e uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com uma significativa hegemonia paulista”.

Por esse motivo, em agosto de 1953 é definido o Decreto-Lei que cria a chamada “Amazônia Legal”, abrangendo não só a Região Norte, mas parcelas territoriais dos Estados da Região Nordeste, como o Maranhão e Centro-Oeste, como o Mato Grosso e o norte de Goiás. Em 1953 seria a vez da criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A primeira metade da década de 1950 ainda marca o retorno de Getúlio Vargas ao poder (agora eleito à presidência), onde dois processos fundamentais, cujas bases foram lançadas na década de 1930, tiveram continuidade em ritmo acelerado: a industrialização, impulsionada principalmente nos setores básicos de produção pelo Estado, e paralela a esta, a modernização do “aparelho econômico” do Estado (COSTA, 2001).

Conseqüentemente, com a eleição do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira à presidência da República, dá-se início ao renomado “Plano de Metas” (1957-1960), que previa o avanço econômico do país baseado na sólida industrialização e a construção da nova capital federal: Brasília.

Seu governo foi “voltado preferencialmente para os setores de ponta da estrutura industrial, nem por isso deixou de afetar todo o conjunto produtivo do país, desde os setores básicos, passando por transportes e energia, até a estrutura territorial como um todo” (COSTA, 2001, p. 52). Destaca-se ainda no plano dos transportes, o privilégio para o sistema rodoviário, que deu nova configuração às relações inter-regionais do país, principalmente no interior do Centro-Sul e, além disso, através de “eixos rodoviários de penetração” que procuravam integrar o país de norte a sul. Outro importante aspecto do plano de metas refere-se à construção de Brasília, principalmente no que se trata à sua característica político-territorial e à centralidade que o Estado procurava no território nacional. Tal “sonho” se realizou no dia 21 de abril de 1960, quando foi inaugurada oficialmente a nova capital federal. Resumia essa situação o fato de que:

Brasília representou a implantação de um poderoso “posto de vanguarda” para o norte e oeste do país, regiões que o Estado vinha tentando “capturar” há décadas. Como verdadeiro pólo ou *nó* de articulação inter-regional, descolou a imensa “hinterlândia” [...] parte das atenções governamentais, dos segmentos privados da economia e da opinião pública nacional (COSTA, 2001, p. 54).

A mudança da capital do Rio de Janeiro para o planalto central cumpriu o seu principal objetivo. Qual seja, o de possibilitar uma maior integração entre as regiões Norte e Sul do país, criando assim, pela primeira vez de forma ordenada no país, uma alternativa de ocupação das largas faixas do interior. Como reivindicava o presidente Kubitschek, a construção de Brasília desencadeou, para valer, “um novo ciclo bandeirante”, abrindo caminho, inclusive, para o efetivo desbravamento da última fronteira do país, a Amazônia (ALVES FILHO, 2000, p. 53).

[...] foi um passo importante, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 45-46).

Assim, assentava-se o plano para a expansão capitalista do país em sua etapa industrial e as políticas públicas territoriais implantadas na década de 1950, tornaram-se fundamentalmente parte subsidiária da política econômica a nível nacional. Entretanto, no plano político, o Brasil viveu uma época conturbada, com diversas tentativas de golpe militar e as incertezas sobre a permanência do período democrático que o país havia restaurado uma década e meia atrás.

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros torna-se o primeiro presidente a tomar posse na nova capital, mas seu período de governo foi marcado pelo insucesso de suas atitudes políticas e pelo fracasso nas medidas econômicas implantadas, vindo a durar apenas sete meses no cargo, quando renunciou em agosto do mesmo ano. Com a sua renúncia, João Goulart assumiu a presidência, inicialmente em regime parlamentarista. Em 1963, por meio de plebiscito, decidiu-se ao retorno do presidencialismo, mas este regime não evitou que se desencadeasse no país uma séria perturbação na ordem política, culminando com o “Golpe Militar” de 1964.

4.8 O Governo Militar

Com a deposição do presidente João Goulart, começa uma nova fase política no Brasil, caracterizada pela gestão autoritária do poder pela sucessão de presidentes-generais por indicação das Forças Armadas. Também houve modificações na Constituição de 1946, como a instituição dos “Atos Institucionais” (1964-1969) – mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente à todas as revoluções” (FAUSTO, 2004, p. 465).

Para tanto, foi promulgada a Constituição de 1967, onde se buscou institucionalizar e legalizar a “ditadura militar”, aumentando a influência do Poder Executivo sobre o Legislativo e Judiciário, criando também desta forma, uma hierarquia constitucional centralizadora, especialmente no que se refere à segurança nacional. Se o país vivia um período político “tenebroso”, o governo alcançava êxitos na área econômica, estabelecendo o controle dos preços para refrear a inflação que a partir de 1968 começou a declinar.¹⁰¹

O período do chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando crescimento econômico e baixas taxas de inflação, beneficiada de uma ampla situação da economia mundial, caracterizada pela vasta disponibilidade de recursos, pela possibilidade de empréstimo dos órgãos externos como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a ampliação do crédito ao consumidor, a revisão das normas de produção e a grande expansão do comércio exterior, tanto de importações como de exportações.

Deve-se ressaltar que os pontos negativos do “milagre econômico” assentaram-se nas desigualdades de natureza social, onde a privilegiou-se a acumulação de capitais, favorecendo a concentração de renda acentuada; soma-se a isso os imensos projetos governamentais que não consideravam a natureza nem as populações locais na expansão do capital ao longo das políticas territoriais. As diferenças regionais passaram a ser diferenças sociais e não apenas naturais, pois:

[...] apesar da industrialização, o país conserva uma série de condições de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, a saber, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma crescente tendência ao empobrecimento das classes subprivilegiadas, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto e do Produto Nacional *per capita* (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 51).

Durante a década de 1960 havia uma preocupação governamental em corrigir as “disparidades regionais” existentes no desenvolvimento econômico do país, que após 1964 sofreram mudanças no curso das políticas territoriais, com o avanço centralizado do Estado ao coordenar as políticas econômicas e a ação estatal.

¹⁰¹ Também nesse mesmo ano houve forte recuperação industrial, liderada pela indústria automobilística, de produtos químicos e material elétrico e a expansão da construção civil. Em 1968 e 1969 o país cresceu num ritmo impressionante, registrando respectivamente a variação de 11,2% e 10% no PIB, o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo *per capita*, começando assim o período do chamado “milagre econômico” (FAUSTO, 2004).

A necessidade de ocupação geopolítica (e econômica) da Amazônia, a questão da “integração nacional” pelo Estado em sua política econômico-regional e a concentração de medidas governamentais em “pólos” selecionados caracterizariam as políticas territoriais durante esse período. Os militares também intensificaram a política de expansão do território no espaço brasileiro, no oeste da Amazônia, dando novas dimensões à tímida “Marcha para o Oeste” da época de Vargas. Esse contexto explicitamente geopolítico das políticas territoriais para a Amazônia, foi formulado pelos “ideólogos” do regime militar, com destaque para o General Golbery do Couto e Silva.¹⁰²

Essa estratégia de expansão foi feita com a abertura de rodovias ligando as áreas distantes a São Paulo, principal centro econômico do país, utilizando Brasília e Cuiabá como pólos avançados. Com a construção da Transamazônica, ligando a Amazônia Ocidental ao Recife e João Pessoa e a Perimetral Norte que deveria acompanhar o traçado da fronteira do Brasil com as Guianas, a Venezuela, a Colômbia, ligando Macapá ao Solimões (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

Ainda, na questão da “integração nacional”, procurava-se expandir a fronteira econômica do país, a partir do Centro-Sul na direção do Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste. Essa “fronteira econômica” era aplicada a várias instâncias, tanto agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, infra-estrutura, assim como pela integração promovida conjuntamente pelas rodovias, que penetravam o interior do país.

Intensificou-se a exploração e a penetração ao longo do território, principalmente na região da Amazônia, onde o incentivo (principalmente por parte do INCRA) à apropriação de faixas de terra na floresta ao longo das rodovias, o desmatamento e a expansão da fronteira agrícola culminaram em forte impacto ambiental e conflitos de posse com as nações indígenas. A ocupação agrícola das faixas de colonização promoveu a derrubada da floresta e a expansão sobre as

¹⁰² Seus trabalhos publicados em 1952 e 1959 resultaram na obra: *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. A estratégia de Golbery, apresentada após a sua análise do espaço e da posição brasileiros, é formulada nos seguintes termos: 1º - articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração. 2º - impulsionar o avanço para o noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central – a atual região nuclear do país –, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro. 3º - inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão leste-oeste, seguindo o eixo do grande rio [...] Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. In: COSTA (2003, p. 65-66).

áreas de cerrado, principalmente com a pecuária e a mineração; na década de 1970 a expansão da fronteira agrícola também seria promovida pela soja.¹⁰³

Durante essa década, a ampliação na estrutura das redes de circulação, da expansão da fronteira agrícola e do aumento na migração para as regiões Centro-Oeste e Norte trouxe novas perspectivas para a redivisão do território nacional; veio novamente à tona a questão do sul de Mato Grosso, em franca prosperidade econômica, e dos esforços junto às autoridades federais daqueles que defendiam a conveniência da criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Nessa perspectiva, o deputado Siqueira Campos,¹⁰⁴ motivado pela trajetória sul-mato-grossense, elaborou uma nova proposta que previa a criação de doze Estados (seriam em doze territórios, por tendência de governo) na Amazônia Legal, sendo três no norte de Mato Grosso, um no norte de Goiás, um na pré-Amazônia maranhense, três no Pará e quatro no Amazonas (mapa 9). Tal proposta não veio a sair do papel, integralmente, conforme explica Cavalcante (1999, p. 131):

Não há dúvida que esta última – cuja ênfase foi a criação de territórios e não de estados –, muito bem expressou a conjuntura da época, visto os territórios não usufruírem de autonomia e se subordinarem diretamente ao governo federal, com funções análogas (próximas, apenas) às das sedes de quartéis militares a serviço da segurança e da soberania nacional. A mesma só teria razão de ser se apresentada numa conjuntura política de excessivo centralismo administrativo, na qual a cúpula militar – em exercício no Executivo – personificasse o Estado, como aconteceu nos anos 70.

Dentre as medidas que saíram do papel, a criação do Estado do Mato Grosso do Sul (desmembrado de Mato Grosso) se deu pela lei complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, elevando-se à condição de Estado em 1º de janeiro de 1979. De acordo com Alves Filho (2000, p. 99-100):

O governo federal optou pelo desmembramento do antigo Mato Grosso com base na sua extensão territorial (considerando-a demasiadamente grande para comportar uma administração realmente eficiente) e na própria diferenciação ecológica existente entre as áreas norte – do tipo amazônico –

¹⁰³ Para Cavalcante (1999, p. 126): A política federal dava ênfase à exportação, concedida aos empresários que se interessassem em investir na região incentivos fiscais por meio de programas especiais, como o Polamazônia e o Polocentro. Essa medida estimulou a ocupação econômica por intermédio da “pecuarização da agricultura”. As culturas de subsistência – dos produtores camponeses – foram substituídas por grandes fazendas de gado.

¹⁰⁴ Outros projetos também foram apresentados, como o do economista e empresário Samuel Benchimol (1977) para uma redivisão territorial da Amazônia Legal, no qual haveria o redimensionamento dos estados e a criação de uma série de territórios federais, principalmente nas áreas dos estados do Amazonas, Pará e Goiás (ANDRADE, 1999b).

e sul – uma região sem dúvida mais apropriada à agricultura e às pastagens, que tem os cerrados como vegetação dominante. Paralelamente, a intervenção federal se destinava a acabar com as lutas políticas internas e viabilizar assim a construção de um modelo de desenvolvimento relativamente independente, do controle dos grupos tradicionais do estado.

A criação de Mato Grosso do Sul deu um novo alento a outras regiões que pleiteavam a separação e/ou criação de novos Estados, sejam pelo simples motivo do desenvolvimento econômico ou meramente pelo interesse político. Apenas em 1981, já no final do ciclo dos governantes militares, o Território Federal de Rondônia – criado a partir do partilhamento do noroeste de Mato Grosso e sudoeste do Amazonas em 1943 – foi elevado à condição de Estado.

Sob o ângulo de vista político, o desgaste do governo sob comando dos militares começou a se dar nos últimos anos da década de 1970, não só pelas correntes crises do petróleo, mas também do próprio sistema político que acabara se enfraquecendo ante as pressões para a redemocratização do país. Esse processo de abertura se deu no governo do presidente João Figueiredo, destacando-se a anistia aos presos políticos e intelectuais, a lei que regulamentava o pluripartidarismo (1979) e as eleições estaduais e municipais em 1982.

A transição para o regime democrático se deu em meados da década de 1980, tendo o governo de José Sarney (1985-1989) marcado a transição para a volta do regime democrático no país, sob o ângulo político da revogação das leis do período militar. Após as eleições de 1986, a nova Assembléia Constituinte foi encarregada de elaborar uma nova carta constitucional do país, da qual não apenas a retomada e ampliação dos direitos civis estavam em voga, mas também o discurso em prol da autonomia de novas parcelas do território, cujas raízes estavam atadas ao discurso econômico-regional.

4.9 A Constituição de 1988 e a luta pela autonomia no Brasil

Com o caminhar da “Nova República” e terminadas as eleições de novembro de 1986, os deputados eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte começaram a se reunir em fevereiro de 1987 para elaborar a nova Constituição, pois “havia um anseio de que ela não só fixasse os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do país como resolvesse muitos problemas fora de seu alcance” (FAUSTO, 2004, p. 524). Os intensos trabalhos em torno da constituinte foram longos, tendo-se

encerrado formalmente em 5 de outubro 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, cujos avanços no campo dos direitos sociais lhe renderam o apelido de “Constituição Cidadã”.

O problema da redivisão territorial do Brasil voltou à tona durante a realização da Constituição Federal de 1988, quando várias propostas emancipadoras foram apresentadas; cerca de oito propostas de criação de Estados foram discutidas nas comissões ou no plenário e apenas o Estado do Tocantins, desmembrado de Goiás, foi criado e os Territórios Federais de Roraima e Amapá foram elevados à condição de Estados membros da Federação, passando a República brasileira contar até o momento presente com 26 Estados e 1 Distrito Federal (mapa 7).

As outras propostas de desmembramento (ANDRADE, 1999b) foram a de Tapajós, a ser desmembrado do Pará, compreendendo uma faixa territorial drenada pelo rio de mesmo nome, tendo como capital a cidade de Santarém. O sul do Maranhão apresentava expressivo crescimento, sobretudo depois da construção da Belém-Brasília, com projeto da instalação da capital na cidade de Imperatriz na criação do Estado do Gurupi (ou Maranhão do Sul). A prosperidade trazida pelo pólo de mineração no sudeste do Pará intentou pela criação do Estado do Carajás principalmente por suas relações com o oeste do Maranhão. Na Região Nordeste, destaca-se a região de Gurguéia, um movimento autonomista para a criação de um Estado no sul do Piauí.

O Estado do São Francisco foi outra aspiração durante a assembléia constituinte, compreendendo a porção da bacia drenada pelo rio de mesmo nome, é uma velha aspiração desde meados do século XIX, quando a então comarca de Pernambuco foi desmembrada e entregue “provisoriamente” a Minas Gerais e a Bahia – a capital seria a cidade de Barreiras. As antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, no sul da Bahia, também aspiraram a criação de um Estado, que seria denominado Santa Cruz.

O Triângulo Mineiro, caracterizado pela prosperidade agropecuária, tenta, desde o período imperial, separar-se de Minas Gerais, ora pedindo sua anexação a São Paulo, ora na esperança de juntar-se ao Estado de Goiás, tendo lutado (em vão) na constituinte para se tornar mais um membro da federação.

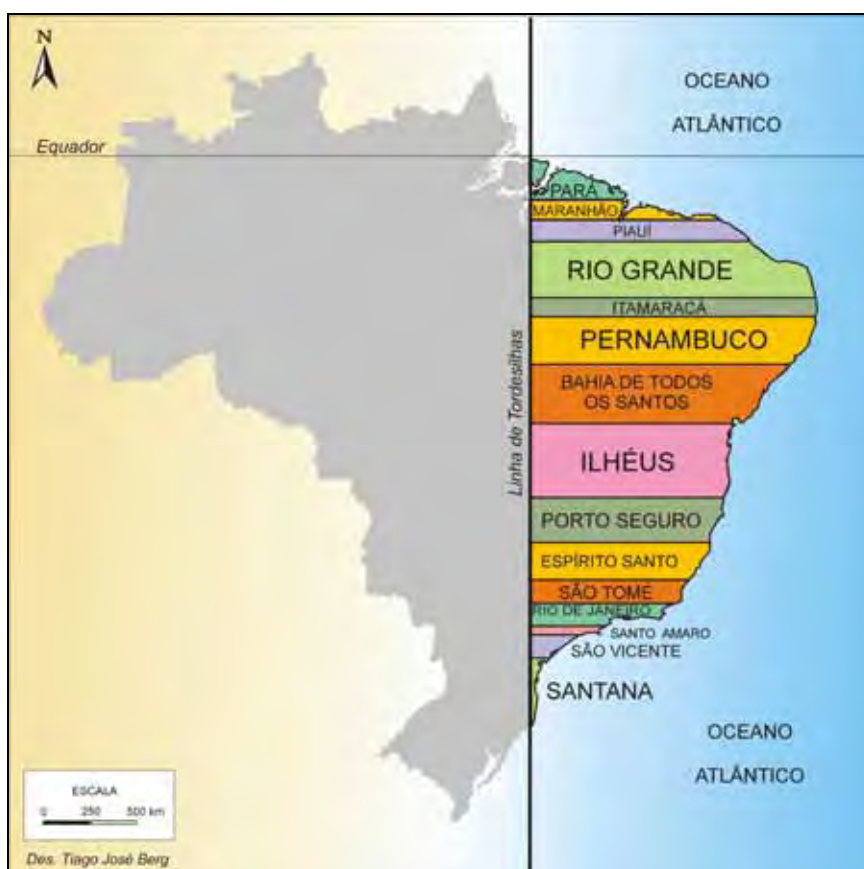
Na porção meridional do país, a aspiração pela autonomia do antigo Território do Iguazu (criado em 1943 e extinto em 1946), que compreenderia a porção ocidental dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Havia também o movimento em

favor do desmembramento do Rio Grande do Sul, para criar em seu território austral o Estado da Campanha Gaúcha, separando a região propriamente gaúcha das pradarias mistas da área planáltica ao norte do Estado, onde dominam a colonização intensiva e as pequenas propriedades (mapa 8).

Assim, ao se conceber a formação do Brasil na perspectiva de uma “história territorial” (MORAES, 2005) objetivando investigar as diversas etapas de sua constituição, tanto no plano histórico, quanto nos aspectos de sua formação econômico-social (ANDRADE, 1995) e no quadro de sua evolução política, procurou-se avaliar durante o período colonial a formação do “corpo da pátria” (MAGNOLI, 1997), avançando particularmente no pós-independência com a consolidação do Estado nacional brasileiro e a constituição de nossas atuais unidades federativas durante os séculos XIX-XX, permeadas por tendências político-estatais favoráveis ao “federalismo” e intercaladas por períodos históricos voltados ao “centralismo”.

Além do aguçamento da situação regional e da ascensão dos movimentos nativistas no Brasil durante os séculos XVIII-XIX, da “tradição heráldica” cultivada durante o Império e do ideal federativo pregado com a implantação do regime republicano, essa contraposição na evolução do território também ir-se-á testemunhar como um importante elemento nas diferentes fases de criação dos símbolos estaduais brasileiros.

Mapa 1: Brasil – capitânicas hereditárias (1534)



Mapa 2: Brasil – território colonial em 1709



Mapa 3: Brasil após os tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777)



Mapa 4: Brasil Império (1823)



Mapa 5: Brasil República (1889)



Mapa 6: Brasil – Territórios Federais (1943)



Mapa 7: Brasil – atual divisão política (1990)



Mapa 8: Brasil – Movimentos autonomistas.



Fonte: Adaptado de Andrade (1999b)

Mapa 9: Sugestão para a redisão territorial da Amazônia Legal, segundo o trabalho do deputado Siqueira Campos aprovado pela Comissão da Amazônia (1972)



Fonte: CAVALCANTE (1999).

5 NAÇÃO E NACIONALISMO NO BRASIL – REFLEXÕES

Embora ao longo da formação da nação brasileira a manutenção de sua unidade tenha-se dado através de uma tradição histórica, do mesmo idioma, da estrutura política, do desejo de estabilidade, do caráter nacionalista das Forças Armadas e do sentimento nacional, entre outros fatores, a construção histórica e social criou um imaginário positivo de sua grandiosidade de caráter, como uma representação homogênea e de unidade fraterna que os brasileiros possuem do país e de si mesmos.

Essa representação foi da mesma forma legitimada pelo discurso geográfico, apoiado na sagração da natureza e na exaltação das potencialidades naturais do Brasil (CHAUÍ, 2000), onde se projetou a idéia de federação de forma harmônica, cuja eqüidade de sua representação viesse a abrandar os contrastes regionais, que só apareciam, como fala Andrade (1999b) nos momentos de crise, com um aguçamento dos sentimentos separatistas, cujas bases desdobram-se desde a formação colonial e se apóiam também em sentimentos de base psicológica e social.

Tais sentimentos e seu imaginário coletivo conduzem-nos a abordar de forma reflexiva a questão da idéia de “nação e nacionalismo” no Brasil, como um elemento decisivo para dar coesão e sentido aos símbolos nacionais e estaduais, na sua vertente regionalista, fazendo-os crer na idéia de “unidade” ao mesmo tempo em que exaltam sua própria “identidade”.¹⁰⁵

Permitir-se-ia, assim, através dessas representações que permeiam o imaginário coletivo, “crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais” (CHAUÍ, 2000, p. 7-8).

Marilena Chauí (2000) introduz a questão do “mito fundador” brasileiro, que impõe certo vínculo interno com o passado e as origens. O mito, no sentido

¹⁰⁵ A esse fato, complementa Bordieu (2007, p. 129) ao falar na idéia de região que: [...] na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra.

antropológico, tem a função de apaziguador das tensões e contradições, enquanto o ato fundador recorda um determinado momento (ou conjunto de momentos) no passado imaginário, que se mantém vivo no tempo. O mito fundador constituir-se-ia, assim, em um repertório inicial de representações da realidade que se reorganiza em cada momento da formação histórica para repetir-se indefinidamente enquanto ideologia.

A nação é vista nesse viés como um “semióforo”,¹⁰⁶ como algo que não é medido por sua materialidade, mas por sua força simbólica e que dela brotam efeitos de significação, sendo estes signos de poder e de prestígio. O lugar onde se encontra o semióforo deve ser público, pois se comportam como “locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão” (CHAUÍ, 2000, p. 12). Sob a ação do poder político,¹⁰⁷ os semióforos tornam-se um patrimônio artístico e/ou histórico-geográfico da nação e/ou da humanidade.

Hobsbawm (1990) argumenta que a origem moderna do Estado nacional se deu após o período que denominou como “Era das Revoluções”, trazendo a seguinte periodização do processo de formação das nações como uma “invenção histórica” e um “vocabulo político” recente: o primeiro deles ocorre no período de 1830-1880, com o “princípio de nacionalidade”, que vincula a nação a um território; o segundo período (1880-1918) abarca a “idéia nacional”, articulando a língua, a religião e a raça a essa idéia e o terceiro período, de 1918-1950/60, enfatiza a “consciência nacional”, como um conjunto de lealdades políticas.¹⁰⁸

Benedict Anderson (2005, p. 25) introduz o conceito de nação, em seu espírito antropológico, como “uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana”. Continua este autor a argumentar que ela é *imaginada* porque até os membros da menor nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos

¹⁰⁶ Termo derivado do grego *Semiophoros*, da palavra *semio* (sinal/signo/rastro/traço) com a junção de *phoros* (expor/carregar/brotar).

¹⁰⁷ A nação constituir-se-ia assim no semióforo matriz, que por meio da *intelligentsia*, da escola, da biblioteca, do museu, dos patrimônios e dos demais monumentos celebratórios; o poder político faz da nação o sujeito produtor de semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto integrador da sociedade una e indivisa.

¹⁰⁸ Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal, na segunda, dos intelectuais e pequeno-burgueses e na terceira, emana principalmente dos partidos políticos e do Estado como formas de construção das nações.

outros membros dessa nação, mas, ainda assim, na mente de cada um deles, existe a imagem de sua comunhão.¹⁰⁹

A nação é imaginada como *limitada* porque até a maior das nações, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. Nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites que a humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos têm o sonho de um dia, todos os membros da espécie humana integrarem a sua nação. É imaginada como *soberana* porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de ordem divina.¹¹⁰ Finalmente, ela é imaginada como uma *comunidade* porque independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre esta concebida como uma agremiação horizontal e profunda – uma fraternidade.¹¹¹

Assim, a idéia de nação foi surgindo lentamente, como uma forma de criar uma lealdade às divergências sociais, políticas, econômicas, religiosas e regionais. Chauí (2000) argumenta que como o princípio de nacionalidade vinha perdendo força, o Estado precisava mobilizar seus cidadãos e influenciá-los a seu favor através de uma “religião cívica”: o patriotismo. No processo de criação do semióforo, este atua como uma verdadeira “religião civil”.¹¹²

¹⁰⁹ Talvez nunca conheçamos um cidadão do Acre, Roraima ou Rio Grande do Sul, mas imaginamos que eles, enquanto brasileiros como “nós”, torcerão da mesma maneira por nossa seleção de futebol, guardarão nossas datas cívicas do mesmo modo, hastearão a bandeira brasileira e cantarão nosso hino nacional com o mesmo empenho. Esse imaginário coletivo mostrava-se extremamente eficiente em uma época em que os meios de comunicação eram limitados, especialmente os de dimensão falada como o rádio e a televisão face à imprensa (apenas acessível à uma certa faixa letrada da população), restando às instituições do Estado-nação, como as escolas, forças armadas e demais órgãos públicos criar as conexões entre aquelas comunidades e o poder estatal, formando assim uma rede territorial de “cidadãos e funcionários públicos” em zonas nunca antes alcançadas. Da mesma forma, a invenção do mapa histórico e o caráter homogêneo de sua representação, distinguindo as fronteiras numa extensão precisa e vertical e não mais apenas zonas imprecisas de extensão horizontal, produziram esse imaginário dos que estavam “dentro” e “fora” de determinado país.

¹¹⁰ Tendo atingido a maturidade numa fase da História humana em que até os mais devotos crentes de uma qualquer religião universal se viam inevitavelmente confrontados com o *pluralismo* vivo dessas religiões e com o fato de pretensões ontológicas e o âmbito territorial de cada fé serem alomórficos, as nações anseiam por ser livres e, ainda que sujeitas a Deus, por ser diretamente livres. O Estado soberano é o garante (sic) e o emblema dessa liberdade (ANDERSON, 2005, p. 26-27).

¹¹¹ É essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados (ANDERSON, 2005, p. 27). Stuart Hall (2006, p. 65) atenta que “as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim [...] devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade”.

¹¹² Martelli (1995) e Da Mata [no prelo] apud Rosendahl (2001) interpretam a religião civil como o conjunto de ritos construídos em torno de símbolos – a bandeira, o hino, o herói fundador – e valores

No espaço da sacralidade cívica, por sua vez, há um conjunto de crenças, símbolos e cerimônias que servem para evocar um poder que emana do povo, sem possuir referências e poderes sobrenaturais. As experiências simbólicas são aquelas das forças coletivas da sociedade, aptas a favorecerem a formação de uma identidade nacional. O tempo sacralizado é fortemente vivenciado nas festas cívicas, comemorações de mitos e heróis nacionais [...] A sacralização das normas, valores e idéias que simbolizam o novo regime político deve ser celebrada no espaço. A imagem do poder deve ser irradiada como verdade última da vida coletiva e individual. Uma estátua, um túmulo e outras formas espaciais devem ser construídas para transmitir valores às futuras gerações por meio de celebrações cívicas. Cria-se o tempo sacralizado por meio da festa cívica, que ocorre em um espaço também sacralizado (ROSENDAHL, 2001, p. 21-28).

Embora a religião civil tenha sido um dos processos que levaram à criação e ao imaginário de nação e suas premissas começaram a ganhar densidade com a queda dos antigos regimes dinásticos, as idéias de soberania e liberdade passam a ser asseguradas pelo Estado.

O patriotismo estatal reforçava dessa maneira os sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2005), através de suas tradições inventadas (HOBSBAWM; RANGER, 1997) da qual a nação incorpora numa única crença as crenças rivais e os apelos de classe e, “a partir dessa época, a nação passa a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui” (CHAUÍ, 2000, p. 12). Essa invenção da nação ajudaria a compreender no Brasil a passagem da idéia de “caráter nacional” (1830-1918) em uma primeira etapa, para a formação da “identidade nacional” (1918-1960) no segundo período de sua evolução.¹¹³

Entretanto, devem-se salientar dois fatores diferenciavam o nacionalismo dos Estados nacionais Americanos em relação aos Europeus nos séculos XVIII-XIX. Com relação ao “Velho Mundo”, a língua e a ascendência dos crioulos eram as mesmas contra os regimes metropolitanos que lutavam e não havia de fato em solo americano (exceto nas Treze Colônias) uma “classe média” e uma *intelligentsia*.¹¹⁴

sacralizados – nação, igualdade de classe, raça – articulados num contexto de mais alto significado, podendo adquirir uma dimensão transcendente. Max Weber evidencia o surgimento de religiões substitutivas (*ersatz der religion*), conceito aplicado também para descrever, na sociedade moderna, fenômenos não-religiosos.

¹¹³ Dante Moreira Leite (1969) propõe periodizar as etapas de formação do caráter nacional brasileiro nas seguintes fases: 1ª – a fase colonial: descoberta da terra e o movimento nativista (1500-1822); 2ª – o romantismo: a independência política e a formação de uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros (1822-1880); 3ª – as ciências sociais e a imagem pessimista do brasileiro (1880-1950) e 4ª – o desenvolvimento econômico e a superação da ideologia do caráter nacional brasileiro: a década de 1950-1960.

¹¹⁴ No caso da América Espanhola, a liderança foi assumida por grandes proprietários fundiários, aliados a um número menor de comerciantes e profissionais liberais (ANDERSON, 2005).

A configuração geográfica, política e econômica das novas repúblicas sulamericanas coincidiu com a unidade administrativa do século XVI ao XVIII, pois a diversificação geográfica do Império Americano e as dificuldades de comunicação numa era pré-industrial, como também as políticas comerciais de Madri e Lisboa criavam zonas econômicas exclusivas e separadas. Isso dava margem à justificação da tese do *uti possidetis*, pelo qual cada nação preservou seu *status quo* territorial desde o início dos movimentos pela independência com começo do século XIX. No caso do Brasil:

Não se pode falar em sentimento nacional durante o longo período colonial, nem em proposições de independência para a formação de um Estado [...]. Era difícil a formação de uma comunhão nacional em um território tão extenso, com tantas dificuldades de comunicação e com tantos interesses que se contrapunham. O local e o regional tinham muito maior importância que o nacional, ainda não existente (ANDRADE, 1999b, p. 54-55).

Anderson (2005) argumenta que no caso da América Espanhola, o imaginário da comunidade nacional provinha da questão da imutabilidade e da permutabilidade com relação aos crioulos e peninsulares no que competia ao acesso aos cargos públicos;¹¹⁵ além disso, questiona que o aparecimento da imprensa escrita no decurso do século XVIII ajudou a forjar essa “consciência nacional”.¹¹⁶ Na América

¹¹⁵ Enquanto os funcionários peninsulares podiam fazer o seu percurso de Saragoça para Cartagena, dali para Madrid, Lima e outra vez Madrid, os crioulos “mexicanos” ou “chilenos” serviam geralmente apenas nos territórios coloniais do México ou do Chile: os seus movimentos laterais eram tão entravados como a sua ascensão vertical [nos cargos públicos]. [...] Apesar disso, nesta peregrinação entravada eles encontravam companheiros de viagem que iam apercebendo de que a sua camaradagem não se baseava apenas no alcance dessa peregrinação específica, mas também na fatalidade partilhada de terem nascido do outro lado do Atlântico. Mesmo que tivessem nascido apenas uma semana depois de o seu pai ter emigrado, o nascimento casual nas Américas consignava-os à subordinação – embora, em termos de língua, religião, ascendência ou costumes, pouco os distinguia dos espanhóis nascidos em Espanha. Nada havia a fazer, eram *irremediavelmente* crioulos. Mas como devia esta exclusão parecer irracional! Não obstante, escondida nesta irracionalidade encontrava-se a seguinte lógica: nascidos nas Américas, não poderiam ser verdadeiros espanhóis; logo, nascidos em Espanha, os *peninsulares* não poderiam ser verdadeiros americanos (ANDERSON, 2005, p. 88-89).

¹¹⁶ Ao mesmo tempo [...] a própria concepção do jornal implica a refração de “acontecimentos mundiais” comuns num determinado mundo imaginado de leitores de vernáculo; [...] também a importância da idéia da simultaneidade transversal ao tempo, contínua e consistente para essa comunidade imaginada. A enorme extensão do Império Espanhol nas Américas e o isolamento de cada uma das partes que o compunham tornaram difícil a imaginação dessa simultaneidade. Os crioulos mexicanos poderiam vir a saber de acontecimentos em Buenos Aires meses mais tarde, mas era através de jornais mexicanos, e não dos do Rio da Prata; por outro lado, esses acontecimentos surgiram como “semelhantes a”, e não como “parte de”, acontecimentos ocorridos no México (ANDERSON, 2005, p. 94).

Portuguesa, por sua vez, além das diferenças no que se refere à educação¹¹⁷ e a imprensa escrita,¹¹⁸ havia ainda o fato de que:

[...] em todo o período colonial não se forjara ainda um sentimento nacional brasileiro, mas um sentimento nativista local, que em várias ocasiões procurou criar um Estado que compreendia parte e não o todo do continente brasileiro. Não se pode esquecer que este sentimento local apresentava grandes discrepâncias, em face da estrutura social da colônia [...]. O sentimento regional só iria ser substituído pelo nacional, sem desaparecer completamente, com a Proclamação da Independência e a formação do Império, quando as pessoas passaram a se considerar brasileiras e não apenas maranhenses, pernambucanas, baianas, fluminenses, mineiras ou paulistas, etc. (ANDRADE, 1999b, p. 58).

A estruturação do nacionalismo no Brasil só aconteceria após o país conseguir “costurar” sua unidade (COSTA, 2001) face ao descontentamento e os diferentes quadros de ordem política, econômica e social de suas regiões, pois “[...] na quarta década do século XIX, segundo decênio de vida independente do Brasil, o sentimento de brasilidade ainda era muito tênue e os problemas locais e provinciais eram bem mais preocupantes que os problemas propriamente nacionais” (ANDRADE, 1999b, p. 71-72).

Dessa forma, torna-se interessante prender o foco desta reflexão na formação do caráter nacional brasileiro entre o final do século XIX e o início do século XX, pois este período também coincidiu com a formação dos símbolos nacionais e uma ampla

¹¹⁷ José Murilo de Carvalho (1982 apud ANDERSON, 2005, p. 98) argumenta que os dois fatores mais importantes foram os seguintes: 1): As diferenças na educação. Enquanto nas Américas espanholas havia vinte e três universidades espalhadas pelo que viriam a ser treze países diferentes, Portugal recusou-se sistematicamente a autorizar a criação de quaisquer estabelecimentos de ensino superior nas suas colônias, não considerando como tais os seminários de teologia. Só era possível seguir estudos superiores na Universidade de Coimbra, na metrópole, e para lá se deslocavam os filhos da elite crioula [...]. 2) Possibilidades de carreira diferentes para os crioulos, devido “a muito maior exclusão de hispânicos nascidos na América dos cargos superiores no lado espanhol (sic)”. Também “não existiu qualquer tipografia no Brasil durante os três primeiros séculos da época colonial” (SCHWATZ: In CANNY; PAGDEN, 1987, p. 38, apud ANDERSON, 2005, p. 98).

¹¹⁸ Machado (1980, p. 90), atenta para o fato de que a literatura procurava contribuir e preencher o papel do jornal na gestação da nacionalidade brasileira: a historiografia geralmente ignora o contributo fundamental do nativismo e do nacionalismo literários na formação da consciência nacional brasileira, embora desta fonte se tenha nutrido o pensamento revolucionário que culminou com a Independência e continuou, depois dela, reafirmando o processo de descolonização. A consciência cultural brasileira, conquistada nas Letras, informou o conteúdo ideológico da autonomia política. Desde as manifestações barrocas, no começo da colonização, subsiste à constante histórica da nacionalização do pensamento através da literatura, num processo permanente de busca da identidade nacional nucleada no homem e no meio físico. Essa constante revelou-se inicialmente no sentimento e na idéia da natureza, no indianismo e irredentismo pré-românticos para definir-se, em seguida, na consciência e afirmação da nacionalidade. Ainda dentro do contexto colonial, a literatura procurou não só refletir uma cultura em elaboração, com caráter próprio, com a nossa concepção do mundo e de interesses específicos, diferenciados da matriz colonial. Na história do pensamento revolucionário brasileiro, a literatura refletiu e integrou-se peremptoriamente no processo de formação e consolidação da consciência nacional.

parte dos símbolos estaduais, e muitos de seus discursos e representações aparecerão como reflexo desse período.

Só a partir da consolidação da unidade política,¹¹⁹ o que se faria com o poder centralizador do Império (depois de conseguir cessar as revoltas nativistas), que o princípio de nacionalidade se constituiria,¹²⁰ arraigando nesse período a noção de território e a demografia, como características intrínsecas da nação. Foi justamente esse período que produziu as maiores cargas emotivas nos cidadãos, no que compete na raiz da vivência coletiva, no qual tiveram algum êxito a tradição imperial ou os valores religiosos (CARVALHO, 1990). Já alcançando o período republicano, embora ainda com certo “vazio” no que se refere aos esforços para dar legitimidade ao novo regime, criou-se através das classes dominantes no Brasil a imagem do “verdeamerelismo” (CHAUÍ, 2000, p. 34):

Nessa época, quando a classe dominante falava em “progresso” ou em “melhoramento”, pensava no avanço das atividades agrárias e extrativistas, sem competir com os países metropolitanos ou centrais, acreditando que o país melhoraria ou progrediria com a expansão de ramos determinados pela geografia e pela geologia, que levaram a uma especialização racional em que todas as atividades econômicas eram geradoras de lucro, utilidade e bem-estar. Donde a expressão ideológica dessa classe aparece no otimismo da exaltação da Natureza e do “tipo nacional” pacífico e ordeiro.

Na batalha dos símbolos, José Murilo de Carvalho (1990) argumenta que a luta pelo mito de origem, pela figura do herói, pela alegoria feminina, era parte importante na legitimação do regime republicano que se instalara, embora não houvesse ainda uma coesão no que decidia da representação simbólica oficial da República. Complementa o autor dizendo que:

No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos

¹¹⁹ Dentre as várias hipóteses a respeito da unidade nacional, Carvalho (1981, p. 20) foca sua análise na formação elite política, da qual: [...] a decisão de fazer a independência com monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, etc., foram opções políticas entre outras possíveis na época. Se em alguns pontos não havia muita liberdade de escolha, como na questão da escravidão ou do livre comércio, esses constrangimentos não determinavam os formatos políticos, nem garantiam o êxito ou fracasso na organização do poder, isto é, não havia nada de necessário em relação a várias decisões políticas importantes que foram tomadas, embora algumas pudessem ser mais prováveis do que outras. Sendo decisões políticas, escolhas entre alternativas, eles sugerem que se busque possível explicação no estudo daqueles que as tomaram, isto é, na elite política.

¹²⁰ Machado (1980) argumenta que a formação da consciência nacional (o instinto da nacionalidade, primeiramente) na Colônia não se vincula à constituição ou estratificação étnica das raças antípodas, mas aos eventos políticos, econômicos e militares.

da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular do novo regime, ganha à revelia da liderança republicana (CARVALHO, 1990, p. 109-110).

A bandeira imperial trazia em suas cores a união da Casa de Bragança (retângulo verde) com a Casa de Lorena-Habsburgo (losango amarelo) sobre a qual se colocava o brasão de armas do Império. Embora D. Pedro I já tivesse afirmado serem essas cores de “verde-primavera e amarelo-ouro”, apenas por um padrão técnico-estético, foi com a bandeira republicana e suas justificações¹²¹ em mascarar o valor cognitivo que o antigo símbolo possuía, que a idéia de sagração da natureza tornou-se mais evidente: o verde das matas, o amarelo do ouro, o azul do céu e o branco da paz. Conforme argumenta Chauí (2000, p. 62-63):

De fato, sabemos que, desde a Revolução Francesa, as bandeiras revolucionárias tendem a ser tricolores e são insígnias das lutas políticas por liberdade, igualdade e fraternidade. A bandeira brasileira é quadricolor e não exprime o político, não narra a história do país. É um símbolo da Natureza. É o Brasil-jardim, o Brasil-paraíso. Essa produção mítica do Brasil-jardim, ao nos lançar no seio da Natureza, lança-nos para fora do mundo da história [...].

No caso do hino nacional, a vitória foi popular, pois prevaleceu a música de Francisco Manuel da Silva, que desde 1831 se convertera no hino do Império, face às tentativas dos republicanos de oficializar uma nova canção. Após a adoção da letra, o ideal de natureza e a figura do herói ajudam a construir esse imaginário, conforme comenta Marilena Chauí (2000, p. 78-79):

O Brasil, achamento português, entra na história pela porta providencial, que tenderá a ser a visão da classe dominante, segundo a qual a nossa história já está escrita, faltando apenas o agente que deverá concretizá-la no tempo. É essa visão que se encontra na abertura do Hino Nacional, quando um sujeito oculto – ‘ouviram’ – é colocado como testemunha de ‘um brado retumbante’, proferido por um ‘povo heróico’, grito que, ‘no mesmo instante’, faz brilhar a liberdade ‘no céu da pátria’. Num só instante ou instantaneamente surge um povo heróico, significativamente figurado pelo herdeiro da Coroa portuguesa, que, por um ato soberano de vontade, cinde o tempo, funda a pátria e completa a história.

¹²¹ Na “Apreciação Filosófica – Significado da Bandeira Nacional”, de autoria de Raimundo Teixeira Mendes e publicado no Diário Oficial, no Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1889 assim aparecia: [...] o verde representa nossas matas, a eterna primavera brasileira, nossa agricultura, nossos campos e lavouras. O amarelo significa nossas riquezas minerais, representadas pelo ouro. O azul representa nosso céu, onde brilham as estrelas das constelações que formam a nossa Federação – é também onde resplandece o Cruzeiro do Sul, relembrando a cruz da Ordem de Cristo e os primeiros nomes de nossa terra: Ilha de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz. O branco significa o nosso desejo de paz que almejamos para toda a humanidade [...]. In: RODRIGUES, J. P. **Brasil: hinos & bandeiras nacionais & estaduais**. Porto Alegre: Editora Magister, 2001.

Chauí (2000) complementa que se o verdeamarelismo antes correspondia a auto-imagem celebrativa dos dominantes, agora ele opera como compreensão imaginária para a condição periférica e subordinada do país. No século XIX prevalecia o nativismo romântico, como uma exaltação da natureza; nas primeiras décadas do século XX ele se caracteriza pelo ufanismo patriótico, que no pós-modernismo (décadas de 1920-1930) volta seu discurso para “o povo brasileiro”. Nos anos 1950-1960, essa idéia em relação à natureza é vista como um atraso que se pretendia superar. Durante o Estado Novo (1937-1945) e no período da Ditadura Militar (1964-1984), enfatizaram-se nesse discurso questão da geopolítica do Brasil, com a vastidão do território a ocupar, as riquezas naturais a explorar e as qualidades pacíficas de seu povo, empreendedor e ordeiro, como os elementos para cumprir a sua destinação.¹²²

Nessa construção, conforme declara Ernest Gellner (2003), o nacionalismo não é o despertar da consciência das nações, “ele inventa nações onde elas não existem”. Hobsbawm (1990) mostra que nesse processo histórico, o Estado assume um estágio em que também acaba por fabricar nações, apoiando-se, além de sua própria rede institucional num primeiro momento, na proposta de Anderson (2005), do conceito antropológico da comunidade imaginada. Esse “imaginário” de natureza como condição anterior ao homem (o espaço geográfico a construir e explorar) e do dom instituído por ordem divina no discurso nacional brasileiro é provido por aquilo de Chauí (2000, p. 75) chama de a “sagração da história”:

Nosso passado assegura nosso futuro num *continuum* temporal que vai da origem ao porvir e se somos, como sempre dizemos, ‘Brasil, país do futuro’, é porque Deus nos ofereceu os signos para conhecermos nosso destino: o Cruzeiro do Sul, que nos protege e nos orienta, e a Natureza-Paraíso, mãe gentil.

Assim, o sujeito da ação torna-se triplo: Deus e natureza aliado ao agente de desenvolvimento, representado pelo Estado. Sendo Deus e a natureza noções anteriores ao povo e ao país nesse imaginário, o Estado passa ideologicamente a instituir a nação sob os signos que formam a base da ação criadora de Deus e da natureza.

¹²² Chauí (2000, p. 40) ressalta que a imagem verde-amarela permaneceu por dois motivos: em primeiro lugar, ela permitia enfatizar que o país possuía recursos próprios para o desenvolvimento e que a abundância de matéria prima e energia barata vinha justamente de sermos um país de riquezas naturais inesgotáveis; segundo, o mérito do desenvolvimentismo se encontrava na destinação do capital e trabalho para o mercado interno.

6 UMA ANÁLISE DOS SÍMBOLOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Depois de constituída as bases que começam com a origem e evolução dos símbolos nacionais como um capítulo recente dentro da história da humanidade, abordando seu desdobramento no Brasil desde os tempos da colonização até o período contemporâneo, procurou-se investigar como a formação territorial e como a constituição do imaginário de nação produziram um discurso histórico-geográfico em torno da sociedade e natureza no Brasil, seu ideal de unidade e sua justificação divina. Toda esta trama que vai se sobrepondo pode ser captada por um símbolo de forma seletiva no espaço-tempo e, ao se identificar o contexto em que ele foi criado, propicia-se um melhor entendimento de como os aspectos geográficos tornam-no um rico documento de análise das representações espaciais.

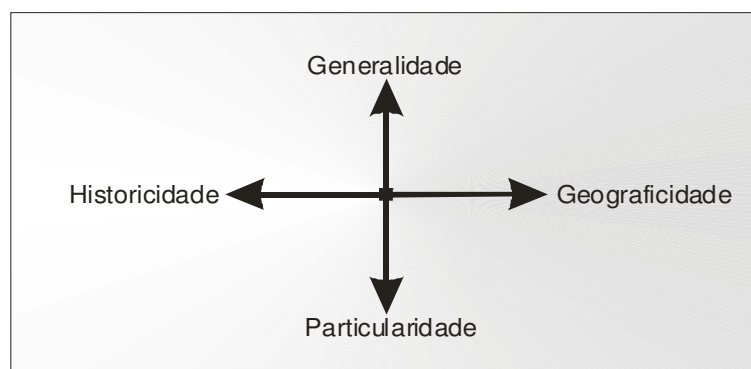
O presente capítulo assim procura interpretar as mensagens que os símbolos estaduais brasileiros projetam e reproduzem a respeito da espacialidade humana, analisando como se portam a expressão dessas configurações: a paisagem, a região, o território, o lugar, etc. Torna-se necessário então realizar uma divisão de acordo com a temática e o caráter geográfico contido no desenho e no discurso destes símbolos e seu desvendamento, pois, nesse contexto:

Ao geógrafo interessam aquelas [representações] nas quais o espaço e o tempo não sejam meros panos de fundo, necessários e insubstituíveis, mas parte integrante da trama, sem os quais esta não poderia ser construída, tomada inteligível e identificável [...] mas é parte da tarefa do geógrafo descobrir espacialidades e temporalidades em textos que aparentemente não abordam as dimensões espacial e temporal (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 8-9).

Para isso, uma divisão metodológica permitiria selecionar entre os símbolos das 27 unidades federativas, aqueles que possuem maior interesse ou grau de representação espacial, de forma a concentrar o foco de análise nos símbolos que mais exaltam essa configuração e poder assim realizar sua decodificação de forma a inferir sobre a origem e o contexto geográfico em que foram criados. Nesse processo, com um foco agora voltado dentro da *dimensão social*, além da dimensão técnica e legislativa, a seleção dos símbolos levou em conta o caráter histórico (historicidade) *versus* e o caráter geográfico (a geograficidade); ambos se complementam e se contrapõem com as escalas da “generalidade” e da

“particularidade” de suas representações. O mais importante dentro desse aspecto é o foco com que cada símbolo projeta sua mensagem (que na bandeira é o campo, no brasão o escudo e no hino a letra), determinando em que direção tenderá a seguir ou ser classificado nos referidos quadrantes.¹²³

Figura 20: Esquema do caráter histórico-geográfico na dimensão social dos símbolos



A segunda etapa desse processo tratou de agrupar os símbolos selecionados em subáreas específicas, que foram determinadas de forma a correlacionar o seu contexto com as categorias presentes no geográfico. Deve-se salientar que como a estrutura dos símbolos apresenta um aspecto geralmente multifacetado, com um conteúdo multidisciplinar no sentido do que representam, não será incomum que estas categorias de seleção deixem de ter relações umas com as outras.

Assim, esta divisão reporta-se aos temas relacionados à biogeografia e economia agrícola, na qual se complementam a fauna e flora nacional-regional com os principais produtos agrícolas representados nos símbolos destas unidades; na categoria que envolve as expressões cartográficas e paisagísticas, o foco é justamente como as bandeiras e brasões representam em sua estrutura gráfica as formas (carto)gráficas que envolvem o território e a paisagem. No subcapítulo

¹²³ Nesse contexto de análise, a bandeira da Paraíba, por seus aspectos históricos, ocuparia o quadrante do histórico-particular, pois foi concebida de um ato de cunho particular que foi o luto pelo assassinato de João Pessoa. No que se refere ao histórico-geral, as cores e a legenda da bandeira de Minas Gerais se encaixariam nesse contexto, pois estão associadas a um fato ocorrido de acordo com as influências do liberalismo, do qual o modelo do triângulo equilátero estava associado à equidade social, portanto mais geral do que um caso particular. No que se refere ao contexto geográfico em particular, a noção de lugar ou uma paisagem em recorte completaria esse exemplo, como no caso do brasão do Ceará, referindo-se à uma paisagem de Fortaleza ou mesmo o brasão de armas do Espírito Santo, reportando-se ao convento de Nossa Senhora da Penha na Baía de Vitória. Completa este esquema, a representação geográfica de caráter geral, na qual as estrelas numa bandeira ou brasão, por exemplo, representam os municípios de um determinado Estado, procurando perfazer a idéia de unidade simbólica e territorial, caso das bandeiras do Amazonas e Santa Catarina (1897-1953).

seguinte, se analisam também as noções de paisagem, mas de forma mais intensiva através da representação dos lugares, como um recurso toponímico e toponímico. As resistências regionais encontram-se presentes nos símbolos de caráter nacional, que preservam em sua representação traços das lutas pela autonomia provincial ou mesmo o ideal de separatismo durante o século XIX, mas que ainda hoje resistem na perspectiva simbólica, não se portando como símbolos estaduais de forma “clássica” ou integral; também se procura analisar os símbolos que extrapolam por sua semântica e sintaxe o discurso regional. Finalmente, ao se investigar os hinos estaduais na perspectiva de uma “narrativa do território”, procura-se inferir de que forma a sua construção poética enquanto discurso vai moldando e recriando o imaginário de unidade e exaltação destas unidades federativas através de referências no espaço-tempo que apresenta.

6.1 Biogeografia e economia agrícola

Sendo a geografia a ciência que estuda as interações, a organização e os processos de ordem espacial, a biogeografia como integrante da ciência geográfica procura os mesmos objetivos. Troppmair, citando Mueller (1976), complementa que a “biogeografia pesquisa as razões da distribuição dos organismos, das comunidades vivas (biocenoses) e dos ecossistemas nas paisagens, países e continentes do mundo. A estrutura, a função, a história e os fatos indicadores sobre espaços são o objeto dos estudos biogeográficos”.¹²⁴

Tendo a biogeografia uma preocupação em documentar e compreender os padrões espaciais da biodiversidade *per se*, através da fitogeografia e zoogeografia em diversas escalas, procura-se introduzir uma conexão com relação à perspectiva de sua representatividade, na qual estas espécies, muitas delas de ordem regional-nacional, aparecerão em um determinado símbolo estadual, eleitas por suas características e qualidades. Em contraste com a exaltação da natureza através das espécies naturais, está a agricultura como atividade humana em sua dimensão econômica, figurando como elementos significativos da riqueza agrícola praticada em uma determinada região. O complemento entre a exaltação das espécies

¹²⁴ Conforme ressalta Troppmair (2004), nota-se em todas as definições, que a biogeografia sempre está associada ao enfoque espacial, fato que a diferencia da biologia, da botânica, da zoologia e da ecologia.

naturais de ordem regional-nacional e a economia agrícola nos níveis de espaço-tempo em escala estadual permeia estas relações.

Serão evidenciados nesta análise os brasões de armas do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Mato Grosso do Sul como os que apresentam maior grau desta representatividade. No caso do Paraná, além da evolução histórico-heráldica, a análise também contemplará a sua bandeira estadual, pois nelas aparecem elementos-símbolos da flora local.

No que tange à biodiversidade das espécies vegetais, aparece como exemplo o brasão de armas do Piauí, criado pela lei n.º 1.050, de 24 de julho de 1922, durante o governo de João Luís Ferreira. Ele é composto de um escudo samnítico, cortado, contendo sobre um campo de ouro a representação, em verde, uma ao lado da outra de forma eqüidistante, das três palmeiras nativas do Piauí: a carnaúba (*Copernicia prunifera*) à destra, lembrando a fase nômade e pastoril de penetração pelos bandeirantes na região. Ao centro há o buriti (*Mauritia vinifera*), marcando a época subsequente de fixação e estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento do Estado e por fim o babaçu (*Orbignya phalerata*), à sinistra, assinalando a evolução econômica enquanto cultivo agrícola.¹²⁵

Delimitando o escudo e separando seus campos há um pequeno filete na cor vermelha. No campo inferior, tendo por base o campo de prata, estriados por faixas na cor azul, sobrepõem-se, dispostos em roquete, três peixes piaus,¹²⁶ em prata, representando os três principais rios do Estado: o Parnaíba, o Canindé e o Poti. As faixas azuis alternadas com o campo de prata, sendo sete ao total, correspondem aos principais afluentes da margem direita do rio Parnaíba. Embora não descritos na lei, um inventário mostra que estes os rios seriam, por importância e extensão: o Uruçuí-Açu ou Preto, o Prata, o Gurgueia, o Itaueira, o Longá, o Canindé e o Poti.

O escudo tem por timbre uma estrela de prata, simbolizando a aspiração ao progresso, bem como a estrela de Antares (Alfa de Escorpião), a simbolizar o Estado membro da Federação Brasileira. Há por suportes, um ramo de algodoeiro à destra e

¹²⁵ Conforme os comentários encontrados em Clóvis Ribeiro (1933) e do Governo do Piauí (2009) referente à justificativa da lei original de 1922. Disponível em: < <http://www.pi.gov.br/piaui.php?id=2> >.

¹²⁶ Quanto ao nome “Piauí”, este deriva do tupi *pi’awa* ou *pi’ra’awa*, que significa, por sua vez, “piáu” ou “peixe grande”, (GIRARDI, 2007) com a junção do adjetivo *i* (rio), que na grafia antiga se apresentava como “Piauhy”. Portanto, o topônimo designa “o rio das piabas ou dos piaus”, devido à abundância desses tipos de peixes em suas águas quando os primeiros colonizadores desbravaram a região.

um feixe de cana-de-açúcar à sinistra, ambos floridos e ao natural, representando os principais produtos agrícolas do Piauí na época em que o brasão foi adotado.

Abaixo do escudo, há uma faixa em azul cobalto, onde se lê com letras de ouro o mote, em latim: *IMPAVIDUM FERIENT RUINAE* (Suas ruínas feri-lo-iam sem assustá-lo) pertencente à legenda do Estado, que foi derivada de uma ode do poeta romano Horácio.¹²⁷ Abaixo desta frase, aparece a data de “24 de janeiro de 1823”, que foi quando o Piauí declarou sua independência para se unir ao Brasil. Circunda a estrela de prata, usada como timbre, a legenda: “ESTADO DO PIAUÍ”.

A diversidade da flora presente no Estado do Piauí revela o contraste biogeográfico de seu território, no qual ocorre uma zona de contato entre as florestas subcaducifólias da Amazônia no trecho ocidental, cujo babaçu se caracteriza enquanto palmeira típica; o buriti por sua vez está associado ao domínio dos cerrados ao sul e a oeste do rio Uruçuí-Preto, da mesma forma que aparece a carnaúba (IBGE, 1977b). Os carnaubais formam florestas que tem predominância nas planícies aluviais dos principais rios do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia, cumprindo importantes funções para a manutenção do equilíbrio ecológico da região, como a conservação dos solos, fauna, cursos d'água e mananciais hídricos (CEARÁ, 2008).

No caso do brasão de armas do Rio Grande do Norte,¹²⁸ que tem sua origem no decreto-lei n.º 201, de 1º de julho de 1909, as espécies vegetais figuram como ornamento exterior. Trata-se de um escudo disposto em campo aberto, cujo plano inferior, chamado de campanha, tem a representação do mar, onde navega uma jangada com sua vela enfunada ao vento, representando a indústria do sal e a atividade tradicional da pesca, sob um céu matutino. No terço superior, em chefe, em campo de prata, figuram ao centro dois capuchos de algodão – produto de importância na economia agrícola do Estado na época em que este símbolo foi criado – que estão ladeados à esquerda e à direita por duas flores de algodoeiro; ambos estão dispostos em suas cores naturais.

¹²⁷ A legenda completa em latim é a seguinte: *Justum et tenacem propositi virum / Non ardor civium prava jubentium, / Nec vultus instantis tyranni / Mente quatit solida neque Auster, / Dux inquieti turbidus Hadriae, / Nec fulminantis magna manus Jovis; / Si fractus illabatur orbis, / Impavidum ferient ruinae.* (Ao varão justo e firme em seus propósitos / não abala em sua decisão sólida nem a paixão dos cidadãos a exigir coisas injustas, / nem as insistentes ameaças de tirano, / nem o [vento] Austro, / dono turbulento do inquieto Adriático, / nem a poderosa mão de Júpiter fulminante. / Se o mundo despedaçado se desmoronasse, / **suas ruínas feri-lo-iam sem assustá-lo**) [grifo nosso].

¹²⁸ Sancionado pelo governador Alberto Maranhão, sua autoria deve-se ao escultor Corbiniano Vilaça.

Por suportes, ladeiam o escudo, à sua altura, um coqueiro (*Cocos nucifera*), à destra, e uma carnaubeira (*Copernicia prunifera*), à sinistra, tendo os troncos ligados por dois feixes de cana-de-açúcar que estão atados por um laço nas cores nacionais, em verde e amarelo. Tanto os móveis do escudo (as flores no chefe) quando os suportes, nas suas cores naturais, representam a flora típica do Rio Grande do Norte conforme a descrição legal.¹²⁹ Por timbre, há sobre o escudo uma estrela de prata, chamada de “Lambda” e pertencente à constelação de Escorpião, que simboliza o Estado como membro da Federação Brasileira.¹³⁰

Neste caso, aparecem duas espécies que realizam por seu simbolismo a contraposição e complementação entre a flora típica do litoral e interior do Estado. O coco como representante da vegetação litorânea entre as dunas que formam a costa potiguar versus a carnaúba, que além de figurar nas áreas e brejos úmidos da floresta caducifólia não espinhosa (IBGE, 1977b), região esta correspondente ao agreste, passaria a ser produto de exploração econômica desde o início do século XIX (ALVES FILHO, 2000). A representação da cana-de-açúcar revela a atividade econômica de caráter complementar nesse período, assim como o algodão, que se tornou desde meados do século XIX importante incremento da economia do Rio Grande do Norte.¹³¹

O contraste entre o interior e o litoral também figura no brasão de armas do Estado da Paraíba, quando o então governador Walfredo dos Santos Leal, sancionou a lei n.º 266, de 21 de setembro de 1907, que adotava o símbolo que deveria ser usado nos papéis e documentos do Estado.¹³²

¹²⁹ Durante o governo de Dinarte de Medeiros Mariz, a flor do algodoeiro foi instituída pela lei n.º 2.160, de 3 de dezembro de 1957, como o emblema floral do Estado.

¹³⁰ A bandeira do Estado do Rio Grande do Norte – instituída pela lei n.º 2.160, de 3 de dezembro de 1957 – compõe-se de um campo retangular bicolor, cortado por uma faixa verde superior e outra branca inferior, onde ao centro, assenta-se um escudo samnítico em amarelo-ouro, cor simbólica da riqueza, da luz do sol, da energia e do valor, que serve de fundo onde está posto, em abismo, o brasão de armas do Estado, cujo desenho é idêntico ao modelo instituído originalmente em 1909.

¹³¹ Seja como for, a cultura algodoeira, em franca expansão desde o início do século XIX, assim como a extração de sal, finalmente liberada por decreto de 1808, iriam contribuir para a retomada da economia do Rio Grande do Norte. Aliás, desde as secas de 1845 e, sobretudo, aquelas de 1877 e 1880, que os setores dominantes locais optam por um maior apoio ao cultivo do algodão (uma planta nativa, do conhecimento dos índios) e da cana-de-açúcar. Porém, essa reciclagem não era aparentemente isenta de marchas e contramarchas: a produção açucareira, por exemplo, seria fortemente atingida pelo processo que iria conduzir à abolição do trabalho escravo. Em um primeiro momento, a industrialização parecia que iria se beneficiar com o desmoronamento da velha ordem. Afinal, no mesmo ano de 1888, seria inaugurada a primeira fábrica têxtil da província [...] (ALVES FILHO, 2000, p. 175).

¹³² Embora tenham sido criadas em 1907, as armas do Estado da Paraíba só foram utilizadas a partir de 1925, no governo de João Suassuna, devido às dificuldades e à falta de tecnologia gráfica para a

Ele compõe-se de um escudo, com três ângulos na parte superior e um, ligeiramente arredondado na parte inferior, bordado de azul, em que se inserem dezesseis estrelas de prata, sendo quinze delas cercando o escudo e uma, representando a capital, por timbre, ao alto, com um barrete frígio ao centro, que aludem às comarcas da Paraíba¹³³ na época em que foi adotado o símbolo. O barrete frígio simboliza os regimes republicanos e representa o ideal de liberdade.

Ocupam o fundo do escudo, duas paisagens representativas do Estado, uma delas é simbolizada pelo sol nascente, aludindo ao trecho que corresponde ao litoral paraibano, além do horizonte avistado; a outra, reportando-se ao interior, mostra um campo de criação, onde um rebanho bovino pasta, acompanhado de um “pegureiro”, assim chamado o típico pastor que guarda o gado, com sua indumentária própria para enfrentar o árduo trabalho.

Ladeiam o escudo, como principais culturas agrícolas da Paraíba na época, à destra, uma haste de cana-de-açúcar empenhada (com flor), representando o cultivo tradicional nas áreas úmidas e nas encostas baixas na região da Zona da Mata, e um ramo de algodão encapuchado à sinistra, do tipo arbóreo, cultivado nas áreas do sertão e semi-árido, na região da floresta caducifólia não espinhosa; ambos estão dispostos em suas cores naturais e com seus galhos entrecruzados, atados por um laço na cor vermelha que também amarra um listel de cor azul com a data “5 DE AGOSTO DE 1585”.¹³⁴

Observa-se que o brasão apresenta em sua figura central a representação do interior da Paraíba no início do século XX, com os aspectos da atividade tradicional da criação de gado face à economia açucareira que dominou seu litoral durante os quatro séculos anteriores; dentre os brasões dos Estados nordestinos com expressivo litoral, este é o único que se reporta à representação do interior como

sua confecção. O desenho original do brasão é de autoria do pintor professor paraibano de desenho, Genésio de Andrade, natural do município de Mamanguape.

¹³³ A Paraíba, nessa época, tinha 88 distritos de paz, 20 “termos” (um subdivisão da comarca, sob a jurisdição de um juiz), 16 comarcas, e formava um só distrito para o Superior Tribunal de Justiça, que tinha sua sede na Capital e compunha-se de seis membros, um dos quais servia de Procurador Geral. As comarcas representadas no brasão de armas pelas estrelas de prata eram as seguintes: a capital João Pessoa por estrela do timbre; Itabaiana; Guarabira; Mamanguape; Areia; Alagoa Grande; Bananeiras; Campina Grande; São João do Cariri; Alagoa do Monteiro; Picuí; Patos; Piancó; Souza; Pombal e Cajazeiras (VARANDAS, 2008).

¹³⁴ Esta data refere-se à fundação, às margens do rio Sanhauá, um afluente do rio Paraíba, da capitania e de sua capital, cujo primeiro nome foi Filipéia de Nossa Senhora das Neves, por ter sido fundada em seu dia santo.

figura ou paisagem principal, embora o sol procure recordar uma região litorânea não perceptível.¹³⁵

De fato, na constituição da economia açucareira no Nordeste, assentada nas áreas úmidas da chamada “Zona da Mata”, que desde o século XVI criou por reflexo a expansão da atividade criatória na formação do “complexo econômico nordestino” (FURTADO, 2005),¹³⁶ relegou desde os primeiros tempos da colônia a criação de gado aos setores afastados e impróprios para a agricultura,¹³⁷ onde “toda esta vasta área que compreende mais de um milhão de quilômetros quadrados, se destinou quase exclusivamente à criação de gado vacum para o abastecimento da densa população da zona agrícola que se estende ao longo do litoral, desde a Paraíba até a Bahia [...]” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 188).

Em contraste com a relevância das espécies vegetais e das atividades agropastoris, aparece o brasão de armas de Mato Grosso do Sul, adotado pelo decreto estadual n.º 2, de 1º de janeiro de 1979. Ele é composto de um escudo português, onde se apresenta, partido em chefe, um campo azul com uma estrela de ouro, representando o céu sul-mato-grossense onde agora brilha a estrela de mais um membro da Federação. A cor dourada relembra ainda, o futuro promissor e fecundo do Estado, bem como as suas riquezas minerais.

Sob o chefe, há por base um campo verde (representando a planície do Pantanal), onde aparece a figura de uma onça pintada (*Panthera onca*) passante, estilizada na cor dourada e semeada com suas pintas negras características, como

¹³⁵ Talvez, pela estrutura do brasão que originalmente foi feita sem cores, é arriscado levantar qual a proposta original do autor, mas pelo presente, nota-se que a vegetação da “caatinga verde” retrataria um período de maior umidade, talvez por querer este símbolo “mascarar” a questão do flagelo e da pobreza a que a imagem da “caatinga seca” estaria associada. Relembra Alves Filho (2000) que o conflito na região esteve associado à ocorrência de grandes secas, assolando, sobretudo, a região sertaneja. Quanto ao sistema agrário, comenta o autor (2000, p. 129) que: na verdade o sistema agrário permanece o mesmo, e grande dose da renda geral da Paraíba advém, ainda, da exportação de açúcar e do algodão, como no princípio do século XIX. Ora, essa base agrária era tecnicamente das mais atrasadas do Brasil [...].

¹³⁶ Sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela. A etapa de rápida expansão da produção de açúcar, que vai até a metade do século XVII, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões. [...] A expansão pecuária consiste simplesmente no aumento dos rebanhos e da incorporação – em escala reduzida – de mão de obra (FURTADO, 2005, p. 65).

¹³⁷ Caio Prado Júnior (2008, p. 188) assinala dentre os fatores naturais de aproveitamento do sertão nordestino para a atividade criatória, estava “a vegetação pouco densa da caatinga, o que permite o estabelecimento do Homem, sem trabalho preliminar de algum desbastamento; o relevo úmido que se estende por largas chapadas; a presença freqüente de afloramentos salinos que fornecem ao gado os chamados “lambedouros”, onde ele se satisfaz desse alimento indispensável”.

representação legítima da fauna de Mato Grosso do Sul;¹³⁸ esta é também por seu simbolismo na heráldica, representação da solidez, firmeza, segurança, audácia e bravura.

O escudo é composto, ainda, de uma bordadura em azul, separado por filetes de prata e coberto com cinqüenta e cinco estrelas de mesmo metal, representando os municípios que fizeram parte do novo Estado em 1º de janeiro de 1979, quando de sua separação do território de Mato Grosso. Por suportes, há um ramo de café frutificado à direita do escudo e à esquerda figura um ramo de erva-mate, em flor, destacando-se como as duas culturas significativas na história e na economia agrícola do Estado, a primeira ligada ao avanço da zona cafeicultora do vizinho Estado de São Paulo já em pleno século XX e a segunda relembrando a extração vegetal dos ervais que cobriam o sul de Mato Grosso do Sul, na região da “Mata de Dourados” (IBGE, 1977d), como principal atividade¹³⁹ depois da pecuária.

Por timbre, figura ao fundo um sol nascente de ouro, com seus raios bipartidos, representando a fama, a glória, a liberdade e o porvir. Abaixo do escudo, está posta uma faixa azul, onde se lê, em letras de prata: “11-10-1977” – data da lei complementar n.º 31, que criou o Estado de “MATO GROSSO DO SUL”, cujo nome está escrito nas dobras inferiores da fita.

Embora houvesse projetos anteriores para a criação de um brasão para o Estado do Paraná desde a sua autonomia em 1853 (STRAUBE, 1987, 2002), o primeiro modelo adotado (1902-1905) era muito parecido com o brasão da República brasileira. Ele era composto de um escudo redondo, filetado de ouro, na qual figuravam vinte e uma estrelas de prata sobre uma bordadura azul. Ao centro havia a representação cartográfica do Estado do Paraná, com destaque para o relevo (STRAUBE, 1987, 2002).

O escudo estava assentado sobre uma estrela de cinco pontas, partida e gironada nas cores verde e amarela e filetada de vermelho, na qual se colocava, em brocante, a figura de uma espada de prata, com punho em azul, revestido de vermelho, com uma estrela e filete de ouro.

¹³⁸ Conforme a descrição feita pela ementa do Decreto de nº. 2, de 1º de Janeiro de 1979. Disponível em: < <http://www.ms.gov.br> >. A mesma justificativa aparece no livro comemorativo dos 30 anos em comemoração da lei que instituiu o Estado de Mato Grosso do Sul.

¹³⁹ Conforme o anuário estatístico do IBGE de 1972, o período de 1956-1972 mostra que o Estado de Mato Grosso [do Sul] ocupava o quarto lugar na produção de erva-mate do Brasil, atrás apenas dos três Estados da Região Sul, embora as exportações de erva-mate do Brasil no período de 1920-1972 já tivessem caído vertiginosamente por conta do aumento da produção nos países vizinhos; a crise só veio a se dissipar na década de 1970 devido ao aumento do mercado interno (IBGE, 1977e).

Figura 21: Brasões de armas – biogeografia e economia agrícola.



Brasão do Piauí (1922)



Buriti



Babaçu



Brasão do Rio Grande do Norte (1909)



Carnaúba



Coqueiro



Brasão da Paraíba (1907)



Brasão de Mato Grosso do Sul (1979)

Ladeavam o escudo um ramo de café, à destra e um ramo de fumo à sinistra. A estrela assentava-se sobre um sol de ouro e abaixo deste, havia um listel em azul onde se escrevia com letras em ouro: ESTADO DO PARANÁ e a data de sua emancipação “19 DE DEZEMBRO DE 1853”.¹⁴⁰

A lei n.º 592, de 24 de março de 1905¹⁴¹ alterou as cores do brasão, que durou até 1910, mantendo-se o desenho original com a silhueta geográfica do Estado ao centro do escudo redondo, com a bordadura semeada de estrelas entre os filetes de mesmo metal e um dos flancos da estrela, partido em verde, e o restante em prata, tendo a espada e o listel usado do mesmo padrão como esmalte. Também os raios celestes foram mudados para o metal prata e os ramos de café e fumo que ladeavam o escudo foram substituídos por uma grinalda de dois ramos de araucária, à destra, e de erva-mate, à sinistra, valorizando a flora típica da região.

Significativamente foi o desenho do terceiro brasão de armas do Paraná, instituído pela lei n.º 904, de 21 de março de 1910, idealizado pelo pintor de origem norueguesa Alfredo Emílio Andersen e promulgado pelo então governador Francisco Xavier da Silva, na qual apresentava o modelo que seria o precursor para a idealização do atual brasão de armas do Estado.

Compunha-se de um escudo filetado de prata, onde se observava, em primeiro plano, a figura de um trabalhador, ao natural e com indumentária típica do homem do campo, ceifando um campo farto (de trigo), representando o caráter agrícola e econômico do Paraná. Ao fundo se via, entre os campos, uma orla de pinhais (araucárias), representando a vegetação natural, limitada pela cordilheira marítima (Serra do Mar), com um sol nascente sobre o céu azul; a figura celeste aludia ao futuro promissor do Estado.

Por timbre, havia um falcão paranaense, também chamado de gavião de penacho (*Spizaetus ornatus*), pairando sobre o topo do escudo, ao natural e de asas abertas, simbolizando a avifauna local e a manutenção da liberdade conquistada.¹⁴²

¹⁴⁰ O brasão foi adotado através do decreto-lei n.º 456 de 29 de março de 1902, no governo de Francisco Xavier da Silva.

¹⁴¹ Em uma sessão ordinária de 19 de março de 1905, o deputado estadual Alfredo Romário Martins apresentou um questionamento ao legislativo quanto às cores do brasão, adotado três anos antes. Ele enfatizava que o brasão, assim como a bandeira deveriam ser modificados, já que o primeiro símbolo deveria usar as mesmas cores da bandeira estadual.

¹⁴² Straube (2002, p. 92-93) citando o projeto de lei n.º 26, datado de 4 de março de 1910 deputado Alfredo Romário Martins, justifica a escolha desta espécie “[...] O tipo escolhido foi exatamente esse que se representa no escudo que é o que no interior do nosso Estado é conhecido por gavião de penacho, águia brasileira, natural do Paraná. [...] O que domina no nosso escudo de armas é o *Spizaetus ornatus*, assim descrito [...] o alto da cabeça é negro, as costas e as asas brunas, com

Ladeavam o escudo, uma grinalda de pinho, à esquerda do observador e outra de erva-mate, à direita, que traduziam as riquezas econômicas e naturais do Paraná. Havia, finalmente, uma faixa toda em prata, onde se escrevia ao centro “ESTADO DO PARANÁ”, tendo ao lado das pontas bipartidas a inscrição “19 DE DEZEMBRO DE 1853”, data, como já mencionada, que o Estado conquistara autonomia.

O quarto brasão de armas do Estado (1947), assim como a bandeira, também seriam alterados com a promulgação da lei complementar n.º 52, de 24 de setembro de 1990. No caso das armas, foi mantido o escudo português do brasão em suas proporções originais e o campo em vermelho converteu-se em verde (sinopla), que é uma das cores oficiais do Estado. O trabalhador que figurava ao centro, todo em prata, voltado para a destra e segurando um alfanje, foi substituído por um semeador, de mesmo esmalte e com as mesmas características.

Foi mantida a cor azul em chefe do escudo e o sol nascente foi deslocado para a destra, do qual apresenta, na heráldica, a feição humana; por ser nascente, aparecem apenas os olhos e nove dos dezoito raios retilíneos e flamejantes alternados (STRAUBE, 2002). Os três morros de prata foram substituídos pelo perfil geográfico do Estado, à sinistra, cujo desenho topográfico se baseou nos estudos feitos por Reinhard Maack e João José Bigarella sobre o relevo paranaense.¹⁴³ Com relação aos morros de prata, ele começa desde o nível do mar, passando pelos três planaltos (o Oriental de Curitiba, o Central de Campos Gerais e o Ocidental de Guarapuava) e atingindo a calha do rio Paraná conforme a descrição topográfica.

O gavião real ou harpia se apresentava de asas estendidas, pousado sobre o escudo, agora com a cabeça para frente ligeiramente voltada para a direita do mesmo. O ramo de erva-mate foi ajustado à realidade botânica, com as folhas dispostas alternadamente e os frutos na cor marrom-escuros, quase pretos. O ramo de araucária também recebeu o mesmo tratamento gráfico, apresentando as acículas dispostas continuamente de um ramo jovem, e não mais em pequenos grupos como estava representado anteriormente. Este brasão e a bandeira foram

grandes malhas pretas. A nuca é bruno-vermelha: é preta uma tira que saindo do canto da boca, vai ao longo da garganta branca até abaixo dos olhos; o meio do peito e a rabadilha muito brancos, a barriga e os calções pretos, listrados transversalmente de branco”.

¹⁴³ Conforme comenta o IBGE (1977e, p. 28) “A partir de 1960, ganharam importância para a compreensão do modelado [do relevo paranaense] as pesquisas desenvolvidas por Bigarella e outros, publicadas pela Universidade do Paraná”. Entre os estudos geológicos, contam-se os de Maack (1947) voltados para a geologia regional. Entre os estudos geomorfológicos destacam-se os de Bigarella (1946, 1947) e Maack (1950).

substituídos pelo decreto-lei n.º 5.713, de 27 de maio de 2002, voltando a vigorarem como os símbolos oficiais do Paraná aqueles adotados em 1947.

Finalmente, o atual brasão de armas do Estado do Paraná, voltou a ser aquele estabelecido pelo decreto-lei n.º 2.457, de 31 de março de 1947. No campo cortado de goles, que tem por base o escudo em estilo português, encontra-se a figura, toda em prata, de um lavrador que segura um alfanje, em atitude de trabalho, voltado para a destra, que representa a destinação agrícola do Estado. A roupagem que o cobre (calça, sapatos e chapéu) é o tipo de vestimenta do homem do campo e o alfanje simboliza o trabalho frutífero e as colheitas (STRAUBE, 1987; 2002). A cor vermelha indica a terra, tanto no ato de ser cultivada, como também o valor e a nobreza dos solos paranaenses, no qual os solos oriundos da decomposição dos derrames basálticos do terceiro planalto paranaense conferem o melhor exemplo da denominada “terra roxa” para a região.

No terço superior do escudo, chamado de chefe, em azul, encontra-se o sol nascente em amarelo ouro com nove raios, (à direita do observador), sendo este, por seu incessante brilho, o símbolo da glória, da fama e de um futuro promissor. Os três montes revestidos de prata à destra representam, por sua ordem decrescente, o relevo paranaense no sentido de Leste para Oeste com seus devidos planaltos: o Oriental ou de Curitiba, o Central ou dos Campos Gerais e o Ocidental ou de Guarapuava, cujas altitudes estão próximas a 900, 1.215 e 1.365 metros respectivamente, conforme assinala Straube (1987; 2002). Complementa esta informação Ab’Sáber (2003, p. 19) ao dizer que “trata-se de planaltos de altitude média, variando entre 800 e 1300 m, revestidos por bosques de araucárias de diferentes densidades e extensões [...]”.

Por timbre, pousado sobre o escudo, encontra-se um gavião real, também chamado de harpia, nhapecani ou uiraçu (*Harpia harpyja*), todo de prata e de asas abertas – maior ave brasileira e cujo habitat preferencial são as florestas tropicais, entre elas, as matas Atlânticas onde sua presença era notada.¹⁴⁴ Assinala Straube (2002) que era este o totem dos índios guaranis, pois sua presença nas aldeias propiciava sorte às tribos. Ladeiam o escudo um ramo de erva mate (*Ilex*

¹⁴⁴ A gralha azul (*Cyanocorax caeruleus*) é a ave-símbolo do Paraná, conforme a lei estadual n.º 7.957, de 12 de novembro de 1984. Essa ave passeriforme tem como principal alimento no inverno o pinhão, que é a semente da araucária; ao enterrar a semente nos campos como forma de estocar alimento, ela contribui para a perpetuação desta espécie, pois muitas delas germinam e se tornam novas árvores. Na época que Alfredo Andersen elaborou o brasão do Estado (1910), resolveu colocar por timbre uma ave nobre usada na heráldica, que neste caso foi o gavião real.

paraguariensis), à destra, e um ramo de araucária, pinho ou pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) à sinistra; ambos estão ao natural e são indicativos da flora característica do Estado e das riquezas naturais do Paraná.

No quesito econômico, a Região Sul foi, desde a Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1950, a principal Região de extrativismo vegetal do Brasil (IBGE, 1977e), em especial o Paraná, não tanto por causa da variedade de produtos, mas especialmente pelo valor alcançado pela exploração das araucárias e em particular do mate. Embora houvesse outras formações florestais expressivas nas outras Regiões brasileiras, pode-se dizer que:

[a mata de araucária] era a mais homogênea, portanto mais fácil de explorar economicamente, além disso, de madeira branca, apropriada para as construções civis e de crescimento mais rápido que as espécies de madeiras-de-lei. Condições ecológicas locais determinaram concentrações naturais de araucária e de erveiras em determinados lugares do Planalto Meridional. A exploração dos ervais nativos, foi estimulada, desde o século passado, pelas elevadas importações de mate pelo Rio da Prata, em particular pela Argentina (IBGE, 1977e, p. 338).¹⁴⁵

De fato, estes elementos típicos da flora e da economia sempre figuraram na bandeira do Estado do Paraná, criada pela primeira vez em 1892.¹⁴⁶ Ela consistia de um retângulo verde cortado transversalmente por uma longa faixa branca, disposta em barra e formando um paralelogramo, tendo ao centro uma esfera azul, contendo na zona equatorial e em sentido oblíquo, na ordem decrescente da esquerda para a direita formada por duas linhas, tendo escrita em letras brancas a legenda “ORDEM E PROGRESSO”. Sobre estas, cai uma linha perpendicular de mesma cor, representando o Zodíaco na esfera, cujo plano esquerdo superior (do observador) é colocado um barrete frígio na cor vermelha, este um símbolo republicano. No hemisfério inferior ao ângulo esquerdo é colocada em branco uma das estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul e no direito as quatro restantes na referida constelação. Circundando a esfera, havia um ramo de araucária à sinistra e outro de

¹⁴⁵ Comenta Celso Furtado (2005, p. 150) que: Na região paranaense, por exemplo, a grande expansão da produção da erva-mate para exportação trouxe um duplo benefício à economia de subsistência, em grande parte constituída de populações transplantadas da Europa, no quadro dos planos nacionais e provinciais da imigração subsidiada. Os colonos que se encontravam mais no interior puderam dividir seu tempo entre a agricultura de subsistência e a extração de folhas de erva-mate, aumentando substancialmente sua renda.

¹⁴⁶ Aprovada através do decreto n.º 8, de 9 de janeiro de 1892, cuja autoria do desenho é de Manoel Corrêa de Freitas, que o apresentou à Assembléia Legislativa do Estado, em 3 de julho de 1891.

erva-mate, à destra, ambos em suas cores naturais e entrecruzados na base de suas hastes.

Ela passou por novas modificações em 1905,¹⁴⁷ cujo desenho perdurou até 1923, quando foi abolida por lei.¹⁴⁸ Esta bandeira apresentava um campo verde, cotada transversalmente por uma faixa, do alto para baixo, agora disposta em arco.¹⁴⁹ Reformulada pelo decreto n.º 2.457, de 31 de março de 1947, ela seria novamente alterada quarenta e três anos depois, em 24 de setembro de 1990.¹⁵⁰ Esta bandeira durou até 27 de maio de 2002, quando o decreto-lei n.º 5.713, do governador Jaime Lerner, restaurou o desenho da bandeira criado no ano de 1947.

Assim, o atual pavilhão paranaense compõe-se de um quadrilátero verde que, desde o primeiro modelo, representa as matas do Estado.¹⁵¹ Ele está atravessado por uma faixa branca, disposta em banda, que contém ao centro a representação da esfera celeste, em azul, com as cinco estrelas brancas que compõem constelação do Cruzeiro do Sul na posição celeste em que se encontravam quando criada a província do Paraná, em 19 de dezembro em 1853. Abaixo da estrela superior do Cruzeiro, a esfera é atravessada por uma faixa branca, onde está escrita a legenda “PARANÁ”, em verde. Durante todo o período, permaneceram os ramos de araucária e de erva-mate, ora ao natural, ora estilizados e na cor verde, mas sempre como indicativo das riquezas naturais do Estado e de sua flora característica.

¹⁴⁷ A segunda bandeira do Paraná (1905-1923) resultou da modificação proposta através da lei n.º 592, de 24 de março de 1905, idealizada pelo deputado Alfredo Romário Martins.

¹⁴⁸ Ela deixou de tremular após a promulgação da lei n.º 2.182, de 15 de março de 1923. A bandeira foi restabelecida, assim como os demais símbolos, em março de 1947.

¹⁴⁹ O centro ficou ocupado pela esfera azul, onde foram retiradas a linha zodiacal e o barrete frígio do topo, permanecendo as estrelas do Cruzeiro do Sul que foram rearranjadas. A esfera ganhou uma faixa na cor branca, que acompanhava a linha do arco, onde se escrevia com letras verdes o nome do Estado: “PARANÁ”. Foram mantidos os ramos de pinho e mate conforme constavam na primeira bandeira, mas agora estilizados em verde.

¹⁵⁰ A bandeira do Paraná continuou alvo de debates durante as décadas seguintes a seu restabelecimento (1947), formando-se uma comissão para a análise do símbolo em 1981. Sete anos depois, o trabalho do professor Ernani Costa Straube sobre os símbolos do Estado (1987) possibilitou a criação de outra comissão para estudar a bandeira, criada em 1988. Durante dois anos, a comissão (composta por paranaenses de diversas áreas) indicou as distorções sofridas pelos símbolos, apresentando uma proposta de legislação atualizada e explicativa, orientando o uso, respeito e civilidade à bandeira. Quarenta e três anos depois, a bandeira do Paraná sofreria novas alterações pela lei complementar n.º 52, de 24 de setembro de 1990, sancionada em solenidade no Palácio Iguaçu pelo governador Álvaro Dias. No ato solene foi apresentada a nova bandeira do Estado, cuja faixa voltou a estar disposta em paralelogramo, com a remoção da faixa branca na esfera azul com o nome “Paraná” e a adequação da representação dos ramos de erva-mate e araucária, assim como havia sido feito no brasão de armas.

¹⁵¹ Além das matas de araucárias, poder-se-ia incluir genericamente neste caso, a floresta subcaducifólia tropical (mata atlântica) na região litorânea e a floresta subcaducifólia subtropical ocupando os planaltos do interior até as calhas limites dos rios Paranapanema e Paraná; há também o predomínio de manchas de cerrado conforme a classificação apresentada pelo IBGE (1977e).

Figura 22: Bandeiras e Brasões do Estado do Paraná.



Primeira Bandeira (1892-1905)



Segunda Bandeira (1905-1923)



Quarta Bandeira (1990-2002)



Bandeira atual (1947-1990/2002)



Primeiro Brasão (1902-1905)



Segundo Brasão (1905-1910)

Figura 22: Bandeiras e Brasões do Estado do Paraná (continuação).



Terceiro Brasão (1910-1947)



Quinto Brasão (1990-2002)



Brasão atual (1947-1990/2002)



Acículas da Araucária (alto à esquerda), folhas de erva-mate (alto à direita) e o Gavião Real (*Harpia harpyja*) na fotografia abaixo.

6.2 Expressões cartográficas e paisagísticas

Contemplando as diferentes dimensões de ordem geográfica, as referências espaciais aparecem através dos mapas, cuja representação é dada como uma parte ou dimensão da realidade observada.¹⁵² Essa representação, da mesma forma que é analítica e instrumental, também porta-se como simbólica e cultural, através das diversas escalas que a compõem, como uma fração da superfície representada e do tamanho ou escala do espaço a ser considerado. Isso adquire importância ao se ressaltar no desenho gráfico das bandeiras e brasões elementos que muitas vezes não se fazem parte de uma realidade física perceptível pela escala real, mas por uma escala de ordem simbólica, que os coloca de forma imaginativa como algo perceptível e representável nesse sentido.

No que compete à questão da escala, como um dos elementos importantes na representação cartográfica, e avançando além desta, como uma medida que confere visibilidade a um fenômeno, ressalta Iná Elias de Castro (1995, p. 133-136) que:

As diversas escalas supõem, portanto, campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto, mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação [...] A escala é, portanto, o artifício analítico da visibilidade do real. [...] a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida; é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.

No que compete aos mapas, Almeida (2003, p. 13) salienta que a “elaboração dos mapas não é determinada apenas pela técnica; os mapas expressam idéias sobre o mundo, criadas por diversas culturas em épocas diferentes”. A cartografia assim não trata apenas da representação precisa dos mapas, mas expressa a cultura de uma sociedade em determinado período histórico, produzindo uma visão de mundo a respeito dos dados mapeados. Da mesma forma, as bandeiras e

¹⁵² Portar-se-ia o mapa então como um “quadro arbitrário de escolhas dos objetos e fenômenos que desejamos colocar em relação. Desse modo, a carta é um meio gráfico usado como instrumento de demonstração” (GOMES, P. C. C., 2001, p. 103-104).

brasões, por sua estrutura semântica e sintática, procuram expressar essas relações, tanto pelos desenhos, faixas, divisões, peças e cores¹⁵³ que carregam.

Assim, enquadram-se nesta categoria de análise, os brasões de armas do Amazonas, Amapá, Goiás, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal (Brasília). Com relação às bandeiras, estas expressões estão presentes nos pavilhões estaduais do Amazonas, Santa Catarina (1895-1953), Amapá, Tocantins, Roraima, Rondônia, Sergipe e Distrito Federal (Brasília), na qual se procura investigar e estabelecer conexões de como estas formas de representação gráfica no plano simbólico se ajustam à realidade e às expressões de ordem cartográfica, espacial e paisagística.

O primeiro exemplo dessa relação aparece no brasão de armas do Amazonas, instituído pelo decreto n.º 204, de 24 de novembro de 1897, firmado pelo então governador do Estado, coronel José Cardoso Ramalho Júnior.¹⁵⁴ Pode-se descrevê-lo da seguinte maneira: em sua elipse, posta no centro do escudo, aparece uma faixa em amarelo-ouro que o divide em três campos, representando a confluência do rio Negro com o rio Solimões – a partir dela é que se forma o rio Amazonas.¹⁵⁵ O campo azul, abaixo da margem direita dos rios, representa o céu do Brasil, onde uma estrela de prata indica a paz e o progresso; na junção dos dois rios, no terço superior, também em azul, há o desenho de um barrete frígio, na cor vermelha, símbolo da lealdade do Amazonas à República. No flanco destro da elipse, há um campo verde, representando as florestas, onde estão postos duas

¹⁵³ Algumas considerações sobre a sensação psicológica cores são apresentadas por Duarte, P. A. (1991, p. 41-43): as cores frias denotam uma quietude e tranqüilidade, além de frescura. Elas criam a ilusão de profundidade, dando a impressão de que se situam atrás dos planos que as contêm. O verde lembra umidade e frescura [...] O azul é uma cor que lembra o ar e a água, a pureza, simplicidade, frescura e calma [...] A cor violeta lembra frescura, delicadeza (quando em tons claros), silêncio. As cores quentes são atraentes em razão dos efeitos de vivacidade, calor e alegria. Elas também parecem aproximar-se de nossos olhos, sendo salientes e agressivas, dando-nos a sensação de diminuição do ambiente. O amarelo é a mais alegre das três cores primárias. Lembra luz, vida, ação, poder. Por sua proximidade ao verde, é a mais fria das chamadas das “cores quentes” [...] A cor laranja lembra dinamismo, prosperidade, luz do sol, alegria, excitação [...] ouro, riqueza. Também é uma cor que dá a sensação de avanço do ambiente [...] Pode aparecer também em representação de densidades entre o amarelo e o vermelho [...] O vermelho é a cor associada ao amor, prazer, alegria, sabor e aromas agradáveis, sensualidade. Misturada com o branco vai dar o rosa, que é tênue, delicado, distante, feminino, adocicado. Lembra ainda atividade, calor, fogo, poder e guerra [...].

¹⁵⁴ Ele seria oficialmente regulamentado pelo decreto n.º 10.534, de 16 de setembro de 1987.

¹⁵⁵ Apesar de a cartografia moderna consagrar universalmente os rios na cor azul, deve-se fazer uma ressalva sobre as diferentes formas de representação das sociedades e culturas e como elas também influenciam a constituição dos símbolos. É comum, na cartografia indígena, por exemplo, representar os rios na cor amarela por conta dos sedimentos que eles carregam; a cor azul é geralmente reservada ao céu, pois este é um elemento que aparece em suas representações, que são colocadas em três dimensões, diferentemente dos mapas tradicionais, em que se representam apenas as feições da superfície terrestre.

setas cruzadas e duas penas entrelaçadas a simbolizarem a civilização moderna. A elipse é circundada por uma corrente presa por quatro volutas que saem do escudo, cuja base assenta-se uma âncora, tudo de ferro, símbolo da navegação e de sua importância histórica e econômica para o Estado, onde os rios representam as vias clássicas de circulação.

Abaixo da elipse aparece uma faixa, na cor verde, e cuja fita amarra a âncora, na qual saem dois ramos em direção às extremidades do escudo; nela aparece a inscrição com as datas “22 DE JUNHO DE 1832”, na qual o Amazonas buscou a independência provincial, o que se fez àquela altura pela luta armada, e “21 DE NOVEMBRO DE 1889”, quando o Estado aderiu à República. Do lado direito do observador, aparecem, sustentados e atados às cordas em vermelho, os emblemas da indústria (uma ferramenta e uma roda dentada) e do respectivo lado esquerdo, os símbolos do comércio e da agricultura (um caduceu e uma cornucópia). No alto do escudo, pode-se ver ainda o sol radiante, símbolo da boa fama, da glória e da liberdade e, pousada sobre um pedestal há uma águia amazonense, estilizada e de asas abertas, tudo da mesma cor, a simbolizar a grandeza e a força.

Seria este brasão então uma representação, por meio de uma expressão gráfica, de um recorte espacial de ordem cartográfica da região do entorno de Manaus, enquanto capital do Estado, tendo sua importância e localização regional aliada com a reprodução simbólica deste pedaço geográfico; um recorte onde nasce justamente o rio que dá nome ao Estado: o Amazonas.

No caso da bandeira amazonense, sua origem data do ano de 1897,¹⁵⁶ quando foi confeccionada para ser levada aos campos de combate da guerra de Canudos, ocorrida na Bahia, pelo batalhão militar amazonense que se integrou às forças dos demais Estados naquela luta. O azul e o branco eram as cores tradicionais usadas pelos portugueses durante o período colonial. A esta se soma a cor vermelha, que pode ser interpretada pelo momento histórico em que foi criada, de preparação para aquele combate (BRAGA, 2001); representa também o sangue que corre nas veias dos amazonenses. Sobre o retângulo que forma o cantão azul, são aplicadas 25 estrelas brancas, simbolizando o número de municípios existentes em 4 de agosto de 1897 e indicando o momento histórico do embarque das tropas para Canudos.

¹⁵⁶ A bandeira do Estado do Amazonas foi consolidada pela lei n.º 1.513, de 14 de janeiro de 1982 e regulamentada pelo decreto n.º 6.189, de 10 de março deste mesmo ano.

No centro desde cantão, a estrela maior, de primeira grandeza, representa a capital Manaus. Da esquerda para a direita as estrelas menores simbolizam na época os municípios de: Borba, Silves, Barcelos, Maués, Tefé, Parintins, Itacoatiara, Coari, Codajás, Manicoré, Barreirinha, São Paulo de Olivença, Urucará, Humaitá, Boa Vista (RR), Moura, Fonte Boa, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira, Canutama, Manacapuru, Urucurituba, Carauari e São Felipe do Juruá.

Assim, no caso da bandeira do Estado do Amazonas, sua estrutura procura reproduzir graficamente os municípios amazonenses no final do século XIX através do caráter simbólico presente nas estrelas, procurando ressaltar a idéia de unidade territorial através de seus membros. Embora a validade de sua representatividade esteja ultrapassada (uma das estrelas da bandeira representa, inclusive, o município de Boa Vista, que na época compreendia toda a área do Estado de Roraima), ela não deixa de portar-se como um documento geográfico, mesmo que no plano histórico.

Da mesma forma, as estrelas enquanto expressão gráfica representativa dos municípios apareceram na primeira bandeira do Estado de Santa Catarina (1895-1953), adotada pela lei n.º 126, em 15 de agosto de 1895. Ela era composta de faixas brancas e encarnadas dispostas horizontalmente em número igual ao de comarcas do Estado¹⁵⁷ na época de sua adoção. Sobre um losango verde, colocado no centro da bandeira, estavam impressas “tantas estrelas de cor amarela quantos fossem os municípios catarinenses”.¹⁵⁸

Seu modelo gráfico se aproxima em muito do padrão de listras e estrelas usado na bandeira norte-americana (que naquele caso procuram representar as “Treze Colônias” originais com as faixas em branco e vermelho); da mesma maneira, utiliza o losango e as estrelas com as cores nacionais em verde e amarelo, como uma clara alusão ao padrão de representatividade da nova bandeira republicana do Brasil na época. Ela voltaria a ser usada após a Constituição de 1946, mas, devido à desatualização que se encontrava perante a transformação do quadro territorial de

¹⁵⁷ As quinze principais comarcas do Estado em 1895 eram: a capital Florianópolis; Blumenau; Brusque; Camboriú; Curitibanos; Itajaí; Jaraguá do Sul; Joinville; Laguna; Lajes; São Francisco do Sul; São Joaquim; São José; Tijucas e Tubarão.

¹⁵⁸ Os vinte e um municípios na bandeira de 1895 eram: a capital Florianópolis; Araquari; Araranguá; Biguaçu; Blumenau; Brusque; Camboriú; Criciúma; Curitibanos; Itajaí; Jaguaruma; Jaraguá do Sul; Joinville; Laguna; Lajes; Palhoça; São Francisco do Sul; São Joaquim; São José; Tijucas e Tubarão. Essa descrição aparece no artigo 3º da lei n.º 126 de 1895.

Santa Catarina,¹⁵⁹ foi modificada para a versão atual em 1953, que em vez das estrelas enquanto caráter municipal, passou a utilizar o brasão de armas do Estado, que tem por escudo uma grande estrela.¹⁶⁰

As estrelas também podem assumir outras estruturas semânticas, conforme o representado na bandeira do Estado de Sergipe. Seu histórico começa no final do século XIX, quando o negociante e industrial sergipano José Rodrigues Bastos Coelho, necessitando de um distintivo para identificar o Estado de procedência de suas embarcações, elaborou uma bandeira retangular com quatro listras, com as cores verde e amarela, dispostas alternadamente, tendo colocado em direção à tralha, nas duas listas superiores, um cantão retangular, em azul-cobalto, com dimensão proporcional ao retângulo da bandeira, onde foram colocadas quatro estrelas brancas, aplicadas nos ângulos do retângulo azul. O pavilhão passou a ser conhecido nos portos freqüentados pelos navios de Bastos Coelho, como a “Bandeira Sergipana”.

As cores usadas seguiram o modelo da bandeira nacional e as quatro estrelas representavam as barras dos rios do Estado, provavelmente, as mais transitadas por suas embarcações na época (SERGIPE, 1972). O erro da representação das barras por estrelas (em lugar de âncoras, por exemplo) foi conservado, acrescentando-se depois uma estrela central, em tamanho maior que as demais, perfazendo-se o número exato das barras dos rios sergipanos, que eram: a barra do rio Sergipe ou Aracaju; a barra do rio São Francisco; a barra do rio Real ou Estância; a barra do rio Vaza-Barris ou São Cristóvão e a barra do rio Japaratuba.

¹⁵⁹ Além dos novos partilhamentos territoriais decorrentes da emancipação política, vale lembrar que no final do século XIX ainda vigorava a chamada “Questão de Palmas”, conhecida equivocadamente como “Questão das Missões” (VIANA, 1949) – área de disputa territorial entre o Brasil e a Argentina em 1890 que compreendia o Oeste do Estado de Santa Catarina e Paraná e só seria resolvida em 1895 – coincidentemente a mesma época em que o brasão de armas foi elaborado. Entre 1912-1916, os Estados de Santa Catarina e Paraná estiveram envolvidos no conflito social da “Guerra do Contestado”, da qual ainda não haviam resolvido seus limites ocidentais até outubro de 1916. Novamente, em 1943, durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, o Oeste paranaense e catarinense foi transformado no Território Federal do Iguaçu, retornando à condição original daquela fronteira após 1946.

¹⁶⁰ A atual bandeira de Santa Catarina foi estabelecida pela lei n.º 275, de 29 de outubro de 1953, sancionada pelo então governador Irineu Bornhaussen e oficializada em 19 de fevereiro de 1954, pelo decreto n.º 605. O decreto alterou o desenho original da bandeira, baseado na obra de José Artur Boiteux, em 1895. Nesta disposição, ela é composta de três faixas horizontais de igual largura, duas vermelhas e uma branca ao centro; sobre as faixas é posto um losango verde-claro, com a mesma equidistância da bandeira brasileira, cuja cor representa a vegetação do Estado. Em seu centro insere-se o brasão de Santa Catarina que foi criado em 1895.

A bandeira foi oficializada mediante a lei n.º 795, de 19 de outubro de 1920, durante a gestão do governador José Joaquim Pereira Lobo e aproveitando as comemorações do primeiro centenário de emancipação política do Estado.¹⁶¹ Ela conserva em seu simbolismo a representatividade da hidrografia sergipana; embora incomum para rios tal representação gráfica, deve-se lembrar, conforme salienta Znamierowski (2004), que a estrela é um dos símbolos que assume as mais variadas dimensões representativas nas bandeiras.

A representação cartográfica *per se* figura no brasão de armas amapaense,¹⁶² que compõe-se de um escudo em campo de prata laureado pelas cores vermelha e azul, que retratam o antigo uniforme da guarda da fortaleza de São José de Macapá (AMAPÁ, 2008), construída a partir de 1764 e cujas formas arquitetônicas estão representadas nos flancos direito e esquerdo superiores do chefe. No centro, aparece o mapa do Amapá, mostrando a riqueza de seus solos e a extensão geográfica que o Estado ocupa da Federação. Sua cor em ouro representa as riquezas minerais, no solo e no subsolo; simbolizando, ainda, a união, a fé e a constância nos atos.

Em abismo, figura o amapazeiro (*Parahancornia amapa*),¹⁶³ seu simbolismo reporta-se à hipótese mais aceita de que esta árvore tenha dado origem ao nome do Estado.¹⁶⁴ Sua copa, na cor verde-musgo, representa a esperança, a fé no futuro, o amor, a liberdade, a amizade, a abundância e a cortesia. Por base, ao pé do amapazeiro, a cor verde representa os férteis campos agrícolas amapaenses. Divide

¹⁶¹ Após a proibição dos símbolos estaduais, em 1937, a bandeira voltou a tremular em 1946, tendo sido alterada em 1951 e restabelecida a sua versão original um ano depois, pela lei n.º 458, de 3 de dezembro de 1952. Na gestão do governador Arnaldo Rollemberg Garcez, a bandeira sergipana foi alterada através da lei n.º 360, de 30 de outubro de 1951. A bandeira original, de 1920, foi mantida em suas cores e disposição das faixas, mas sofreu alterações no desenho do retângulo superior em azul, que passou a conter um total de quarenta e duas estrelas, representando os municípios do Estado na época, e dispostas em tamanhos iguais em seis linhas horizontais por sete verticais. Tal modificação durou até dezembro de 1952, quando foi retomada a bandeira original.

¹⁶² O brasão e bandeira amapaense foram desenhados pelo artista plástico Herivelto Brito Maciel, depois de realizado concurso para a escolha do símbolo, instituído oficialmente em 1984.

¹⁶³ Sua descrição botânica mostra ser uma árvore pomposa no seu porte e rica em madeira de lei, de cor alva; seu leite, folhas e frutos em tom roxo-escuro, do tamanho de uma maçã, serviam como medicamento e fortificante aos primeiros habitantes do Amapá. Ainda hoje é muito usado na medicina popular para o tratamento de doenças respiratórias.

¹⁶⁴ A origem do nome “Amapá” é alvo de várias hipóteses. Na língua tupi, Amapá deriva da junção das palavras *ama* (chuva) e *paba* (lugar ou morada), significando assim “o lugar da chuva” (GIRARDI, 2007). No entanto, a tradição fala que o nome teria derivado do nheengatu, um dialeto tupi-jesuítico para expressar “a terra que acaba”, provavelmente devido às ilhas ao longo do litoral amapaense e na foz do rio Amazonas, ou ainda, pelo fato de estas terras serem o então limite da colonização portuguesa. A fonte mais aceita, no entanto, dá conta que a origem se refere a uma árvore comum na região, chamada justamente pelo nome indígena de *ama'pá*.

o escudo um corte horizontal, sendo que este representa a linha divisória do hemisfério, ou seja, a linha do Equador, com o seu marco em zero graus, zero minutos e zero segundos, que atravessa a capital Macapá. Abaixo da linha do Equador, no chamado corte nobre horizontal, enraiam-se vinte e cinco arestas negras, fazendo lembrar a convergência para um ponto comum no mapa do Estado, cuja cor simboliza a honestidade vivida e pregada, a obediência à Lei e à autoridade e o respeito aos que se foram.

Por timbre, aparece ao topo uma estrela de prata com arestas douradas, simbolizando o surgimento de mais um Estado da Federação. A prata é símbolo da pureza, da serenidade e da paz, enquanto o ouro relembra a riqueza. Logo abaixo, figura uma faixa prateada com os dizeres: “AQUI COMEÇA O BRASIL”. O brasão é guardado ainda, pelas palmas protetoras do amapaense, que estão entrecruzadas na base e são unidas por um laço branco, simbolizando a fita do Divino Espírito Santo, que representa o folclore amapaense (AMAPÁ, 2008).

A bandeira do Estado do Amapá, por sua vez, foi confeccionada a partir das cores azul, verde, amarelo e branco, constantes na bandeira brasileira, mais a adição da cor negra.¹⁶⁵ O campo azul simboliza a justiça e o céu amapaense e o amarelo-ouro alude à união e às riquezas do subsolo do Estado. O verde representa a floresta nativa, que ainda cobre 90% do Estado (AMAPÁ, 2008); esta cor também simboliza a esperança, o futuro, o amor, a liberdade e a abundância do povo amapaense. O branco denota a pureza e a paz, a vontade do Estado do Amapá em viver com segurança e em comunhão com todos os que nele vivem e a fé de que não haja discórdia entre o Poder Público e a população. O negro simboliza o respeito permanente aos que morreram no passado, em lutas ou não, e os que em vida fizeram algo de bom para o engrandecimento da região. O campo verde avança ainda, para as extremidades da tralha da bandeira e sobre ele há uma figura geométrica que representa a fortaleza de São José de Macapá, simbolizando que é o Amapá é o guardião e a porta de entrada para toda a região da Amazônia brasileira.

Assume assim a bandeira uma dimensão paisagística na posição horizontal, ao lembrar o azul como céu, o verde como as matas e o amarelo como a riqueza do solo, seria assim a soma destas listas, uma paisagem simplificada da sagração da

¹⁶⁵ O desenho foi escolhido por uma comissão designada pelo então governador Aníbal Barcellos e aprovado pelo decreto n.º 4, de 30 de janeiro de 1984.

natureza. A dimensão cartográfica, e, portanto, a inserção histórica e humana, aparece com a representação da fortaleza num plano vertical como em um mapa plano, em que figura o seu formato arquitetônico; observa-se que o alargamento da faixa verde em direção à zona de tralha da bandeira, projeta a idéia de que a partir daquele ponto, inicia-se toda a imensidão do “gigantesco domínio de terras baixas florestadas da Amazônia, disposto em anfiteatro e enclausurado pelas terras cisandinas e pelas bordas dos planaltos brasileiro e guianense”, termo este cunhado por Ab’Sáber (2003), do qual o forte, assim como o próprio território amapaense neste ponto de vista, representa o começo e a guarda, desde os tempos coloniais portugueses, desta imensa região. Conforme ressalta Luchiari (2001, p. 13) “[...] tomada isoladamente a paisagem é um vetor passivo. Somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social”.

A representação das formas do território também assume a proporção das metáforas, que neste caso, farão parte do escudo pertencente ao brasão de armas de Goiás, adotado durante o governo do Dr. João Alves de Castro, através da Lei n.º 650, de 30 de julho de 1919 – a mesma que instituiu seu hino e bandeira. Seu escudo – portanto a parte principal do brasão – possui a forma peculiar de coração, representando o Estado de Goiás, geograficamente “o coração do Brasil”. Na parte superior do coração, em chefe, numa paisagem que simboliza o território que seria destinado ao Distrito Federal, ergue-se uma paisagem em que pastam serenos, exemplares de gado bovino, representando a pecuária, a principal produção do Estado e sua maior fonte de riqueza na época em que este símbolo foi adotado. Produtos de grande relevância para a economia goiana estão representados por ramos de café, de arroz, de fumo e de cana. Os dois primeiros aparecem timbrados no alto do brasão, em forma de molho; os dois últimos compõem o ornamento exterior do brasão, sendo o ramo de fumo à direita deste e o ramo de café do lado esquerdo.

Compõe ainda o campo partido do escudo, dentro de um espaço em azul à destra, o chamado “Cometa de Biela” (descoberto em 1826 pelo astrônomo austríaco Wilhelm von Biela e observado em Goiás pela última vez em 1846), em prata, que forma, com seus dois braços, a ilha do Bananal ou Santana, a maior ilha fluvial do mundo (atualmente no território do Estado do Tocantins) sobre as águas do rio Araguaia. Ainda, com relação aos rios, os cursos de água foram lembrados nos anéis de prata que cingem os campos do coração. Trata-se de três anéis horizontais

que homenageiam as três maiores bacias hidrográficas que recebem as águas dos rios de Goiás: a Amazônica, a do Prata e a do São Francisco, mostrando a importância do próprio Estado junto ao Planalto Central com área de importantes nascentes. Há também doze anéis verticais sobre o campo azul, que remetem aos rios goianos de São Marcos, Veríssimo, Corumbá, Meia Ponte, dos Bois, Claro, Vermelho, Corrente, Aporé, Sucuriú, Verde e Pardo.

Já a riqueza mineral de Goiás está descrita na parte inferior sinistra do coração, pelo campo amarelo onde se destaca um losango vermelho (como o naipe vermelho das cartas do baralho, chamada de “ouro”). Por base, está representado um prato em chamas, um estratagema usado por Bartolomeu Bueno, às margens do rio Vermelho para obrigar os índios a se submeterem ao seu domínio.¹⁶⁶ Depois da separação do Estado do Tocantins, em 1989, o formato do brasão ganhou nova justificativa, pois o território do Estado de Goiás ficou morfologicamente parecido com o de um coração.

Nos casos mais recentes, como o do Estado do Tocantins, o brasão de armas foi criado pela lei n.º 092, de 17 de novembro de 1989, após sua emancipação política. Conforme a descrição legal, ele é composto de um escudo elíptico, cortado em forma de arco na metade superior, tendo em chefe, na cor azul, a representação do céu, onde figura a metade de um sol de ouro estilizado, do qual se vêem cinco raios maiores e oito menores, limitados pela linha divisória.

O sol dourado, do qual se vê apenas a metade despontando no horizonte contra o azul do firmamento, é a imagem idealizada ainda nos primórdios da história tocaninense, quando sua emancipação estadual parecia um sonho distante e inatingível dos primeiros autonomistas. Simboliza, portanto, o Estado nascente, como uma “nova grandeza” que surge e cujo futuro se ergue promissor e fecundo. Na parte inferior, chamada de base, aparece sobre um campo de prata, símbolo da pureza, da paz e da harmonia que reinam nesta terra, uma asna ou chaveirão, na cor azul, tendo no termo o amarelo ouro.

A asna (peça heráldica em forma de “V” invertido) representa a confluência dos rios Araguaia e Tocantins, principais cursos d’água que dão o forma geográfica

¹⁶⁶ Conforme os relatos existentes, Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), usando de artimanha para conter a rebeldia dos indígenas que não queriam se submeter à escravidão, colocou álcool em um prato dizendo que este era água e pôs fogo, que rapidamente se incendiou. Com medo de que ele fizesse o mesmo com as águas do rio Vermelho, os índios passaram então a seguir suas ordens e o apelidaram de *Anhangüera*, que em tupi-guarani significa “Diabo Velho”.

e os limites setentrionais do Estado; são também o manancial perene de riquezas e recursos hídricos, fonte de vida e alimento para a população que vive às suas margens. A cor dourada representa a opulência e os abundantes recursos minerais que provém do solo tocantinense. Por timbre, figura uma estrela, chamada Épsilon, em ouro, com bordadura azul, da constelação do Cão Maior, representativa da condição do Estado do Tocantins como uma das unidades da Federação Brasileira, encimada pelo mote em tupi: *CO YVY ORE RETAMA*, que significa em português “Esta terra é nossa”, escrita sobre a faixa azul. Como suporte, aparece ladeando o escudo uma coroa de louros, estilizada em verde, como justa homenagem e reconhecimento ao valor do povo tocantinense, cujo esforço e determinação transformaram o sonho da autonomia na mais viva realidade. Sob o escudo, aparece um listel de azul de pontas bipartidas com a inscrição “ESTADO DO TOCANTINS” e a data “1º DE JANEIRO DE 1989”, abreviada em letras de prata, lembrando o dia de sua emancipação político-administrativa.

Dessa forma, a idéia passada pelo brasão é a de como se uma pessoa, pela própria questão da escala através do exagero dos elementos representados, pudesse observar todo o território do Estado compreendido pelo campo amarelo num lance de vista, da qual se destacam os dois cursos d’água (Araguaia e Tocantins) que portam-se como seus limites naturais. No que confere à questão da escala de representação da paisagem, Schatz e Fiszer (1991, apud CASTRO, 1995, p. 135) argumentam que “da mesma forma, o ponto de vista da escala simbólica, que atribui significado à parte representada do real, coloca sobre um mesmo nível de concepção todos os particularismos dos espaços, ou seja, o que os diferencia uns dos outros e permite destacá-los”.

Tal relação também aparece no projeto da bandeira do Tocantins, instituída através da lei n.º 094, de 17 de novembro de 1989, que traz a mensagem de uma terra onde o sol – figurando ao centro da mesma e, constituído por oito raios maiores, lembrando os pontos cardeais e colaterais, e dezesseis menores, subcolaterais, assim como a chamada “rosa dos ventos” – nasce para todos de forma igual. De amarelo ouro, ele derrama seus raios sobre o futuro do novo Estado, colocado sobre uma barra branca, símbolo da paz e do desejo de perpétua harmonia entre os campos azul, superior, e amarelo, inferior, cores estas que expressam, respectivamente, o elemento água e o rico solo tocantinense.

Após a criação do Estado de Rondônia, houve um concurso para a escolha de sua bandeira, formalmente adotada pelo decreto n.º 7, de 31 de dezembro de 1981. O vencedor foi o arquiteto Silvio Carvajal Feitosa, que usou as mesmas cores da bandeira do Brasil. Segundo o autor (apud DUARTE, 2001), a estrela branca, conhecida por Gama, da constelação do Cão Maior, simboliza o novo Estado brasileiro no céu da União, representando pela cor azul. O verde e o amarelo, seguindo a linha do horizonte, mostram as potencialidades vegetal e mineral de Rondônia.

Esta bandeira através de sua expressão gráfica lembra assim uma paisagem idealizada, com o céu e a estrela limitados pela linha do horizonte. As linhas paralelas que se deslocam do centro, onde está inscrita a estrela, para as extremidades inferiores do campo da bandeira, recordando uma estrada ou caminho a ser percorrido, retratam dessa maneira, o ideal de avanço sobre o território. Isso se torna mais evidente ao se observar as etapas de formação do território rondoniense, com o avanço ao longo do espigão central da Serra dos Parecis, onde a nova onda colonizadora penetrou com a retirada de faixas contínuas da floresta amazônica, como caminhos modernos da nova epopéia bandeirante em busca das riquezas minerais e também do avanço da fronteira agrícola.

A bandeira de Roraima foi desenhada por Mário Barreto e tornou-se oficial em 14 de junho de 1996, pela lei estadual n.º 133. Ela compõe-se de um campo terciado (dividido diagonalmente em três faixas), onde as suas florestas, selvas, lavrados e campos estão representados através da cor verde, na faixa inferior. Na faixa superior, o campo azul representa o ar puro e o céu do Estado, enquanto a faixa branca, disposta em barra, é o símbolo de paz, unidade e harmonia. Sobre essas cores está posta, ao centro, uma estrela em amarelo-ouro, a representar as riquezas minerais presentes em Roraima. Complementa o desenho uma faixa vermelha, que simboliza a linha do Equador, que atravessa o Estado; ela demonstra ainda, que a maior parte de seu território situa-se no Hemisfério Norte.

Portanto, a própria idéia de localização expressa na bandeira roraimense traduz sua correlação com o espaço geográfico e o plano cartográfico, na qual a bandeira atua como um mapa cujos elementos simbólicos da natureza estão contidos, de forma a representar o próprio corpo ou território do Estado. Quanto à cobertura florestal, destacam-se a floresta subcaducifólia amazônica, com interpenetrações da floresta perenifólia periodicamente inundada na várzea do Rio

Branco e floresta perenifólia higrófila ao sul; cabe salientar que os lavrados são a denominação local das áreas naturais, principalmente das manchas de cerrados e campos limpos existentes entre as terras florestadas destinadas à agricultura, que fazem parte do complexo de Roraima¹⁶⁷ (IBGE, 1977a).

No que compete ao simbolismo dos elementos cartográficos, o caso do brasão e bandeira do Distrito Federal assume papel importante. O decreto n.º 11, de 12 de setembro de 1960 instituiu o brasão de armas de Brasília, criado pelo poeta e heraldista Guilherme de Almeida, que havia oferecido o desenho ao então presidente Juscelino Kubitschek, como símbolo para a futura capital do Brasil. Assim como está representado na bandeira e seu simbolismo característico, o escudo quadrangular compõe-se das cores verde seco e ouro velho, tinturas idênticas à da bandeira nacional; soma-se a estas a cor branca (prata).

Este está assentado sobre um escudo maior, cujo formato heráldico inovador representa um dos pilotis (pilastras) do Palácio da Alvorada – residência oficial do presidente da República – que foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Abaixo do escudo quadrangular, aparece escrita em letras negras sobre o campo de prata a frase latina *VENTURIS VENTIS*, que significa: “aos ventos que hão de vir”, simbolizando os futuros desafios em que se lançou a nova capital. Acima da insígnia, aparecem, em ouro, as formas arquitetônicas modernas, lembrando que Brasília é o centro das decisões nacionais.

Da mesma forma que expresso no brasão de armas, a bandeira do Distrito Federal, instituída através do decreto n.º 1.090, de 25 de agosto de 1969, elaborada por Guilherme de Almeida, assim a descreveu (1969): “sobre um campo branco, símbolo da Paz nas auras dos ventos que hão de vir, apõe-se um escudo quadrangular de sinople com uma caderna de setas de ouro em cruz, farpadas e emplumadas de ouro e moventes do centro”.

¹⁶⁷ A imensa floresta que recobre quase a totalidade da Região Norte é, em muitos lugares, interrompida por áreas abertas que recebem os nomes de savanas nas Guianas e campos e campinas no Brasil. Neste, de modo geral, qualquer área de vegetação aberta que se opõe fisionomicamente às áreas fechadas ou florestadas recebe o nome de campo. Assim sendo, os tipos mais diversos de vegetação, como o Cerrado e Campo Limpo são considerados como campo. Na Amazônia, as áreas de vegetação aberta são conhecidas com vários nomes regionais, resultando ser difícil estabelecer-se comparações com tipos correspondentes em outras partes do Brasil. São comuns os campos lavrados, campos sujos ou cobertos, campos de várzea, campinas, campinaranas, campos inundados, campos firmes (IBGE, 1977a, p. 81).

Figura 23: Brasões e bandeiras estaduais: expressões cartográficas e paisagísticas



Amazonas (1897)



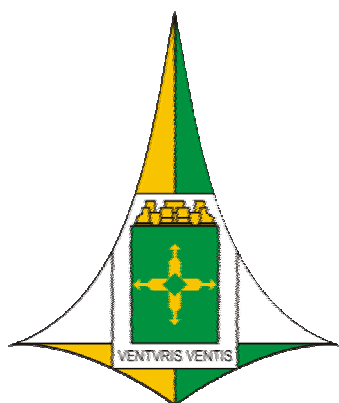
Goiás (1919)



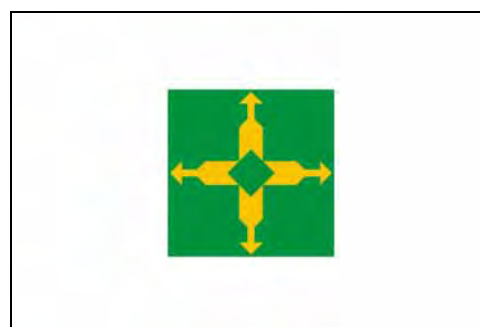
Amapá (1984)



Tocantins (1989)



Brasília-DF (1960)

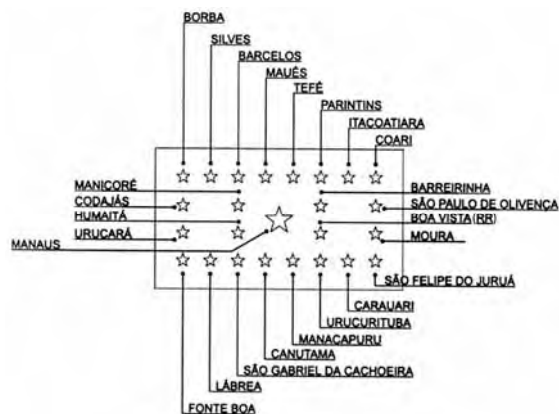


Bandeira de Brasília (1969)

Figura 23: Brasões e bandeiras estaduais: expressões cartográficas e paisagísticas (cont.)



Amazonas (1897)



Municípios na bandeira amazonense (1897)



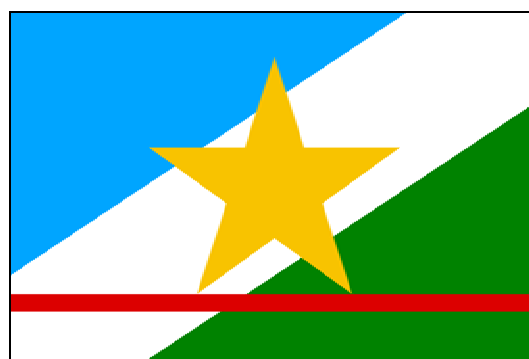
Santa Catarina (1895-1953)



Sergipe (1920)



Amapá (1984)



Roraima (1996)



Rondônia (1981)



Tocantins (1989)

Continua o autor (1969) a descrevê-la:

Na linguagem heráldica, sinople (ou sinopla) é o nome dado à tintura verde e para o metal ouro é usada a cor amarela; elas foram usadas para simbolizar a lealdade às cores da bandeira nacional. Aos indígenas, que foram os primeiros habitantes do Brasil, se fez conservar um nobre elemento consagrado pela heráldica: a flecha, na ponta da seta. As quatro setas, partidas do centro para as direções Norte-Sul – Leste-Oeste formam a chamada “rosa-dos-ventos” [...]. Ela relembra a ação centrífuga do poder, que se irradia da capital federal para todos os cantos do Brasil. Dispostas em cruz, essas quatro setas repetem o emblema permanente que, no céu (o Cruzeiro do Sul), no mar (a cruz das velas dos descobridores) e na terra (o lenho da primeira missa em solo nacional) “vem presidindo ao nosso destino cristão” [...] na heráldica, que tantas cruzeiras já têm elegido [...] cria-se, assim, uma nova cruz: a Cruz de Brasília, formada por quatro setas de vôo oposto.

Ao edificar Brasília,¹⁶⁸ o Brasil se desvencilhava de uma forma de organização do seu espaço geográfico altamente tributária de seu passado colonial na faixa costeira, possuindo agora sua capital na região central do território; justifica-se o simbolismo das setas, como representação gráfica do poder e cartográfica por seus atributos espaciais, de ação e orientação.

6.3 Paisagem e lugar

Na esfera da cultura, natureza, lugar e região, como elementos importantes na representação da paisagem (termos estes caros à geografia), também figuram simbolicamente no desenho gráfico de brasões e bandeiras, da mesma forma que estão presentes no contexto e na narrativa dos hinos e canções, que se portam, todos eles, como expressões que procuram capturar de forma seletiva os elementos necessários à criação desse imaginário, através dos quais “*re-presentamos* seus significados” (COSGROVE, 2004).

Gomes (2001) recorda que a paisagem, enquanto pluralidade semântica da produção humana é também um recorte espacial (terra, província, país, região,

¹⁶⁸ Conforme analisou Meira Penna (1961, apud TUAN, 1980, p. 197): [...] a Brasília futurística está plena de símbolos expressivos de um desejo comum e profundo de ordenar a terra e estabelecer um elo entre espaço terrestre e a abóboda celeste. Politicamente, Brasília está construída no interior para romper com o mar na civilização brasileira, para dar status à agricultura e à população rural, para explorar os solos relativamente pobres do interior e as possíveis riquezas minerais e infundir na cidadania o sentido de Brasil como uma nação continental, de vasta extensão e potencialidade. A capital representa o Ego coletivo do país. Esta nova consciência do Ego vai desabrochar na compacta floresta verde do Brasil.

território), possuindo da mesma forma as raízes subjetivas¹⁶⁹ que se alicerçam pelos recursos dos sinais simbólicos que ostentam:

A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente. A paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, num jogo de mosaicos [...] esses mosaicos, como *puzzles* [quebra-cabeças], são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço, apreendidos segundo determinada perspectiva. [...] Assim, a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos) desse mosaico construído. A paisagem evoca significados a partir dos signos e valores atribuídos. Esses signos assumem amplo espectro de propriedades e escalas numa grade semântica própria (GOMES, 2001, p. 56-57).

Cosgrove (2004) comenta que a paisagem sempre esteve intimamente ligada na geografia humana, à cultura, à idéia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e à sua composição, pois ela é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual. Recorda também que:

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem [...] o simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas [...] e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes (COSGROVE, 2004, p. 108).

Ao se ler os múltiplos significados da paisagem nessas expressões, na qual se incluem as representações nos símbolos cívicos, procura-se interpretar como essas fontes documentais fornecem-nos através de seu código simbólico, evidências de caráter geográfico, na qual Cosgrove (2004, p. 110) ressalta que:

[...] freqüentemente encontramos a evidência nos próprios produtos culturais: pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas, filmes e canções populares podem fornecer uma firme base a respeito dos significados que lugares e paisagens possuem, expressam e evocam, como fazem as fontes convencionais “factuais”.

¹⁶⁹ Luchiari (2001, p. 20) argumenta que “as representações do mundo são construídas na produção desses objetos culturais que, reunidos no tempo e no espaço, transformam a paisagem em lugar”.

Assim, contemplam estas representações geográficas pelo viés da paisagem e do lugar, os brasões dos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Roraima, Rio de Janeiro, Ceará; além do antigo (1895-1963) e do atual brasão de Alagoas (1963-).

O brasão de armas do Estado do Espírito Santo foi adotado originalmente em 7 de setembro de 1909 pelo decreto nº. 456, através de seu autor, o governador Jerônimo de Souza Monteiro e instituído em 24 de julho de 1947. Seu escudo é representado por uma grande estrela nas cores azul e rosa, símbolos de harmonia e alegria, em cujo círculo central se vê a entrada da Baía de Vitória, com os montes “Moreno” (ao fundo) e “Penha” (à frente) em sua cor natural, destacando-se, acima deste último em prata, o convento de Nossa Senhora da Penha – monumento cristão-católico espírito-santense cuja Santa é padroeira e protetora do Estado.

Ao colocar este convento como figura central do brasão, a justificativa de Monteiro foi a de evidenciar a fé do povo capixaba através de sua padroeira. Conforme relembram a territorialidade do sagrado, Gil Filho e Gil (2001, p. 48-49) falam que “[...] ao destacarmos a identidade religiosa, também estamos diante de uma construção que remete à materialidade histórica, à memória coletiva, à espacialidade da própria revelação religiosa processada sob determinada cultura”. A imagem deste convento como um monumento histórico-religioso e sua paisagem litorânea – caracterizada pela feição dos pontões e ilhas rochosas cristalinas ligadas ao domínio dos mares de morros – estão cercadas no escudo por uma bordadura em negro, filetada por duas circunferências concêntricas onde se escreve, com letras de prata, sobre o espaço intermediário os dizeres: “TRABALHA E CONFIA” – “ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.¹⁷⁰

Circundam a grande estrela um ramo de cana, à destra, que alude ao principal produto agrícola da economia capixaba até 1850 e à sinistra figura um ramo de café, representando o principal produto agrícola do Estado após a segunda metade do século XIX. Circundando o escudo, há ainda três estrelas menores na cor azul, acima, abaixo e à destra, representando os Estados limítrofes do Espírito Santo: Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os ramos estão atados por um laço

¹⁷⁰ Da mesma forma, esta primeira legenda ressalta a religiosidade proposta por Monteiro, já que a frase foi inspirada na doutrina de Santo Inácio de Loyola – que foi o fundador da ordem religiosa da Companhia de Jesus – cujo significado é: “Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus”, figurando também no pavilhão espírito-santense.

nas cores rosa e azul, na seqüência da esquerda para a direita do observador, em que se lêem: “23 de maio de 1535” e “12 de junho de 1817”.¹⁷¹

Sendo as estrelas de múltiplo significado, elas aparecem neste caso com a mesma a idéia lançada pela bandeira republicana, onde os símbolos representativos das entidades federativas se fazem pela representação gráfica destes astros, como uma expressão simbólica dos limites territoriais do Espírito Santo, já que o brasão em si age como o próprio corpo ou território do Estado pela grande estrela que serve de escudo, evocando também uma dimensão de caráter cartográfico nesse sentido.

Com relação à paisagem regional, o brasão de armas do Estado de Mato Grosso, criado por iniciativa do governador Dom Francisco de Aquino Corrêa em 1918,¹⁷² preenche a idéia do monumento natural. Ele compõe-se de um escudo português, filetado de ouro, que apresenta em sua base um campo verde na qual se assenta um morro de ouro de dois cabeços,¹⁷³ um maior, ao centro e outro menor, em direção ao flanco sinistro, desenho que representa as terras mato-grossenses (em especial na região da depressão cuiabana) e a fidelidade às cores nacionais. Assim o explica Dom Francisco Aquino (1918; apud JUCÁ, 1994) que: “nele, [...] tentei simbolizar a nossa terra, a nossa gente, a nossa história, os nossos ideais”.

Completa o escudo o céu em azul, símbolo de pureza, no qual domina, em chefe, um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada, tudo de prata, ornada com a cruz da Ordem de Cristo em goles, peça esta que já se encontrava consagrada no brasão da cidade de São Paulo (1917)¹⁷⁴ e que simboliza os bandeirantes paulistas que desbravaram o Estado.

¹⁷¹ Essas datas marcam, respectivamente, a chegada de Vasco Fernandes Coutinho ao Espírito Santo, com o início da colonização de seu território e a segunda refere-se ao dia do fuzilamento, na Bahia, de Domingos José Martins, herói capixaba e um dos chefes da Revolução Pernambucana, movimento republicano-independencista ocorrido naquele ano.

¹⁷² Dom Aquino que entregou o projeto à Câmara estadual no dia 6 de agosto; dias depois, o brasão foi aprovado pelos deputados e sancionado pelo executivo através da resolução n.º 799, de 14 de agosto de 1918. O decreto n.º 5.003, de 29 de agosto de 1994 estabeleceu as cores oficiais do brasão, que não haviam sido especificadas na resolução anterior.

¹⁷³ Não é mencionado na lei o nome do referido morro, mas consultando os acidentes geográficos na região, trata-se da representação do Morro de Santo Antonio de Leverger, distante aproximadamente 35 quilômetros de Cuiabá, estando a 500 metros acima do nível do mar e já presente no brasão de armas dado à Cuiabá em 1727.

¹⁷⁴ Não havia sido criado ainda o brasão de armas do Estado de São Paulo, o que se daria apenas em 1932. No caso da bandeira paulista, nenhum ato havia-lhe oficializado antes de 1932, pois seu uso era restrito. O símbolo então mais conhecido e consagrado com relação ao bandeirantismo era o brasão de armas da cidade de São Paulo. O desenho contava com um escudo português de goles, com um braço armado empunhando uma haste lanceada em “acha-de-armas”, isto é, um típico machado de guerra, na qual estava presa uma “flâmula farpada de quatro pontas”, rememorando a ação gloriosa do bandeirantismo. Completavam o desenho uma coroa mural de ouro, na qual se avistavam três torres e por suportes dois ramos de cafeeiro entrecruzados na base, frutificados e ao

Por timbre, aparece uma fênix dourada – ave fantástica da mitologia que é símbolo da imortalidade – a renascer sobre as chamas em brasa; insígnia usada no primeiro brasão de armas que foi concedido à Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá em 1727. O escudo tem por suportes a representação de suas riquezas naturais na época em que este foi adotado, tendo, entrecruzados, um ramo de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) à direita do escudo, que representava os ervais do Sul do Estado (atualmente em Mato Grosso do Sul) e um ramo de seringueira (*Hevea brasiliensis*) à sua esquerda, reportando-se aos seringais do Norte (o presente Estado de Rondônia); ambos estão floridos e em suas cores naturais.

Os ramos estão enlaçados por uma faixa, na cor vermelha, onde se lê, por divisa, com letras em ouro, a frase em latim: *VIRTUTE PLUSQUAM AURO*, significando – “Mais pela virtude do que pelo ouro”. Essa frase quer expressar que Mato Grosso será grande pela virtude e pelo trabalho de seus filhos, pelo seu ideal de justiça e patriotismo, e não apenas por suas riquezas naturais e minerais. O brasão procura representar assim, por seu sentido simbólico através de seus elementos (as peças heráldicas), a idéia da natureza enquanto recurso (morro de ouro, ramos de seringueira e erva mate), com a ação humana através da história (braço armado bandeirante), o renascimento (econômico) da região (simbolizado pela ave fênix), que configuraram aquele espaço geográfico da época em que o símbolo foi elaborado.

A representação através da contemplação da natureza aparece no brasão do Estado do Rio de Janeiro, cujo primeiro modelo foi instituído através do decreto n.º 3, de 29 de junho de 1892, no ato do então governador José Thomaz da Porciúncula (RIBEIRO, C., 1933). Seu atual desenho¹⁷⁵ foi sancionado pelo governador Paulo Francisco Torres através da lei n.º 5.558, de 5 de outubro de 1965, cujas alterações foram feitas pelo delegado Alberto Rosa Fioravante e pela professora Robertina M. Barros (TEIXEIRA FILHO, 1987).

natural, envolvidos por um listel de prata na qual se escreveu com letras em negro o lema proposto pelo pintor Wasth Rodrigues e Guilherme de Almeida em seu projeto. Disto foi elaborado um relatório que foi entregue ao prefeito do capital para a análise em 2 de março de 1917. Em 8 de março daquele mesmo ano, foi aprovado o ato n.º 1.057, expedido pelo prefeito Washington Luís que instituiu o brasão de armas de São Paulo.

¹⁷⁵ Em relação ao desenho atual, no escudo do brasão original aparecia geralmente uma pomba branca carregando em suas garras o escudo redondo de prata que se erguia da água do mar, tendo em uma das garras um maço de loureiro e no bico um ramo de oliveira; também ao fundo figurava a Serra dos Órgãos, com a estrela de prata que representa o Estado dentro do escudo oval, acima do pico do “Dedo de Deus”. Inicialmente ele serviu de selo para os atos legislativos, administrativos e judiciários e cuja autoria é de Ricardo Honorato Teixeira de Carvalho (RIBEIRO, C., 1933).

O brasão compõe-se de um escudo oval ou eclesiástico, simbolizando os anseios cristãos do povo fluminense,¹⁷⁶ cujo desenho está dividido em três partes. A primeira em azul, no alto do escudo, refere-se ao céu e simboliza a justiça, a verdade e lealdade, tendo como silhueta geográfica a Serra dos Órgãos, com destaque para o pico do “Dedo de Deus” em sua cor característica como símbolos naturais do Estado do Rio de Janeiro. A segunda, em verde, representa a Baixada Fluminense e, abaixo desta, há uma faixa em azul, lembrando o mar de suas praias. O escudo é circundado por uma corda de ouro, simbolizando a união dos fluminenses.

Destaca-se, em brocante, uma águia revestida de prata, com suas asas abertas, em atitude de alçar vôo, representando o governo, que deve ser forte, honesto e justo, portador da mensagem de confiança, esperança e ação aos mais longínquos rincões do Estado. Ela carrega sobre suas garras um escudo redondo, na cor azul, faixado de prata, tendo as inscrições “9 DE ABRIL DE 1892”, relembrando a promulgação da primeira Constituição do Estado do Rio de Janeiro e, circundando esta, escrita em latim: *RECTE REMPUBLICAM GERERE* (Gerir a coisa pública com retidão), traduzindo a preocupação constante que deve ter o homem público fluminense. No interior do escudo, acima da faixa de prata com a data, uma estrela de mesmo metal, representa a capital do Estado.

Acima do escudo ovalar, encontra-se uma estrela em prata, chamada de Beta, da constelação do Cruzeiro do Sul, que representa do Rio de Janeiro como unidade federativa do Brasil. Como suportes, à direita do escudo, há uma haste de cana-de-açúcar e, à esquerda, um ramo de café frutificado, representando as principais culturas do Estado. Os ramos cruzados na parte inferior são atravessados por uma fita de prata onde se lê, escrito em letras negras: “ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

A Serra dos Órgãos caracteriza-se como uma extensão de altas e escarpadas vertentes com blocos falhados, o que resultou no imenso paredão que acompanha a planície costeira (Baixada Fluminense) na qual se encontra a cidade do Rio de Janeiro. Em seu relevo destacam-se os grandes desníveis, das quais sobressaem na paisagem as rochas do cristalino, cuja resistência e tectônica produziram formas acidentadas e mamelonizadas no Brasil de Sudeste, ressaltadas na figura do “Dedo

¹⁷⁶ Há de se recordar que os escudos ovais são muito comuns no brasão das autoridades religiosas.

de Deus” e seu entorno, da qual confere Ab’Sáber (2003) também destaque para setores de mares de morros alternados com pães-de-açúcar ao longo das regiões costeiras do Rio de Janeiro. Tais elementos topográficos, associados com a representação do mar, contribuem para que a imagem do brasão de armas do Rio de Janeiro revele em seu desenho a contemplação da paisagem, onde a natureza-jardim é eleita e exposta como o foco de sua representação. Embora no primeiro plano apareça a águia como símbolo da ação governamental, portanto do papel do “Estado forte”, o elemento humano (e sua ocupação desigual), agente que confere dinâmica àquele espaço, ausenta-se desta representação.

O brasão de armas do Estado de Roraima¹⁷⁷ compõe-se de um escudo suíço, cortado em chefe, isto é, no terço superior, onde se encontra a representação (ao amanhecer) do Monte Roraima, que deu nome ao Estado;¹⁷⁸ paisagem esta localizada na Serra de Pacaraima, na fronteira Norte, que junto com a Serra de Parima, fazem parte do conjunto cristalino pertencente ao chamado escudo Guianense (IBGE, 1977a). À destra, partido, em campo azul, encontra-se pousada em um galho, uma garça branca, ave típica da região e símbolo da eterna vigilância. À sinistra, encontra-se em campo de prata a figura de um garimpeiro em atividade de lavra, rendendo homenagem histórica à primeira atividade econômica e representando a riqueza mineral existente no Estado.

O escudo está adornado por dois ramos de arroz, um à esquerda e outro à direita, representando o principal produto de exportação e importância agrícola para Roraima. Ao mesmo tempo, encontra-se a figura de um arco e flecha entrecruzados, representando os diferentes povos indígenas e simbolizando a defesa do território. Abaixo, está disposta uma faixa verde, de pontas bipartidas, onde se escreve com letras negras o nome: “ESTADO DE RORAIMA”.

Oferece desta mesma forma o brasão de Roraima um exemplo da mensagem projetada pela “contraposição harmônica” entre os indígenas, simbolizados pelo arco

¹⁷⁷ O brasão do Estado de Roraima foi criado por Antonio Barbosa de Melo e adotado em 14 de junho de 1996, pela lei estadual n.º 133.

¹⁷⁸ Roraima, de acordo com a língua tupi significa “serra verde” (ALVES FILHO, 2000) ou “monte verde” (GERARDI, 2007), palavra formada pela junção de *roro* ou *rorá* (verde) com *imã* (serra ou monte). No entanto, há quem afirme que este nome venha da denominação dos índios pemon, no lado venezuelano, que chamam o monte de *roroima*, isto é, a “montanha verde-azulada”, ou, segundo a língua dos índios ianomâmi, a “montanha trovejante”, devido à instabilidade do tempo na região. No etno dos índios caribes (CARDOSO, 1961), seria a junção de *roro* (papagaio) e *imã* (pai, formador), reportando-a como a “fonte dos papagaios”. Com seus 2.875 metros de altura, o referido Monte Roraima está localizado na Serra de Pacaraima, região de fronteira com a Venezuela e a Guiana, embora o restante da superfície do Estado não ultrapasse a cota dos novecentos metros de altitude.

e flecha *versus* os agricultores e garimpeiros, representados pelos ramos de arroz e a figura humana em ato de lavra.¹⁷⁹ Relembrando as palavras de Stuart Hall (2005), não importa quão diferentes os membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande “família nacional”, que neste caso, em escala regional, procura através do elemento simbólico, propiciar, independente dos contrastes socioculturais, uma agremiação horizontal e profunda, um ideal de fraternidade, conforme descreve Anderson (2005). Por chefe, como a partição mais importante do escudo e na simbologia heráldica a cabeça/comando, coloca-se a natureza no plano da importância, na qual a figura representativa do Monte Roraima, eleito como o símbolo natural, foca-se também na idéia de “crer na unidade através da natureza” (CHAUÍ, 2000).

Uma comparação da evolução da paisagem nos símbolos aparece na análise do primeiro brasão de armas de Alagoas, aprovado pelo decreto n.º 53, de 25 de maio de 1894. Consiste este de um escudo atravessado por uma faixa de ouro no sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita com a legenda “PAZ E PROSPERIDADE”, principal aspiração do povo alagoano (RIBEIRO, C., 1933).

Na base, à sinistra, como representação do comércio e da indústria, há um trem sobre a linha férrea e um barco a vapor, como elementos técnicos na paisagem, dando a idéia do dinamismo econômico em que vivia o Estado. No centro, ao lado direito do escudo, aparece representada a cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia, formada pelo rio São Francisco, como o acidente geográfico mais notável da região, recordando a principal via de comunicação fluvial em território alagoano (RIBEIRO, C., 1933). Na parte superior do escudo, em seu lado direito, há ainda uma estrela radiante de prata (Teta do Escorpião), representando Alagoas como Estado membro da Federação. Por suportes, há um feixe de cana-de-açúcar, à destra, e um ramo de algodoeiro florido, à sinistra, relembrando os principais produtos agrícolas alagoanos. Por timbre, há uma águia deslumbrada em prata, emblema da força, com as asas estendidas e pousada sobre o escudo, cercada ao fundo por uma auréola de ouro. Finalmente, há uma fita de pontas bipartidas, em vermelho, onde está escrito “ESTADO DE ALAGOAS”, e em outra fita menor de

¹⁷⁹ Isso se torna mais evidente ao compararmos os constantes conflitos envolvendo agricultores, garimpeiros, posseiros e povos indígenas quanto ao processo de demarcação territorial da Reserva Indígena “Raposa Serra do Sol” em Roraima pelo Governo Federal a partir de 2005.

mesma cor, no plano inferior, que enlaça os feixes de cana e os ramos de algodoeiro onde se lê “BRASIL”. Ele figurou como símbolo heráldico de Alagoas até 1963, quando o novo brasão foi instituído.

O atual brasão de armas de Alagoas foi adotado em 23 de setembro de 1963, através da lei n.º 2.628. Ele é composto de um escudo português, dividido em três partes, que evocam “as antigas vilas que deram origem a Alagoas”: à destra do escudo partido, sobre um campo de prata, há um rochedo na cor vermelha sustentando uma torre da mesma tinteira, representando a cidade de Penedo, tendo por referência o forte Maurício de Nassau (construído pelos holandeses que se apossaram da região entre 1637-1645); a base em azul com ondas alternadas em prata, chamada de campo aguado, relembra o rio São Francisco e sua posição estratégica para a região. À sinistra desta partição, sobre um fundo prateado, há três morros de goles unidos, sendo o do meio mais alto, dispostos sobre oito faixas, alternadas em prata e azul, que aludem à Porto Calvo, sua região serrana e o mar. Na parte superior do escudo, cortada e ondada em chefe, há três tainhas de prata, nadando sobre o campo azul, que referem-se à antiga Vila de Alagoas, atual Maceió, capital do Estado. Estas três tainhas já figuravam no brasão de armas concedido pelos holandeses a Alagoas em 1638, assim como os montes no brasão holandês referente a Porto Calvo.

Por suportes, à destra, há um colmo de cana-de-açúcar empenado (com flor) e, à esquerda do escudo, um ramo de algodoeiro encapuchado e florido, ambos na sua cor natural, que representam os principais produtos agrícolas alagoanos. Por timbre, está posta uma estrela de prata (Teta do Escorpião), representando Alagoas como membro da Federação. Abaixo, escreve-se com letras em negro, sobre um listel de cor verde, fileitado de ouro, a divisa em latim: *AD BONUM ET PROSPERITATEM*, significando: “Pelo Bem e pela Prosperidade”.

O primeiro brasão de armas de Alagoas revela em suas peças heráldicas a representação alegórica dos elementos do meio técnico que agiam na transformação espacial na paisagem do Estado em finais do século XIX, ambos associados com a idéia de progresso e circulação, em especial à navegação fluvial. Em comparação, o atual brasão de armas de Alagoas é uma representação sintética de três lugares, cujo caráter histórico, enquanto vilas, e ao mesmo tempo, como uma estilização da paisagem, procuram criar a idéia de uma totalidade de seu território, que se faz pelo

recuso da escala num lance de vista.¹⁸⁰ Os elementos agrícolas (cana-de-açúcar e algodão) figuram nos dois brasões, indicando certa imutabilidade deste setor na economia alagoana até meados do século XX.¹⁸¹

No caso do Estado do Ceará, o primeiro brasão foi instituído pelo governador Antonio Pinto Nogueira Accioly, cuja iniciativa de mandar criar o desenho foi depois aprovada através da lei n.º 393, datada de 11 de setembro de 1897. Nesta versão inicial, as armas do Ceará eram compostas de um escudo “polônio”, fendido e cosido (dividido com a mesma cor) em verde, bordado de prata. O plano inferior do escudo estava semeado de estrelas brancas, dispostas quantos fossem os municípios cearenses¹⁸² na época; o plano superior era adornado por uma pomba estilizada em prata. Sobre este havia por timbre um forte de construção antiga, na cor ouro e com uma porta negra, relembrando a origem da capital Fortaleza.

Completando o desenho, havia uma elipse no centro do escudo, onde se destacava uma parte do seu litoral, com a enseada e o farol do Mucuripe, pontos de destaque da capital cearense na época de sua adoção. Na linha do horizonte destacava-se o sol nascente e sobre o oceano uma jangada enfundada ao vento, simbolizando a relação dos cearenses com os recursos providos do mar e o trabalho da pesca.¹⁸³ Sobre a praia havia uma carnaubeira, em verde, símbolo das riquezas naturais do Estado, embora, com o tempo ela foi substituída por uma palmeira, coqueiro e até uma bananeira conforme se descaracterizavam os desenhos do brasão. No período de 1897-1937 e 1947-1967 o escudo estava ladeado por um ramo de algodão, à sinistra e outro de fumo, à sua destra, ambos dispostos em suas

¹⁸⁰ Em síntese, podemos partir da superposição de que a escala possui quatro campos fundadores: o referente, a percepção, a concepção e a representação. Estes campos definem, pois, uma figuração do espaço que não é somente uma caracterização de um espaço em relação a um referencial, mas uma figuração de um espaço mais amplo do que aquele que pode ser apreendido em sua globalidade, ou seja, **“é a imagem que substituiu o território que ela representa”** (CASTRO, 1995, p. 136). (grifo nosso)

¹⁸¹ Com relação ao aspecto econômico de Alagoas, ressalta Alves Filho (2000, p. 19) que “tanto a criação dos primeiros estabelecimentos fabris na província, na segunda metade do século XIX, quanto a urbanização de Maceió ou o apoio dado à navegação fluvial por essa mesma época podem ser considerados como medidas modernizadoras típicas, já tomadas em outros pontos do país. Apesar disso, elas não logram servir de contraponto ao enorme poder das oligarquias locais. Voltadas para a exploração da cana-de-açúcar [...] e, em menor escala, do algodão, essas oligarquias controlavam praticamente todos os setores da vida alagoana.

¹⁸² No que se refere às estrelas, nas versões dos brasões usadas entre 1897-2007, a quantidade de estrelas presentes no escudo também variou, trazendo 30, 43 ou 52 astros. A última versão antes da correção por ato de lei em 2007 tinha um total 34 estrelas. Tal fato já não correspondia à realidade do quadro de entidades municipais cearenses, que somam atualmente 184 unidades conforme o IBGE (2009).

¹⁸³ Ela relembra, ainda, a figura do lendário “Dragão do mar”, herói jangadeiro do pioneiro processo abolicionista cearense no século XIX (SECULT/CEARÁ, 2008).

cores naturais e atados por uma fita na cor encarnada na base, representando as principais riquezas agrícolas do Ceará.

Por sua vez, em virtude da necessidade de sua atualização, o brasão de armas do Ceará foi alterado pelas leis n.º 13.878 de 23 de fevereiro de 2007 e pela lei n.º 13.897 de 21 de junho do mesmo ano. Do desenho original, de 1897, ele compõe-se de um escudo “polônio”, fendido e cosido (dividido na mesma cor), em verde e bordado de prata, cuja metade inferior apresenta sete estrelas de mesmo metal, que representam atualmente, conforme a correção adotada, as mesorregiões do Estado, sendo elas: a Metropolitana de Fortaleza; Jaguaribe; Sertões, Noroeste, Norte, Centro-Sul e Sul Cearense.

Por timbre manteve-se o antigo forte, na cor dourada, com portas e janelas em negro; representa este símbolo a capital Fortaleza e remete ao forte o local onde se formou a primeira vila do Ceará. Sobre o escudo, há uma elipse, ao centro, em que estão inseridos elementos da paisagem do Estado, na região da capital. Na linha do horizonte há o sol nascente com seus raios, sobre este aparece o farol do Mucuripe (atualmente como um patrimônio histórico)¹⁸⁴ representa a orientação, o porto seguro e a luz noturna que guiava aos que chegavam e partiam. Acompanha a faixa litorânea o Oceano Atlântico, em azul, a jangada, conforme a representação do primeiro brasão.

Também reaparece no desenho a figura da carnaúba (*Copernicia prunifera*), símbolo natural e oficial do Estado desde 2004.¹⁸⁵ Sendo os carnaubais presentes nas planícies aluviais do semi-árido cearense e por se tratar de uma planta adaptada ao clima semi-árido, essa espécie oferece também possibilidades de atividades econômicas mesmo durante os períodos de estiagem, tratando-se portanto de importante alternativa na composição da renda familiar das comunidades rurais (CEARÁ, 2008). No desenho atual, a pomba branca – símbolo da paz, da liberdade e do abolicionismo – foi deslocada para o alto do escudo oval. Complementam a figura, a representação do litoral e do sertão, ambas ao natural. Em verde, destacam-se as serras (em especial a região da Serra do Maciço de Baturité), como referências à beleza natural do Ceará.

¹⁸⁴ Este farol, localizado na ponta do Mucuripe, em Fortaleza, esteve em funcionamento até 1957.

¹⁸⁵ Tornou-se símbolo oficial do Estado através do decreto n.º 27.413 de 30 de março de 2004.

Figura 24: Brasões estaduais: paisagem e lugar.



Espírito Santo (1947)



Mato Grosso (1918)



Rio de Janeiro (1965)



Roraima (1996)



Alagoas (1895-1963)



Alagoas (1963-)

Figura 25: Brasões e bandeiras do Ceará.



Primeiro Brasão (1897-1967)



Primeira bandeira (1922-1967)



Segundo Brasão (1967-2007)



Segunda bandeira (1967-2007)



Atual brasão de armas (2007-)



Atual bandeira (2007-)

Fotografia 5: Morro de Santo Antônio de Leverger visto a partir da região central de Cuiabá-MT.



Foto: Amanda Regina Gonçalves (2008).

Imagem 1: Vista da Ponta do Mucuripe e da região metropolitana de Fortaleza (CE).

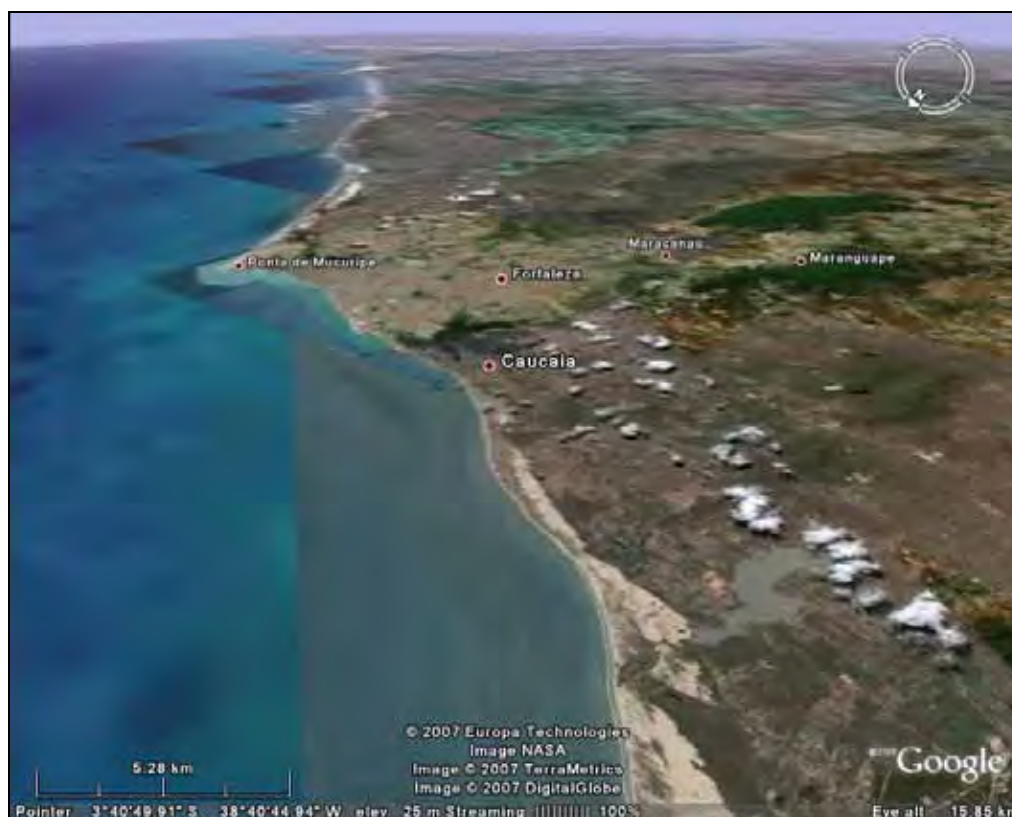


Imagem gerada pelo programa *Google Earth* em 25 de novembro de 2007.

Já a bandeira cearense, apresentando o mesmo modelo de desenho que a bandeira nacional,¹⁸⁶ traz em sua elipse branca o brasão de armas do Estado. Desde a sua primeira adoção oficial,¹⁸⁷ esta vem acompanhando a evolução deste símbolo heráldico, como um claro recorte seletivo dos elementos que compõem a paisagem na região de Fortaleza, tendo como recurso escalar a representação de seu interior pela figura da carnaúba e pela estilização das serras.

6.4 Símbolos de “caráter nacional”

Dentre os símbolos presentes nos Estados da federação brasileira, existem aqueles que pelas circunstâncias histórico-políticas prolongaram sua existência além das revoluções a que serviram como aparato. Eram esses símbolos assim pensados e projetados como “símbolos nacionais” em sua primeira instância, que passaram a resistir, tanto por conta das forças cívicas, quanto pelo sentimento regional/local, como uma forma/estratégia de reviver e criar um imaginário de passado glorioso. Embora contendo referências muito mais históricas do que do próprio conteúdo geográfico em si, esses símbolos portam-se como elementos “ausentes/fora” da escala regional. Como símbolos estaduais, estes são objetos de afirmação “regional” em si, mas guardam em sua estrutura gráfica, sintaxes e semânticas “nacionais”.

Essa manifestação dos ideais de nacionalidade apareceu de forma evidente nos brasões revolucionários do Rio Grande do Sul e do Acre. Além do ideal farroupilha expresso na bandeira gaúcha e da liberdade acreana retratada em seu pavilhão, as idéias republicanas já estavam presentes quando da criação das bandeiras do Estado de São Paulo e do Maranhão, sob o ideal das três raças formadoras do povo brasileiro, no primeiro caso, como projeto para um símbolo nacional, e no segundo, como ideal da diversidade étnica.

¹⁸⁶ Embora mantivesse o desenho da bandeira brasileira, o losango tocava as bordas do retângulo na primeira versão da bandeira (1922-1967), o que pode ser chamado na linguagem heráldica de bandeira “lisonjada”, assim como era o modelo do pavilhão Imperial.

¹⁸⁷ O desenho da primeira bandeira do Ceará é creditado ao comerciante João Tibúrcio Albano, que substituiu a esfera celeste da bandeira do Brasil, por uma de cor branca, colocando ao centro o primeiro brasão de armas do Estado, adotado em 1897. A idéia de Albano estimulou outros estabelecimentos públicos a utilizarem aquele modelo de pavilhão, que passou a tremular nos eventos cívicos da capital cearense. A bandeira, então aprovada em 1922, foi reformulada em 1967, sendo que seu atual desenho foi novamente modificado pelas leis n.º 13.878, de 23 de fevereiro de 2007 e n.º 13.897, de 21 de junho do mesmo ano.

No contexto das revoltas separativas no Brasil, o atual brasão de armas do Rio Grande do Sul (do mesmo modo que o hino e a bandeira) foi criado durante a proclamação da República Rio-Grandense, em 1836, recebendo este a influência maçônica em sua constituição simbólica (SAVARIS/IGTF, 2008), principalmente da maçonaria francesa, de inspiração republicana, da qual boa parte dos membros do Partido Liberal Rio-Grandense eram adeptos. As atuais armas do Estado derivam assim, dos brasões de Mariano de Mattos e Bernardo Pires, bem como nos existentes nas alegorias do padre Chagas e padre Hidelbrando, todos eles membros da maçonaria e da qual se apoiavam em tais alegorias para expressar seus ideais e valores.

O atual brasão compõe-se de um escudo oval em campo de prata, cujo formato lembra a idéia do ovo, da nova vida, portanto, da constante e imensurável perpetuação dos valores republicanos da qual acreditavam os farroupilhas; o escudo oval é também o usado pelas autoridades eclesiásticas. A cor prata é símbolo de pureza, harmonia e paz, bem como está associada à modernidade e à inovação. Sobre o centro do escudo, há um quadrilátero de prata com um sabre de ouro, em pala, sustentando na ponta um barrete frígio (vermelho), entre dois ramos floridos e ao natural, um de fumo, à destra e outro de erva-mate, à sinistra, que se cruzam sobre o punho do sabre. O quadrilátero está inscrito num losango verde, com duas estrelas de ouro colocadas nos ângulos superior e inferior.

O sabre ou espada, com a lâmina e guarda, é o símbolo universal do poder, da força e da justiça e o barrete frígio cobrindo sua ponta é a peça de vestuário usada pelos revolucionários franceses, simbolizando a liberdade dos ideais republicanos. Os ramos de fumo e erva-mate representam a fertilidade da terra, num primeiro momento, mas também a importância desses produtos agrícolas.¹⁸⁸

O losango forma dois triângulos retângulos e dois triângulos isósceles e as estrelas de ouro simbolizam a vida e sua evolução, na qual, com o formato de pentagrama, representam a condição humana, valorizada pela cor amarela. Os triângulos isósceles apontam para duas colunas jônicas, em ouro, que foram pilares de sustentação utilizados ao longo da história para expressar os sentimentos religiosos, comemorativos, artísticos e arquitetônicos; elas estão preservadas no

¹⁸⁸ Há de se observar que já foram estes ramos, de café e fumo no painel do padre Chagas; ramos de mate e trigo nas armas de Bernardo Pires e supostamente acácia e fumo no brasão de Mariano de Mattos. O losango pode ser interpretado como a união de dois triângulos e este alude à comunicação entre o superior e o inferior, ou o céu e a terra, o Deus e o homem.

brasão vigente e figuram em todos os brasões históricos sul-rio-grandenses, sendo símbolos maçônicos por excelência, pois estão ligadas ao “venerável mestre”. Elas são caracterizadas por possuir um capitel – remate ou parte superior – ornado por duas volutas naturais, e seu estilo jônico indica que seu significado está ligado à sabedoria.¹⁸⁹

Figuram sobre as colunas duas balas de canhão antigo (conforme descritas na legislação de 1966) e, embora sejam peças de artilharia, há certa discordância sobre o seu uso pelos idealizadores daqueles brasões históricos (SAVARIS/IGTF, 2008), sendo provavelmente um erro de interpretação desta figura, que se apresentaria, na verdade, em forma da esfera celeste ou globo terrestre.

No quesito geográfico, o brasão de armas vigente apresenta um campo verde com três suaves ondulações que serve de base para as duas colunas e o losango central. Representam três coxilhas, lembrando um dos relevos característicos do Rio Grande do Sul, entretanto, são apenas uma herança do brasão de Mariano de Mattos, pois o escudo de Bernardo Pires, apresenta, por sua vez, as colunas sobre rochedos (e não coxilhas), ficando o triângulo eqüilátero inferior do losango central do brasão postado entre esses e suspenso.¹⁹⁰

O brasão compõe-se de uma bordadura em azul, cujo texto está atribuído ao escudo de Bernardo Pires (onde originalmente a bordadura era em ouro) em que se lê, com letras de ouro: “REPÚBLICA RIO-GRANDENSE” e “20 DE SETEMBRO DE 1835”, entre duas estrelas de mesma cor.¹⁹¹

Compõem os ornamentos exteriores, ou troféus, quatro bandeiras tricolores, como aquelas que arvoraram durante a proclamada República Rio-Grandense, nas cores verde, vermelha e amarela, entrecruzadas, duas a duas, com as hastes rematadas em flor-de-lis invertida, de ouro. As duas bandeiras dos extremos estão decoradas com uma faixa vermelha com bordas de ouro, atada junto à ponta flor-de-lisada, simbolizando os ideais republicanos. Há, por detrás do escudo oval, uma lança de cavalaria vermelha, rematada por uma ponta em flor-de-lis invertida –

¹⁸⁹ Há outros dois tipos, o dórico e o coríntio, representando, respectivamente, a beleza e a força.

¹⁹⁰ Nos painéis alegóricos dos padres Chagas e Hidelbrando, as colunas e o losango têm por base um campo verde plano, onde aparecem um cavalo, um boi e um carneiro, como alusão à economia pecuária do Rio Grande do Sul.

¹⁹¹ A primeira refere-se à experiência republicana impetrada pelos farroupilhas em 12 de setembro de 1836, pelo coronel Antônio de Souza Neto, após a vitória das tropas farroupilhas no “Combate de Seival”, no Campo dos Menezes, enquanto a referida data marca o início do movimento revolucionário que embalou o ideal republicano com a “Batalha da Ponte da Azenha” e a tomada da capital Porto Alegre.

símbolo da pureza, do poder e da soberania – e quatro fuzis armados de baionetas de ouro, ambos representados apenas pelas pontas; a lança representa a cavalaria, enquanto os fuzis homenageiam a infantaria farroupilha. Há também, dois tubos de canhão, em negro, entrecruzados e semi-encobertos pelas bandeiras, que são uma representação da artilharia das forças farroupilhas. Completa o brasão de armas um listel de prata, onde se escreve com letras em negro a divisa: “LIBERDADE, IGUALDADE, HUMANIDADE”.¹⁹²

Este símbolo foi oficialmente adotado pela lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966, que justificou e descreveu detalhadamente suas especificações e seu caráter histórico como o brasão de armas do Estado do Rio Grande do Sul.¹⁹³

O mesmo aconteceu no caso do símbolo vexilológico, pois a bandeira do Rio Grande do Sul tem sua autoria atribuída a Bernardo Pires; segundo outros historiadores (SAVARIS/IGTF, 2008), ela foi idealizada por José Mariano de Mattos, tendo apenas o desenho ficado a cargo de Pires. A primeira bandeira, criada pelos republicanos farroupilhas era quadrada e não possuía o brasão de armas ao centro. Segundo relatos históricos, sua origem ocorreu nove meses após um fato acontecido em 6 de fevereiro de 1836:

[...] Da vila notou-se, pela primeira vez, que os esquadrões rebeldes portavam dois estandartes imperiais, com outros vermelhos. Em Itapuã, no forte recém construído, desdobravam-se estas duplas insígnias, cujas cores, em novembro, se casariam em um só pavilhão, conforme publicaram os jornais da época. Surgia em plena guerra, a heróica bandeira farroupilha, que o Estado conserva ainda hoje como o seu símbolo supremo (FAGUNDES, 1984, p.115).

Os verdadeiros motivos que levaram os autores a adotar as respectivas cores daquele estandarte são desconhecidos, embora se possa afirmar, através de várias interpretações (SAVARIS/IGTF, 2008), que as cores derivam da bandeira brasileira

¹⁹² Embora o lema estivesse ligado aos ideais da revolução francesa, com a legenda histórica “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, ele não foi diretamente copiado da mesma, que se consolidou depois, com a Segunda República Francesa (1848), mas pela influência filosófica dos ideais da maçonaria, sendo que o uso da palavra “Humanidade” tornou-se para os líderes farroupilhas um conceito mais amplo e que engloba a palavra “Fraternidade” (SAVARIS/IGTF, 2008).

¹⁹³ Quando foi implantada a República no Brasil, tanto na primeira constituição sul-rio-grandense (1891), quanto na segunda (1892), o brasão de armas não figurou no texto, que só considerava como símbolo as insígnias do pavilhão tricolor farroupilha, provavelmente por seus legisladores desconhecerem a bandeira original, que não continha as armas. Tal equívoco aconteceu, provavelmente, porque durante as manifestações populares era inserido artesanalmente um brasão no centro da bandeira, o que não havia ficado claro no texto da constituição, fato este que também aconteceu no artigo 237 da constituição de 1947, deformando sua construção, uso e representação.

(verde e amarelo) e a faixa vermelha que a atravessa na diagonal significa a “Revolução” que ocorreu entre o Estado (a chamada República Rio-Grandense) e o Império do Brasil na época. De fato, converteu-se a cor encarnada como sendo a dos revolucionários, enquanto o verde-amarelo eram respectivamente, as cores da esperança e da firmeza, das matas e da riqueza do solo e da lealdade e da fidelidade à pátria comum (esta última versão depois de cessados os ardores revolucionários).

Após a proclamação da República no Brasil (1889), a constituição estadual do Rio Grande do Sul de 1891 apenas estabeleceu que as cores da bandeira eram derivadas da bandeira farroupilha de 1836, na qual era por vezes inserido artesanalmente o brasão de armas. Ao ser adotada a atual bandeira do Rio Grande do Sul pela lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966, procurou esta conservar as cores da bandeira farroupilha, agora sob formato retangular em que se insere, ao centro, uma elipse vertical, em branco, com o tradicional brasão de armas do Estado.

Fato semelhante ocorreu com o território do Acre independente, quando da criação de seu primeiro brasão de armas (1902-1903) por Luís Galvez. Porém, após uma ampla vitória sobre as tropas bolivianas, Plácido de Castro decidiu modificar o desenho do brasão em 1902, que guarda muita semelhança com o símbolo de sua terra de origem, o Rio Grande do Sul.

Ele compõe-se de um escudo oval, onde se insere um rio de prata, simbolizando o rio Acre, que deu nome ao Estado.¹⁹⁴ Sobre ele, um leopardo passante relembra a bravura dos que lutaram pela independência, tendo ao fundo uma seringueira (*Hevea brasiliensis*), como principal riqueza natural da região, pertencente ao domínio da floresta perenifólia hileiana amazônica. Quanto ao simbolismo deste animal, comenta Pereyra (1947, p. 86) que “os leopardos simbolizam alguma empreitada arriscada, executada com valor e rapidez; o que infere à compleição ágil e arriscada desse animal”. O escudo estava circundado por uma borda prateada, onde se escrevia “ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE”, com a data “7 de Agosto de 1902”.

¹⁹⁴ O nome Acre deriva do termo *a'quiri* ou *a'kiru*, uma corruptela da palavra *uwákürü*, vocábulo que no dialeto da tribo Ipurinã significava “rio verde”, ou ainda, segundo outras fontes, da palavra *áquiri*, uma touca de penas usada pelos índios Munducurus. Segundo relatos históricos (GIRARDI, 2007), em 1878, o colonizador João Gabriel de Carvalho Melo fez um pedido por escrito da foz do rio Purus a um comerciante paraense para que uma série de mercadorias fossem enviadas à “boca do rio Aquiri”. O comerciante, não entendendo a letra de Melo, que pareceu ter escrito algo semelhante a “Acri” ou “Aqri”, determinou que as compras fossem entregues com o destino de rio “Acre”.

Figuram, ainda, atrás deste, uma espada de prata, encimada por um barrete frígio vermelho, representando os anseios republicanos de uma nação acreana independente. Abaixo corre um listel de prata que apresenta a mesma frase latina usada pelos inconfidentes mineiros: *LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN* (Liberdade, ainda que tardia) sobre uma estrela solitária na cor vermelha.

Ladeiam o escudo quatro pavilhões acreanos, conforme o desenho proposto por Plácido de Castro na época, tendo à destra um ramo de café e na sinistra um ramo de fumo. Ao fundo do escudo e das armas, aparece um sol de ouro com seus raios, simbolizando a liberdade conquistada. Assim, muito desse símbolo inspirou-se no brasão de armas adotado no Brasil República (o sol de ouro, a espada, os ramos de café e tabaco), como das influências que os brasões de Mariano de Mattos e Bernardo Pires deram ao símbolo sul-rio-grandense (a disposição das bandeiras, o escudo oval, as espadas).

O atual brasão de armas do Estado do Acre foi modificado em 1989,¹⁹⁵ cuja lei n.º 1.173, de 22 de dezembro de 1995, regulamentou e definiu a forma de sua atual apresentação.¹⁹⁶ Ele manteve o escudo oval encimado por um barrete frígio, em que aparece no escudo uma estrela solitária, encarnada, no plano inferior à sinistra, que expressa o ideal de perfeição, repousando sobre um campo verde, que representa a riqueza do solo e da vegetação, a esperança, a honra, a liberdade, a amizade e a cortesia. Sobre este, corre um rio de prata, representando o rio Acre e, acima dele, ao centro, figura um leopardo solitário passante, indo à frente, como símbolo da altivez, da ferocidade e da força. Atrás deste animal, figura uma seringueira em suas cores naturais, símbolo da histórica riqueza acreana e da vida perpétua em evolução e ascensão. Ao fundo aparece o céu, em azul, símbolo da justiça, da formosura, da serenidade, do caminho infinito, das grandes aspirações.

¹⁹⁵ Durante a gestão do governador do Território Federal do Acre, o doutor Epaminondas Jácome, foi criado por meio da resolução n.º 45, de 22 de maio de 1922, o segundo brasão acreano (1922-1989), modificando o escudo original de 1899 e suas alterações de 1902-1903. Ele foi baseado nas armas do Brasil republicano, tendo uma esfera de fundo azul, filetada de ouro, ornamentada e circundada por 20 estrelas, representando os Estados existentes na época e uma estrela vermelha, ao alto, simbolizando o Acre. A esfera está assentada sobre uma estrela, com as cores nacionais, verde-amarelo, filetada de vermelho, tendo uma espada de prata. Atravessando a espada, estende-se uma faixa de prata, sendo no seu interior, do lado esquerdo, a inscrição da data 06/08/1902 e do lado direito 24/01/1903, ambas respectivamente indicando o início e o fim da Revolução Acreana. As armas estão assentadas sobre um sol de ouro, símbolo da fama, da luz, da glória e da liberdade, cujo entorno da estrela, tem por divisa os dizeres em latim: *NEC LUCEO PLURIBUS IMPAR* (Não inferior a muitas estrelas). Seu desenho vigorou até 1989, quando foi substituído pelo atual brasão.

¹⁹⁶ Foi adotado na administração do então governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, baseando-se nos dois primeiros brasões criados anteriormente, após projeto de lei enviado pelo deputado Said Filho, com ajuda do historiador e heraldista José Wilson Aguiar.

O escudo apresenta-se ainda, com uma bordadura em prata, onde se adotou a frase em latim, criada em 1922, pelo governador da época, Epaminondas Jácome, derivada do segundo brasão acreano: *NEC LUCEO PLURIBUS IMPAR* (Não inferior a muitas estrelas). Ladeiam o escudo, em troféu, quatro bandeiras acreanas, estando guardadas por um ramo de café, à destra e um ramo de tabaco, à sinistra, entrelaçados por duas espadas de punho entrecruzadas, símbolo da força humana. Sob este, aparece um listel filetado em prata, símbolo da paz, da pureza e sabedoria, com as datas escritas em preto, à destra “6-8-1902”, início da chamada “Revolução Acreana”; à sinistra “24-1-1903”, o término da referida revolução e, ao centro, o dia “15-6-1962”, representando a elevação do ex-Território Federal do Acre à condição de Estado membro da Federação. Abaixo desta última, aparece uma âncora, em negro, símbolo da firmeza, da solidez, da tranquilidade e da fidelidade – tudo assentado sobre os raios um sol de ouro, símbolo da glória e liberdade.

Tanto os brasões do Rio Grande do Sul, como o do Acre, guardam semelhanças no que se refere à sua estrutura gráfica – o primeiro influenciando o segundo por razões revolucionárias –, portando-se dessa maneira como símbolos de “caráter nacional” por terem sido criados e pensados nos anseios de se formar uma nação independente. Isso se justifica quando se compara a estrutura gráfica dos brasões criados no século XIX dos países sulamericanos, onde o ideal republicano forjou modelos muito semelhantes, como nos casos da Bolívia (1826) e Equador (1900).¹⁹⁷

No caso de São Paulo, a bandeira paulista não foi feita, inicialmente, para ser o símbolo do “Estado bandeirante”, mas foi idealizada para servir como a “nova bandeira brasileira”, quando viesse a ser proclamada a República. Ela foi projetada pelo escritor Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890) e publicada inicialmente num artigo escrito por ele no primeiro número do jornal “O Rebate”, do qual era fundador e orientador, na data de 16 de julho de 1888, fato este que ocorreu poucas semanas após a assinatura da abolição da escravatura no Brasil.

¹⁹⁷ No caso do Rio Grande do Sul, pode-se inferir que devido à proximidade daquela zona de fronteira com as demais nações platinas de fala espanhola, além das influências da maçonaria francesa durante os ardores revolucionários, esses fatores devem ter ajudado na constituição do brasão de armas rio-grandense. Já no caso acreano, permeavam ainda as influências do brasão do Brasil republicano, mostrando que esse ideal de nacionalidade também se calcava em modelos já existentes, provavelmente por seus criadores não serem especialistas em heráldica.

Figura 26: Brasões de caráter nacional (Rio Grande do Sul, Acre) e nacional (Bolívia, Equador)



Brasão de Bernardo Pires (1836)



Atual brasão do Rio Grande do Sul (1966)



Primeiro brasão do Acre (1899)



Atual brasão do Acre (1989)



Brasão da Bolívia (1826)



Brasão do Equador (1900)

Em seu desenho original, a bandeira paulista era composta de quinze faixas horizontais alternadas, chamadas de burelas, com oito pretas e sete brancas. No canto superior esquerdo de quem a contempla, havia um retângulo vermelho, de aproximadamente um terço da extensão horizontal, ocupando o espaço de cinco faixas. No centro desse cantão retangular ficava um círculo branco e dentro dele estampava-se o mapa do Brasil, na cor azul (que continha o formato das fronteiras nacionais da época) e nos cantos do mesmo haviam quatro estrelas amarelas.

Júlio Ribeiro, mineiro natural de Sabará, filho de pai norte-americano e mãe brasileira, era um fervoroso partidário republicano e procurou naquele artigo, além realizar duras críticas ao pavilhão que servia ao Império, justificar a nova bandeira (FEDERICI, 1981). Na voz do autor, o seu significado estava descrito assim:

Esta bandeira preenche tudo o que se possa desejar [...] simboliza de modo perfeito a gênese do povo brasileiro, as três raças de que ela se compõe – branca, preta e vermelha. As quatro estrelas a rodear o globo, em que se vê o perfil geográfico do país, representam o Cruzeiro do Sul, a constelação indicadora de nossa latitude austral. Assim, pois, erga-se firme, palpite glorioso o Alvo-Negro Pendão do Cruzeiro! (RIBEIRO, 1888; apud FEDERICI, 1981).

A bandeira teve uma vida efêmera depois desse período, chegando, entretanto, a ser hasteada no palácio do governo provincial de São Paulo alguns dias após a Proclamação da República. Os republicanos no Rio de Janeiro, que utilizaram um modelo parecido, mantendo as cores verde e amarela, acabaram por consagrar em 19 de novembro de 1889 o atual modelo de nossa bandeira nacional.

Foi pouco antes e durante o Movimento Constitucionalista de 1932 que a bandeira de Júlio Ribeiro voltou a aparecer com força, no qual se acabou cristalizando naquele ardor patriótico e bélico como o símbolo do povo paulista, que passou a considerá-la como a sua bandeira a partir de então.¹⁹⁸

A bandeira foi restaurada pelo decreto-lei n.º 16.349 de 27 de novembro de 1946, na qual veio a se tornar oficial pela lei n.º 145 de 3 de setembro de 1948, considerando-a “já consagrada por velho uso” ou, referindo-se à ela como “a tradicional”. Esta última disposição apresentava em seu texto uma interpretação da bandeira paulista muito mais voltada aos sentimentos de cunho nacionalista, que foi

¹⁹⁸ Como não foi feita com o objetivo de ser um símbolo exclusivamente paulista, ela foi desde os alvares de República se consagrando pelo uso e tradição, sem que, no entanto, nenhum ato oficial a adotasse, fato este que durante a década de 1910 ela era considerada apenas a “bandeira escolar” do Estado de São Paulo, portanto, de uso restrito ainda (FEDERICI, 1981).

descrita assim: “A bandeira de São Paulo significa que noite e dia (campo burelado de preto e branco) o nosso povo está pronto para verter o seu sangue (cantão vermelho) em defesa do Brasil (círculo e silhueta geográfica) nos quatro pontos cardeais (estrelas de ouro)”.

Nesse sentido, pode-se recordar ainda, que as três cores apontadas referem-se às três raças formadoras do povo brasileiro (o branco, o negro e o indígena) que tiveram participação ao longo da história do Estado; o círculo branco, representa o globo terrestre e nele a silhueta geográfica do país, na qual os bandeirantes paulistas ajudaram a moldar suas fronteiras e cuja cor azul, na heráldica é o símbolo de fidelidade à nação brasileira.

A interpretação dada aos elementos presentes na bandeira também passou a ter outra alcunha transportada para o texto da lei, a “bandeira das treze listas”. Os fatos pelos quais levaram a bandeira original a compor-se de quinze listas são complexos e desconhecidos,¹⁹⁹ pois o artigo de Júlio Ribeiro não contemplava essa explicação (FEDERICI, 1981). Em 1934, o poeta Guilherme de Andrade e Almeida dedicou-lhe um poema intitulado “Nossa Bandeira”, traduzindo o momento cívico pelo qual tinha passado o povo paulista, o que acabou também por consagrar as treze listas poetizadas desse pavilhão e seus múltiplos significados:

Nossa Bandeira

Bandeira de minha terra,
Bandeira das treze listas:
São treze lanças de guerra
Cercando o chão dos Paulistas!

¹⁹⁹ Com o tempo, ao se transformar na bandeira do povo paulista, o pavilhão passou a contar com treze listas, o que ainda é alvo de várias hipóteses. Uma delas seria o fato de que as burelas, em número de treze, se ajustavam melhor às proporções da bandeira (FEDERICI, 1981), enquanto outros apontam, no entanto, que ela procurou-se adequar, por motivos estéticos, ao exemplar já consagrado da bandeira norte-americana (FREITAS, 1953), a qual contém o mesmo número de faixas. Tal configuração deve ter ocorrido na época da Revolução Constitucionalista, quando esta bandeira passou a ser revivida e amplamente divulgada, pois na década anterior as poucas notícias sobre ela apontavam-na, ainda, com quinze listas. Uma variante desta bandeira, usada durante a revolução, apresentava o cantão vermelho quadrangular que contemplava o espaço de sete burelas da bandeira.

Prece alternada, responso
Entre a cor branca e a cor preta:
Velas de Martim Afonso,
Sotaina do Padre Anchieta!

Bandeira de Bandeirantes,
Branca e rota de tal sorte,
Que entre os rasgões tremulantes
Mostrou a sombra da morte.

Riscos negros sobre a prata:
São como o rastro sombrio
Que na água deixava chata
Das Monções subindo o rio.

Página branca – pautada
Por Deus numa hora suprema,
Para que, um dia, uma espada
Sobre ela escrevesse um poema:

Poema do nosso orgulho
(Eu vibro quando me lembro)
Que vai de nove de julho
A vinte e oito de setembro!

Mapa de pátria guerreira
Traçado pela Vitória:
Cada lista é uma trincheira;
Cada trincheira é uma glória!

Tiras retas, firmes: quando
O inimigo surge à frente,
São barras de aço guardando
Nossa terra e nossa gente.

São dois rápidos brilhos
Do trem de ferro que passa:
Faixa negra dos seus trilhos,
Faixa branca da fumaça.

Fuligem das oficinas;
Cal que as cidades empoa;
Fumo negro das usinas,
Estirado na garoa!

Linhas que avançam; há nelas,
Correndo num mesmo fito,
O impulso das paralelas
Que procuram o infinito.

Desfile de operários;
É o cafezal alinhado;
São filas de voluntários;
São sulcos do nosso arado!

Bandeira que é o nosso espelho!
Bandeira que é a nossa pista!
Que traz, no topo vermelho,
O coração do Paulista!

O ideal das três raças também aparece na bandeira do Estado do Maranhão, criada pelo poeta Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902),²⁰⁰ que se inspirou na bandeira dos Estados Unidos para criar o pavilhão estadual, oficializado em 21 de dezembro de 1889. Segundo o autor, as nove listras, sendo três vermelhas (índios), as quatro brancas (brancos) e as duas pretas (negros) representam a união e a mistura racial que caracterizam o povo brasileiro e maranhense. O cantão superior, em azul, representa o céu do Brasil, na qual está assentada uma estrela branca (Beta, da constelação do Escorpião) que representa o Maranhão na bandeira brasileira como membro da Federação.

Sendo as duas bandeiras pautadas no modelo gráfico da bandeira norte-americana, cujo ideal de federação estava expresso nas treze listras, representando as treze colônias originais, procuraram esses pavilhões substituir semanticamente a faixa, enquanto atributo territorial, pelo atributo social; ambas representando negros, brancos e índios como componentes primeiros grupos de sua formação étnica no final do século XIX, com influências do (pós) abolicionismo e do indianismo.²⁰¹

²⁰⁰ Conhecido por “Sousândrade”, este autor se formou em letras pela Universidade de Sorbonne; também viveu em terras norte-americanas, o que justificaria o uso do desenho da bandeira maranhense como clara inspiração advinda do pavilhão dos Estados Unidos (MEIRELLES, 1972).

²⁰¹ No mesmo momento ainda estava em curso o que Darcy Ribeiro (2006) cunhou como “branqueamento” do povo brasileiro. Além do próprio indianismo como movimento literário, o autor (2006, p. 126) acrescenta que: também o movimento nativista do século XIX, identificado como indianismo, foi uma assunção de qualidade de nativos não portugueses que se achavam muito melhores do que os lusitanos. Muito se fala em identidade em termos psicológicos e filosóficos que pouco acrescentam ao fato concreto e visível: é o surgimento do brasileiro, construído por si mesmo, já plenamente ciente de que era uma gente nova e única, se não hostil pelo menos desconfiada de todas as outras. Baseando-se na tabela de crescimento populacional segundo a cor fornecida pelo IBGE (1993) [In: RIBEIRO, D, 2006], em 1872, o percentual de negros na população brasileira somava 20%, enquanto o de brancos correspondia a 38%, os pardos eram 42%; em 1890, por sua vez, o percentual de negros era de 15%, o de brancos chegava 44% e o de pardos a 41% - englobados nesta parcela os indígenas não alcançavam 5% dos totais nos dois períodos. Complementa esta afirmação Machado (1980, p. 69-70) ao expressar que “somente mais tarde, quando se afrouxaram as hierarquias sociais, ao longo das fases históricas e, principalmente, durante as crises econômicas e político-militares, é que a estratificação étnica começa a fundamentar o processo de consciência nacional (como fenômeno étnico-cultural) até hoje em pleno curso. Contudo, a heterogeneidade observada, em lugar de constituir “um fator insuperável de diferenciação que levaria à fragmentação inevitável, se tornava, ao contrário, base e condição da primeira integração, de uma integração viva e não estática, como a haviam conceituado os antigos estudiosos brasileiros, de uma integração perpetuamente se fazendo, perpetuamente em devenir”.

Figura 27: Pannel do padre Hidelbrando, mostrando o brasão rio-grandense.



Imagem disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br>>

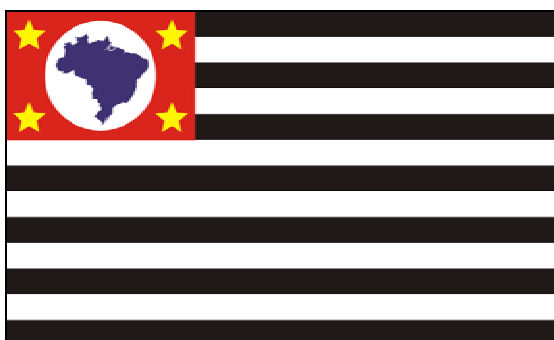
Figura 28: Bandeiras de caráter nacional: Rio Grande do Sul, Acre, São Paulo e Maranhão.



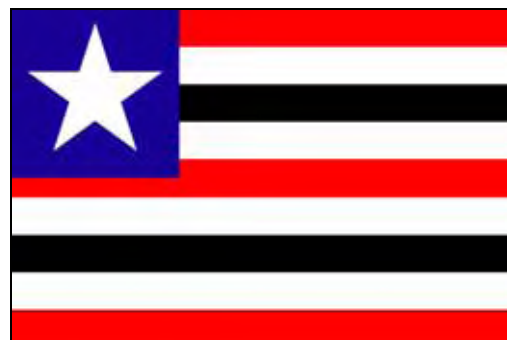
Bandeira do Rio Grande do Sul (1966)



Bandeira do Acre (1921)



Bandeira de São Paulo (1932)



Bandeira do Maranhão (1889)

6.5 Narrando o território

Reserva-se este subcapítulo a dedicar atenção ao caráter geográfico presente nos hinos dos Estados brasileiros, através da análise de sua narrativa, onde busca-se a interpretação da espacialidade humana, pelos elementos que a compõem: paisagem, território, regionalismo, lugar. Sendo o hino também uma obra poética, seu método de análise deve ser o tratamento desse texto não como objeto, mas como sujeito com o qual o geógrafo deve dialogar (BROSSEAU, 2007).²⁰²

A geografia aborda a literatura de maneiras variadas, através do ponto de vista humanista, da história, da crítica social, da linguagem e pela análise do discurso (BROSSEAU, 2007).²⁰³ De fato, em uma posição humanista, busca-se a interpretação que o indivíduo faz do mundo, do ponto de vista da percepção; desta difere-se a análise radical, na qual se estuda a posição do indivíduo na sociedade e sua “situação” no sistema de classes, como também seu contexto biográfico. Há também a perspectiva da história paralela, na qual a conexão entre geografia e literatura se faz em analisar o quanto o romancista “porta-se como bom geógrafo”, uma comparação entre o mundo objeto e a subjetividade humana. Neste sentido, no que compete a investigação entre realidade e ficcionalidade, “uma obra literária não se expõe ao julgamento do verdadeiro e do falso. Então, não é tanto a busca da realidade que deve prevalecer, e sim o seu modo de apresentação” (BROSSEAU, 2007, p. 113).

Como a característica intrínseca dos símbolos é projetar uma mensagem que muitas vezes é construída como objeto de exaltação cívica, portanto assumindo uma intencionalidade que deve ter sentido “emotivo” através de pontos de referência da experiência humana no seu foco de representação simbólica, o hino, assim como uma música ou canção, atinge diversas escalas, no que Carney (2007) denomina de “a hierarquia dos lugares”. No quesito da escala regional e provincial, o autor (2007, p. 135-136) tece o seguinte comentário:

²⁰² [...] mesmo silenciosamente, transformamos primeiro a obra em objeto e aquilo que ela exprime em “fatos” favoráveis à investigação científica. Ora, o fato de atribuir essa virtude ao texto [...] a partir das quais ele pode ser lido e interpretado, mostra que, se se trata de “objeto”, ele não poderia ser comparado ao objeto das ciências naturais. Um diálogo só se estabelece bem entre dois sujeitos (BROSSEAU, 2007, p. 87).

²⁰³ Não obstante, creio que esse caminho deve ser desenvolvido na medida em que pode gerar novas reflexões sobre o pensamento referente ao espaço e ao lugar e, ao mesmo tempo, levar a repensar nossa própria relação com a escritura e com os recursos da linguagem para poder explicá-la (Idem, p. 79).

A associação com um estado ou província há muito ocupa um lugar de importância na hierarquia dos lugares e isso é muitas vezes reconhecido na música, especialmente em canções legitimadas pelos funcionários e políticos de um estado ou província. [...] Muitas canções²⁰⁴ associadas com estados e províncias também foram usadas para promover o turismo e outras formas de desenvolvimento econômico, assim como para implantar um sentido de orgulho estadual ou provincial por aquele lugar entre seus residentes.

Assim, na busca de uma análise do espaço-tempo enquanto trama principal nas formas de apresentação dos aspectos geográficos, os hinos dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Goiás (em sua versão atual em contraste com a letra antiga) e Tocantins portam-se como os melhores exemplos dessa representatividade.

Embora na época da Revolução Constitucionalista de 1932 – maior movimento de caráter cívico do povo paulista nas linhas da história – tenha-se criado canções e marchas em homenagem a São Paulo, nenhuma delas se convertera em hino oficial para o Estado. Após a Constituição de 1946, que retomou o uso dos símbolos estaduais, São Paulo ainda não se decidira por um hino, até que a lei n.º 9.854, de 2 de outubro de 1967, assinalou a necessidade de sua instituição oficial.

As origens do “Hino dos Bandeirantes” remontam àquele mesmo ano, quando este poema foi composto pelo advogado, jornalista, poeta e tradutor Guilherme de Andrade e Almeida (1890-1969)²⁰⁵ em 18 de setembro de 1967, sob o título original de “Aquarela Bandeirante”, modificado logo depois até chegar à sua versão atual.²⁰⁶ A 10 de julho de 1974, quando foi decretada a lei n.º 337 (revogando sua anterior de 1967), é que se estabeleceu por definitivo que o “Hino dos Bandeirantes” seria o canto do povo paulista. Em 3 de dezembro de 1975, a lei n.º 793 instituiu concurso público para determinar a escolha da música.²⁰⁷

²⁰⁴ Nos Estados Unidos, as entidades estaduais usam a expressão *State Song* (Canção Estadual); somente em nível de nação usa-se o título de *National Anthem* (Hino Nacional). No caso dos Estados brasileiros, o termo hino é aplicado genericamente para todas as canções estaduais, inclusive às que abordam este título, como a “Canção Mato-grossense” e a “Canção do Amapá”.

²⁰⁵ Natural da cidade de Campinas e cuja alcunha era o “príncipe dos poetas brasileiros”, Guilherme de Almeida se tornou membro da Academia Brasileira de Letras em 1930, tendo sido um dos promotores da Semana de Arte Moderna (1922), além de participar ativamente da Revolução de 1932, da qual também produziu várias obras poéticas; em seus trabalhos como heraldista, destacou-se na confecção do brasão da cidade de São Paulo (1917) e da bandeira e brasão de Brasília (1960).

²⁰⁶ Agradeço a “Casa Guilherme de Almeida”, localizada na cidade de São Paulo, pelo envio de uma cópia dos originais dessa poesia assinados pelo próprio autor e do qual me possibilitou saber a data precisa e o título inicial dessa composição.

²⁰⁷ Segundo a Secretaria de Estado da Cultura, a partitura é de autoria do maestro Spartaco Rossi (1910-1993). Entretanto, não existe consenso de qual seja a música oficial do hino estadual ainda.

Hino dos Bandeirantes

Paulista, pára um só instante
Dos teus quatro séculos ante
A tua terra sem fronteiras,
O teu São Paulo das “bandeiras”!
Deixa atrás o presente:
Olha o passado à frente!

Vem com Martim Afonso a São Vicente!
Galga a Serra do Mar! Além, lá no alto,
Bartira sonha sossegadamente
Na sua rede virgem do Planalto.
Espreita-a entre a folhagem de esmeralda;
Beija-lhe a Cruz de Estrelas da grinalda!
Agora, escuta! Aí vem, moendo o cascalho,
Botas-de-nove-léguas, João Ramalho.

Serra acima, dos baixos da restinga,
Vem subindo a roupeta
De Nóbrega e de Anchieta.
Contempla os campos de Piratininga!

Este é o Colégio. Adiante está o sertão.
Vai! Segue a entrada! Enfrenta!
Avança! Investe!
Norte - Sul - Este - Oeste,
Em “bandeira” ou “monção”,
Doma os índios bravios.

Rompe a selva, abre minas, vara rios;
No leito da jazida
Acorda a pedraria adormecida;
Retorce os braços rijos
E tira o ouro dos seus esconderijos!

Bateia, escorre a ganga,
 Lavra, planta, povoa.
 Depois volta à garoa!

E adivinha através dessa cortina,
 Na tardinha enfeitada de miçanga,
 A sagrada Colina
 Ao Grito do Ipiranga!
 Entreabre agora os véus!

Do cafezal, Senhor dos Horizontes,
 Verás fluir por plainos, vales, montes,
 Usinas, gares, silos, cais, arranha-céus!

O “Hino dos Bandeirantes” é a síntese da ocupação histórica do território paulista e do alargamento das fronteiras ocidentais do Brasil. Em meados do século XIX, a expansão cafeeira tornar-se-ia o carro-chefe da ocupação e modificação do território então pertencente ao Estado. O autor termina os versos denotando a transição para o capital industrial no entorno da capital paulista.

Ao tratar da “terra sem fronteiras”, é relembrada a expansão territorial que o bandeirantismo havia adquirido em São Paulo. A capitania atinge seu auge territorial no começo do século XVIII, cuja influência se estendia desde a Colônia de Sacramento, no Uruguai, do litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina até o vale do rio Guaporé (atual Rondônia), seguindo pelo interior de Mato Grosso e Goiás até a confluência do Tocantins-Araguaia, adentrando, na seqüência, pelo sertão do rio São Francisco e percorrendo os torrões de Minas Gerais até o Vale do Paraíba.

A descoberta de ouro na região das Minas e no Centro Oeste faz com que a administração colonial promova a sucessiva divisão da capitania até 1765 – formando as províncias de Minas Gerais (1720), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1738), Goiás e Mato Grosso (1748), restando aos limites de São Paulo apenas o território paranaense, que mais tarde ganharia autonomia, em 1853.

Consequente, apresenta-se a estrofe que caracteriza o nascimento de São Paulo com a vinda de Martin Afonso de Souza e a fundação da vila, depois cidade,

de São Vicente em 1532.²⁰⁸ A área paulista estava no segundo plano na produção açucareira com relação aos prósperos engenhos de Pernambuco, devido à pequena e estreita faixa de litoral e a barreira natural das escarpas da “Serra do Mar”, demonstrando a influência dos fatores orográficos sobre o projeto colonial português; restava ao colonizador então aventurar-se serra acima em busca de expandir-se em uma nova atividade econômica.

Destaca-se no plano histórico a contribuição para a colonização do planalto paulista a figura de João Ramalho, português que havia naufragado em sua costa por volta de 1513.²⁰⁹ Encontrado pela tribo dos guaianases, adaptou-se à vida local, onde aprendeu a galgar os caminhos pela Serra do Mar, fundando em 1553 a vila de Santo André da Borda do Campo, no alto do planalto paulista, onde se apresenta a fito-morfologia dos campos de cimeira. De sua relação com os indígenas, casou-se com a índia “Bartira”,²¹⁰ lembrada ao tratar da “rede virgem do planalto”, ou seja, desprovida da ocupação do colonizador na fantasia de sua representação carnal através da mulher indígena. Ao tratar da expressão “botas-de-nove-léguas”, o autor destaca a distância percorrida por João Ramalho de São Vicente ao sítio histórico da vila de Santo André.²¹¹

A percepção e o imaginário do autor continua com os aspectos da “folhagem de esmeralda”, retratando a opulência da vegetação da Mata Atlântica, que recobria as escarpas da Serra do Mar em contraposição com a restinga, que consiste de um cordão ou massa arenosa, disposta paralelamente à costa segundo os termos da geomorfologia, lembrando o caminho inicial dos religiosos.

²⁰⁸ Em 1532 Martim Afonso de Souza aportou com sua frota lusitana no litoral paulista, na região da qual edificou e fundou oficialmente a vila de São Vicente, que dois anos mais tarde seria elevada à condição de capitania; seu desenvolvimento acabou por se constituir no berço da formação do futuro Estado de São Paulo. Esta é a figura do herói-fundador.

²⁰⁹ João Ramalho (1493-1580) foi o fundador da vila de Santo André da Borda do Campo. Este explorador naufragou na costa de São Vicente. Foi resgatado e pelos índios Guaianases, da qual criou boa amizade e casou-se com Bartira, a filha do cacique Tibiracá. Seu empenho e conhecimento da região foram de fundamental importância para a fundação da vila de São Paulo de Piratininga. Alves Filho (2000) citando Jaime Cortesão (1969), afirma que “Ramalho é o grande elo, o mais direto e sólido entre a pré-história e a história do Brasil, entre a cultura indígena de um lado, e do outro a cultura adventícia”.

²¹⁰ Bartira é o nome da filha do lendário cacique Tibiricá, da tribo dos Guaianases, que foi desposada pelo português João Ramalho. Seu casamento possibilitou a boa amizade dos colonizadores portugueses não só com estes indígenas, que viviam no planalto paulista, mas também com os Tupiniquins, que habitavam a costa de São Vicente. Ela era também chamada de *Potira* ou *M'bicy*, que significa “Flor da Árvore”.

²¹¹ Vale lembrar que a légua portuguesa era uma medida itinerária equivalente ao valor de 3.000 braças ou 6.600 metros, equivalente aos 55 km da qual distam as duas cidades atualmente.

A colonização da capital paulista se daria com a vinda dos sacerdotes Manuel da Nóbrega²¹² e José de Anchieta²¹³ que subiram a serra com a ajuda e experiência adquirida por João Ramalho para fundar em 1554 a vila de São Paulo de Piratininga.²¹⁴ Estabelecido o sítio urbano em 1560, a vila permaneceu pobre e isolada, mantendo-se por meio de lavouras de subsistência. Essa oposição em relação ao sertão desconhecido remete a um “desafio” conforme relembra o autor, pois como salienta Alves Filho (2000, p. 208) “extremamente pobres, mesmo à luz das condições materiais prevaletentes na Colônia, não restaria aos paulistas senão a aventura militar preconizada pelas bandeiras”.

A partir desse momento passa a ser lembrada a figura histórica do bandeirante, através das expedições como as “entradas” ou “bandeiras”, enquanto estas eram feitas por meio terrestre; as “monções” eram sob o auxílio dos rios. Conforme visto, essa expansão se deu por amplos territórios além dos atuais limites do Estado no qual relembra o verso contendo a citação dos pontos cardeais. Entretanto, essa figura heróica do bandeirante tanto na heráldica, como na pintura, escultura²¹⁵ e poesia passa uma impressão falsa da sua verdadeira imagem, como comprova Federici (1981, p. 93-95):

A investigação histórica nos ensina que isso contrasta com a realidade do que foi, em verdade, esse tipo humano. Mas foi essa a imagem que chegou até nós e que se foi consolidando à guisa de tanto ser repetida através do tempo. Não menor foi a culpa da poesia na deformação da realidade, pois, através de seus versos bem esmerilados, acabou nos dando uma visão inexata do desbravador, [...] Isso, bem o sabemos, não é a expressão da verdade. Contrasta, e muito, com a pobreza franciscana de que se revestia,

²¹² Manuel da Nóbrega (1517-1570), sacerdote jesuíta de origem portuguesa e chefe da primeira missão jesuítica ao Brasil.

²¹³ José de Anchieta (1534-1597), missionário jesuíta de origem espanhola, sendo um dos fundadores do colégio da vila de São Paulo, da qual foi regente. Destacou-se por seu trabalho evangelizador entre os indígenas da região, da qual foi autor da primeira gramática em língua tupi; também atuou na Bahia e na luta contra a invasão francesa no Rio de Janeiro, durante o governo de Mem de Sá.

²¹⁴ O nome “Piratininga” tem sua origem do tupi *pira* (peixe) com a junção de *tyningá* (seco), significando, portanto, “peixe seco”. Os indígenas chamavam assim a área de várzea que existia na capital paulista às margens rio Tamanduateí, que na época das cheias criava pequenas lagoas, deixando os peixes aprisionados; quando o nível da água se exauria ao sol, os peixes acabavam definhando, originando, assim, a denominação do local. Seu sítio urbano apresentava os chamados “campos de cimeira”, cuja vegetação característica se assemelhava aos campos mais abertos dos cerrados. A vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade em 1711 e tal designação indígena foi caindo em desuso durante o século XVIII.

²¹⁵ Em 1922, Alfonso d'Escragnolle Taunay solicitou a Luiz Brizzolara que caracterizasse, no mármore, os vultos dos bandeirantes [...] Na falta de modelos anteriores ou informes seguros que pudessem orientar o artista, incumbido de executar a tarefa que lhe era atribuída, o mesmo teve que buscar, na imaginação, os elementos que precisava [...] uma imagem aceita por todos e repetida: a de um homem varonil, elegante mesmo, não com feições de um jovem atleta olímpico, mas com compleição robusta, de homem maduro, portanto, já realizado (FEDERICI, 1981, p. 92-94).

naquela época, a economia do planalto paulista. Logo, o nosso denodado desbravador, face a essa realidade, não poderia, de forma alguma, ser revestido de tão rica indumentária. Nem mesmo a missão que ele propunha poderia aceitar esse aparato de vestuário. Pelo contrário! Ela lhe impunha simplicidade de trajes aliada a uma boa resistência do material aplicado. O que de efetivo se constatou, no passado desse tipo humano que tanto encheu de glórias as páginas de nossa história, é muito diferente, tudo se reduzindo a um modesto equipamento de viagem, constante de embornal, calças simples de algodão, um pano amarrado na cabeça e as armas comuns: arcabuz com forquilha, espada longa e um facão para cortar o mato e ir abrindo o caminho. E, pasmem todos, descalços... [...].

O ápice do bandeirantismo paulista se daria após a década de 1630, em virtude da invasão holandesa na região Nordeste. O apresamento de indígenas surge como o meio rentável aos exploradores do sertão, tanto pelo alto custo do escravo negro quanto pela necessidade de braços para as lavouras da Colônia ainda mantidas sob o domínio português. Assim, “o paulista se volta para a captura de índios e conseqüente envio para áreas agrícolas coloniais” (ALVES FILHO, 2000, p. 208).

Ao expressar a transformação do espaço natural pela abertura de estradas ao longo do território e avançar com certa “fluidez pelos rios” o autor comete um exagero em conseqüência tanto da estrutura do poema quanto pela epopéia que procura realizar da representação do bandeirantismo paulista. Conforme atentou Ab’Sáber (1956, p. 248-249):²¹⁶

O fato de a maior parte dos rios paulistas e paranaenses darem as costas ao mar, encaminhando-se no sentido do interior do continente, muitas vezes tem sido interpretado como fator da maior importância na explicação da marcha do povoamento, em direção à hinterlândia. Entretanto, nada mais ilusório que essa visão interpretativa, de caráter puramente planimétrico, da rede hidrográfica do setor norte-oriental da bacia do Paraná. Em primeiro lugar torna-se necessário pôr em evidência que os aludidos cursos d’água nascem no reverso continental das grandes escarpas de falhas da Serra do Mar e caminham para o interior, através de sinuosos vales encachoeirados, de perfis longitudinais extremamente irregulares. [...] Mas não se trata de vias líquidas de clássica aptidão para a navegação fluvial, como se poderia pensar, e nem mesmo rios suscetíveis de serem transformados em elementos efetivos de circulação. É muito fácil comprovar que em todas as épocas históricas do povoamento regional, tais rios foram complementos medíocres para a circulação do homem e das riquezas. [...] Tão ásperos se apresentaram alguns caminhos naturais que a única tentativa mais ousada feita no sentido de seu aproveitamento, ficou marcada na história paulista com foros de verdadeira epopéia. Referimo-nos ao ciclo das monções.

²¹⁶ Ver: AB’SÁBER, A. N. Transcrições – Relêvo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil. **Boletim Geográfico**, n.º 132, (16), maio-junho, 1956. pág. 248-250.

Passada a fase de apresamento, começa no final do século XVII o bandeirantismo de prospecção (ou minerador) com a descoberta de ouro no interior do território – na qual o autor discorre em versos sobre o processo de mineração. Os avanços partem em direção ao atual território de Minas Gerais e se seguiram para o interior de Goiás e Mato Grosso, terminando em colocar outra função em relação ao bandeirantismo que era a fundação de vilas e arraiais ao longo do espaço de interesse colonial e relembrando ainda, o retorno à cidade de São Paulo, com a expressão adquirida pela alcunha de “terra da garoa”. A queda da mineração ocorre no último quartel do século XVIII, e conseqüentemente “encerra-se, de fato, a fase propriamente aventureira, senão heróica, dos moradores da região, fase essa que tanto influía, ainda que indiretamente, para o alargamento das fronteiras coloniais” (ALVES FILHO, 2000, p. 210).

Na estrofe final o autor dá um salto (de certa medida proposital) no tempo histórico, ausentando a ascensão da economia açucareira em São Paulo durante o final do século XVIII até meados do século XIX, voltando-se à capital paulista como palco da cena heróica da independência do Brasil na figura do herói-fundador, passando ao mesmo tempo a idéia da unidade e lealdade do “libertador nacional” ao decantar como cena de fundo as margens do riacho do Ipiranga e o relevo de colinas encontradas no interior da bacia geomorfológica paulistana.

Ao final, o contraste revelado com as manchas de penetração do café no início do século XIX, inicialmente no Vale do Paraíba, seguindo-se na direção da depressão periférica e avançando pelos planaltos sedimentares ocidentais, que ocupavam uma extensa área no interior paulista, revelam o uso da expressão “senhor dos horizontes” como a principal cultura e fortuna agrícola do Estado em plena expansão até a década de 1930.

Com a crise no setor cafeeiro no pós-1930, a oligarquia paulista perde força, injetando seus investimentos nas atividades urbanas e industriais em detrimento do campo, ou seja, a inserção nos meios técnico-científicos (SANTOS; SILVEIRA, 2001) revelam a transição da função da metrópole paulista, passando do capital agrícola para os equipamentos do capital urbano-industrial.²¹⁷

Destaca-se, ainda, a linguagem da descrição geomorfológica feita pelo autor ante a metáfora da “cortina” (correspondente às feições do Planalto Atlântico) em

²¹⁷ Já em 1939, o valor da produção industrial representa 53% da produção total do Estado (ALVES FILHO, 2000).

direção aos “plainos, vales, montes” (formas de relevo sedimentares características da Depressão Periférica e Planalto Ocidental Paulista) dando a idéia do avanço do meio técnico, ou seja, o progresso urbano-industrial da cidade de São Paulo a fluir para o litoral e os demais territórios da hinterlândia na mesma forma dos avanços épicos do bandeirantismo.

Assim, a descrição revelada na letra deste hino abrange um período de formação territorial e econômica na linha do tempo que se inicia no século XVI, alastrando-se até as primeiras décadas do século XX, cuja narrativa porta-se como um documento, que através do imaginário proporcionado por seus testemunhos e personagens contribui significativamente para uma interpretação da ocupação feita no espaço geográfico paulista, cuja influência e importância neste processo de construção estenderam-se muito além de suas atuais fronteiras.

Como no caso do hino paulista, a figura heróica do bandeirante já aparecia no hino do Estado de Mato Grosso,²¹⁸ cantado em público pela primeira vez durante a cerimônia principal das comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá, em 8 de abril de 1919.²¹⁹ Sua letra pertence ao poema intitulado “Canção Mato-Grossense”, de autoria de Francisco de Aquino Corrêa.²²⁰

Canção Mato-Grossense

Estrilho

Salve, terra de amor, terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu dos teus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

²¹⁸ Este foi o último dos três símbolos adotados oficialmente pelo Estado, estabelecido através do decreto n.º 208, de 5 de setembro de 1983. Naquele ano, a comissão formada para a regulamentação do hino, ainda sob o caráter de não-oficial, julgou por bem manter a letra original em sua extensão e conteúdo, visto ter que pela ética empregada, não poderia descaracterizar tal obra literária.

²¹⁹ Naquele dia, a capital de Mato Grosso despertou às quatro horas da manhã com a tradicional alvorada festiva, que foi mais solene do que nas vezes anteriores, tendo as comemorações se concentrado na Praça da República. Encerrada a cerimônia, já por volta das nove horas da manhã, um grupo de senhoritas cuiabanas cantou em público pela primeira a canção que Dom Aquino havia escrito, embora não fosse esse, ainda, o hino oficial de Mato Grosso, que recebeu música do maestro e tenente da Polícia Militar, Emílio Heine.

²²⁰ Dom Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956), que foi arcebispo da capital Cuiabá, governador do Estado no período de 1918-1922 e o primeiro mato-grossense a pertencer à Academia Brasileira de Letras. Além de escrever a letra do futuro hino de seu Estado, Dom Aquino também criou o brasão de armas de Mato Grosso enquanto atuou como governador.

I

Limitando, qual novo colosso,
O Ocidente do imenso Brasil.
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso,
Nosso berço glorioso e gentil!
Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaçu!

II

Terra noiva do Sol, linda terra,
A quem lá, do teu céu azul todo azul,
Beija, ardente, o astro louro na serra,
E abençoa o Cruzeiro do Sul!
No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!

III

Hévea fina, erva-mate preciosa,
Palmas mil são teus ricos florões;
E da fauna e da flora o índio goza
A opulência em teus virgens sertões!
O diamante sorri nas grupiaras
Dos teus rios que jorram, a flux,
A hulha branca das águas tão claras,
Em cascatas de força e de luz!

IV

Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá;
O ouro deu-te renome tão grande,
Porém mais nosso amor te dará!
Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos, em paz e união,
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão!

A Canção Mato-Grossense descreve em seus versos uma visão sobre o Estado no começo do século XX, que compreendia os territórios das atuais unidades federativas de Mato Grosso do Sul e Rondônia, cuja primeira estrofe de referência aplicada pelo autor se justifica com as palavras de grandiosidade, como “novo colosso” (comparando Mato Grosso ao Colosso de Rodes como uma das sete maravilhas do Mundo Antigo) e da própria orientação no espaço, com “ocidente do imenso Brasil”, contrastando com as palavras de jovialidade romântica, épica e afetiva, ao dizer “sempre em flor” e “berço glorioso e gentil” utilizadas no hino, pois, conforme relembra Pedro Rocha Jucá (1994, p. 29): a idéia intrínseca do poema evoca referências clássicas, históricas e fatores ambientais e telúricos regionais.

A constituição de caráter ocidental do território do Estado se deu desde a descoberta de ouro e fundação do arraial de Cuiabá em 1719 e sua segmentação da província de São Paulo em 1749. Conforme salienta Alves Filho (2000, p. 92)

segundo um alvará régio da época,²²¹ “trata-se de manter os vizinhos em respeito, servindo a capitania de antemural para todo o interior do Brasil”.

A referência no final da primeira estrofe é com relação à descoberta de ouro nas terras mato-grossenses, pois na expressão usada por Ivan Alves Filho (2000), o “Mato Grosso nasce do ouro”. Também demonstra a relação conflituosa entre os bandeirantes com a tribo indígena dos paiaguá, que habitavam originalmente a região entre o Paraguai e o Pantanal; as incursões dos desbravadores europeus pela calha do rio Paraguai geravam embates e hostilidades entre estes e os índios. Com relação ao domínio dos povos indígenas da região, “essas ações se explicam ora pela necessidade de se obter braços para o trabalho, ora por razões de natureza estritamente militar, de controle de território” (ALVES FILHO, 2000, p. 92).

O estribilho, por sua vez, é uma referência feita ao bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral Leme (1654-1730), que descobriu ouro nas margens do rio Coxipó com o rio Cuiabá em 1718, dando início à colonização portuguesa, que no período de 1719-1770 provoca grande procura pela região, com sucessivas ondas migratórias em busca da extração do ouro, da qual legou a sua vocação no primeiro século de sua colonização.

Na segunda estrofe há grande referência à descrição geográfica, com a exaltação do espaço natural do Estado por parte do autor, ao citar a insolação recebida pela área latitudinal em que se encontra, conforme a expressão “terra noiva do sol”; trata ainda da referência da situação meteorológica, mesmo que imaginária, ao se referir ao céu azul e do movimento solar durante o dia, relembrando o nascimento do sol nas serras entorno das estruturas que formam Chapada dos Guimarães, próxima à cidade de Cuiabá como ponto de referência decantado pelo autor e da constelação do “Cruzeiro do Sul”, como o símbolo indicativo das terras que se encontram em latitudes austrais.

Expressa também a descrição de Mato Grosso no Planalto Central do Brasil, ao tratar, na voz de Ab’Sáber (2003), do domínio dos chapadões recobertos pela vegetação de campos e cerrados interpenetrados por florestas-galeria, da qual os campos ocupam via de regra as superfícies altas e planas e, “a despeito de muitos circunscritos em termos de áreas de ocorrência, os campos constituem importante e,

²²¹ “Ora, esse mesmo alvará consagra a aplicação do termo Mato Grosso para toda aquela região de vegetação espessa e cerrada, ante-sala da Amazônia. O termo teria sido cunhado pela expedição de Pais de Barros, que adentrou o oeste do território mato-grossense em 1734, em perseguição aos índios pareci” (ALVES FILHO, 2000, p. 92).

até certo ponto, expressivo fácies no conjunto da paisagem natural da Região Centro-Oeste” (IBGE, 1977d, p. 75).

Nos versos seguintes o autor comete um exagero ao decantar o chamado “Complexo do Pantanal” como um verdadeiro “mar”, ficando a idéia da imensidão desse ecossistema, caracterizado pelas inundações periódicas do rio Paraguai e seus afluentes. Trata também essa expressão da atividade econômica predominante em Mato Grosso durante o início do século XX, que era a criação de gado, novamente com um exagero no sentido do número de animais ser imensurável a primeira vista. Ao rememorar as “mimosas pastagens”, demonstra afetividade ao lugar, já que este se torna incomparável nesse sentido.²²² Deve-se lembrar que a atividade econômica em Mato Grosso esteve ligada à extração do ouro e de gêneros vegetais até seu declínio no final do século XVIII; a introdução do gado provocaria uma mudança na economia local, com nítido predomínio da região sul sobre as demais (ALVES FILHO, 2000).

É assim que a terceira estrofe valoriza as atividades econômicas associadas ao extrativismo vegetal do Estado, onde predominava a extração de látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e da erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Estas espécies representam duas áreas de contato com a área core dos cerrados, a primeira presente na como componente florístico da floresta hileiana e da floresta subcaducifólia amazônica, no extremo-norte de Mato Grosso e na parte alta da bacia do Guaporé (já no atual Rondônia). A ocorrência de ervais se faz na floresta subcaducifólia tropical, no atual Mato Grosso do Sul, na região conhecida como “Mata de Dourados”. No que se refere ao caráter histórico, relembra Alves Filho (2000, p. 94), que na época, “os cerca de oitenta mil habitantes da região estavam como que adormecidos nos cerrados e no pantanal. Viviam então da erva-mate, ao sul, e da exploração da seringueira, mais ao norte. E de gado, quase nada mais”.

Dom Aquino retrata a formação das veredas, principalmente na expressão “palmas mil”, referência aos buritizais, característicos da fitofisionomia das áreas de nascentes e brejões de cimeira dos cerrados. Tal exaltação continua quando citadas a fauna e flora, além do “sertão”, lembrando os espaços livres ocupados pelo

²²² A mais importante e maior mancha contínua de campo limpo do Centro-Oeste é representada pelos chamados Campos de Vacaria, no setor sul-ocidental do planalto paranáico em Mato Grosso [atual Mato Grosso do Sul], estendidos desde Campo Grande até ao sul de Ponta-Porã. [...] A área campestre de Vacaria em Mato Grosso [do Sul] conhece desde há muito a atividade pecuária extensiva, tornando-se tradicional neste setor da economia regional (IBGE, 1977d, p. 77-78).

domínio dos cerrados e campos abertos, no qual se inserem os grupos indígenas do Estado que aproveitam “prazerosamente” do ambiente conforme o imaginário do autor. Os quatro versos seguintes continuam a descrever as riquezas de Mato Grosso, primeiramente as minerais, como a proposição da abundância de diamantes nas grupiarias (ou gupiaras), que são depósitos diamantíferos nas cristas dos morros. Com a descrição da hidrografia, não faz referência a um rio específico, mas demonstra que estes são rios que nascem e percorrem áreas de típicas de relevo planáltico sedimentar e cristalino de altitude média, correspondendo aos trechos encachoeirados do Planalto Brasileiro, seguindo em direção às bacias dos rios Amazonas, Paraguai e Araguaia-Tocantins.

A quarta estrofe do poema decanta duas cidades que hoje se encontram em Mato Grosso do Sul (Dourados e Corumbá),²²³ entretanto, com relação à referência poética do autor sobre esse fato, explica Jucá (1994, p. 27) que:

A imensa extensão territorial de Mato Grosso já compreendeu parte do Estado do Acre e do Amazonas e integralmente os Estados de Rondônia e de Mato Grosso do Sul. Portanto, a História de Mato Grosso vai até além dos seus atuais limites. Por isto, é natural que o Hino Oficial do Estado de Mato Grosso cite as cidades de Corumbá e Dourados, que já pertenceram ao território mato-grossense e foram cenários históricos para importantes páginas de glória e bravura do seu povo. Quando Dom Francisco de Aquino Corrêa escreveu o texto da “Canção Mato-grossense” [1919], que foi reconhecida em 1983 como o Hino Oficial do Estado de Mato Grosso, o território mato-grossense compreendia, também, o atual Estado de Mato Grosso do Sul, onde aquelas duas cidades estão localizadas. Se quisesse, Dom Francisco de Aquino Corrêa poderia ter incluído o Forte Príncipe da Beira, em Rondônia, por exemplo.

O poema também traz a citação do pássaro “fênix” – ave quimérica que mitologicamente ressurgue de suas cinzas – lembrando por seu simbolismo os períodos de prosperidade e marasmo econômico que se alteraram na história mato-grossense. Com relação ao brasão de armas do Estado, Jucá (1994, p. 29) dá uma definição de sua simbologia heráldica:

²²³ Contudo, conforme ressalta Jucá (1994, p. 27-29), na letra do hino jamais se cogitou do ambiente e sim do homem: [...] “Dos teus bravos a glória se expande / De Dourados até Corumbá”. O que o autor decantou no poema foi a glória dos filhos de Mato Grosso **e não o pedaço geográfico**. Decantou a bravura de Antonio João Ribeiro, nascido em Poconé, em 24 de novembro de 1823, e que tombou, heróicamente, em 29 de dezembro de 1864, quando, no posto de tenente do Exército, comandava a Colônia Militar de Dourados. Decantou a bravura de Antonio Maria Coelho na Retomada de Corumbá, ele nascido em Cuiabá em 8 de setembro de 1827 e falecido em Corumbá em 29 de agosto de 1894. [...] Mas, o heroísmo dessas duas figuras ilustres não diz respeito apenas a Mato Grosso e sim ao Brasil, nas circunstâncias por que passava a soberania nacional. (grifo nosso).

[...] Sendo Dom Francisco de Aquino Corrêa autor do Brasão de Mato Grosso, fez encimar sobre o mesmo a figura de uma Fênix e foi oficializado pelo Decreto n.º 799, de 14 de agosto de 1918. No mundo botânico encontramos duas referências, que também fazem partes do Brasão: um ramo de seringueira e outro de erva-mate. Note-se a referência constante entre o Brasão e a letra do Hino. A riqueza mineral está presente no ouro e no diamante jorrando nas grapiaras. A pecuária se faz notar nas paragens pantaneiras, povoadas de gado vacuum e cavalar. No mundo antropológico estão presentes duas figuras antagônicas do início da civilização de Mato Grosso: o bandeirante e o índio, responsáveis pelo aumento da população no caldeamento de povo e raça.

Em 1919, Mato Grosso passa por uma renovação nos transportes, ao receber a via férrea e estabelecer a ligação com os Estados do Sudeste; nas décadas seguintes ocorre o recuo do extrativismo vegetal (principalmente borracha, madeira, carvão e castanha), o aumento da área cultivada (soja, arroz, algodão, café, cacau) a exploração do potencial mineral (ouro, diamante, prata) e a criação de gado.²²⁴

Assim, a realidade sócio-espacial descrita na letra do hino de Mato Grosso faz referência à situação em que se encontrava o Estado no início do século XX, com grandes traços de exaltação à natureza e suas potencialidades econômicas; devido à condição de “canção popular” a qual foi originalmente composta para depois ganhar o *status* de símbolo estadual, este hino porta-se como grande documento de testemunho histórico-geográfico.

De caráter recente quando ao discurso entorno da “epopéia bandeirante”, o hino do Estado de Rondônia originou-se do poema “Céus do Guaporé”, de autoria do engenheiro civil Joaquim Araújo Lima.²²⁵ Em 17 de fevereiro de 1956, quando o território passou a se chamar oficialmente Rondônia, em homenagem ao marechal Rondon, a letra do poema foi mudada para “Céus de Rondônia”, ganhando música de José de Mello e Silva. O hino foi oficializado pelo decreto-lei n.º 7, de 31 de dezembro de 1981, que regulamenta os símbolos do Estado.

²²⁴ Deve-se salientar que com a divisão do Estado em 1977, Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia Legal e observa-se que a sua porção meridional se encontra sob controle das velhas famílias mato-grossenses, mas a porção setentrional se encontra sob controle dos imigrantes, garimpeiros, madeireiros, plantadores de soja e criadores de gado (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

²²⁵ Nascido na Bahia, ele foi nomeado o quarto governador do antigo Território Federal do Guaporé, entre 1948-1952. No início da década de 1940, Lima estabeleceu-se em Porto Velho, cujo primeiro cargo foi o de diretor da empresa de estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Céus de Rondônia

Quando nosso céu se faz moldura
Para engalanar a natureza
Nós, os bandeirantes de Rondônia,
Nos orgulharmos de tanta beleza.
Como sentinelas avançadas,
Somos destemidos pioneiros
Que nestas paragens do poente
Gritam com força: somos brasileiros!

Nesta fronteira de nossa pátria,
Rondônia trabalha febrilmente
Nas oficinas e nas escolas
A orquestração empolga toda gente;
Braços e mentes forjam cantando
A apoteose deste rincão
Que com orgulho exaltaremos,
Enquanto nos palpita o coração.

Azul, nosso céu é sempre azul
Que Deus o mantenha sem rival,
Cristalino muito puro
E o conserve sempre assim.
Aqui toda vida se engalana
De beleza tropical,
Nossos lagos, nossos rios
Nossas matas, tudo enfim...

A canção “Céus de Rondônia” revela o ciclo de uma nova “epopéia bandeirante” na qual figura a exaltação aos elementos da natureza como fonte de riqueza do Estado, pois, como ressalta Alves Filho (2000), a história de Rondônia, como aquela de toda a região amazônica, aliás, é também a história ligada às práticas extrativistas. A letra começa pela exaltação do céu, que “se faz moldura para engalanar a natureza”, assumindo a feição de um quadro, da qual lembra as primeiras noções de paisagem, onde o céu do Estado seria o limite para as belezas

encontradas em superfície, da qual os novos bandeirantes de Rondônia, são agora os habitantes que constituem as novas ondas migratórias para a região.²²⁶

Continua o hino com os versos desse “novo bandeirantismo”, no qual os avanços populacionais são representados nas metáforas “sentinelas avançadas” e “destemidos pioneiros”, ocupando efetivamente as faixas de floresta amazônica no interior do Estado, que “nestas paragens do poente”, referem-se à localização de Rondônia no ocidente do país, demarcando a presença brasileira na região.

A ocupação colonial de Rondônia, no vale do rio Guaporé data das primeiras décadas do século XVII, com a incursão de militares portugueses; a descoberta do ouro impulsiona a construção do Forte Príncipe da Beira para resguardar a então fronteira de Mato Grosso. No início do século XX, dois eventos destacam-se na região: as incursões do Marechal Cândido Rondon (1906) que estabelecem o sistema de telégrafos ligando o Oeste ao resto do país e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1912.

A segunda estrofe continua a tratar da fronteira da pátria, da qual sua população continua a trabalhar, no sentido de “dar progresso” ao entrave natural daqueles rincões. Descreve as “oficinas” e “escolas”, que, pela época da letra do hino, representavam os principais implementos de desenvolvimento da região e ao atuarem em conjunto (como a idéia de uma orquestra), empolgam a população local no seu trabalho diário.²²⁷ A partir da década de 1970, o acréscimo de população imigrante destaca-se com a ocupação da fronteira agrícola, que se expande da direção do Mato Grosso, penetrando através do espigão central formado pela Chapada do Parecis. Os versos prosseguem enaltecendo o trabalho braçal e intelectual que forjam o espaço de Rondônia como uma verdadeira “apoteose”, dando a idéia de um avanço glorificador e harmônico.²²⁸

Na estrofe final, a exaltação e sagração da natureza coloca em voga o tema do hino, a começar por seu título: Céus de Rondônia. O céu do Estado é “sempre”

²²⁶ Conforme citou Alves Filho (2000, p. 192) “o extraordinário crescimento populacional do estado colaborou, em larga medida, para a diversificação das atividades produtivas. E nem poderia ser de outra maneira: a população de Rondônia quintuplicou entre 1970 e 1980”.

²²⁷ De certa forma, ao expressar “oficinas” o autor reporta-se implicitamente que não existiam grandes indústrias no Estado na época, limitando-se às oficinas e pequenas fábricas de beneficiamento de produtos de origem vegetal. Atualmente as maiores empresas do Estado atuam nos setores de comércio, energia e telefonia, produção de alimentos, bebidas, mineração e agropecuária. Na agricultura, destaca-se a produção de café, cacau, arroz, mandioca e milho (IBGE, 2009).

²²⁸ Contraditoriamente, os avanços do garimpo ilegal, da exploração de madeira e da pecuária desenfreada consistem nos principais crimes ambientais enfrentados pela região.

azul, cristalino e puro, no qual se roga a proteção divina, para que permaneça com a mesma limpidez; deve-se lembrar que o autor neste caso usa a estratégia dos exageros do patriotismo (em escala nacional/regional) em que se permite o excesso à deficiência (LEITE, 1969).

O hino termina por decantar a “beleza tropical”, através dos lagos, rios e matas, elementos característicos do ambiente amazônico, onde morfologicamente os rios apresentam ao longo de seu curso, trechos encachoeirados ao longo dos planaltos e as depressões lacustres nas áreas de várzea, atuando como lagos temporários ou perenes que abastecem os rios na época da seca e que durante as cheias recebem suas águas. Na hidrografia do Estado, destacam-se os rios Guaporé, Ji-Paraná, Jaci-Paraná, Madeira e Mamoré, sendo a cobertura vegetal de Rondônia caracterizada pela presença dominante da floresta subcaducifólia amazônica interpenetrada por manchas de cerrado (IBGE, 1977a).

Assim, o hino de Rondônia apresenta um amplo discurso em torno da simbolização da natureza como elemento sagrado, na qual as idéias do novo ciclo bandeirante, como o elemento humano, são representadas no ideal de uma epopéia harmônica que envolve a ocupação de Rondônia, permitindo assim evidenciar as exaltações da sociedade e natureza na construção de um “imaginário geográfico”.

Dentre os membros da Federação, Minas Gerais é o único que não possui um hino estadual oficial. Entretanto, a canção que ganhou maior popularidade foi “Oh! Minas Gerais”, adaptação de uma tradicional valsa italiana, chamada *Viene sul mare*, que chegou ao Estado a partir de companhias líricas e teatrais italianas que vinham ao Brasil durante século XIX e início do século XX. A letra foi adaptada pelo compositor mineiro José Duduca de Moraes (1912-2002) e gravada em 1942, com arranjo musical do cantor e compositor Manuel Pereira de Araújo (1913-1993). Esta é a versão cedida pela Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais (2008):

Estrilho

Oh! Minas Gerais,
 Oh! Minas Gerais,
 Quem te conhece não esquece jamais.
 Oh! Minas Gerais...

I

Tuas terras que são altaneiras
O teu céu é do puro anil
És bonita, ó terra mineira,
Esperança do nosso Brasil!
Tua lua é a mais prateada
Que ilumina o nosso torrão.
És formosa, ó terra encantada,
És o orgulho da nossa nação!

II

Teus regatos te enfeitam de ouro,
Os teus rios carregam diamantes
Que faíscam estrelas de aurora
Entre matas e penhas gigantes.
Tuas montanhas são peitos de ferro
Que se erguem da pátria alcantil
Nos teus altares suspiram serestas
És o altar deste imenso Brasil.

III

Lindos campos batidos de sol
Ondulando num verde sem fim
E montanhas que, à luz do arrebol,
Tem perfume de rosa e jasmim.
Vida calma nas vilas pequenas,
Rodeadas de campos em flor,
Doce terra de lindas morenas,
Paraíso de sonho e de amor.

IV

Lavradores de pele tostada
Boiadeiros, vestidos de couro,
Operários da indústria pesada,
Garimpeiros de pedra e de ouro,
Mil poetas de doce memória
E valentes heróis imortais,
Todos eles figuram na história
Do Brasil e de Minas Gerais.

A canção popular que se converteu no símbolo não-oficial de Minas Gerais²²⁹ revela um grande apreço à descrição e valorização dos espaços naturais do Estado, apresentando em sua exaltação inclusive evidências da estruturação geológico-geomorfológica das terras mineiras, pela questão do relevo, onde cerca de 93% das terras do Estado encontram-se acima dos 300 metros, 57% acima de 500 metros e 20% entre 900 e 1.500 metros de altitude (MINAS GERAIS, 2008). Minas Gerais se caracteriza pela diversidade de feições geomorfológicas, o que se justifica nas expressões “terras altaneiras” e pela “formosura” do relevo. Com relação às altitudes do relevo, assim descreve o IBGE (1977c, p. 1-2) que:

Os relevos elevados do Sudeste têm continuação na área central de Minas Gerais, onde surge o grande domínio montanhoso da Serra do Espinhaço, de altitudes superiores a 1.200 metros, [...] no norte e nordeste de Minas Gerais, os mesmos sedimentos, na Bacia do São Francisco, originam níveis de altitude que vão de 850 a 750 metros, no norte de Belo Horizonte, 350-450 metros, na área próxima ao rio São Francisco e 800-900 metros nos limítrofes com a Região Centro-Oeste.

²²⁹ Houve, no entanto, tentativas de se oficializar um hino para o Estado de Minas Gerais. Um desses momentos ocorreu em 1985, quando a Secretaria Estadual da Cultura promoveu um concurso para escolha do hino, mas a idéia não chegou a se concretizar.

Os elementos da natureza continuam por serem valorizados de forma patriótica e regional em relação à terra mineira, com as expressões em teu céu “é do mais puro anil” e a luz da lua que é “mais prateada”. Essas reações ingênuas e patrióticas revelam descrições românticas com afetividade ao espaço e ao ambiente vivido, conforme evidencia Dante Moreira Leite (1969, p. 195) “em matéria de patriotismo, melhor é o excesso que a deficiência, e que ‘o otimismo ingênuo’, o ‘entusiasmo pueril’ e a ‘dissimulação das verdades’ são melhores que o ‘pessimismo azedo’, o ‘negativismo demolidor’ e ‘indiferença displicente’”.

Esse discurso está presente na letra do hino quando o Estado é tratado como a “esperança do nosso Brasil” e “orgulho da nossa nação”. A letra data da primeira metade do século XX, lembrando implicitamente os feitos históricos decorridos, além de que Minas Gerais, com sua grande extensão territorial, a potencialidade de seu setor agrícola e pecuário e a sua riqueza mineral manteve-se, e ainda mantém-se como o segundo estado em importância no país (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

A segunda estrofe, além da própria descrição, exalta a importância dos recursos minerais para a constituição, organização e ocupação do espaço histórico de Minas Gerais, a começar pelo ouro de aluvião, encontrado pelos bandeirantes paulistas em fins do século XVII no sertão de Caetés.²³⁰ A descoberta das primeiras jazidas diamantíferas ocorre em 1729, próximas à Diamantina, na região da Serra do Espinhaço, onde se concentram as maiores ocorrências de veios diamantíferos no Estado, mas não tiveram a mesma importância e repercussão que o ouro. Conforme acrescenta Alves Filho (2000, p. 104) “a região das minas de ouro e prata, situada bem no centro de Minas Gerais atual, atrai forte contingente populacional do litoral da Colônia e da própria metrópole, sendo rapidamente ocupada, apesar dos problemas de acesso e da resistência indígena”.

²³⁰ Segundo Alves Filho (2000), o nome Minas Gerais surge em oposição às minas particulares dos rios das Velhas, das Mortes e dos Caetés. Os bandeirantes paulistas, os primeiros a trilhar os caminhos por aquele interior, se referiam à região como “o sertão dos Cataguases”, por causa dos indígenas que nelas se assenhoreavam. O mais antigo desses caminhos, do qual haviam passado inúmeras bandeiras paulistas, ao longo dos afluentes do rio São Francisco, ligando São Paulo até as capitâneas do Norte, ficou conhecido como “Caminho Geral do Sertão”. A descoberta de ouro de aluvião, a partir de 1687, atraiu a primeira grande leva de população para a atual região central do Estado e a notícia de que havia ouro, em maior ou menor quantidade e em qualquer direção que tomassem as pessoas, fez surgir a expressão “minas gerais” – esta também uma oposição às minas auríferas particulares a Goiás e Mato Grosso. Nos primeiros anos do século XVIII, o que aparece como topônimo nos mapas e documentos oficiais é a expressão “Minas”; o dinamismo da região faz com que seja estabelecida a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em 1710, com sua definitiva separação do território paulista dez anos depois. A fixação do nome “Minas Gerais” à capitania ocorre a partir de 1732, com a nomeação de seu primeiro governador geral.

Conforme a idéia do hino, o brilho do diamante assemelha-se ao das estrelas, que adornam uma paisagem contemplativa formada pelas gigantes “penhas” – penhascos os pontões rochosos decorrentes dos dobramentos e falhas nas regiões de planalto cristalino, que, ao norte do Espinhaço começam a formar alinhamentos de morros residuais com o aspecto de *inselbergs* (IBGE, 1977c). Com relação às “matas” do domínio tropical atlântico no território mineiro, Ab’Sáber (2003, p. 49) ressalta que:

[...] na direção do distante e marginalizado nordeste de Minas Gerais, as matas atlânticas nos vales oeste-leste das bacias dos rios Pardo e Jequitinhonha apresentam padrões frágeis nas suas transições sub-regionais e nos setores menos favorecidos pela umidade atlântica. É somente a partir do vale do rio Doce que as florestas densas dos tabuleiros costeiros revestem a Serra do Mar espírito-santense e se adentram pelos largos compartimentos do vale, em território mineiro, abrangendo centenas de quilômetros para o interior, até as fraldas orientais da Serra do Espinhaço. Por sua vez, a porção sul e sul-oriental de Minas Gerais apresentava um quadro tão contínuo de florestas tropicais em áreas geomorfológicas típicas de “mares de morros”, que foi denominada Zona da Mata mineira.

Ao tratar as montanhas mineiras como “peitos de ferro”, a justificação relembra a ocorrência geológica e a produção deste mineral metálico no Estado,²³¹ sendo que Minas Gerais é o maior produtor de minério de ferro, responsável por 70% da produção brasileira (ALVES FILHO, 2000). Ao final, relembra as “serestas” com um dos aspectos das canções populares que dominam a vida interiorana, essa expressão trata de “decantar” o espaço geográfico de Minas Gerais pelo caráter da altitude de seu relevo, constituído de serras, planaltos e chapadões interiores, remetendo-se à idéia de “altar do Brasil”.

A terceira estrofe continua a decantar a beleza da natureza, trazendo elementos associados ao relevo e às atividades econômicas, mas também se insere o elemento humano, com aspectos contemplativos aos pequenos núcleos urbanos e à beleza da mulher mineira, ao qual elege o tipo “morena” como a principal representação. A quarta estrofe foca-se nos personagens históricos, econômicos e populares (heróis, lavradores, boiadeiros, operários, garimpeiros e poetas) que

²³¹ A região de importante ocorrência desse mineral é chamada de “Quadrilátero Ferrífero”, onde se localizam as cidades de Ouro Preto, Mariana e Itabirito; além de sua importância em recursos minerais, encontra-se parte de duas das mais importantes bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, a do rio Doce e a do rio das Velhas.

fizeram e fazem a história do Estado, procurando ressaltá-los da escala regional para o plano nacional.²³²

Assim, nota-se que esta versão não-oficial do hino de Minas Gerais apresenta grande descrição de conteúdos geográficos, muitos deles associados à exaltação da natureza, sejam elas pelos aspectos do relevo, beleza celestial, exaltação da flora e da paisagem ou pelas riquezas minerais, que também apresentam sua importância econômica. Compõe a narrativa da canção, a descrição das paisagens interioranas e dos personagens ligados ao imaginário popular, ressaltando no discurso de seu estribilho aos que, na perspectiva da experiência, colheram valores topofílicos ao conhecerem ou passarem pelas terras mineiras. Relembra Estévez (2004) que, ao se cantar o hino, os patriotas experimentam magicamente em si mesmos a nação e também os demais atributos advindos dessa experiência simbólica, ao qual procuram “dizer coisas a si mesmos” conforme descreve Edmund Leach (1978).

O contraste entre a descrição da natureza e a transformação do espaço regional figura quando se comparam historicamente as letras dos hinos do Estado de Goiás. O primeiro hino de Goiás foi adotado através da lei n.º 650, de 30 de julho de 1919, a mesma que instituiu o brasão e bandeira para o Estado. A letra ficou a cargo do poeta goiano Antônio Eusébio Abreu Júnior (1869-1954), com música do pianista fluminense Custódio Fernandes Góes (1886-1948).

No coração do Brasil,
Domínio da primavera,
Se estende a terra goiana,
Que nos legou Anhangüera.

O bandeirante, atrevido,
Desbravador do sertão,
Em cada pedra abalada,
Deixou da audácia um padrão.

Em cada pico azulado,
No dorso da serra erguido,
Recorda a lenda encantada
De algum tesouro escondido.

Outrora a terra, esquecida,
Mas sempre augusta no porte,
Viveu a lei do destino,
Vergada aos lances da sorte.

²³² Estas duas estrofes assemelham-se, neste caso com um tom poético, às descrições dos “gêneros de vida” que faziam os geógrafos antigos e das primeiras gerações do século XX, que deste modo se assemelhavam aos diários e cadernetas de campo, ilustrando o imaginário poético.

Depois, volvida, alentada
Do grato influxo estafante
Do vil metal reluzente,
Tornou-se Estado possante.

E hoje, estante, orgulhosa,
No labutar do progresso,
Riquezas, dons naturais
Ostenta em vasto recesso.

Este céu tão estrelado,
Este solo tão fecundo
Parecem provar destino
De ser o solar do mundo.

Este clima salutar,
Esta brisa embalsamada,
Noite e dia, são cantados
Nos trinos da passarada.

Seus lindos bosques nativos,
Orlando campos e montes,
Ao sol ocultando co'a sombra,
A clara linfa das fontes.

Buritizais alinhados,
Quais batalhões da natura,
Ali defendem com os leques,
Da chã leveza a frescura.

De sul a norte, afinal,
Da natureza no arquivo,
A fauna, a flora se enlaçam
Em doce amplexo festivo.

Este solo que pisamos
Hoje, em fraternal abraço,
É berço da liberdade,
Da Pátria Amada um pedaço.

O outrora fora o retiro
Dos filhos do Mucunana;
Mas hoje a terra, exaltada,
É a nossa Pátria Goiana.

Goianos, nobres, altivos,
Da liberdade alentados,
Jamais consentem que os louros
Da Pátria sejam pisados.

Cantemos todos, unidos,
Da liberdade a vitória!
Mais um padrão ajuntemos
Aos faustos da nossa história.

Salve plêiade cintilante
De patriotas goianos
Que em sulcos e bênçãos pátrias
Conquistam louros, ufanos!

Desperta além, mocidade,
A voz do grande ideal
De fazer Goiás fulgir
No vasto Brasil Central!

Viva o Brasil respeitado,
Como Nação Soberana!
Viva o progresso encetado
Na bela terra goiana!

A longa letra do primeiro “hino a Goiás” apresenta uma descrição histórico-geográfica do espaço goiano no início do século XX, começando por fazer referência à localização do Estado na região central, metaforicamente como “coração do Brasil”. Ao tratar da expressão “domínio da primavera” o autor decanta os aspectos ecológicos das plantas do cerrado, em interação com os solos que apresentam uma reserva hídrica durante o período das secas e propiciam seu florescimento durante todas as épocas do ano, pois a natureza física e ecológica dos cerrados possui poucas deficiências hídricas no solo subsuperficial (AB’SÁBER, 2003).

Continua na primeira estrofe a fazer referência ao legado do território goiano pela figura de Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o segundo Anhangüera, que junto com os bandeirantes João Leite Ortiz (1670-1730) e Domingos Rodrigues do Pedro [s.d.] saem de São Paulo e descobrem ouro em Goiás no ano de 1725, mas que desde a segunda metade do século XVII houve interesse por parte das autoridades metropolitanas, devido à existência de ouro naquelas proximidades.

A segunda estrofe descreve a atividade de prospecção do ouro por parte do bandeirantismo, desbravando os sertões, ou seja, a própria área “core” do domínio dos cerrados; ao tratar do “pico azulado” no “dorso da serra erguido”, já na terceira estrofe, o autor descreve o relevo dos chapadões da vertente ocidental do São Francisco que formam as escarpas da Serra Geral de Goiás, adentrando o atual Tocantins nos limites com o Estado da Bahia.

O hino continua a tratar do isolamento da província durante os anos de captura aos índios, para depois ser “volvida” por conta do “vil metal reluzente”, uma metáfora para o ouro, que a partir de 1730, com a exploração do rio Tocantins, afloram as minas mais ricas de Goiás num primeiro instante. Conforme atesta Alves Filho (2000, p. 75) Goiás era o ouro, ou deveria sê-lo e “não seria um erro afirmar que, além do ouro, nada mais interessava então à Coroa”. Ao tratar do “Estado possante”, relembra-se a fundação da capitania (1748) e do arraial de Vila Boa (hoje a cidade de Goiás “Velho”) em 1752 – fatores que garantiram maior autonomia a Goiás a durante o período de extração aurífera e do alargamento de suas fronteiras.²³³

²³³ Após as descobertas das lavras de ouro no início do século XVIII, “em apenas uma década o quadro econômico-social sofrera uma extraordinária mudança – um fenômeno típico da sociedade colonial, conhecido por estudiosos como processo de alargamento de fronteiras” (ALVES FILHO, 2000, p. 74).

O chamado “ciclo do ouro” entra em declínio por volta do último quartel do século XVIII, acarretando praticamente o colapso da economia goiana e a conseqüente redução da população que migra para outras áreas da colônia. Nas primeiras décadas do século XIX, a introdução do gado acarreta um novo ciclo econômico em conjunto com a agricultura, que substituem lentamente a extração aurífera, tornando-se atividades fundamentais, onde a agropecuária extensiva leva ao latifúndio e ao surgimento de uma oligarquia, localizada preponderantemente no centro-sul do estado, o que acarretaria no agravamento de uma maior desigualdade regional com o norte goiano, no atual Tocantins. Essa situação prolonga-se até as primeiras décadas do século XX, na qual o autor retrata na sexta estrofe, em que Goiás é “estante” e com orgulho “ostenta um vasto recesso”, voltando-se à descrição dos “dons naturais” face ao marasmo econômico que impedia uma profunda transformação do espaço.

Da sétima à décima segunda estrofe, o autor volta-se à descrição e a sacração da natureza do Estado, na área do domínio dos chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galeria, conforme conceitua Ab’Sáber (2003). Começa tratando da descrição de forma romântica do céu “tão estrelado” e do solo “tão fecundo” – um relato muito mais apaixonado na época, pois somente a partir da segunda metade do século XX a revolução técnico-científica na agricultura iria permitir a ocupação em larga escala dos solos dos cerrados. Descreve o Estado como o “solar” do mundo, fato associado ao território ocupado por Goiás na região do Planalto Central brasileiro, do qual contribui a imposição orográfica do maciço goiano. As descrições românticas continuam com relação ao clima “salutar” e a brisa “embalsamada”, relativa à percepção ambiental do autor.

A nona e décima estrofes são referências claras ao aspecto fitofisionômico das áreas de cerrado, começando por destacar os “bosques e campos” ao longo do Estado, que compõe o mosaico formado pelo cerrado, variando desde os campos e campos cerrados até os cerradões, próximos do aspecto vegetacional das florestas estacionais subcaducifólias tropicais e tal como as matas do interior, os campos não ocupam grandes extensões contínuas, figurando dispersos em meio ao domínio geral dos cerrados (IBGE, 1977d).

O texto continua com a descrição das veredas na expressão “clara linfa das fontes”, como uma poética das áreas de nascentes, e seu principal elemento de destaque – o buriti (*Mauritia flexuosa*) – que acompanha as áreas úmidas da

drenagem, formando os “batalhões da natura” pela expressividade da palmácea na paisagem, defendendo com “leques” (aspecto morfológico das folhas do buriti) a umidade contida nos solos (da chã leveza a frescura). Já na décima segunda estrofe, trata de forma afetiva o Estado e a relação dos goianos com a terra fazendo parte de “pátria amada”, como idéia da unidade nacional.

Continua o decanto patriótico com a valorização da sociedade goiana nas palavras “nobres”, “altivos” e “plêiade cintilante”, tal expressão demonstra logo a seguir ao decantar “que em sulcos e bênçãos pátrias conquistam louros”, refere-se ao trabalho no campo em sulcar a terra e, por extensão, à oligarquia agropecuária presente no Estado e que dominou o poder político nas primeiras décadas do século XX. As duas últimas estrofes revelam as esperanças no futuro do Estado, representado figurativamente pela simbolização da juventude, na idéia de renovação para fazer Goiás “fulgir no Brasil Central”, onde o patriotismo e as influências do positivismo literário e da sagração da natureza na idéia de “progresso encetado” terminam a exaltação histórico-geográfica deste hino.

As mudanças que transformaram o território goiano, acabaram por influenciar a adoção do novo hino do Estado de Goiás, instituído através da lei n.º 13.907, sancionada pelo então governador Marconi Ferreira Perillo Júnior, em 21 de setembro de 2001. A letra do novo hino foi escrita por José de Mendonça Teles (1936-), com música de autoria do maestro e professor goiano Joaquim Thomaz Jayme (1941-).

Santuário da Serra Dourada
Natureza dormindo no cio,
Anhangüera, malícia e magia,
Bota fogo nas águas do rio.

Vermelho, de ouro, assustado,
Foge o índio na sua canoa.
Anhangüera bateia o tempo:
Levanta arraial Vila Boa!

Estrilho

Terra querida, fruto da vida,
 Recanto da paz.
 Cantemos aos céus, regência de Deus,
 Louvor, louvor a Goiás!

A cortina se abre nos olhos
 Outro tempo agora nos traz.
 É Goiânia, sonho e esperança,
 É Brasília pulsando em Goiás.

O cerrado, os campos e matas,
 A indústria, gado e cereais.
 Nossos jovens tecendo o futuro,
 Poesia maior de Goiás!

Estrilho

A colheita nas mãos operárias,
 Benze a terra, minérios e mais:
 – O Araguaia dentro dos olhos
 Me perco de amor por Goiás!

O novo hino de Goiás começa por destacar a Serra Dourada, que consiste em anteparo para a cidade de Goiás, que acaba envolvida por seus contrafortes. Com suas escarpas, formações de arenito e campos altos, a serra possui grande valor ecológico, devido à fauna e flora e às veredas de onde nascem os rios. Ficou famosa pelas areias das mais diversas cores, que no final da tarde refletem a luz do sol, provocando o efeito dourado que também lembra o ouro na origem da região. Ao tratar da expressão “natureza dormindo no cio”, o autor estabelece uma relação com “natureza intocada” na época da descoberta do ouro em Goiás pelos bandeirantes, na figura de Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhangüera, pois as incursões vindas do Pará e Maranhão percorreram o Estado à procura de índios e ouro, mas os resultados começaram a surtir após a descoberta dos paulistas. Com

relação à expressão “bota fogo nas águas do rio”, o autor relembra a estratégia usada pelo bandeirante a fim de obrigar os indígenas ao trabalho escravo.²³⁴

O refrão exalta de forma afetiva a “terra querida” como o “fruto da vida” e o “recanto da paz”, referindo-se de forma afetuosa e patriótica ao sustento dado pelo solo goiano a seus filhos e por sua tranquilidade enquanto lugar e espaço de vida e reprodução, terminando com um apelo religioso que roga e agradece pelas bênçãos de Deus ofertadas ao mundo terreno, ou seja, ao Estado de Goiás.

A segunda estrofe revela a transformação pelo qual o espaço geográfico do Estado passaria, dando um salto, desde a criação territorial da capitania de Goiás (1748) até a importância do século XX para a sua história, com a transferência da capital da antiga cidade de Goiás para a planejada Goiânia em 1933 e da nova capital federal, Brasília, a partir de 1960.

Tanto a construção de Goiânia, como de Brasília, dariam um novo impulso à economia do Estado, deslocando o eixo econômico do Brasil para a região Centro-Oeste a partir da segunda metade do século XX. Nos versos seguintes o autor procura fazer a contraposição entre o meio natural – uma exaltação da natureza *versus* o espaço agrário – representado pelo “cerrado, os campos e matas” como o meio natural, em contrapartida com o avanço do meio técnico-científico, com a “indústria, gado e cereais” na expansão da agroindústria, ambos compondo o mosaico paisagístico, que, junto com a juventude, numa idéia de renovação, apresentar-se-iam de forma “poética” e “harmônica” como a configuração do atual espaço geográfico goiano. Deve-se lembrar que o bioma dos cerrados constitui-se hoje num dos mais ameaçados pela expansão da agroindústria. Com relação a essas transformações, nos vale o testemunho de Ab’Sáber (2003, p. 116):

No caso de Goiás e Mato Grosso – tomados em seu conjunto – as modificações dependeram das transformações fundamentais na produtividade das terras de cerrados, a par com a extensiva modificação dos meios de transporte e circulação. Acima de tudo, porém, o desenvolvimento regional deveu-se a uma harmoniosa transformação acoplada ao meio urbano e dos meios rurais a serviço da produção de alimentos. No conjunto desses processos, certamente foi muito importante a série de modificações na rede urbana do Brasil Central, forçadas pela implantação de Brasília.

²³⁴ A descrição deste estratagema encontra-se na análise feita ao brasão de armas de Goiás, no subcapítulo “expressões cartográficas e paisagísticas”.

A terceira estrofe, que é a mais curta no estilo poético, começa seu jogo de palavras com a exaltação à agricultura em Goiás, valendo-se de outro importante implemento da economia, os recursos minerais. É a partir da década de 1950 que se começa a exploração do potencial mineralógico do Estado além do ouro, concentrando-se os garimpos de diamantes no sudoeste e as reservas de níquel no norte (NASCIMENTO, 1991). Ao final, o autor cita de forma afetiva e topofílica o rio Araguaia, que nasce na Serra do Caiapó (Goiás) e que é divisor natural de entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso-Tocantins e Pará-Tocantins, percorrendo uma extensão de mais de 2.000 km. Durante a seca nos meses de julho e agosto, formam-se em seu leito ilhas e cordões arenosos, apresentando praias fluviais de beleza cênica que passaram a atrair turistas; no limite norte de Goiás, o Araguaia junta-se com o rio Javaés para formar a Ilha do Bananal, já no Estado do Tocantins.

Assim, a descrição deste hino procura representar a nova realidade de Goiás no limiar do século XXI, apreendendo-se aos elementos da natureza do Estado e mencionando os personagens que se destacaram ao longo da constituição de sua história. Em comparação com hino antigo de Goiás, onde se sobressai a sagração da natureza, com trechos de descrições poéticas sobre a paisagem, que revelam o período de contemplação que passa a mensagem do hino, as mudanças do atual hino procuram ajustar o símbolo à nova realidade geográfica e territorial. Conforme relembra Luz (1999), a atualização é condição *sine qua non* para manter o valor cognitivo dos símbolos, isto é, o seu significado enquanto realidade histórica e geográfica.

A luta em prol da autonomia através do discurso regional e da figura dos “heróis fundadores” fica explícita no texto do hino do Tocantins, escolhido através de concurso público e aprovado pela lei estadual n.º 977, de 20 de abril de 1998, com letra de Liberato Costa Póvoa²³⁵ e música de Abiezer Alves da Rocha, lembrando a luta e a vitória conquistada em prol da criação do Estado.

²³⁵ José Liberato Costa Póvoa (1944-) é natural da cidade tocantinense de Dianópolis. Liberato Póvoa se graduou em direito em Minas Gerais e atualmente exerce os cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado e professor de direito internacional na Fundação Universidade do Tocantins.

I

O sonho secular já se realizou
 Mais um astro brilha dos céus aos confins
 Este povo forte
 Do sofrido Norte
 Teve melhor sorte
 Nasce o Tocantins!

Estribilho

Levanta altaneiro, contempla o futuro
 Caminha seguro, persegue teus fins
 Por tua beleza, por tuas riquezas,
 És o Tocantins!

II

Do bravo Ouvidor a saga não parou
 Contra a oligarquia o povo se voltou,
 Somos brava gente,
 Simples mas valente,
 Povo consciente
 Sem medo e temor.

IV

Teus rios, tuas matas, tua imensidão,
 Teu belo Araguaia lembram o paraíso.
 Tua rica história
 Guardo na memória,
 Pela tua glória
 Morro, se preciso!

III

De Segurado a Siqueira o ideal seguiu
 Contra tudo e contra todos, firme e forte,
 Contra a tirania
 Da oligarquia,
 O povo queria
 Libertar o Norte!

V

Pulsa no peito o orgulho da luta de Palmas
 Feita com a alma que a beleza irradia,
 Vejo tua gente,
 Tua alma Xerente,
 Teu povo valente,
 Que venceu um dia!

O hino do Tocantins, como reflexo das lutas pela autonomia do Estado no período de 1821-1988 (CAVALCANTE, 1999), é o motivo pelo qual o autor começa a letra com “o sonho secular já se realizou”, onde brilha a mais nova estrela (o Estado) no conjunto da federação brasileira. Ao evocar a força do povo, é lembrada situação de sentimento regional dos tocantinenses, cuja expressão “sofrido Norte” retrata o processo de marginalização em virtude das diferenças econômicas e de organização

do espaço entre o antigo norte e sul de Goiás. O refrão retrata a esperança no futuro do novo Estado que nasce no conjunto da federação, cuja autonomia adquirida faz com que possa “caminhar seguro” no caráter administrativo.

A segunda estrofe retrata o personagem histórico do “bravo Ouvidor”, uma referência a Joaquim Teotônio Segurado,²³⁶ eleito representante da Comarca do Norte de Goiás criada em 1809. Segundo Cavalcante (1999, p. 54), “uma vez na condição de Ouvidor e Corregedor da Comarca do Norte, Teotônio assumiu posição de liderança e, tão logo se mostrou oportuno, não hesitou em reivindicar legalmente a autonomia político-administrativa dessa região”.

Teotônio participaria da tentativa de instalar um governo independencista no norte goiano em 14 de setembro de 1821, no qual tinha assumido a condição de presidente até janeiro de 1822. Em sua concepção, a instalação do governo na Comarca do Norte assentava-se em justificativas de natureza econômica, política, administrativa e, até mesmo geográfica (CAVALCANTE, 1999). O movimento “independencista” perdera força (pelas dificuldades internas de natureza política e financeira), sendo dissolvido em 23 de junho de 1823, quando foi conclamada a unidade da província de Goiás por força da lei.

A letra continua a descrever a luta do norte tocantinense “contra a oligarquia” do sul goiano, dona de grandes latifúndios desde o início do século XIX; ela perdurou no poder até a década de 1930 (através da figura do coronelismo político), o que gerava certo descontentamento da população dita “nortense” em virtude dos benefícios que atingiam o centro-sul do Estado, ligado ao Sudeste pelo sistema rodo-ferroviário, enquanto a região do atual Tocantins mantinha maiores relações com o Pará e Maranhão por ligação fluvial, recebendo o deslocamento da pecuária empurrada pela fronteira agrícola do sul.

A terceira estrofe remete-se à continuidade do ideal separatista do Tocantins por seus personagens políticos, começando pelo movimento liderado por Teotônio Segurado em 1821. Durante o restante do século XIX, os movimentos separatistas do norte se restringiram à imprensa regional (CAVALCANTE, 1999); as discussões

²³⁶ Joaquim Teotônio Segurado (1775-1831) foi nomeado ouvidor-geral da capitania de Goiás em 1803. Logo depois, com o objetivo de administrar a região norte, foi fundada a comarca de São João das Duas Barras, em 1809, da qual ele se tornou seu primeiro desembargador. Em 1815, data da criação da vila de São João da Palma, ele foi o seu primeiro ouvidor-mor, do qual suas idéias pela autonomia do Tocantins começaram a aparecer. Além do cargo de ouvidor, um importante personagem da história de Goiás e do Tocantins. Seu desejo como o precursor da emancipação do Tocantins em 1821 não se realizou, mas seu ideal e sua luta permaneceram na história e a mente do povo tocantinense.

seriam retomadas por parte do judiciário na década de 1950²³⁷ até as propostas engajadas pelo ex-governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos,²³⁸ no início da década de 1970, na condição de deputado federal.

A quarta estrofe descreve os elementos da natureza tocaninense, começando por citar a hidrografia, com destaque para o rio Araguaia, divisor natural do Estado com Mato Grosso e Pará cujas margens na época da seca formam cordões e ilhas arenosas, criando paisagens de beleza cênica, no qual o autor descreve de forma afetiva como a lembrança do “paraíso”. Destaca-se também na hidrografia do Estado o próprio rio Tocantins, cujo rio Araguaia é afluente.

A descrição genérica das “matas” procura representar a vegetação do Estado, composta predominantemente de florestas-galeria interpenetradas entre domínio dos cerrados (AB’SÁBER, 2003) e da área de transição para a floresta subcaducifólia amazônica na região do “Bico do Papagaio”, retratando a “imensidão” dos espaços abertos pela vegetação original que recobria grande parte do Tocantins (IBGE, 1977d), completam a “imensidão” da qual trata poeticamente o território. Ao final desta estrofe, relembra sua “rica história” pelo fato de enaltecer as lutas pela formação do Estado, na qual cada cidadão defenderia até a “morte”, como uma expressão acalorada de regionalismo/patriotismo. A letra também faz homenagem à Comarca de São João da Palma (atual Paranã), sede do primeiro movimento separatista da região em 1821, o que explica a expressão “luta de Palmas”.

²³⁷ Na década de 1950 (precisamente em 13 de maio de 1956), o Juiz de Direito de Porto Nacional, Dr. Feliciano Braga, lançou o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, como uma expressão do desejo emancipacionista do Norte de Goiás. Formaram-se comissões para estudar as formas de implantação do novo Estado. Criou-se inclusive uma bandeira para o Tocantins. Durante quatro anos foram realizadas paradas cívicas em 13 de Maio, alusivas à data de lançamento do Movimento. O Dr. Feliciano Braga passou a despachar documentos oficiais como, por exemplo: Porto Nacional, Estado do Tocantins. Ao final da década, o movimento perdeu sua força e nos anos 60 as manifestações seguiram isoladas. Em 1972 projeto de criação do Estado apresentado pelo deputado José Wilson Siqueira Campos foi arquivado. Novamente apresentado à Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi aprovado em 1985, mas vetado pelo presidente da República José Sarney. Por causa da pressão popular, incluindo a greve de fome de Siqueira Campos e um plebiscito com mais de 100 mil assinaturas pedindo a criação do Estado, Sarney cria a “Comissão de Redivisão Territorial”. Em 27 de julho de 1988, parlamentares aprovam a criação do Tocantins em segundo turno, mas foi em 5 de outubro de 1988 que a Constituição Federal foi assinada constando o artigo 13 das Disposições Constitucionais Transitórias da nova Carta Magna, criando o Estado do Tocantins (CAVALCANTE, 1999).

²³⁸ José Wilson Siqueira Campos (1928-) foi deputado federal por Goiás de 1971 a 1988. Durante os debates no plenário, foi ativo defensor da criação do Estado do Tocantins, finalmente ocorrida com a promulgação da Constituição Federal de 1988; também exerceu o cargo de governador estadual por três vezes.

O autor reporta-se em seguida à população do Estado, dando destaque aos Xerentes, um grupo indígena que habita o centro do Tocantins, mais precisamente na Reserva Indígena Xerente e Área Indígena Funil.²³⁹ Termina a estrofe com os exageros patrióticos na expressão do “povo valente”, que venceu pela criação do Estado de Tocantins. Comenta esse fato Alves Filho (2000, p. 225) que:

Em certa medida, a emancipação do Tocantins vem ao encontro dos anseios de determinados setores das classes dominantes de Goiás, que propugnavam por um maior intercâmbio com os estados do Sudeste e do Sul. Para esses setores, a parte norte do estado teria de cumprir o seu destino amazônico, aliando-se assim aos estados menos favorecidos da Federação [...] Longe de significar um exagero, a epopéia de Tocantins lembra, com efeito, a própria epopéia de Brasília, cidade construída do nada no Planalto Central tal como a capital do novo estado, Palmas.

Assim, o hino de Tocantins, através do discurso regional e da exaltação da “figura dos heróis”, revela em seu texto as circunstâncias histórico-geográficas que alimentaram o separatismo do Estado durante o período de 1821-1988 e que ajudam a construir seu imaginário de unidade federativa como resultado da diferenciação regional e da evolução territorial entre o centro-sul e o norte do Goiás desde as raízes coloniais até o primeiro centenário da República no Brasil.

²³⁹ Também se destacam entre os grupos indígenas, os Apinayé, Karajá, Javaé, Xambioá e Krahô.

CONCLUSÕES

Na busca pelo entendimento da origem e evolução dos símbolos nacionais, assim como no seu desdobramento no caso dos símbolos estaduais brasileiros, observa-se que a estrutura de suas representações guarda fortes conexões com o espaço geográfico, na medida em que os espaços e tempos simbólicos são também elementos imprescindíveis no processo de comunicação humana. Os símbolos projetam mensagens propositais que podem ser desvendadas através da análise sintática e semântica de suas estruturas gráficas, propiciando uma melhor compreensão de como eles re-apresentam essas referências espaciais, da mesma forma que atuam na construção do imaginário territorial.

Ao se analisar a evolução dos símbolos no Brasil, nota-se que desde o início do processo de colonização, a sua criação esteve delegada à metrópole portuguesa, do qual os símbolos exclusivos para seus domínios coloniais se restringiram às cidades e vilas coloniais num primeiro momento, sendo depois concedidos à própria colônia em geral em meados do século XVII. Somente após a independência nacional, e com o caminhar da República, é que as entidades da federação cunhariam símbolos próprios, muitas delas já em pleno século XX. No caso dos símbolos nacionais, se no primeiro momento eles serviram como necessidade de afirmação do poder imperial, na etapa republicana assinalaram apenas a mudança de regime político. Deve-se atentar que outras etapas de florescência destes símbolos se apresentaram durante as invasões francesas e holandesas no século XVII, como uma necessidade constituída de forma exógena, isto é, uma ação que partiu do poder central ou dos governantes, enquanto os movimentos nativistas em escala regional nos séculos XVIII-XIX os produziram endogenamente, mostrando uma necessidade de afirmação de caráter mais popular.

O estágio em que se encontrava o processo de evolução no caso dos brasões, por exemplo, demonstra que já se vivia uma heráldica com um tom muito mais “alegórico” no Brasil,²⁴⁰ o que propiciava um grau de representação muito mais

²⁴⁰ Clóvis Ribeiro (1933, p. 320) assim dizia: [...] mais alegóricos do que simbólicos, recorrendo de preferência a figuras realistas, mesmo quando estas têm representação heráldica consagrada, os brasões brasileiros ou são alusivos às tradições históricas, ou se compõem de características locais, ou contém ambos estes elementos, sem deixar de ser influenciados, às vezes, talvez inconscientemente, pelas peculiaridades do espírito coletivo das diferentes regiões do nosso país.

próximo ou ligado à realidade geográfica no que confere ao desenho de paisagens, plantas e animais característicos, do que propriamente técnico, isto é, da criação de peças representativas em um tom muito mais estilizado, abstrato e quimérico das regras heráldicas. Isso possibilitou com que grande parte dos brasões estaduais contivesse em suas representações expressões ligadas ao geográfico e ao regional.

No caso das bandeiras, observa-se que no âmbito revolucionário, a sua carga representativa estava associada à necessidade daqueles movimentos num plano muito mais histórico e ideológico durante o século XIX, do qual alguns exemplares serviram como símbolo estadual mais tarde. Somente após o período republicano (já na perspectiva do verde-amarelismo), é que muitos de seus desenhos, através da análise semântica e da sintática, apontaram para a valorização dos elementos da natureza, reportando-se ao geográfico, caso das expressões paisagísticas. Em outros exemplares, muitos destes objetos vexilológicos apresentaram em suas estruturas gráficas conexões com o geográfico no que confere às expressões cartográficas, sendo estes os principais elementos expressos nas bandeiras.

A perspectiva da sacração da natureza, do mito de origem, da bênção divinal, aparece na maioria dos símbolos estaduais, no qual estes aspectos se apresentam muito mais ligados aos símbolos dos Estados do interior brasileiro e àqueles cuja autonomia administrativa e formação territorial são de um período recente, que, pela ausência de uma profundidade histórica, reportam-se à natureza e à destinação divina como um recurso à idéia de unidade e identidade. Em comparação, os Estados ligados ao litoral e de longo e antigo povoamento apresentam – embora isto não seja uma regra ou determinismo – um conjunto de símbolos visuais e narrativos muito mais voltados às suas referências históricas e de tradição republicana. A força da produção representada pelos produtos agrícolas demonstra o status agrário do país na primeira metade do século XX, do qual a maioria dos brasões foi criado; mais que um padrão estético-simbólico, estes elementos revelam a força que estes produtos propiciavam à sua economia. A construção do imaginário se fez presente nas letras dos hinos estaduais analisados, onde a paisagem, relevo, vegetação e hidrografia, aliados à população a aos personagens históricos, portanto, dos agentes de construção daqueles espaços e da própria figura do herói, procuraram criar uma profundidade territorial e homogênea no espaço-tempo que justificaria sua exaltação a nível regional.

Deve-se ressaltar também a dificuldade de se encontrar de forma uniforme um material que abranja a maioria dos Estados brasileiros, pois não existe qualquer padrão para a apresentação de seus símbolos no que se refere às referências biográficas, dados históricos e legislativos e muito menos da qualidade e exatidão de seus símbolos, muitos deles, inclusive, em completo ou parcial desacordo com a legislação e representação técnica, sendo necessária uma correção dos desenhos existentes e a colorização dos símbolos históricos, já que eram onerosas as técnicas de sua reprodução em cores na época. Da mesma maneira, não existe uma bibliografia ampla e atualizada sobre o assunto proposto, que enfoque de forma integral em seu conteúdo os hinos, bandeiras e brasões estaduais e sua evolução no Brasil.²⁴¹ Em breve comparação com outras federações,²⁴² nota-se no caso brasileiro a ausência de um padrão de apresentação e da disponibilidade de informações sobre a história e os elementos representativos destes símbolos.

Assim, as conclusões deste trabalho apontam para o fato de que os hinos, as bandeiras e os brasões dos Estados brasileiros demonstram amplas possibilidades de pesquisa dentro da ciência geográfica, pois estes documentos simbólicos portam-se como “testemunhos” no espaço-tempo, cujo caráter gráfico e narrativo revelou em suas múltiplas conexões com o geográfico uma nova perspectiva e possibilidade no que se refere à análise e desvendamento das formas culturais de representação espacial.

²⁴¹ A mais importante referência publicada que se aproximou desse assunto (devendo-se reconhecer as limitações da época) foi escrita por Clóvis Ribeiro em 1933: **Brazões e bandeiras do Brasil**. Cabe destacar que da bibliografia pesquisada, nenhum dos livros abordava o tema por completo, embora se possa destacar as obras de Milton Luz: **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino** (1999) e o livro coordenado por José Pereira Rodrigues: **Brasil: hinos & bandeiras nacionais & estaduais** (2001).

²⁴² No caso de outras entidades federadas, como os Estados Unidos, Austrália e Alemanha, assim como nas Províncias do Canadá, existe ampla bibliografia sobre o assunto, demonstrando uma maior “tradição” ou “cultura simbólica” no que se refere aos estudos sobre esse tema. Os sites dos governos estaduais/provinciais apresentam informações claras e dedicam atenção especial a toda uma gama de símbolos, além de trazer imagens vetorizadas e de alta resolução de suas bandeiras e brasões de armas; há, inclusive, uma tradição de associações histórico-geográficas nos Estados Unidos, por exemplo, em manter os dados sobre o assunto em seus arquivos estaduais. No caso canadense, há uma série de publicações (inclusive por conta da cultura bilíngüe do país) envolvendo folhetos e impressos a cargo de cada entidade provincial. Na Austrália as publicações são mais recentes (década de 1990), mas não deixam de contar com amplas informações nos sites governamentais; da mesma forma na Alemanha, onde a heráldica é muito mais técnica e simbólica, com longa tradição, encontraram-se publicações e a disponibilidade destas informações sem grandes dificuldades.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Transcrições: relevo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil. **Boletim Geográfico**, São Paulo, v. 16, n.132, p. 248-250, maio-jun. 1956.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES FILHO, I. **História dos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ALMEIDA, R. D de. **Do desenho ao mapa**: iniciação cartográfica na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Caminhos da Geografia).

AMAPÁ, Governo do Estado. **Símbolos do Estado do Amapá**. Macapá, 2008. Disponível em: <<http://www4.ap.gov.br>>. Acesso: 10 dez. 2008.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Porto: Edições 70, 2005.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

_____. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1999a.

_____. **As raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999b.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C de. **A Federação Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ANTONIO FILHO, F. D. **A Visão da Amazônia Brasileira**: uma avaliação do Pensamento Geográfico entre 1900-1940. 1995. Tese (Doutorado em Geografia, Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARKER, B. J. **Pocket guide to the flags of the world**. London: New Holland, 2005.

BERG, T. J. **Hinos de todos os países do mundo**. São Paulo: Panda Books, 2008.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, R. (Org.). **Símbolos do Amazonas**. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Geografia do Brasil**: região norte. Rio de Janeiro: SERGRAF; IBGE, 1977a. (v. 1).

_____. **Geografia do Brasil**: região nordeste. Rio de Janeiro: SERGRAF; IBGE, 1977b. (v. 2)

_____. **Geografia do Brasil**: região sudeste. Rio de Janeiro: SERGRAF; IBGE, 1977c. (v. 3)

_____. **Geografia do Brasil**: região centro-oeste. Rio de Janeiro: SERGRAF; IBGE, 1977d. (v. 4)

_____. **Geografia do Brasil**: região sul. Rio de Janeiro: SERGRAF; IBGE, 1977e. (v. 5)

_____. **IBGE Estados**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat>>. Acesso: 20 jan. 2009.

BROSSEAU, M. O romance: o outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. (Série Geografia Cultural).

CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.

CARNEY, G. O. Música e lugar. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007. (Coleção Geografia Cultural).

CARVALHO, D. **História diplomática do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; COSTA GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **Tocantins**: o movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988). São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da UCG, 1999.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado. **Símbolos Oficiais do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.ce.gov.br>>. Acesso: 20 nov. 2008.

CERULO, K. A. Sociopolitical Control and the Structure of National Symbols: An Empirical Analysis of National Anthems. **Social Forces**, Chapel Hill, v. 68, n. 1, p. 76-99, 1989.

_____. Symbols and the World System: National Anthems and Flags. **Sociological Forum**, Oxford, v. 8, n.2, p. 243-271, 1993.

CHAVEIRO, E. Símbolos das paisagens do cerrado goiano. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007. (Série Geografia Cultural).

COSGROVE, D. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. (Série Geografia Cultural).

COSTA, W. M. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTANTINO, M. **Guia ilustrado das bandeiras**. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. **Revista de Conferências Loubat**. Paris, Collège de France, 4-11 de abril, 1996.

COMPLETE flags of the world. London: Dorling Kindersley, 2005.

DUARTE, M. **O guia dos curiosos**: Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Almanaque das bandeiras**. São Paulo: Moderna, 2001.

DUARTE, P. A. **Cartografia temática**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. (Série Geografia Cultural).

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESCOBAR, L. R. O município e a heráldica. In: SÃO PAULO, Governo do Estado. **Expo Nacional dos Municípios 71/72**. São Paulo-SP: Rede municipalidade de divulgação e imprensa, 1972. (v. 1)

ESTÉVEZ, M. G. El amor a la patria y a la tribu: las retóricas de la memoria incómoda. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 47, n. 2, p. 345-377, 2004.

FAGUNDES, M. C. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora da UCS; Martins Livreiro, 1984.

FAUSTO, B. **História do Brasil**, 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Didática 1).

FREITAS, A. A. Bandeira Paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, n. 51, p. 211-214, 1953.

FEDERICI, H. **Símbolos Paulistas**: estudo histórico-heráldico. São Paulo: Secretaria de Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981.

FRANÇA. Ministério das Relações Exteriores. **Emblemas e símbolos da República Francesa**. Paris, 1993. Ficha técnica de informação para jornalistas. Tradução: Consulado Geral da França em São Paulo.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FIREFLY guide to the flags of the world. Ontario-New York: Firefly Books, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GELLNER, E. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

GIL FILHO, S. F.; GIL, A. H. C. Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. (Série Geografia Cultural).

GIRARDI, G. Índios, santos e geografia. **Revista Galileu**. Rio de Janeiro, n. 186, jan. 2007.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. (Série Geografia Cultural).

GOMES, P. C da C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. (Série Geografia Cultural).

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HAESBAERT, R. Território, cultura e desterritorialização. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. (Série Geografia Cultural).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERKENHOFF, P. **Brazil and the Dutch**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWM, E. J. ; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JUCÁ, P. R. **Os símbolos oficiais do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Memórias Cuiabanas, 1994.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

LEACH, E. **Cultura e comunicação**: a lógica pela qual os símbolos estão ligados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. (Série Geografia Cultural).

LUZ, M. **A história dos símbolos nacionais**: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal; Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

MACHADO, L. T. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: IBRASA, 1980.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. da UNESP; Moderna, 1997.

MEIRELLES, M. M. **Símbolos nacionais do Brasil e estaduais do Maranhão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

MENUHIN, Y.; DAVIS, C. W. **A música do homem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MINAS GERAIS. Secretaria de Cultura. **Símbolos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br>. Acesso: 21 nov. 2008.

MONADA, L.; SÖDERSTRÖM, O. Do texto à interação: percurso através da geografia cultural contemporânea. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. (Coleção Geografia Cultural).

MORAES, A. C. R. de. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NASCIMENTO, M. A. L. S. Geomorfologia do estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, vol. 12, n.1, jan-dez.1991.

PEREYRA, A. de A y de. **Heráldica**. Barcelona-Madrid: Editorial Labor, 1947.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REINO UNIDO, Embaixada. **O hino nacional britânico**. Brasília: Serviço Britânico de Informação, 2000. Tradução: Embaixada do Reino Unido no Brasil.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Relatos do Brasil, vol. 161).

RIBEIRO, C. **Brazões e bandeiras do Brasil**. São Paulo: Ed. São Paulo, 1933.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, J. G. C. **Bandeiras que contam histórias**. Rio de Janeiro: Zit, 2003.

ROSENDAHL, Z. Espaço, política e religião. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. (Coleção Geografia Cultural).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

SANTOS, W. B. **Tratado de Heráldica**. São Paulo: ed. autor, 1978.

SAVARIS, M. C. (Org.). **Nossos símbolos: nosso orgulho!** Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 2008.

SERGIPE. Conselho Estadual de Educação. **Símbolos do estado de Sergipe**. Aracaju: Conselho Estadual de Educação; Jornal da Cidade, 1972.

SEYSSEL, R. **Um estudo histórico perceptual: a bandeira brasileira sem Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Artes, Área de Concentração em Artes Visuais) Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo-SP, 2006.

SLATER, S.; ZNAMIEROWSKI, A. **The world encyclopedia of flags and heraldry**. Londres: Lorenz Books, 2007.

STRAUBE, H. C. **Símbolos do Paraná: evolução histórica**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1987.

_____. **Símbolos: Brasil, Paraná e Curitiba (histórico e legislação)**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2002. (Estante Paranista, 45).

SZAMÓSI, G. **Tempo & espaço: as dimensões gêmeas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

TEIXEIRA FILHO, A. **A bandeira, o brasão de armas e o hino do estado do Rio de Janeiro**. Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1987. Folder

TROPMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. 6. ed. Rio Claro: Divisa, 2004.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VARANDAS, E. T. **Os brasões e as Armas do Estado da Paraíba**. Disponível em: <http://www.eliezer Gomes.com/noticia/883/historias_da_paraiba_os_brasoes_e_as_armas_do_estado_da_paraiba/>. Acesso: 6 nov. 2008.

VIANA, H. **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Lammert, 1949.

ZNAMIEROWSKI, A. **The world encyclopedia of flags**. London: Lorenz Books, 2004.

GLOSSÁRIO HERÁLDICO-VEXILOLÓGICO

Este pequeno glossário contempla as principais regras e convenções usadas para o entendimento das representações nos brasões e bandeiras e seu significado. Em sua segunda parte, se apresentam os termos técnicos mais comuns usados na heráldica que foram citados nesta dissertação.

**Figura 29: As diferentes partes de um brasão de armas, como exemplo, a Austrália (esquerda).
As divisões do escudo de acordo com o corpo do cavaleiro (direita).**

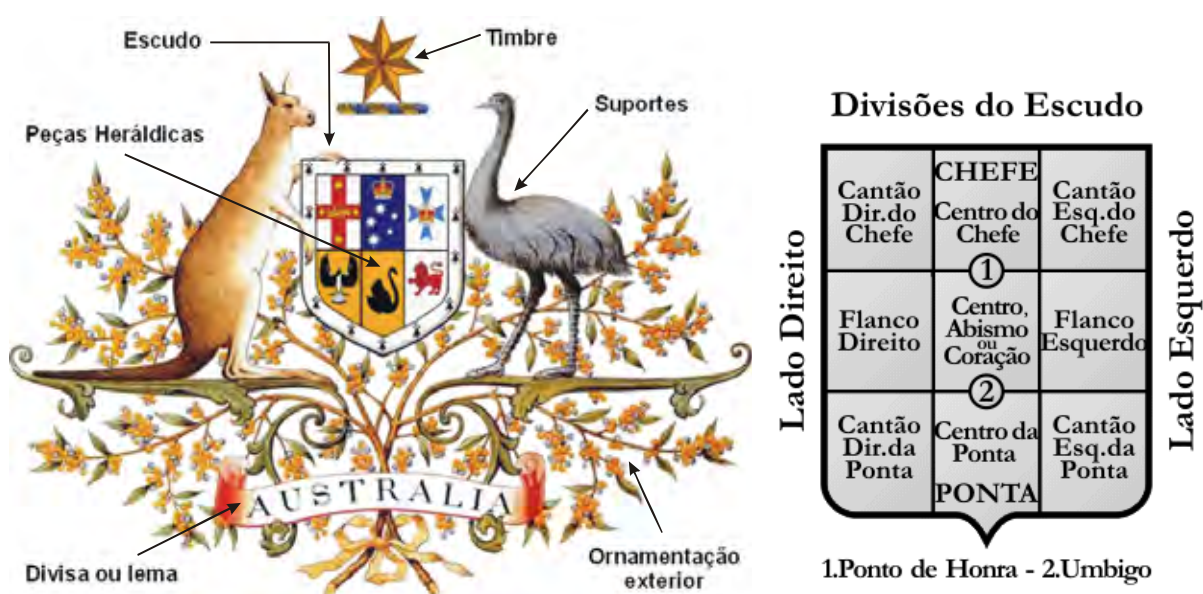


Figura 30: Esmaltes e metais na heráldica e suas representações monocromáticas

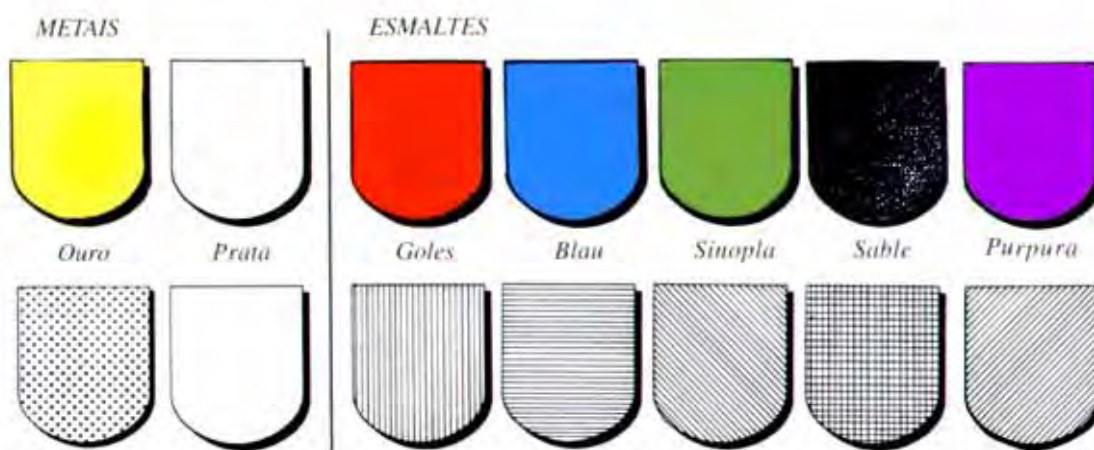


Figura 31: Tipos de escudo usados em diferentes países.

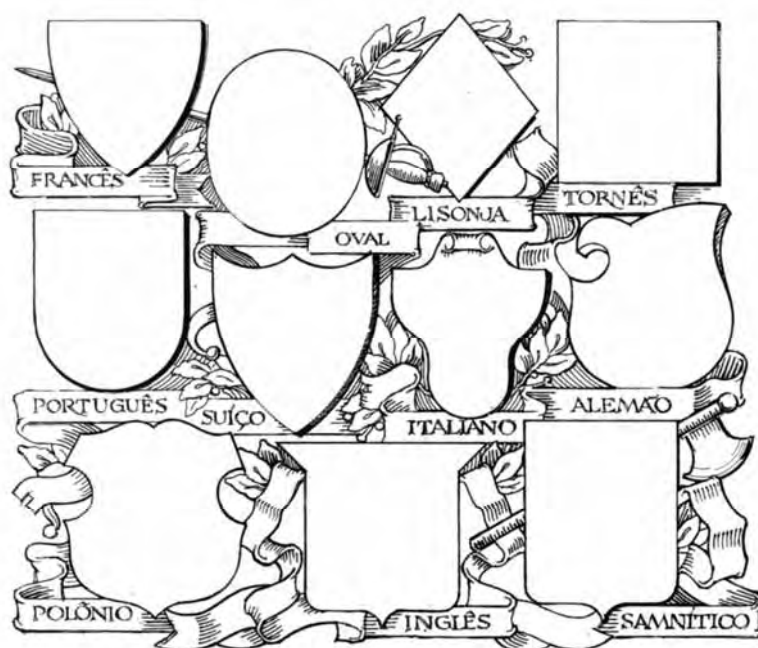


Figura 32: As diferentes partições e peças honrosas do escudo



Escudo pleno

Partições do Escudo



Partido



Cortado



Banda ou fendido



Contrabanda ou talhado

Algumas Repartições do Escudo



Esquartelado



Franchado



Gironado



Contra gironado



Terciado em pala



Terciado em faixa



Terciado em banda



Terciado em contrabanda

Figura 32: As diferentes partições e peças honrosas do escudo (continuação)

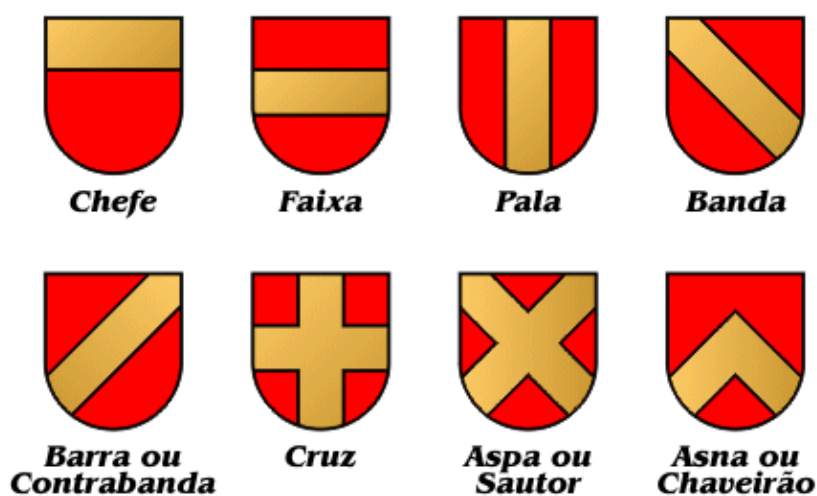
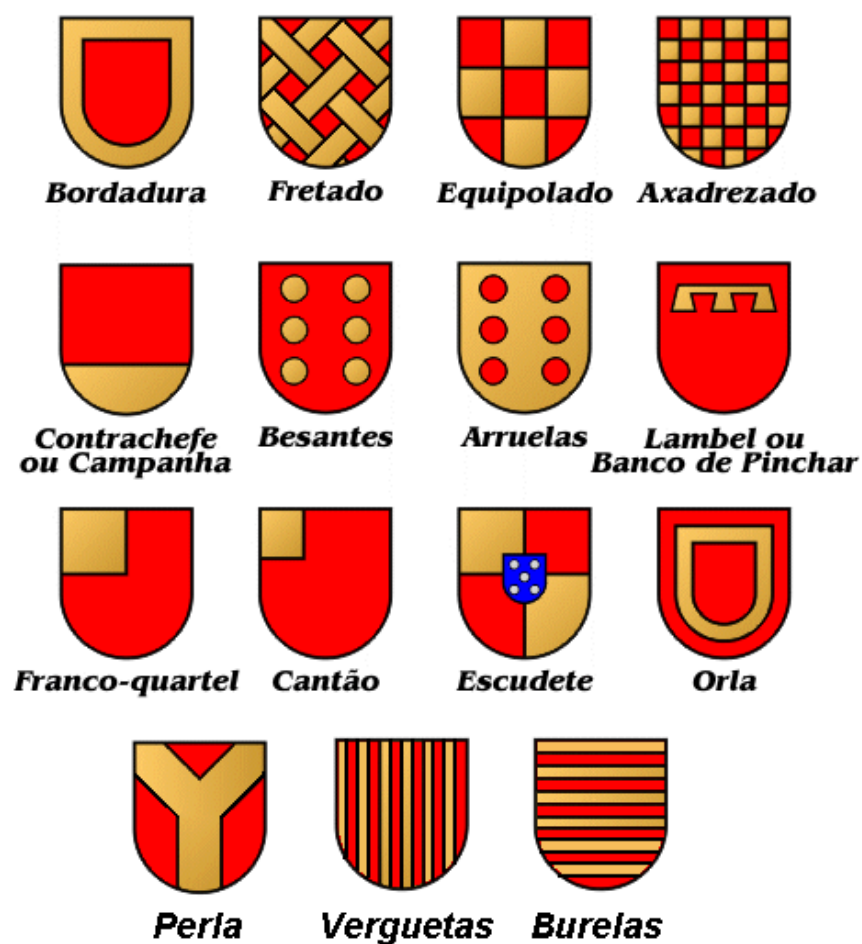
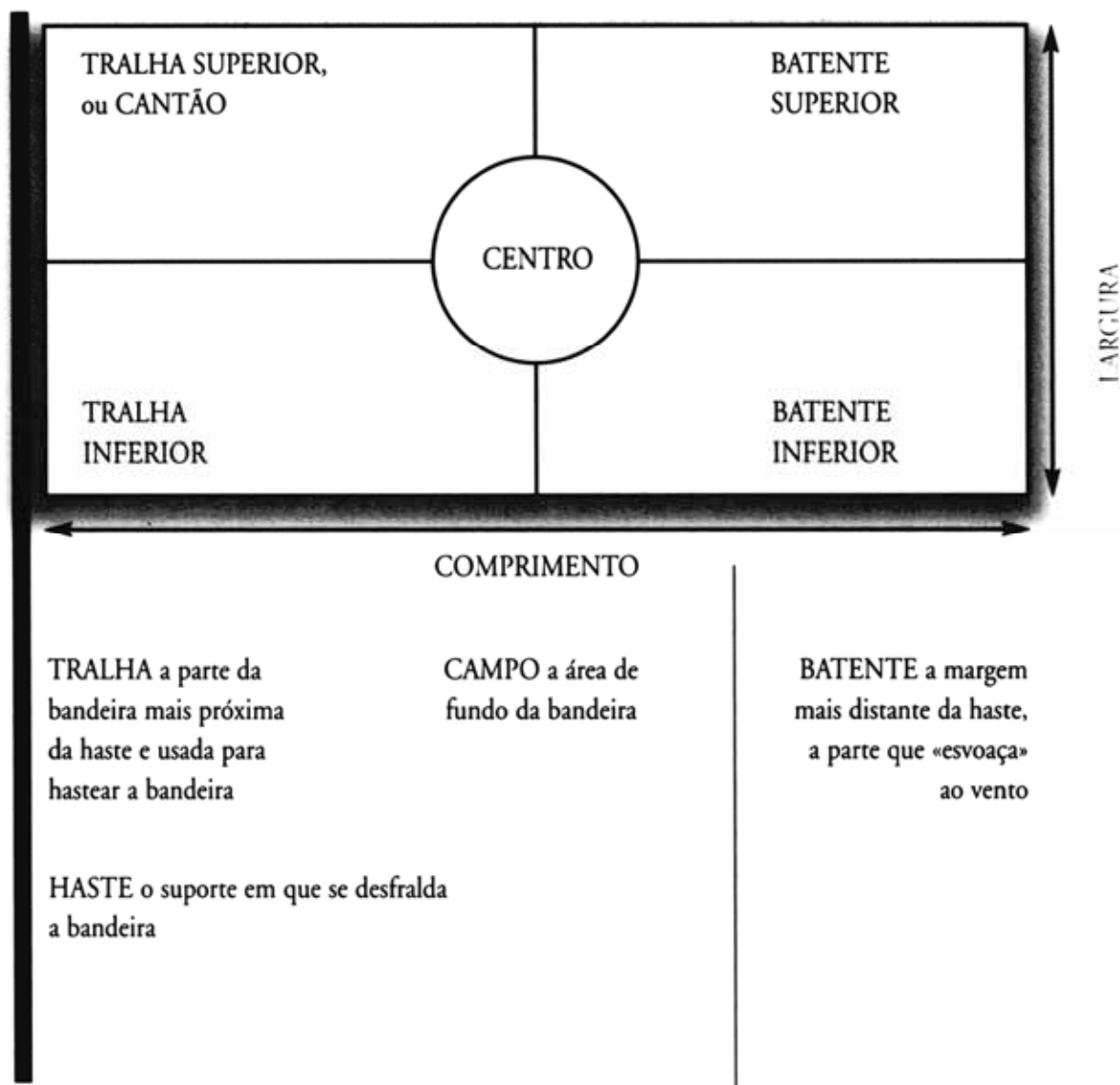
Peças Honrosas de 1ª Ordem***Algumas Peças Honrosas de 2ª Ordem***

Figura 33: As partes de uma bandeira

CANTÃO designa especificamente qualquer quarto do campo da bandeira, referindo-se mais habitualmente ao quarto superior mais próximo da haste

CARGA é um emblema colocado no campo ou acrescentado ao desenho básico da bandeira



ABISMO (EM). A peça está posta em abismo se, apesar de se encontrar no centro do campo, é de menor tamanho do que as restantes que a acompanham e, quase sempre, se descreve em derradeiro lugar.

ACANTONADO. Estão acantonadas quatro peças móveis postas uma em cada cantão do escudo, assim como o mesmo número de peças iguais que na bordadura se encontrem uma em cada ângulo do escudo.

ACESO. Qualquer coisa que tenha chama, como um farol, facho, brasa, fogueira se diz acesa se as suas chamas forem de esmalte diverso.

ACOSTADO. Encontra-se acostada à peça principal, posta entre duas secundárias, alinhadas em faixa. A única peça honrosa de primeira ordem que pode estar acostada é a pala. É seu sinónimo ladeado.

AGUADO. Termo que serve para designar as ondulações de um rio, mar ou lago, figuradas por traços de esmalte diverso do que tem a peça.

ÁGUIA. Representa-se geralmente com as asas abertas, de pontas voltadas para cima, a cauda espalmada, as pernas abertas com as garras estendidas, a cabeça voltada para o flanco direito, ereta, com a língua de fora. Nesta posição chama-se estendida. Se tiver duas cabeças, representa-se de igual modo quanto ao resto. Às vezes figura somente meia águia nos escudos.

AMEIADO. As peças que têm o bordo superior em forma de ameias dizem-se ameiados, sendo preciso mencionar o seu número, quando se trate de peças honrosas. As ameias são as partes

salientes e as metades que se encontram nos extremos ou meias-peças das torres, castelos e muralhas, devendo-se dizer quantas são aquelas e estas.

ÂNGULO DO ESCUDO. Embora o escudo só tenha dois ângulos, os superiores, consideram-se as partes da ponta, que se encontram opostas àqueles, como ângulos, pelo que os primeiros se chamam ângulos do chefe e os segundos ângulos da ponta, distinguindo-se, ainda, como direito ou esquerdo.

ARMAS. Nome das peças e símbolos usados em um brasão da qual contempla a descrição heráldica.

ARMAS FALANTES. Aquelas cujos desenhos ou peças colocadas no escudo ou ornamentadas em seu exterior, por seu próprio simbolismo, dizem respeito às características de determinado lugar ou pessoa.

ASNA. Peça semelhante a um esquadro, de ângulo inferior a 45º em formato de “V”, geralmente representado de ponta cabeça, com as hastes partindo dos ângulos da ponta e cuja parte superior fica distante do bordo do chefe uma duodécima parte da largura do mesmo. É também chamada de “tesoura” ou “chavão”.

ASPA. Peça formada pela banda e pela barra, sobrepostas. Tem a forma de “X” e está firmada nos ângulos do escudo. Usa-se também solta, mas esta circunstância só é mencionada quando não se encontra na bordadura.

ATRAVESSANTE. Quando uma peça passa por cima de todo o campo e peças que o carregam, atravessando de um ângulo ao oposto ou de um bordo ao contrário, diz-se atravessante. Significa o mesmo que brocante, aplicando-se, porém, com maior propriedade do que este termo por dizer respeito a peças que cortam o campo de um extremo ao outro.

AZUL. Representa-se pelo azul ultramarino, que é o tom heráldico. Nas gravuras é representado por traços horizontais a toda a largura do escudo ou da peça, eqüidistantes e contínuos. Na heráldica é chamado de blau ou azure.

BANDA (EM). Peça normalmente igual, na sua largura, à terça parte da do escudo e disposta em diagonal, firmando-se nos ângulos direito do chefe e esquerdo da ponta.

BANDEIRA. Objeto feito de tecido e geralmente disposto na forma retangular, que se hasteia em um mastro, em uma ou mais cores e desenhos, às vezes com uma legenda escrita, que expressa idéias abstratas. É distintivo de uma nação, partido, corporação, agremiação, etc. A etimologia da palavra bandeira tem sua origem na palavra gótica *bandvja* (que provavelmente deriva do sânscrito *bandh* - fixar, demarcar ou bando) que em princípio significava “sinal”, e mais tarde o ato de demarcar determinado grupo de pessoas que seguiam esse sinal. Assim, passou a designar a palavra latina *bandaria*, que mais tarde originou a palavra “bandeira” na língua portuguesa.

BARRA (EM). Peça normalmente igual, na sua largura, à terça parte da do escudo e disposta em diagonal, firmando-se nos ângulos esquerdo do

chefe e direito da ponta. Tem posição contrária à da banda, chamada também contrabanda.

BATALHANTE. Designação usada para indicar que dois animais ou figuras humanas, estão em atitude de combate.

BATENTE. É a margem exterior da bandeira, a parte que fica mais afastada da haste e que esvoaça ao vento.

BESANTE. Disco de metal. Pode ser carregado de cruz ou figurado, muito comum nas bandeiras históricas portuguesas.

BORDADO. Se na peça há um filete de outro esmalte nos seus bordos diz-se bordada dele.

BORDADURA. Peça colocada em volta do campo do escudo, limitada exteriormente pelos bordos deste e cuja largura normal é a da sexta parte da do escudo. Assim se denomina a linha de contorno do escudo.

BRAÇO. É a parte do corpo humano que se usa mais na armaria, quer representando o direito, quer o esquerdo, nus, vestidos ou armados, conforme se acham, sendo os primeiros de carnação, os segundos com manga do esmalte que se apontar e os últimos recobertos das peças da armadura do esmalte que for indicado. O braço, sendo inteiro, pode estar curvado. Também se emprega o meio-braço. Quando na heráldica se diz um braço, trata-se sempre do direito, mas podem-se representar os dois, conjuntamente.

BRASONAR. Ornar com um brasão ou descrevê-lo, também chamado “blasonar”.

BROCANTE. Aplica-se à peça que atravessa os diferentes esmaltes do campo ou passa por cima de outras peças, também pode ser chamada de atravessante.

BROQUEL. Assim se denomina um escudo de forma redonda. Os povos antigos, como os egípcios, gregos e assírios usavam escudos redondos, predecessores dos primeiros brasões modernos.

BURELA. Nome dado ao desdobramento das faixas, assim chamadas quando seu número em um escudo ou bandeira for superior a quatro.

CAMPO. É o fundo em que assentam as peças contidas em um escudo ou o retângulo que forma uma bandeira. Se for liso, isto é, sem peças sobre ele, diz-se pleno.

CANTÃO. Uma das quatro partes nos ângulos do escudo, numeradas pela mesma ordem das divisões do esquartelado ou designadas pela sua posição relativamente à direita e esquerda do chefe e da ponta.

CARNAÇÃO. Quando as várias partes do corpo humano se representam ao natural ou de sua cor isto é, na cor da pele, diz-se que estão de carnação.

CARREGADO. Designação dada à peça em que assentam no todo uma ou mais peças móveis, sem ultrapassarem os limites da que lhes serve de campo.

CENTRO. É o ponto correspondente ao cruzamento dos traços do esquartelado e lugar da peça principal, que indicam o meio do escudo.

CHEFE. É a parte superior do escudo, que também se chama alto do escudo. Igualmente se designa por chefe a peça honrosa que se situa no mesmo lugar, tendo de largura uma terça parte da altura do escudo, a qual se firma nos flancos e no bordo superior.

CHEFE (EM). Quer esta expressão significar que as peças referidas estão colocadas no chefe do campo, isto é, no terço superior do escudo.

CONTRABANDA. Assim se chama a peça de posição contrária a da banda, denominando-se também barra.

CONTRACHEFE. Pela posição oposta ao chefe se denomina contrachefe a parte inferior do escudo, chamando-a também ponta do escudo. A peça, que tem de largura máxima um terço da altura do escudo e se firma nos flancos e no bordo inferior, também se designa contrachefe ou campanha.

COROADO. Significa que a figura humana, animal ou mitológica está encimado por uma coroa.

CORTADO. Divisão do escudo ou de qualquer partição sua, feita por uma linha horizontal que divide o campo respectivo em duas partes iguais. A mesma designação serve para indicar que uma peça está dividida horizontalmente, ao meio. O cortado pode ser feito por linha não reta, sendo chamado de arqueado.

COSIDO. Termo empregado quando uma peça de metal se assenta sobre metal ou de cor sobre cor, a fim de evitar que se dê

infração das regras heráldicas. Aplicam-se apenas, às peças honrosas. As peças de sua cor não são cosidas.

CRUZ. Este emblema cristão por excelência é correspondente à pala e à faixa sobrepostas perpendicularmente e atravessa o escudo todo, apoiando-se nos seus bordos, pelo que se diz firmada. Tem de largura, geralmente, em cada uma das suas peças, a quarta parte do bordo superior do escudo. Pode também ter os bordos sinuosos, circunstância indicada com a forma do recorte em que terminam seus braços. Se carregar outra peça não é necessário dizer que está solta, mas apenas quando assenta no campo diretamente. As variantes da cruz têm normalmente as hastes iguais.

DE SUA COR. Expressão que serve para designar as peças que estão na sua cor própria ou às cores que se apresentam na natureza, aplicando-se às montanhas e demais acidentes geográficos, aos animais e vegetais.

DESTRA. Denominação referente à direita do escudo, devendo-se notar que ela se encontra à esquerda do observador, portanto, em posição contrária.

ELMO. Peça da armadura destinada a proteger a cabeça, usada na armaria tanto sobre o escudo, a servir de ornato, como utilizada no campo, em função de peça móvel.

ENCIMADO. Quando por cima de uma peça está outra ou mais, mas não tocam naquela, se diz que ela está encimada pelas que se encontram em posição superior.

ESCUDETE. É a designação aplicada ao escudo heráldico quando figura nas armas como peça móvel e representa-se de frente, plano e de tamanho menor.

ESCUDO. Peça em que assentam todas as que formam quaisquer armas, sejam de família, de corporação ou de domínio. A sua forma variou com o tempo e com as regiões. (Ver tipos de escudos).

ESMALTE. Genericamente dá-se aos metais, cores e peles que se aplicam ao campo e às peças do brasão o nome de esmaltes. Compreendem os metais o ouro e a prata; as cores o vermelho, o azul, o verde, o negro e a púrpura; às peles os arminhos e os veiros. Neles se inclui também a carnação, embora não seja cor, assim como as cores naturais, que se encontram em iguais condições.

ESPADA. Arma branca comumente representada em pala, desembainhada, com a ponta para cima; deve-se indicar sua posição quando for diferente desta forma. Está empunhada de outro esmalte quando o punho não é da mesma cor que a lâmina e guarnecida se as têm de esmalte diferente.

ESQUARTELADO. É uma das partições do escudo em forma de quatro partes iguais, formada por dois traços perpendiculares aos bordos e que se cruzam no centro do mesmo.

ESQUARTELADO EM ASPA: Quando das partições do escudo em formato de quatro partes estiverem em forma de X, estão dispostas em aspa. É sinônimo de franchado.

ESTRELA. A estrela é geralmente representada com cinco pontas, número que por ser ordinário não precisa de indicação, mas pode ter mais ou menos pontas, devendo-se, então, mencioná-las. Também se apresenta na forma de cometa, pelo que se chama “estrela caudada”.

FALSA. Diz-se das armas que infringem as regras da heráldica, pondo-se cor sobre cor ou metal sobre metal, por exemplo, em campo de prata uma estrela de ouro.

FAIXA. Peça honrosa cuja largura é igual à de um terço da que tiver o campo e se encontra posta horizontalmente, no meio do mesmo e firmada nos flancos. Quando de menor dimensão ou desdobrada em número superior a quatro toma nomes diferentes, o mais comum deles é burela.

FENDIDO. Partição do escudo feita por uma linha reta que une o ângulo direito do chefe ao ângulo esquerdo da ponta. Qualquer peça dividida em duas partes por uma linha na posição da que faz o fendido se diz, por analogia, também fendida.

FILETE. Nome que se dá às peças honrosas reduzidas à sua largura mínima, que é um sexto da ordinária, devendo-se indicar a peça da qual provém. As peças honrosas que têm os bordos livres guarnecidos de um filete de esmalte diverso dizem-se perfiladas, na vexilologia, usa-se o termo “fímbria”.

FÍMBRIA (FIMBRINADO). Esta é uma guarnição ou orla estreita que rodeia uma área colorida ou risca de uma bandeira, para que se destaque da área ou cor adjacente. Na heráldica usa-se o termo “filete”.

FIRMADO. Qualquer peça que se apóia em um ou em mais bordos do escudo, como as imóveis, estão firmadas, mas também o podem estar, extraordinariamente, algumas peças móveis.

FLANCOS. Os lados do escudo designam-se por flancos, direito e esquerdo, não correspondendo à direita e esquerda do observador, mas às posições contrárias, pois o escudo abrigava o homem que o segurava pela parte de trás e por isso, identificava-se com o possuidor.

FLOR-DE-LIS. Representação estilizada de uma flor (lírio) composta de três pétalas lanceoladas, a do meio posta em pala e as laterais curvadas para fora, e de outras três menores que ficam em situação oposta, estando os dois grupos separados por uma travessa, de extremos arredondados. Pode-se usa-la completa, como também em parte, podendo faltar a metade da direita ou da esquerda, assim como só a pétala do meio ou as três inferiores.

FLOR-DE-LISADO. Significa o mesmo que florenciado ou coberto de flores-de-lis. Termo que se aplica às peças cujos campos, extremos ou bordos terminam por flores-de-lis.

FRANCHADO. Partição do escudo formada por dois traços diagonais que se cruzam no centro. A numeração dos campos faz-se por linhas horizontais, a começar no chefe e a partir do flanco direito.

GIRONADO. Campo formado por oito girões de dois esmaltes empregados alternadamente. A divisão do campo corresponde ao

esquartelado e ao franchado, sobrepostos. Nas estrelas estas são as partições de cada uma das suas pontas.

GOLFINHO (HERÁLDICO). Este animal representa-se de perfil, com o lombo encurvado para fora; geralmente é estilizado, com um nariz saliente em forma de bico e escamas; pode ser representado com um determinado esmalte ou em suas cores naturais.

HASTE. A peça longa que sustenta a bandeira e termina na ponta superior por um ferro em forma de lança e na inferior por outro em choupa, permitindo cravá-la no solo; assim como serve de suporte ao ferro da alabarda, da lança ou de outra arma comprida.

HASTEADO. Termo que se emprega para dizer que as armas compridas têm o ferro sustido por uma haste de esmalte diverso, empregando-se, também, para designar o suporte da bandeira, quando ele é de esmalte diferente.

LADEADO. Quando há três peças alinhadas em faixa e a do meio, ou seja a principal, é diferente, diz-se ladeada pelas outras duas. Se a pala, a banda, a contrabanda ou os desdobramentos de qualquer delas se encontrar entre peças secundárias, em número de duas ou superior, e estas dispostas paralelamente à principal e com simetria a um e outro dos seus lados, diz-se, também, que a peça principal está ladeada das outras.

LANÇA. A forma do ferro desta arma é a de coração muito estreito e alongado. Começa-se a descrever pelo ferro, dizendo-se hasteada de certo esmalte, quando a haste diverge do ferro em sua tintura.

LEÃO. Animal mais comum da armaria. Sua posição habitual é rampante; figura-se sempre de perfil. Tem a cauda curva com a convexidade para fora, lançada junto das costas do animal e com um tufo de pêlos na ponta, em feitio de borla, voltada para fora.

LEGENDA. Compõe-se de uma ou várias palavras que formam a divisa ou sentença, postas no escudo, geralmente em orla ou sobre a bordadura, a qual se lê, nestes casos, a começar do ângulo direito do chefe, seguindo para o esquerdo com passagem pela ponta. As letras ficam com a sua parte inferior virada para fora. É necessário, ao descrever a legenda, apontar o esmalte das letras.

LISONJA. Peça conhecida na geometria por losango, cujo número máximo no escudo é de dezesseis. Pode ser cheia, vazia ou furada.

LISTEL. O mesmo que listão, uma tira grande ou faixa simples, às vezes com dobras e pontas, que geralmente suportam uma legenda ou mote.

MACHADO. É o machado do lenhador, peça vulgar, que se compõe de uma parte de ferro em forma de cunha, de gume mais ou menos largo, em arco de circo, cuja base engrossa, tendo um orifício no centro, aberto paralelamente à lâmina, o olho, por onde se enfia o cabo de madeira.

MAR. Representa-se por água posta na ponta do campo e quase sempre de prata, aguado de azul ou inversamente. É movente do bordo inferior. Se a água estiver agitada diz-se que a peça nele assente está batida por um mar.

METAL. Na armaria há, somente, dois metais: o ouro e a prata. O ferro é incomum, mas quando aparece, representa-se na cor cinza.

MOTE. Grito de guerra. É uma frase escrita em cima do escudo, junto ao timbre, ou mesmo acompanhando o listel.

MOVENTE. Estão moventes as peças que saem dos bordos ou dos ângulos do escudo e, ainda, as que saem dos traços das partições para o interior do campo, ficando somente visível uma parte delas.

MUNDO. A designação de mundo ou de esfera terrestre dá-se a uma peça constituída quase sempre por uma esfera de azul, circundada por um aro de ouro, em posição horizontal, que a abrange na sua dimensão máxima e por um semicírculo do mesmo metal, que sai do centro da parte visível daquele, passando pelo alto e terminando no ponto oposto ao que começou. Superiormente, no ponto onde passa o semicírculo, a esfera tem uma pequena cruz.

NEGRO. Cor heráldica, a mesma que o preto ou sable, representada no desenho por traços paralelos, contínuos, postos horizontal e verticalmente, cruzando o campo de um lado ao outro.

ONDADO. Diz-se ondado o campo formado por curvas alternadas, côncavas e convexas, em número de cinco, sendo três de umas e duas de outras. Aplica-se, também, a designação de ondado a certas partições do escudo, tais como o partido, o cortado, o fendido e o talhado, se o traço que as faz é ondeado. Igualmente o podem ser o chefe e o contrachefe se as linhas da parte livre forem ondeadas.

ORLA. Peça idêntica à bordadura e também igual à sexta parte da largura do escudo, a qual fica paralela aos bordos desta, mas à distância, como se entre ela e eles existisse aquela peça. Se houver no centro do campo uma peça que esteja encerrada na orla, a distância desta aos bordos pode ser maior, sobretudo se houver também peças postas em orla.

OURO. Este metal nobre representa-se no desenho por ponteados miúdos e na pintura, se não houver tinta própria, pelo amarelo.

PALA. Esta peça honrosa de primeira ordem põe-se no meio do escudo, em posição vertical, equidistante dos flancos e mede de largura um terço da do campo.

PAQUIFE. Folhagem ornamental que, conservando as cores do brasão, desce do topo do capacete e circunda o escudo, à maneira de suporte. Em certos termos, designa a folhagem da produção agrícola.

PARTIDO. Diz-se partido o campo que uma reta saída do meio do chefe em direção à ponta o divide em duas partes.

PASSANTE. Posição normal do leopardo, mas que se aplica a outros animais, como cabras, lobos, etc., representados na ação de andar, isto é, com três pernas assentes no chão e a posterior direita um pouco levantada, todas elas mostrando movimento.

PEÇA. Há grande variedade de peças heráldicas que se dividem em categorias, excluídos os animais, vegetais, objetos de uso vulgar e os relativos à natureza, arte,

indústrias, etc., que não pertencem àquelas, mas se admitem nas peças móveis, isto é, as não firmadas nos bordos do escudo ou que neles se apóiam.

PENDÃO. Insígnia militar representada por uma bandeira triangular, alongada, que pode ter uma ou mais pontas, como uma flâmula. A ponta pode ser, também, arredondada.

PLENO. Aplica-se ao campo liso e inteiro, sem peças sobre ele e de apenas um metal ou cor.

PONTA. A parte inferior do escudo terminada nesta forma se chama ponta ou pé do mesmo. É também, sinônimo de raio da estrela ou sol.

POSTO EM. Expressão pela qual se indica não a posição da peça, mas o lugar que ela tem relativamente a outras.

PRATA. Este metal nobre não tem, no desenho, representação, correspondendo, à parte livre de traços ou pontos. Na pintura, quando se não dispõe de tinta metálica própria, simboliza-se com a tinta branca.

PÚRPURA. Cor que na armaria corresponde à ametista carregada, ou seja, ao roxo. No desenho representa-se por traços retos, contínuos, paralelos e eqüidistantes, postos em diagonal, da esquerda para a direita, de bordo a bordo.

QUARTEL. Assim se chamam várias das partições do escudo, embora a denominação somente caiba a cada uma das quatro partes em que este tiver sido dividido pelos traços do partido e do cortado. A designação abrange, porém, só as partições quadrangulares iguais

umas às outras, que estejam em número de mais de quatro e as formadas pelo esquartelado em aspa.

RIO. À banda ou faixa ondeada de prata e de azul ou, apenas, de um dos referidos esmaltes chama-se rio. A sua largura habitual é a da faixa ou a da banda e ocupa o seu lugar.

ROQUETE (EM). Expressão que se aplica para indicar a posição de três peças quando uma está em cima e duas em baixo, formando triângulo.

SAUTOR (EM). Posição de cinco peças móveis em forma de aspa, ou em “X”.

SEMEADO. Quando o campo está cheio de peças pequenas dispostas em linhas desencontradas, com simetria, diz-se que está semeado dessas peças, que nunca são em número certo.

SINISTRA. Denominação referente à esquerda do escudo, devendo-se notar que ela se encontra à direita do observador, portanto, em posição contrária.

SOL. Astro que se representa por um disco onde está figurado, apenas por esboço, um rosto humano, do qual saem, alternadamente, pontas retilíneas e pontas ondeantes, em número de dezesseis no total. Às pontas chamam-se raios.

SUPORTE. Peça de função igual à do tenente. Este termo aplica-se apenas aos animais.

TALHADO. Partição do escudo feita por uma linha reta que vai do ângulo esquerdo do chefe

ao direito da ponta. Se a linha for ondeada chama-se talhado ondado. Pode ser, também, talhada qualquer peça analogamente dividida em duas partes.

TENENTE. Empregam-se como sustentáculos do escudo as figuras de vária natureza. Quando não se trata de animais essas figuras chamam-se tenentes. São normalmente duas, uma a cada lado do escudo. Quando é uma só deve-se dizer a qual dos lados fica.

TERCIADO. Este termo indica que o escudo se encontra dividido em três partes iguais, que podem ser em pala, em faixa, em banda ou em barra, conforme a posição dos dois traços paralelos empregados, e estes têm diversos esmaltes.

TIMBRE. É a parte das armas que se coloca sobre o virol do elmo ou em cima do coronel, a qual, muitas vezes, é uma peça tomada de dentro do escudo no todo ou em parte, para indicar dignidade ou grau de nobreza. Na heráldica municipal, civil ou de domínio, por exemplo, é a parte superior acima do escudo onde se coloca a coroa mural, a estrela ou demais emblemas, plantas ou animais.

TRALHA. Cabo costurado à bandeira, insígnia, pendão, etc. e por meio do qual se prende à adriça, que permite içá-la ao mastro. Refere-se também à metade ou margem da bandeira que fica presa à haste.

TROFÉU. Posição que assumem os ornamentos exteriores do escudo, sendo mais comum em forma de bandeiras e estandartes que estão desfraldadas e entrecruzadas na base de seus mastros.

TUDO DE. É a expressão usada para simplificar a descrição quando várias peças diferentes são do mesmo esmalte, evitando, portanto, ter de repetir o seu nome.

VAZADO. As peças que têm o interior aberto, permitindo ver por ele o campo, são vazadas ou vazias, termo empregado especialmente às cruzes, mas também existentes nas estrelas.

VERDE. Representa-se pela tinta na cor de esmeralda viva – chamada na heráldica de sinopla, sinople ou vert – e no desenho por segmentos de reta, contínuos, lançados diagonalmente do ângulo direito do chefe ao seu contrário, postos paralelos e eqüidistantes, de bordo a bordo.

VERMELHO. Cor que na heráldica recebe o nome de goles e no desenho se representa por traços retos paralelos, verticais e contínuos que vão de bordo a bordo do escudo ou das peças, postos eqüidistantemente.

VEXILOLOGIA. A vexilologia é o estudo das bandeiras e de sua história, formas e representações. Esta palavra deriva do latim vexillum, que era a bandeira quadrada usada pelas legiões romanas; seus primeiros emblemas eram de metal, passando-se depois a compor-se de tecido, daí a origem moderna das bandeiras.

VIROL. Peça da qual sai o paquífe e que se põe sobre o elmo, no cimo, e modernamente se emprega também sobre a parte mais elevada da coroa de barão, de visconde, de conde, de marquês e de duque, para nela assentar o timbre.

ANEXO A – DEMAIS BRASÕES E BANDEIRAS ESTADUAIS



Bahia



Minas Gerais



Pará



Rondônia



Maranhão



Santa Catarina



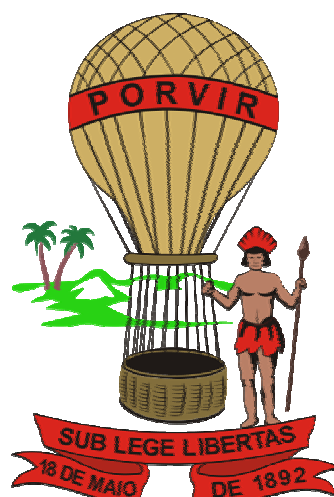
Pernambuco



Estado da Guanabara (1960-1975)



São Paulo



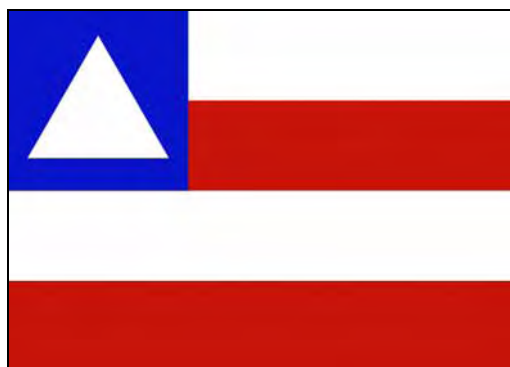
Sergipe



Alagoas (1963)



Alagoas (1894-1963)



Bahia



Espírito Santo



Goiás



Mato Grosso



Mato Grosso do Sul



Minas Gerais



Pará



Pernambuco



Paraíba (1930)



Paraíba (1907-1922)



Piauí (2005)



Piauí (1922-2005)



Rio de Janeiro



Estado da Guanabara (1960-1975)



Rio Grande do Norte



Santa Catarina

C8 | CIDADES/METRÓPOLE | QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2009
O ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo

A história dos símbolos paulistas

Tiago José Berg

Você já se perguntou sobre a origem de nossos símbolos? Foi a partir da Constituição Republicana de 1891 que as províncias foram transformadas em Estados federados e ganharam oficialmente o direito de ter bandeira, escudo e hino, independentemente dos símbolos nacionais. São Paulo, que nas primeiras décadas do século 20 se converteria na vanguarda da economia, cultura e política no Brasil, foi por ironia o último a adotá-los. Apenas durante a Revolução Constitucionalista de 1932 oficializou um brasão de armas e passou a desfilar arduamente uma bandeira proposta pela primeira vez em julho de 1888 pelo escritor mineiro Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890).

Republicano fervoroso, ele publicou um artigo no jornal *O Rebate*, do qual era fundador, propondo a criação de uma bandeira com 15 faixas horizontais – as barras – nas cores preta e branca. No canto superior esquerdo, um retângulo vermelho com círculo branco continha um mapa do Brasil em azul – com as fronteiras da época, ainda sem o Acre – e quatro estrelas amarelas.

Escreveu Júlio Ribeiro: “Esta bandeira preenche tudo o que se possa desejar, simboliza de modo perfeito a glória do povo brasileiro, as três raças de que se compõe – branca, preta e vermelha. As quatro estrelas a rodear o globo, em que se vê o perfil geográfico do país, representam o Cruzeiro do Sul, constelação indicadora de nossa latitude austral. Assim, pois, ergue-se firme, palpitante e glorioso o Alvo-Negro Pendão do Cruzeiro”. Júlio ainda chegou a criar um projeto de brasão, com ramos de café, cana-de-açúcar e uva, mas que logo foi esquecido.

Em relação à bandeira, o plano de Júlio era criar, não o símbolo do “Estado bandeirante”, mas o novo pavilhão brasileiro. Nos últimos anos do Império, haviam surgido entre os republicanos várias propostas para mudar o pavilhão nacional. Incluindo a dele.

Dias após a Proclamação da República, a bandeira de Júlio Ribeiro chegou a ser hasteada no palácio do governo provincial de São Paulo. Os republicanos no Rio de Janeiro usaram modelo parecido, com as cores verde e amarela, mas acabaram por consagrar em novembro de 1889 o atual modelo da

HINO DOS BANDEIRANTES

Paulista, para um só instante
Dos teus quatro séculos ante
A tua terra sem fronteiras.
O teu São Paulo das “bandeiras”
Deriva atrás o presente!
Olha o passado à frente!
Olha com Martin Afonso a São Vicente!
Guilga a Serra do Mar! Além, lá no alto,
Barra acima, sobejadamente,
Na sua rede virgem do Paraná.
Espreita-a entre a folhagem de esmeralda,
Beija-lhe a Cruz de Estrelas da grinalda!
Agora, escuta! Al! vem, moendo o calcanhar,
Botas-de-moço-liguas, João Ramalho.
Serra acima, dos bores da restinga,
Vem subindo a roupeta
De Nóbrega e de Anchieta.
Contempla os campos de Piratininga!
Este é o Colégio. Adiante está o sertão.
Vai! Segue a estrada! Enfrenta! Avança!
Investe!
Norte – Sul – Este – Oeste,
Em “bandeira” ou “menção”,
Domos os índios bravios.
Rompe a selva, abre minas, varra rio:
No leito da justiça
Acorda a pedreira adormecida.
Retorce os braços rijos,
E tira o ouro dos teus esconderijos!
Batia, escorre a ganga,
Livra, planta, povoa.
Depois volta a girar!
E adivinha através dessa cortina,
Na lardaria enfeitada de manganês,
A sagrada Colina
Ao Grito do Ipiranga!
Entradinho agora os vultus!
Do calceiro, Senhor dos Horzentes,
Veras flui por platões, vales, montes,
Ultras, gares, alios, cais, arachidatus!

bandeira nacional.

Nos anos 10, o modelo paulista tornara-se apenas a “bandeira escolar” do Estado. Em meio ao arfor patriótico e bélico paulista na Revolução de 1932, ela ressurgiu com força. Até que em 1937 a Constituição do regime de Getúlio Vargas proibiu o uso de símbolos municipais e estaduais. Segundo Hilton Frederici, “por quase um decênio, tempo de duração do Estado Novo, esses símbolos ficaram sepultados, não na memória e no coração dos paulistas, mas nas sombras das intuições ditatoriais”.

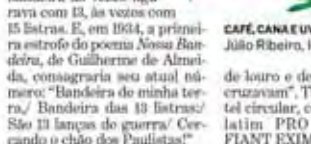
Com a queda de Vargas e a Constituição democrática de 1946, a bandeira paulista foi restaurada pelo Decreto-lei 16.349 e, posteriormente, com a Lei 145, de 2 de setembro de 1948, ganhou na disposição legal um cunho nacionalista: “A bandeira de São Paulo significa que noite e dia (campo branco) de preto e branco) nosso povo está pronto para verter o seu sangue (canto vermelho) em defesa do Brasil (círculo



13 LISTRAS - Atual bandeira do Estado de São Paulo



ERRO - Com louros nos 2 lados da espada



CAFÉ, CANA E UVA - Escudo de Júlio Ribeiro, logo descartado



de ouro e de carvalho que se cruzavam”. Tinha ainda um listel circular, com a legenda em latim: PRO SÃO PAULO FIANT EXIMIA (Pelo São Paulo façam-se grandes coisas), proposta por José Maria Whitaker e Gastão Liberal Pinto. Notando a falta de um brasão, uma comissão foi encarregada de criar o emblema heráldico, elaborado pelo pintor e desenhista José Wasth Rodrigues com ajuda de Francisco Pati e Clóvis Ribeiro. O projeto foi le-

gado ao então governador Pedro Manuel de Toledo, que o aceitou com uma ressalva: a de que fosse mudada a legenda para PRO BRASÍLIA FIANT EXIMIA (Pelo Brasil façam-se grandes coisas). O decreto 5.565, de 29 de agosto de 1932, dizia num trecho: “O Estado de São Paulo, ao contrário dos demais Estados da Federação, não possui, ainda, brasão de armas. Vai possuí-lo agora, em



ORIGINAL - Com os ramos de louro e de carvalho



AINDA SEM O ACRE - Em 1888, feita por Júlio Ribeiro



de ouro e de carvalho que se cruzavam”. Tinha ainda um listel circular, com a legenda em latim: PRO SÃO PAULO FIANT EXIMIA (Pelo São Paulo façam-se grandes coisas), proposta por José Maria Whitaker e Gastão Liberal Pinto. Notando a falta de um brasão, uma comissão foi encarregada de criar o emblema heráldico, elaborado pelo pintor e desenhista José Wasth Rodrigues com ajuda de Francisco Pati e Clóvis Ribeiro. O projeto foi le-

hora oportuna como poucas. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimônio moral e material, este brasão de armas será, também, uma conquista do seu povo. Ao invés de consagrar unicamente glórias antigas, consagrará, também, glórias presentes. Os símbolos que no mesmo figuram viverão pelo que dizem do passado e pelo que confirmam no presente.”

Graficamente, o brasão é composto por um escudo vermelho português, sobre o qual se assenta uma espada romana, representando o apóstolo Paulo – selado romano que se converteu ao cristianismo e deu nome a nosso Estado. Simboliza ainda a figura de Amador Bueno da Ribeira, que em 1644 mostrou fidelidade ao rei de Portugal, d. João IV, frente à primeira onda de separatismo na colônia e o próprio bandeirantismo, bem como o Grito do Ipiranga, com d. Pedro I puxando sua espada. Finalmente, rememora o próprio Movimento de 1932 em sua luta pela igualdade, pois a espada é também símbolo da justiça.

Sobre o punho da espada, aparecem dois ramos entrecruzados – um do louro, símbolo da vitória, à direita, e outro do carvalho, à esquerda, cujo significado remete à força. Evocam no brasão “as tradições de bravura cívica e militar do povo paulista”. No terço superior do escudo, aparecem as letras SP, cuja sigla significa, além do próprio nome do Estado, a evocação de seu valor e suas glórias. A estrela de prata, que na bandeira nacional é chamada de “Alfa”, da constelação do Cruzeiro do Sul, representa São Paulo como membro da federação. Ornata o escudo dois ramos de café entrecruzados e frutificados – a principal riqueza agrícola paulista na época. R. do mesmo modo que a han-

deira, abolida pela Constituição de 1937, o brasão foi retomado e oficializado em 1948, durante o governo de Ademar de Barros.

Não é raro que símbolos se descaracterizem ao longo do tempo, seja por divergências na interpretação da lei, versões artísticas ou mesmo erros de reprodução. Em muitos Estados brasileiros, encontramos ainda hoje brasões completamente fora do modelo original. No caso de São Paulo, há uma pequena falha a ser comentada.

Segundo a Lei 145, de 1948, ele deveria conter “um ramo de louro à direita e de carvalho à esquerda”. Mas o que se vê em muitos casos é a repetição dos ramos de louro dos dois lados da espada. Outro detalhe são os frutos do café. Embora não haja determinação legal sobre sua cor, eles aparecem em amarelo ou marrom, em vez do vermelho, conforme uma versão original do desenho.

HINO

Embora na época da Revolução da 32 tenham sido criadas canções e marchas em homenagem a São Paulo e, mesmo depois, a Constituição de 1946 tenha retomado o uso de símbolos estaduais, só em 1967 a Lei 9.854 assinou a necessidade de instituir um hino. As origens do *Hino dos Bandeirantes* remontam a aquele mesmo ano, quando foi composto pelo advogado, jornalista, poeta e tradutor Guilherme de Almeida e Almeida (1890-1969) em 18 de setembro de 1967, sob o título original de *Aquarela Bandeirante*.

Natural de Campinas, o “príncipe das poetas brasileiros” entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1930 e foi um dos promotores da Semana de Arte Moderna (1922). Também participou ativamente da Revolução de 1932, sobre a qual produziu várias obras. Ainda se destacou na confecção do brasão da cidade de São Paulo (1917) e da bandeira e brasão de Brasília (1960).

Em 10 de julho de 1974, estabeleceu-se definitivamente o *Hino dos Bandeirantes* como o canto do povo paulista por meio da Lei 337 e os direitos autorais foram cedidos pela viúva do poeta, Helkisa Harrozo de Almeida. Mas ainda faltava a música, que seria adotada em 1973, escolhida por concurso público vencido pelo maestro paulistano Spartaco Rossi (1910-1993). Após estudar na Escola Americana e no Conservatório Dramático e Musical, ele atuou em rádio e ajudou a fundar a Orquestra Municipal de São Paulo. Em 1944, também fez com Guilherme de Almeida a canção do Expedicionário, em homenagem aos paulistas brasileiros na Segunda Guerra Mundial. ■

“Professor, geógrafo e autor de livro *Hinos de todos os países do mundo* (Panda Books, 2008)

BIBLIOGRAFIA

● FREDERICI, Hilton. *Símbolos Paulistas: Estado, Império e República*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Conselho de Integração e História, 2002.
● FRIEDMAN, A. A. *Bandeira Paulista*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, 1973, 1981.
● LEE, Wilson. *A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. São Paulo: Senac, 2009.
● RODRIGUES, Clóvis. *Bandeira e Brasão do Brasil*. São Paulo: Editora São Paulo, 1973.
● <http://www.museu.org>